UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Reginaldo Junior Fernandes

**REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA:
vivências e representações
(1960-1980)**

Versão corrigida

**São Paulo
2012**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Reginaldo Junior Fernandes

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA:
vivências e representações
(1960-1980)

Versão corrigida

De acordo:

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof^a. Dr^a. Zilda Márcia Gricoli
Iokoi

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Fernandes, Reginaldo Junior
F363r Revolução e Democracia: vivências e representações
/ Reginaldo Junior Fernandes; orientadora Zilda
Márcia Grícoli Iokoi. - São Paulo, 2012.
267 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. democracia. 2. revoluções. 3. comunismo. 4.
representação. I. Iokoi, Zilda Márcia Grícoli ,
orient. II. Título.

FERNANDES, Reginaldo Junior **Revolução e democracia: vivências e representações (1960-1980)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

**Ao Cristo proscrito,
discurso e prática.**

AGRADECIMENTOS

A Profa. Zilda M. Grícoli Iokoi, a quem aprendi a admirar pela liderança intelectual, dinamismo e generosidade inesgotáveis.

Ao Prof. Paulo Alves, amigo de todas as horas, pelo constante e incondicional apoio à prática da pesquisa e ao crescimento intelectual.

À FFLCH, pela oportunidade de realização do curso de doutorado.

Ao CDPH, DEAP e ao DIVERSITAS, por colocar à disposição o seu acervo e apoio irrestrito à pesquisa.

Aos amigos do trabalho que me ajudaram de várias formas no sentido de permitir que eu conseguisse realizar a pesquisa.

À família que me apoiou incondicionalmente: Sr. Fernandes, D. Inez, à minha esposa Vivian e à D. Léo, sem cuja ajuda eu não poderia ter levado a pesquisa adiante.

E finalmente, ao Espírito Santo que nos guia na dificuldade, nos ensina sobre o bom combate e sem o qual nada subsiste.

“Tudo deve ser feito da forma mais simples possível, mas não mais simples do que isso.”

Albert Einstein

FERNANDES, Reginaldo Junior. **Revolução e democracia: vivências e representações (1960-1980)**. 2012. 266f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar como, no contexto da Guerra Fria, o comunismo de extração marxista-leninista foi sendo identificado às formas políticas totalitárias por representações circulantes em nível internacional e nacional e como a questão democrática ganhou proeminência no interior do movimento comunista no Brasil, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na década de 1960, movimentos de contra cultura e lutas sociais das esquerdas se contrapuseram ao golpe civil-militar acirrando ainda mais os conflitos entre as classes no Brasil. Tendo como fontes primárias documentos produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acrescidos de processos-crime, jornais do período e de entrevistas realizadas, relativas à atuação dos comunistas e dos movimentos cultural e estudantil que tomou corpo na região de Londrina, Paraná, procedemos à análise das representações sobre o comunismo e o PCB ali consignadas, considerando os sujeitos e as condições na quais foram produzidas. Verificamos então como o partido foi paulatinamente assumindo a questão democrática pelas experiências históricas e crises que se instauraram em seu interior, situação explicitada na Declaração de Março de 1958. Finalmente, a experiência de integrantes do Comitê Central do Partido no exílio, em meados da década de 1970, introduziu a polêmica no interior do PCB, o qual incorporou as discussões do marxista Antonio Gramsci levadas a cabo principalmente pelos partidos comunistas italiano, francês e espanhol, de um lado, na vertente denominada eurocomunismo e, de outro, nas frações do partido que buscavam interpelar a questão da democracia valendo-se do pensamento gramsciano mas, preservando contudo, a tradição marxista-leninista. As duas vertentes nascidas do debate tinham como principais divergências as interpretações da relação entre democracia e socialismo. O ponto de convergência foi a necessidade de superação da regulação social pelo mercado como sendo um elemento incompatível com a ampliação e aprofundamento da democracia.

Palavras-chave: comunismo, anticomunismo, revolução, democracia, representações.

FERNANDES, Reginaldo Junior. **Revolution and democracy: experiences and representations (1960-1980)**. 2012. 266p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ABSTRACT

The present study aimed at analyzing how, in a Cold War context, communism of a Marxist-Leninist extraction was gradually identified to the political-totalitarian forms by ongoing representations at national and international levels, and how the democratic issue gained prominence within the Communist Party in Brazil, with focus at the Brazilian Communist Party (Partido Comunista do Brasil – PCB). During the 1960's, counterculture and social conflicts of the leftist entities opposed the civil-military putsch, enflaming even more the conflict of classes in Brazil. Having its primary sources from documents produced by Social and Political Order Department (Departamento de Ordem Política e Social - DOPS), increased with Criminal Proceedings, newspapers and interviews produced in such period, related to the activity of the communists and the arising student's and cultural movements that took place at the region of the city of Londrina, State of Parana, Brazil, one proceeded to the analysis of the communist and PCB representations there established, considering the agents and the conditions in which they were produced. One has then verified how the party was gradually taking up the democratic issue by the historical experiences and crisis that arose within its interior, such situation which was made explicit by the Declaration of March 1958. Finally the experience of the members to the Party's Central Committee in exile, around the mid 1970's, introduced the polemics in the interior of PCB, which assumed the discussions of Marxist Antonio Gramsci, performed mainly by, on one side, the Italian, French and Spanish communist parties, in its side named Eurocommunism; and, on the other side, in the fractions of the party which attempted to apostrophize the democratic issue, betaking the Gramscian thought, yet preserving the Marxist-Leninist tradition. Both sides originated from the debate diverged mainly about the relation between democracy and socialism. The converging point was the necessity to overcome the social regulation by the market as being an element incompatible with the broadening and deepening of democracy.

Keywords: communism, anti-communism, revolution, democracy, representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Liga camponesa no Norte do Paraná (década de 1950)	71
Figura 2 -	O Comunismo não compensa	105
Figura 3 -	Crepúsculo dos Deuses	110
Figura 4 -	“Chapéusinho Vermelho”	111
Figura 5 -	Depredação do Jornal Última Hora nos primeiros dias do regime militar em 1964 em Londrina.....	133
Figura 6 -	Em frente a 12 SDP de Londrina, embarque dos detidos por subversão nos primeiros dias do golpe de 1964.....	138
Figura 7 -	Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Londrina.....	139

LISTA DE SIGLAS

ACL	Associação Comercial de Londrina
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALNP	Associação dos Lavradores do Norte do Paraná
AML	Associação Médica de Londrina
AP	Ação Popular
ARL	Associação Rural de Londrina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CC	Comitê Central (PCB)
CD	Comitê Distrital (PCB)
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica
CE	Comitê Estadual (PCB)
CECD	Campanha de Educação Cívica e Democrática
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CPC	Centro Popular de Cultura
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CZ	Comitê de Zona (PCB)
DEAP	Departamento de Arquivo Público Estadual
DEIP	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DOI/CODI	Delegacia de Operações e Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAP	Frente Agrária do Paraná
FDLN	Frente Democrática de Libertação Nacional

IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IC	Internacional Comunista
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento Sem-Terra
MURB	Movimento Unificado da Revolução Brasileira
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
NEP	Nova Política Econômica
OBAN	Operação “Bandeirantes”
OM	Organização de Massa
ONU	Organizações das Nações Unidas
OP	Organização Política
OPS	Office of Public Safety/Seção de Segurança Pública
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
QI	Quarta Internacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Supremo Tribunal Militar
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
TBC	Teatro Brasileiro de Comédia
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

UEL	Universidade Estadual de Londrina
UGT	Unões Gerais de Trabalhadores
ULES	União Londrinense dos Estudantes
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
USIS	United States Information Service
UTL	União dos Trabalhadores de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA	20
1.1 <i>Teoria, fontes e metodologia</i>	<i>20</i>
1.2 <i>Caracteres da formação social, política e econômica do Paraná</i>	<i>33</i>
2 COMUNISTAS NA TERRA VERMELHA NO PRÉ-1964	45
2.1 <i>Porecatu: Miragens de uma Revolução.....</i>	<i>45</i>
2.2 <i>O PCB e as Ligas Camponesas no Paraná.....</i>	<i>64</i>
3. DEMOCRATAS E TOTALITÁRIOS: A LÓGICA ANTICOMUNISTA	88
3.1 <i>Anticomunismo e Guerra Fria</i>	<i>88</i>
3.2 <i>A Guerra das representações: o anticomunismo no Norte do Paraná.....</i>	<i>101</i>
4. A REPRESSÃO E DESARTICULAÇÃO DO PCB EM LONDRINA NO PÓS- GOLPE	128
4.1 <i>Vinditas e “Revolução” ou “A caça às bruxas”</i>	<i>128</i>
4.2 <i>Comunismo: o crime dos derrotados</i>	<i>143</i>
5 O PCB E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DEMOCRÁTICA.....	171
5.1 <i>O PCB e a via democrática para o socialismo.....</i>	<i>171</i>
5.2 <i>Movimento Cultural e Estudantil em tempos de Ditadura</i>	<i>2055</i>
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERÊNCIAS	248

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa representa a continuidade de um trabalho iniciado com o intuito de buscar compreender e produzir um conhecimento histórico que desse inteligibilidade à questão da denominada “subversão” durante os anos cinquenta e sessenta no Brasil, o qual resultou em uma pesquisa com base em um *corpus* documental constituído por autos criminais de natureza política, instruídos pela justiça comum da cidade de Londrina, a partir de inquéritos policiais deliberados pelos órgãos de segurança do Estado, com base na Lei de Segurança Nacional então vigente, de nº 1.802 editada em 1953, complementados pela documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), cujo acervo está sob a guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP).

Na análise documental então realizada, dois autos criminais relativos ao Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina determinaram o corte cronológico da pesquisa, sendo o primeiro de 1956 e o outro instaurado em 1964 e concluído em 1967, coincidindo com a fundação e a posterior intervenção no sindicato deliberado pelos militares logo após o golpe.

Nas primeiras décadas do século XX, *subversão* era frequentemente tomada por sinonímia de ‘estrangeiro’, como fermento da dissensão, nomeadamente os anarquistas. Após a Revolução de 1917 e com a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, essa representação foi “colada” na figura de seus adeptos e simpatizantes, como portadores de ideologias alienígenas que contaminavam os nacionais. Com advento do Estado Novo e a posterior ‘adesão’ de Getúlio ao lado americano da Segunda Guerra Mundial, somaram-se a estes os integralistas e os imigrantes de origem em países do eixo. Uma vez desarticulados os “camisas verdes” ainda durante a ditadura de Vargas, e terminada a guerra, coube aos “vermelhos” e assemelhados o papel de principais “desagregadores da ordem social”, sobremaneira agravado pela fracassada tentativa de tomada do poder em 1935.

A natureza criminal das fontes, enquanto referências balizadoras da pesquisa nos inclinaram à figura jurídica do *crime político* como forma de enquadrar

os que eram então considerados subversivos, nem sempre distinguidos com muita sutileza – os comunistas.

Seguindo a trilha dos autos criminais, desembocamos na trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB) na região de Londrina na década de cinquenta, quando, após a tentativa de catalisar os violentos conflitos de terra na região de Porecatu, no setentrião paranaense, e com o início da corrida dos comunistas pela sindicalização no meio rural em 1952, tornou-se o principal alvo da repressão policial na medida em que polarizou as representações e práticas políticas da esquerda até o advento do golpe de 1964.

As representações em torno da subversão construídas em referência aos comunistas teve seu correspondente na repressão desencadeada pelos órgãos de segurança. É desse modo que, a dinâmica subversão/repressão se tornou nosso objeto no sentido de historicizar seus possíveis significados, estratégias e dispositivos através das fontes coligidas, dando origem à dissertação “O Delito dos Proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967)”.

Durante a pesquisa foi possível verificar como houve um intenso embate entre as representações comunistas e anticomunistas e como o campo simbólico foi determinante nessa batalha pela significação do que era considerada a melhor via de resolução dos conflitos sociais naquele contexto histórico.

Na sequência, constatamos junto às fontes como, de um lado, as representações de caráter conservador ou francamente anticomunistas foram incorporando o epíteto *totalitário* aos comunistas, verificado, sobretudo após o princípio da denominada “Guerra Fria” em fins da década de 1940 e generalizado após as denúncias dos crimes de Josef Stalin, no XX Congresso do PCUS, em 1956. Por outro, verificamos como a temática da *democracia* foi emergindo no interior das esquerdas nos mais diversos matizes, desde os primeiros pronunciamentos de Luís Carlos Prestes na chamada redemocratização no período do governo de Eurico Gaspar Dutra, após o fim do Estado Novo, passando pelos documentos programáticos elaborados nos congressos pecebistas durante as décadas de 50 e 60, até a crise dos movimentos revolucionários armados nos primeiros anos da década de 1970, quando a “revolução” perde proeminência no léxico da maioria da esquerda e a noção de “democracia” passa a nortear intensas

discussões no interior das várias organizações que militavam por uma sociedade socialista.

Desse modo, consideramos pertinente analisar como e quando a questão da democracia irrompeu como um problema contundente no interior do PCB e como o partido o situou em sua trajetória, focalizando a década de sessenta, até o final da década de setenta, quando o país se encontra no denominado processo de redemocratização.

Esse recorte se justifica na medida em que é possível constatar que o processo de deslocamento do discurso revolucionário nos documentos programáticos do PCB se torna cada vez mais presente e explicita-se pela primeira vez de modo ineludível na Declaração de Março de 1958, quando adotara a chamada “via pacífica” para o socialismo, depois ratificada no V Congresso em 1960 passando pelo VI Congresso (1967), que dá origem ao esfacelamento do partido imposto pelas dissidências armadas, indo até 1980, em meio à grave crise interna que então afetava o partido.

Após o golpe civil-militar de 1964, a recusa pelo PCB de uma solução militarizada como via de combate à ditadura e a ausência de reação significativa renderam severas críticas de boa parte de sua própria militância e de outros agrupamentos à esquerda, que o acusavam de reboquismo e pusilanimidade ante as articulações golpistas. Abatido pelas defecções, pela clandestinidade e baixas provocadas pela repressão, o que restou do partido inicia mais um dos seus históricos processos de autocrítica, o qual culmina no VI Congresso em 1967, onde, na contramão das dissidências armadas, reafirmou a sua opção por uma prática política democrática no plano institucional e de revolução processual, orientação programática que prevalecerá até os estertores do governo do último General, João Batista Figueiredo, no ocaso do regime civil-militar.

Desse modo, dentre as questões que nos interessam abordar, algumas são relativas ao percurso das representações sobre a questão da democracia para o PCB e as acusações de totalitarismo feitas ao comunismo, pilar dos argumentos conservadores desde o princípio da Guerra Fria.

Em fins dos anos 1970 e na década de 1980, já no contexto da “abertura”, surgiram representações memorialísticas conflitantes dentro da própria

esquerda, sobre a figura dos que optaram pela via armada contra a ditadura e quais os significados históricos de democracia para a esquerda brasileira. De um lado aqueles que entenderam como uma aventura “romântica” a opção pela guerrilha, ambientada pelo clima de agitação cultural e de protestos dos anos 1960. De outro, interpretações que propugnavam pela necessidade da “resistência” armada e derrocada aos desmandos e excessos da repressão. Sobre essa perspectiva em particular, pesaram críticas acerca do caráter autenticamente democrático de tal resistência, de vez que movimentos armados de esquerda existiram anteriormente ao princípio do regime militar, sendo entendidos em algumas interpretações como uma “contra elite alternativa” interessada no assalto ao poder do Estado,¹ onde a apropriação das representações sobre democracia cumpria apenas uma função tática e contingente.

No norte do Estado do Paraná, cenário de nossa abordagem, região de conflituoso histórico de ocupação da terra, desde a segunda metade dos anos quarenta, quando da redemocratização do governo de Eurico Gaspar Dutra, vinha o PCB se articulando junto aos trabalhadores da cidade e do campo, e mesmo posto na ilegalidade em 1947, logrou organizar-se em torno da Revolta de Porecatu, cuja repressão teve seu apogeu no princípio de 1951.

As primeiras organizações de natureza sindical na região surgem destes confrontos, tais como as ligas camponesas, depois as Uniões Gerais de Trabalhadores (UGT), que por sua vez vão dar origem aos sindicatos de trabalhadores rurais, com o objetivo de representar as camadas populares do campo.

A intensa militância dos comunistas provocou grande repercussão em toda a região, sobretudo pelo sucesso alcançado na fundação dos sindicatos rurais no norte do Estado, sendo o de Londrina o primeiro do gênero no Paraná e um dos primeiros no Brasil, fundado em 1956, em meio a uma reação visceral contra o que era denominado o “perigo vermelho” do “imperialismo soviético”.

Já no contexto da denominada *Guerra Fria*, todo um repertório de ações e representações foi suscitado para dar combate aos “emissários vermelhos”,

¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

desde o aparato jurídico-policial, ao discurso religioso e da imprensa, no intuito de qualificar o PCB como agente de um regime *totalitário* e inimigo da nação.

De qualquer modo, durante os oito anos que separam a fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e o golpe de 1964, o PCB construiu uma rede considerável de sindicatos no Paraná, como de resto em outras regiões do país.

Com o golpe, uma forte repressão se abateu sobre os movimentos sociais: os sindicatos sofreram a intervenção do Ministério do Trabalho, líderes sindicais e de esquerda foram presos, torturados, indiciados em inquéritos policiais e processados, e mesmo mortos ou “desaparecidos”, enquanto sindicatos eram depredados e incendiados, inaugurando um regime de exceção que perduraria até 1985, quando da eleição de Tancredo Neves para a Presidência de República, realizada de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, e tida como marco final do regime militar.

Durante esse período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) continuou sendo a agremiação que historicamente aglutinou o maior número de militantes descontentes com os rumos que a política tomara em nível local, somado, em 1968, à sua dissidência mais expressiva na região, face armada dos comunistas em Londrina, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Eventos recentes têm trazido à tona esse período conturbado da vida nacional, colocando as gerações mais jovens em contato com a temática da ditadura militar, tais como as questões em torno de arquivos sobre assuntos comprometedores que estariam sendo eliminados a mando de autoridades militares e as diversas formas de obstrução do acesso a esses arquivos; também a polêmica inaugurada com as ações indenizatórias aos perseguidos pelos algozes do regime e a reação ácida de setores do oficialato militar que sustentam um discurso semelhante ao de outrora, inclusive sobre a necessidade da tortura como método de extração de confissões, assomados à recente criação da “Comissão Nacional da Verdade”, além dos debates que nos interessam mais diretamente aqui, relativos à suposta natureza *democrática* ou *autoritária* dos movimentos oposicionistas do período, demonstrando que os “cadáveres insepultos” da ditadura continuarão emanando seus eflúvios, tanto mais na medida em que os releguemos ao limbo da memória histórica.

Pensando este período enquanto uma história do “passado recente” (para Bloch, o “atual”), recordamos as palavras do historiador franco-judeu, o qual afirmava que a “eficácia de uma força não se mede exatamente pela sua distância”². De fato, se para alguns, o regime militar possuía seus méritos, para muitos, trata-se de uma época para ser esquecida. Já a geração mais recente, presa de uma distância aparentemente abissal que separa a celeridade temporal que caracteriza a nossa contemporaneidade, dos acontecimentos que há cerca de três décadas entreteceram a urdidura da “transição para a democracia”, conhecem senão muito superficialmente aspectos mais específicos do regime que nos antecedeu, seja pelas polêmicas que eventualmente se estabelecem em torno da memória de seus partidários e opositores, seja pelos processos inconclusos de verificação e julgamento dos que em nome do Estado perpetraram torturas, impuseram desaparecimentos ou provocaram mortes forjadas como acidentes aos já prisioneiros nos órgãos de repressão.

Tais discussões demonstram que os embates pelo estabelecimento de uma “verdade” a respeito das formas de ação e representação tanto dos partidários do regime como de seus opositores estão longe do consenso, o que é, antes do mais, perfeitamente compreensível do ponto de vista historiográfico, recordando o descrédito em que caiu a noção positivista “de estrita observância”, como afirmou Marc Bloch sobre François *Seignobos*, para quem a coleta dos dados constituía o principal fundamento do labor histórico, desconsiderando o princípio de que o fato histórico não é um “fato positivo”, mas produto de uma ação que transforma a fonte em documento, de onde o historiador o constitui em problema e o consigna em história e memória.

Com efeito, a proposta desta pesquisa se justifica desde que, como bem assinalou Carlos Alberto Vesentini³ em relação às batalhas em torno da memória, “[...] Trata-se de ‘criar um acontecimento’ para impedir que outros acontecimentos se verifiquem” (1982: 235).

Nesse sentido, o distanciamento de quase meio século do início do interregno militar e as significativas transformações epistemológicas que se

² BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.65.

³ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: HUCITEC, p. 185.

verificaram na produção do conhecimento, nos instigaram à produção de uma releitura da prosopopeia que reverberou desde então, materializada sob a forma de documentos escritos e imagéticos constantes do *corpus* coligido.

Acreditamos ser nessa perspectiva a importância de um estudo sobre as ações e representações dos comunistas em torno da questão da “revolução brasileira” e da “questão democrática” que circularam entre aqueles que de algum modo foram identificados com a oposição ao governo dos generais, com foco no PCB do ponto de vista dos possíveis impactos e permanências desta época, como uma herança que reverbera de modo bastante concreto nas questões que atravessam o regime político atual, representado em geral como antípoda aos “tempos da ditadura”, mas que evidentemente comporta ainda um longo processo de construção de uma democracia de maior alcance e abrangência.

1 ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA

“A verdadeira viagem de descoberta não consiste em procurar novas paisagens, mas em ver com novos olhos”.

Marcel Proust

1.1 Teoria, fontes e metodologia

Nesse sinuoso percurso da produção e difusão da memória é necessário reconhecer os significativos processos de transformação de perspectivas por que vêm passando as análises sobre os movimentos sociais e partidários no Brasil, no conturbado contexto do início da década de sessenta e durante o regime civil-militar instaurado em 1964.

Desse modo, é possível assinalar no discurso historiográfico a grande variabilidade de semântica política a que estão submetidos os seus conjuntos explicativos. Em consequência, essa dinâmica e circularidade das representações devem ser reconhecidas nos seus diferentes níveis e condições de produção, ou seja, ancoradas em seu “lugar social”.

A própria miríade de ideias, imagens, conceitos, discursos, alegorias e outros recursos de linguagem que grassam nas fontes primárias, matéria-prima básica na oficina do historiador, não raro na mais completa desordem e lacunaridade, nos remetem a uma variada polissemia onde um suposto “grau zero” não resta senão como um idealizado ancoradouro de coincidência absoluta entre a expressão e a recepção do sentido.

É nesse sentido que Heidegger distinguiu a *Historie*, a atividade de produção do discurso histórico, da *Geschichte*, a ação humana no mundo. Também Paul Ricoeur aponta para outro “acontecimento” distinto do tempo da ação. Trata-se do tempo da intriga narrativa, da *Historie*, quando se realiza a *mediação* entre o tempo da natureza e da consciência, que em princípio estavam separados. De fato, a operação historiográfica elabora essa mediação não como tempo do vivido, mas

como uma imitação narrativa desse vivido, na medida em que o tempo humano está articulado de modo narrativo, e a narrativa só faz sentido na medida em que torna inteligíveis os traços da experiência temporal.

É então a narrativa o *locus* da “invenção” e da síntese que dispõem os méritos e vicissitudes dos sujeitos humanos; é onde se reconstrói altruisticamente ou de modo amesquinhador as motivações que levaram pessoas e grupos a optarem por tal ou qual atitude ante os eventos múltiplos e dispersos que se lhe apresentavam, sem que houvesse uma temporalidade unidimensional e um desfecho total e determinado *ex post facto* como supõe certa racionalidade que busca descrever uma realidade que, em última instância, é inacessível a uma descrição direta⁴. É nessa direção a afirmação de Ricoeur de que as intrigas que inventamos são o meio pelo qual nós organizamos “nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda [...]”⁵.

Desse ponto de vista, na relação entre representação e fato histórico, é problemática a utilização da noção de “realidade” na acepção forte do termo, na medida em que o modo como concebemos o estatuto da prova e a maneira como estruturamos a narrativa denunciam o caráter mediato e indireto dos fenômenos e o suposto sujeito universal e abstrato que produz e consome o discurso histórico.

Por essas mesmas razões, a noção de *representação* não poderia mais ser pensada como uma “mentira de classe”, como algo que dissimula o real, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, o reflete, conforme pensado por um determinado marxismo de extração mecanicista. Ao mesmo tempo, não deve ser pensada exclusivamente em sua dimensão social, como representações coletivas impostas de fora às consciências individuais, com o estatuto de “coisa”, consoante à escola Durkheimiana e seus sucedâneos.

Para Henri Lefebvre, as representações acontecem simultaneamente no processo de constituição do sujeito, tanto no plano da história individual como na criação do indivíduo em escala social, e é essa perspectiva que nos permite perceber os aspectos mais prosaicos das suas ações, o drama, o jogo

⁴ Ibid, p.10.

⁵ Ibid, p.11-12.

político e como o poder é realizado⁶. Há nessa perspectiva, um deslocamento e substituição contínuo das representações, definidas como sendo fatos ou fenômenos da consciência *individual* e *social* que acompanham uma palavra, ou uma série de palavras, um objeto ou uma série de objetos, podendo ainda outras vezes ser uma coisa ou conjunto de coisas que correspondem a relações que essas coisas encarnam, contendo-as ou velando-as, sempre em uma sociedade determinada⁷.

Dessa forma, não podem ser distinguidas em verdadeiras ou falsas, senão em estáveis e móveis, reativas e superáveis, em alegorias e em estereótipos incorporados solidamente em territórios e instituições⁸.

Na interpretação marxiana de *representação* (*Vorstellung*), esta designa uma abstração que é produto da divisão social do trabalho, e que, portanto não se sustenta no plano do real e seria inelutavelmente destruída pela ação revolucionária do proletariado⁹. Do ponto de vistas das consequências nas análises políticas e estratégicas dos movimentos revolucionários de orientação marxista no Brasil, por exemplo, uma apropriação determinista destas assertivas possibilitou enxergar a ditadura dos generais e mesmo do próprio sistema capitalista como contendo em seu bojo contradições para as quais faltava apenas o golpe final da classe proletária para derrubá-los, de cujos escombros irromperiam uma nova sociedade e um novo homem, conforme o entendimento de setores diversos tanto no interior do PCB como nas suas dissidências.

Contudo, Lefebvre, assim como Paul Ricoeur, reconhece que, mais que uma mera abstração, a representação consiste em uma *mediação*, desenvolvendo seu argumento de que esta é um intermediário entre o *vivido* e o *concebido*, em uma relação dialética entre a *presença* e a *ausência*, constatando que ela não pode reduzir-se nem a um fato linguístico e nem apenas ao suporte social onde está inscrita, é dizer, no seu *significante*. Dito de outro modo, as representações se sobrepõem à significação das palavras, mas não se reduzem a elas, como por exemplo, é o caso da metáfora. E ainda que o conceito supere as representações no âmbito das sociedades ocidentais logocêntricas, a sua mera

⁶ LEFEBVRE, H. *La Presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1983, p.20.

⁷ Ibid, p.23.

⁸ Ibid, p.24.

⁹ Ibid, p.29.

concatenação não dá conta de unificar ou produzir representações. Esta viceja no mundo das vivências e da experiência ainda não determinada e não ordenada no plano do concebido, incluindo a própria ideologia, de onde esta retira por sinal, a sua eficácia. Não estando subsumidas ou reduzidas ao *concebido*, demandam uma reflexão *a posteriori* que lhe confira verdade ou falsidade¹⁰, conforme suas condições de produção e a *episteme* a que está submetida.

Para Lefebvre, o *vivido*, mediado pelas representações ao mesmo tempo em que as engendra, é constituído pela subjetividade, a vivência social e coletiva. Trata do mundo das relações entre os seres, dos afetos, do encontro e da violência, dos vazios das ausências e da fruição da presença. O território do cotidiano é prenhe de representações *particulares* sobre o vivido, mas traz também as mensagens homogeneizadoras do poder, veiculadas pelas representações prevalentes nas relações sociais de produção (entendidas não apenas em sua dimensão econômica) e que expressam o saber formalizado, o *concebido* já estruturado. Vale dizer que essas dimensões não se separam a não ser para efeito de análise, e compreendem as *práticas* que se efetivam no espaço/território como o *percebido*, as *representações* desse espaço/território, que remete ao *concebido*, e o espaço/território dessas representações, ou o próprio vivido. Mencione-se que a noção de *território* aqui empregada subsume não apenas o espaço físico, mas a dimensão sócio simbólica onde são produzidos e onde circulam os significados sobre um determinado espaço.

Quanto ao *concebido*, inclui além do conceitual teórico, as ideologias direcionadas a um objetivo estratégico e a relação *dialética* que compreende o percebido e o vivido. A noção de dialética aqui é tomada não em sua clássica tríade hegeliana da “tese-antítese-síntese”, ou mesmo na apropriação marxista, da afirmação-negação dos termos com um sentido teleológico determinado, mas de entender o movimento contínuo entre os termos de uma relação sem serem aprisionados no esquema reducionista da lógica formal.

É nesse sentido que é possível refletir sobre a noção de *formação econômico-social* na perspectiva do pensamento lefebvriano, a qual compreende as dimensões sincrônicas e diacrônicas na abordagem histórica, ao formular uma fusão analítica entre passado, presente e futuro, permitindo perceber como as forças

¹⁰ LEFEBVRE, 1983, p.52.

produtivas, as relações sociais e todo o aparato simbólico que lhe corresponde avançam de modo *desigual*, em diferentes ritmos históricos, tendo por consequência a conjunção de diferentes lógicas simbólicas e temporais sobre uma mesma territorialidade.

Nessa mesma perspectiva, José de Souza Martins, ainda na década de 1980, observou como os métodos e esquemas teóricos utilizados por muitos autores que abordavam as transformações sociais, sobretudo no meio rural, adotavam uma perspectiva *evolucionista*, inferindo que as transformações sociais seriam unidirecionais em direção à expansão das relações capitalistas de produção no campo, constatando como “*além de um colonialismo teórico procedente dos países capitalistas, estamos igualmente submetidos a um colonialismo teórico de origem socialista*”¹¹.

Outro aspecto a ser observado no processo de apropriação das representações é a ênfase no elemento dialógico dentro de um determinado contexto, que nos permite reconhecer a *circulação e reciprocidade* no que se referem à instrumentalização simbólica operada pelos sujeitos, saindo do interior de uma perspectiva dualista onde supostas contradições políticas e/ou culturais se excluíam mutuamente, inter-relacionando sua forma e conteúdo aos elementos propiciados pela análise das fontes e da bibliografia coligidas, a partir do qual se poderá entender por exemplo a dinâmica entre o plano discursivo e o plano técnico jurídico da defesa arrolada nos autos criminais, uma das fontes utilizadas nessa pesquisa; e entre o plano político partidário e demais instâncias onde atuavam os envolvidos, os quais constituem indícios das práticas concretizadas no plano do vivido, no cotidiano.

Nessa mesma perspectiva, consideramos que o mundo das representações *não é nem informe nem formal*, é antes um espaço, vale dizer, um *espaço de representações*, onde as informações circulantes transmitem representações confundidas por uma parte com o saber, por outra como simples constatações nesse espaço,¹² e esse embate entre significações através das representações, ideias e conceitos são determinantes no modo como o vivido é

¹¹ MARTINS, José de Souza. Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural. In: *A chegada do estrangeiro*. São Paulo: HUCITEC, 1993, p.75-76.

¹² LEFEBVRE, p.96.

percebido e como o concebido se insere na cotidianidade na tensão entre a dominação de um lado, e a apropriação de outro, e nos usos que se fazem dos lugares e dos territórios.

Do ponto de vista da noção de representação conforme a perspectiva lefebvriana correlacionada com a formulação de cultura política de Sergei Bernstein, a tríade do *vivido*, *percebido*, *concebido* resulta um recurso heurístico bastante profícuo que possibilita pormenorizar as práticas e respectivas representações no interior de um determinado contexto visto pela larga grelha da *cultura política*, a qual configura famílias ou grupos culturais, que são úteis para identificar os referentes comuns do passado, do presente e do futuro, mas que não dá conta das especificidades tornadas “invisíveis” em uma abordagem de escopo mais específico. À medida que *representação* é tomada aqui como mediadora entre o vivido e o concebido, nos permite estabelecer e identificar genealogias e percursos na produção dessas representações que se verificam no interior de uma tradição política, é dizer, permite historicizar essa tradição sem restringi-las às categorias conceituais dadas, amarrando-as ao concebido, mas recuperando as *presenças* a que as representações podem conduzir.

O exemplo da doutrina cristã é bastante ilustrativo dessa possibilidade, pois a sua apropriação deu-se nos mais diversos protocolos de leitura, alguns com resultados trágicos, enquanto outras perspectivas e práticas produziram experiências bastante fecundas como o exemplo do Cristo apropriado pela Teologia da Libertação na América Latina.

Com efeito, tradições como o nacionalismo, corporativismo, trabalhismo e mesmo o catolicismo, imbricadas no espectro das tradições políticas brasileiras, constituíram referentes de cultura política que predispunham os indivíduos contra ideias coletivistas de cunho igualitário disseminadas pelos anarquistas, socialistas e os “agentes do credo vermelho”¹³. Mas ao mesmo tempo, a interação dialética entre as práticas e as vivências dos indivíduos no cotidiano produziam “brechas” nesses sistemas de significação concebidos em escalas para além do local, o que permitia vislumbrar possibilidades de apropriação estratégica desses mesmos referentes em outras chaves interpretativas. Com efeito, essa

¹³ Para os nossos propósitos, não caberia aqui detalhar as especificidades de cada um desses referentes políticos, para os quais no momento basta assinalar a sua circularidade e imbricação recíproca.

apropriação comporta diversos níveis interpretativos conforme as especificidades locais e individuais. Essas interações contingentes também podem ser verificadas historicamente pelas imbricações, alianças e acordos tácitos ou explícitos entre essas vertentes políticas no Brasil, como constatado, por exemplo, nas aproximações dos comunistas com os trabalhistas após a morte de Vargas e com os católicos reunidos na Ação Popular (AP) no princípio da década de 1960.

Já o nacionalismo foi apropriado pelos militantes do PCB na perspectiva leninista da autodeterminação dos povos nos marcos do estado nacional, concebendo a validade das aspirações nacionalistas subordinadas aos interesses das lutas de classes. Ou seja, ao mesmo tempo em que os limites do desenvolvimento capitalista fundados nas relações de classe e de propriedade “destruíram a criação burguesa da nação [...] transformaram a questão nacional em ponto de conexão do enfrentamento das classes no nível nacional e internacional”¹⁴.

Outra questão importante na abordagem das representações, tanto de comunistas como de anticomunistas, é a necessidade de nuançar e identificar as diferentes figurações de *totalitarismo* e *democracia* que aparecem nas fontes e como elas circularam nos diversos veículos de difusão social no período proposto. Entre as representações que ganharam força no movimento anticomunista está o aspecto supostamente totalitário impingido ao PCB por força de sua identidade ideológico-política e seus liames com o Movimento Comunista Internacional (MCI), cujo centro político naquele momento era Moscou. A sua contra face seria a democracia de matiz liberal veiculada como antídoto eficaz contra os comunistas.

Estes por sua vez se viam premidos pela metonímia entre o PCB e o PCUS à época de Josef Stalin e todos os desdobramentos que a revelação de seus crimes trouxe aos PC's de todo o mundo, ao mesmo tempo em que se colocava a questão da democracia de maneira ostensiva a partir do V Congresso do partido em 1960.

Em sua conhecida reflexão sobre o *totalitarismo*, Hanna Arendt o aborda como categoria histórica e não conceitual. Em “As Origens do Totalitarismo”, Arendt entende que o totalitarismo no campo socialista, tem seu referente e se

¹⁴ SILVA, Marilene Corrêa da. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p.36.

esgota na ditadura stalinista, considerando que as ditaduras de partido único, sejam elas comunistas ou fascistas, não são totalitárias, de maneira que nem Lênin e nem mesmo Mussolini seriam totalitários, o que não pode se escusar nas análises sobre os regimes de Stalin e Hitler. Para Arendt, portanto, o totalitarismo termina com a morte desses líderes, não se devendo usar essa categoria indiscriminadamente estendendo-a para períodos anteriores ou posteriores, ou em outros contextos históricos sem considerar rigorosamente as especificidades de cada regime político.

Perspectiva diferente é adotada por Claude Lefort em “A Invenção democrática, os limites da dominação totalitária”, onde procura demonstrar que a *invenção democrática* está situada entre contextos históricos determinados, quais sejam, entre o Antigo Regime e o Estado Totalitário, concebendo, contudo, o sistema totalitário como categoria conceitual onde o social e o político são plasmados em um corpo único e indiferenciado, na forma Partido-Estado, em uma metáfora orgânica onde os órgãos e células constituem o tecido social, guiados pela cabeça, o *Uno* ao qual todos são subsumidos.

Com efeito, a categoria “totalitarismo”, não se aplica nem ao PCB, a começar pela razão óbvia de ser partido não governante, nem ao regime militar brasileiro, tendo este uma característica autoritária, que não alcançou uma dimensão propriamente totalitária na medida em que não havia uma ideologia que consubstanciasse sua inserção na esfera privada, atuando principalmente na restrição dos espaços públicos de atuação política, ainda que evidentemente buscasse se legitimar por meio de estratégias de propaganda e de todo o aparato ideológico sob controle ou influência do Estado, além do uso ordinário do medo e da violência impostos pelas forças policiais.

Ao mesmo tempo, entendemos ser equivocado um viés analítico que aborda ditadura e democracia de modo excludente, sendo possível verificar que, independente da modalidade do regime político estabelecido no Brasil Republicano, os mecanismos de repressão política foram se especializando, e ainda que ostensivamente deflagrados nos períodos denominados autoritários, nunca foram totalmente desativados durante os períodos considerados ‘democráticos’.

Essa perspectiva nos permite evitar a noção dualista que identifica nos períodos ditatoriais um Estado de tipo *Leviatan*, absolutamente exterior à sociedade civil que torna invisíveis os indivíduos e as representações sociais, não

necessariamente restritos às camadas dominantes da sociedade, os quais expressavam assentimento às práticas autoritárias e discriminatórias, denotando a fraca cultura democrática no Brasil de então e, mais que isso, a posituação de uma cultura autoritária pulverizada na sociedade, naquilo que Paulo Sérgio Pinheiro denominou “autoritarismo socialmente implantado”.

Nesse mesmo sentido, vão as críticas de Leonardo Avritzer sobre as “teorias da transição para a democracia”, que consideram de modo geral que o autoritarismo constitui um período temporal definido em oposição à ordem democrática, levando a crer que a ausência de constrangimento explícito às práticas políticas seja equivalente à democratização. Ou seja, para além da formalização das regras democráticas, seria necessário implementar um “cultura democrática”, ou por outra, pensar um “sujeito democrático”, que é afinal onde se entrecruzam o sistema político e as normas, valores, crenças e tradições culturais, vale dizer, as *representações* que instituem e são instituídas pelos sujeitos e grupos societários no mundo da vida, no cotidiano.

Com a crise que assolou o estruturalismo e os grandes discursos das ciências humanas, nas últimas décadas do século passado, fundados no princípio da causalidade na acepção forte do termo, irrompeu a necessidade de abordar-se o *cotidiano* como *locus* privilegiado de re-conhecimento dos sujeitos. Duas faces de *Janus*, essa cotidianidade apresenta uma dimensão do *vivido* que é atravessada política, econômica e culturalmente pelos sistemas em escalas globais onde predominam as *formas* e estratégias disciplinares oriundas de concepções transcendentais-legisladoras, fundadas em princípios de repetição mimética que empobrecem o real.

Em sua outra face, contudo, é nesse mesmo cotidiano que se encontram as atitudes e gestos que potencializam e fecundam o novo e o diferente, enquanto possibilidades de um devir democrático.

É nesse sentido que, do ponto de vista do conhecimento, é necessária uma inter-relação dialética entre o discurso racional e o vivido, com uma renovada ênfase neste último, reconhecido em suas diferentes temporalidades e territorialidades, e que dê conta da especificidade do contexto histórico, sem, no entanto, resvalar para um relativismo inócuo e estéril, procedendo a sua

comparação em escalas mais amplas ou em planos “gerais”, como diria Jacques Le Goff.

Esse viés epistemológico se inscreve naquilo que Boaventura de Souza Santos, inspirado no pensamento lefebvriano, denominou de *Sociologia das Ausências*, voltada ao combate do pensamento hegemônico e suas formulações, na busca da superação da monocultura do saber científico, do tempo linear e da naturalização das diferenças, entre outros elementos próprios do paradigma regulatório. Para Santos, há uma “tensão e crise entre a regulação e a emancipação social e entre a experiência e as expectativas na sociedade moderna ocidental. No plano social, há uma regressão, que se agrava, sobretudo, nas últimas décadas, com perdas de direitos e possibilidades futuras e, no plano epistemológico, a crise do pensamento hegemônico das ciências sociais, centradas em uma razão eurocêntrica e indolente, incapazes de produzir novas ideias”¹⁵.

Ante a essas injunções, Santos propõe um “realismo pragmático”, entendendo que “há representação real nos termos em que a realidade se opõe” sem que por isso haja “uma maneira imediata de conhecer a realidade”¹⁶. Considera que é necessário sempre uma posição construtivista, em oposição a certos vieses das filosofias da desconstrução, que acabam por desconstruir a capacidade de resistência de pessoas, grupos, movimentos sociais ou teorias sem contribuir com algum elemento construtivista e realista. O próprio Jacques Derrida teria demonstrado em seus últimos livros sobre Marx “como a desconstrução o deixava sem resistência, e o mesmo aconteceu com Foucault”¹⁷.

De acordo com Santos, as perspectivas epistemológica, teórica e política estão intimamente imbricadas no desafio da reconstrução de uma utopia crítica. Desnecessário dizer que isso não significa omitir a crítica movido por uma parcialidade das análises, mas priorizar a pauta das demandas coletivas e da ampliação da cidadania social, econômica e política.

É então nesse sentido que consideramos pertinente uma análise relativa ao percurso da série de representações sobre o comunismo personificado no PCB e o anticomunismo que caracterizou o período em questão, no contexto do

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.8.

¹⁶ Ibid, p.81.

¹⁷ Ibid, p.82.

norte Paranaense, balizados pela temática da democracia – ou da sua ausência, questão que foi posta não apenas pelos seus críticos e opositores à direita, mas pelas esquerdas e pela historiografia mais recente, no sentido de discernir entre o caráter antidemocrático e com uso da violência por parte dos setores da esquerda tanto antes como após o golpe, e os movimentos propriamente de resistência e democráticos forjados no combate à ditadura civil-militar instaurada em 1964.

No que tange às fontes, o contexto de crise política que predominou durante os anos sessenta até os anos oitenta, tornou-se um período privilegiado na produção de documentos relativos às ações e representações tanto dos representantes do Estado como dos movimentos de esquerda.

A princípio, o conjunto documental é constituído de processos-crime de natureza política relativos ao período 1964-1972, sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), os quais vão contribuir para elucidar as representações da repressão e da oposição durante os governos militares instaurados a partir de 1964 no Brasil, vistos a partir do contexto da cidade de Londrina, no norte paranaense, além do acervo da DOPS disponível no Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), na capital do Estado do Paraná, cujo *corpus* abrange documentos desde a década de 1940 até o princípio da década de 1980.

O acervo do DOPS/PR sob guarda do DEAP é constituído de 62.500 fichas e aproximadamente 7.000 pastas divididos em três séries: fichas nominais, pastas nominais e pastas por assunto. Essa documentação foi transferida da Subdivisão de Informações da Polícia Civil, integrante da Secretaria de Estado da Segurança ou Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁸.

A partir desses documentos, coligimos um conjunto de fontes para análise histórica do período. Em uma análise preliminar nos processos criminais de natureza política, encontraram-se cartas pessoais, telegramas, notas fiscais de compra, documentos partidários, selos, letras de música, fotos, panfletos, artigos de jornal, além dos pareceres, depoimentos e sentenças, que ajudará a reconstituir em certo grau o perfil identitário dos indivíduos e organizações envolvidos, assim como

¹⁸ PARANÁ. *Decreto nr 577*, de 11 de julho de 1991, que extinguiu a DOPS e transferiu os arquivos desse órgão para o Departamento Estadual de Arquivo Público. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=23023&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 20nov.2012.

as formações discursivas que caracterizaram tanto setores dos movimentos considerados subversivos, quanto dos representantes de entidades sob o signo do pensamento conservador ou do Estado.

Do ponto de vista metodológico, a *hermenêutica* tem se constituído em um instrumento auxiliar importante no campo de análise do discurso aplicada à pesquisa histórica¹⁹ suscitando questões relativas ao campo cultural e das estratégias de resistência ao poder persecutório a partir das análises discursivas dos agentes. A hermenêutica é tida não necessariamente como uma teoria ou método, mas como uma ferramenta para abordagem crítica da estrutura dialógica do enunciado, sem limitar-se à sua lógica intradiscursiva, mas visando precisamente a constituição mesma dos enunciados, pois “disso resulta que a primeira interpretação – a formulação do enunciado – condiciona as demais, inclusive a análise lógica: a lógica trata da validade de enunciados, mas a interpretação precisa responder a uma pergunta anterior e mais fundamental, de que resulta o próprio sentido do enunciado” (ALBERTI, 1996:34). Este esforço compreensivo visa reconstruir o pensamento do outro, lançando mão de uma abordagem que busca reconfigurar no plano simbólico a mensagem do sujeito enunciator em questão. O *locus* desse processo de reconstrução seria o círculo hermenêutico, de modo que as partes se referenciam a um contexto e vice-versa: “A compreensão é então circular porque é nesse círculo que surge o sentido” (1996:39).

Deste modo, a hermenêutica²⁰ visa depreender a relação dialógica dos conflitos de interpretação, posicionando o processo de significação de modo a ultrapassar o problema da redução de uma semiótica que se atenha apenas à relação entre os sujeitos discursivos, propondo uma semiotização global que abranja o âmbito da intenção presumida do sujeito do enunciado, e seus referentes extra discursivos. Com efeito, é fundamental identificar o lugar social e as contingências que atravessam a fala de quem enuncia.

Também no que se refere aos procedimentos metodológicos de análise da documentação, Règine Robin, pensando a utilidade das ferramentas da linguística na investigação histórica de textos, adverte quanto à necessidade de

¹⁹ ALBERTI, Verena. A existência na História: Revelação e riscos da Hermenêutica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 19, nr 17, 1996.

²⁰ SCHLEIERMACHER, Friederich D.E. – *Hermenêutica*. Arte e Técnica de Interpretação. Petrópolis: Vozes, 1999.

evitar a concepção do discurso como elemento indiciário do comportamento político, como se houvesse uma relação de transparência entre o sujeito e a palavra e determinados léxicos fossem estanques e correspondentes a um determinado grupo político, fechando-se os olhos para as estratégias de enunciação que sofrem sempre as injunções do contingente, tanto mais no caso de processos crime e a esfera coercitiva que o Judiciário representa em geral. Decorre dessas considerações a importância da análise específica das condições de produção do discurso, buscando identificar entre outros elementos, seu enunciador, o contexto da enunciação e seu destinatário.

Destarte, na utilização de fontes de caráter jurídico, algumas especificidades devem ser observadas relativamente aos autos criminais impetrados durante o regime militar, os quais serão umas das fontes utilizadas neste trabalho. Em primeiro lugar, trata-se de uma documentação que em princípio não tem a intencionalidade de um relato a ser utilizado como fonte de investigação propriamente histórica, sem que, evidentemente, o eleve à condição de 'restituir' os fatos, em um fetiche historicista do documento. Em segundo, os autos de natureza persecutória constituem fontes sumamente interessantes para esta análise histórica por serem produzidos em um contexto que, ironicamente, tornou-se um momento privilegiado no que se refere à identificação de formações discursivas relativas às tensões e conflitos no interior de um regime autoritário.

Do ponto de vista da especificidade da linguagem utilizada, também o jargão jurídico interpõe obstáculos à compreensão da estrutura da narrativa, esterilizando os discursos dos réus, vítimas e depoentes de todo palimpsesto da verbalização e dos gestos que a escrita impõe à fala, além das invisíveis articulações de bastidores no plano extra discursivo, onde motivações procedentes de outras instâncias sociais, de âmbito público ou privado, se amalgamaram aos discursos formalizados da defesa e da acusação.

Para o nosso mister, também lançaremos mão de entrevistas orais enquanto um método de pesquisa de fato muito antigo e que, desde *Heródoto* e *Tucídides*, busca auferir relatos baseados na memória individual de pessoas que participaram de visões de mundo ou foram testemunhas enquanto pertencentes à geração coetânea aos acontecimentos. Esse método permite produzir fontes de consulta através das quais se podem investigar acontecimentos históricos,

instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos sociais, conjunturas, etc.²¹ Quanto à tipologia da fonte, o advento da gravação de voz permitiu “imobilizar” o depoimento, tornando-o passível de consulta múltiplas vezes, e elevando-o ao estatuto de documento. Para os nossos propósitos, trata-se de estabelecer relações comparativas entre o geral e o particular, partindo-se da forma como o passado é apreendido e estruturado por indivíduos e grupos, concebendo os seus relatos como um dado objetivo para compreender suas ações²².

Em face dessas considerações, não é por outra razão que Paul Veyne diz que a história deveria ser uma luta contra o viés imposto pelas fontes, considerando o verdadeiro problema da epistemologia histórica o problema da crítica das fontes e sentenciando: “o conhecimento histórico é o que dele fizeram as fontes”²³.

Nesse sentido, na análise de um conjunto de fontes relativas a um período de intrincado confronto ideológico como o que está em tela, é redobrado o cuidado para entender os acontecimentos históricos e buscar a sobriedade analítica que convém a todo aquele que labora nas oficinas da História.

1.2 Caracteres da formação social, política e econômica do Paraná

A emancipação do Estado do Paraná ocorreu em 1854, quando os comerciantes de gado e grandes proprietários de terras de um lado, e os exportadores e indústrias de erva-mate do outro, constituíram as duas frações de classe dominante que disputaram o poder político no estado por mais de um século²⁴.

²¹ ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.18.

²² Ibid. p.19.

²³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983. p.265-266.

²⁴ FILHO, Francisco Magalhães. Agentes sociais no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, nr86, set/dez., 1995, p.4. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/351/301>. Acesso em: 20junr2012.

É então por meio dos conflitos e acordos decorrentes desse “bloco de poder” que se dinamizou a economia do estado e configurou a sociedade paranaense até a década de quarenta do século passado²⁵.

Desse modo, as políticas de “desenvolvimento” do estado nesse período foram direcionadas aos seus interesses, com raros episódios de conflitos entre essas frações que escapassem ao controle dos acordos e compensações que caracterizavam o sistema político brasileiro, sobretudo durante o período imperial, sendo apenas durante a denominada fase de transição de um bloco hegemônico para outro, que a burguesia liberal ligada à produção do mate enfrentou as lutas e fuzilamentos dos episódios da Revolução Federalista no Paraná ²⁶.

Gradativamente o comércio de animais entrou em descenso e consolidou-se uma burguesia industrial, comercial e financeira em torno da produção da erva-mate e madeireira, dando origem em paralelo ao surgimento de pequenas e médias indústrias de bens de consumo corrente.

Com a substituição forçada de importações e o crescimento das exportações decorrentes da Primeira Grande Guerra, essa burguesia consolidou seu poder. Contudo, ocorreu uma grande viragem em 1930, quando perdeu sua ascendência política e foi substituída pela fração da burguesia ligada ao comércio de animais e da pecuária dos Campos Gerais com quem compartilhara o poder anteriormente²⁷, entrando a indústria ervateira em profunda crise na década de 1940, sofrendo primeiro o *crack* de 1929, e após, a concorrência argentina que atinge em cheio suas exportações, agravadas ainda pelos conflitos entre os industriais de um lado, e os produtores e cancheadores do outro, que se organizaram em cooperativas voltadas à defesa dos preços da matéria-prima²⁸. Ao longo das décadas seguintes, sem uma fração hegemônica próxima ao poder e com os grupos sucedâneos desprovidos de peso econômico e político e com interesses divergentes aos das interventorias do Estado Novo, o Paraná passou a gravitar mais em torno dos interesses e objetivos vinculados ao bloco de poder nacional do que aos interesses locais.

²⁵ FILHO, 1995, p.5.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid, p.8.

²⁸ Ibid, p.9.

Sobrepondo-se a essas circunstâncias, a cafeicultura, dinamizada, sobretudo com o término da Segunda Guerra Mundial, foi determinante nas configurações de força, sociais e econômicas do estado, quando o norte do Paraná conheceu uma grande expansão econômica, alcançando a população meridional, mais antiga, tornando-se contudo, mais rico e socialmente diferenciado²⁹.

Colonizado nas décadas de vinte e trinta do século passado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), colonizadora de capital inglês, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma economia cafeeira com uma minoria de culturas temporárias, predominando inicialmente as pequenas e médias propriedades rurais ao lado de grandes fazendas³⁰. Essa região foi definida geograficamente em três sub-regiões: Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo, estando a região de Londrina situada na porção do Norte Novo, aqui denominado genericamente Norte do Paraná.

Essa região fora ocupada bastante posteriormente ao primeiro fluxo de povoamento do estado, que se limitou à região leste, mormente a faixa litorânea, ao Planalto Curitibano e ao Centro-Sul do Estado, tendo permanecido isolada de grandes movimentos expansionistas internos até a década de 1920, quando grandes concessões de terras devolutas a particulares foram realizadas pelo governo do estado, sobretudo após 1928, sendo em sua maioria anuladas com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, uma vez que foram consideradas como improdutivas e ostensivamente reservadas para especulação fundiária.

Ainda na década de 1920, uma missão inglesa chefiada por *Lord Edwin Samuel Montagu*, representada na pessoa de *Simon Joseph Fraser*, o *Lord Lovat*, o qual estivera em missões colonizatórias na Austrália e na África, visitou a região Norte do Paraná tendo, em 1927, adquirido do Governo do Estado cerca de 500.000 alqueires das melhores terras, situadas no polígono formado pelos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Segundo José Joffily, o objetivo dessa missão estava associado a dívidas do governo brasileiro junto a credores britânicos, oportunizando

²⁹ FILHO, 1995, p.9.

³⁰ CESÁRIO, A.C. *Poder e Partidos Políticos em uma cidade média brasileira: um estudo do poder local: Londrina 1934-1979*. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p.17;57.

a abertura de uma área para extração de capital a ser colocado no circuito econômico de expansão do capital inglês³¹.

Parte significativa das terras em questão estava sendo questionada por antigos concessionários e posseiros de quem a Companhia teria comprado todos os títulos e posses em disputa. Essa versão foi, contudo, contestada por Nelson Tomasi sobre a compra e recompra de títulos de posse de procedência duvidosa pela CTNP (que seria então uma forma de obter garantia de jurisdição sobre suas terras) frisando a dificuldade de obtenção de títulos de posse pelos posseiros no período, impossibilitando, portanto, a sua negociação³².

Fundada com sede em Londres em 1925, a *Paraná Plantations Limited* se associara à Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, iniciando o seu plano de colonização com a fundação de cidades e a construção de estradas de ferro, de onde surgiram Londrina, fundada em 1931, e Maringá, em 1947³³.

Com as campanhas de propaganda um grande contingente de colonos foi atraído para a região e, embora predominasse a cultura cafeeira de grandes fazendas, expandiu-se paralelamente a pequena propriedade e a policultura.

De fato, Caio Prado Junior observou que no Paraná de 1950, 7% das propriedades rurais eram de 200 hectares ou mais, ocupando 58% da área total do estado, 7% estavam na faixa de 100 até 199 hectares e ocupavam 11% da área; entretanto, 85% das propriedades eram menores que 100 hectares e abrangiam apenas 25% das terras,³⁴ havendo ainda um aumento na concentração nas décadas de 1960 e 1970³⁵.

Pierre Monbeig, que estudou o processo de colonização do Norte do Paraná comparativamente ao processo de ocupação do oeste paulista, caracterizou aquele como uma colonização “não mais de franco-atiradores ou de associações de

³¹ JOFFILY, José. *Londres, Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.41-45.

³² TOMAZI, Nelson *Norte do Paraná: História e Fantasmagorias*. 1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997, p.224.

³³ WESTPHALEN ET al. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Deputo de História, nr 7, 1968, p.3.

³⁴ PRADO JR, Cai. *A questão agrária no Brasil*. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987, p.32.

³⁵ ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998, p.259.

famílias – mas do tipo de economia capitalista moderna”³⁶, o que irá influenciar a composição social dessa região, evitando a predominância quase exclusiva dos latifúndios e a hegemonia de poder de oligarquias familiares baseados em relações de dependência pessoal.

Com efeito, a região Norte do Paraná constituiu um prolongamento da marcha pioneira paulista que se estendera para o território ao sul do Rio Paranapanema por meio da ação planificadora das companhias de colonização. Em função do olhar dos engenheiros e imobiliários, projetou-se o fracionamento racionalizado do território urbano e rural, definindo os contornos da cidade e do campo. Esse movimento dá-se no contexto da *Marcha para o Oeste*, criada no Governo de Getúlio Vargas na década de 1940 na busca de impulsionar o processo civilizatório dos sertões do Brasil Central e consolidar a perspectiva autoritária e centralizadora do Estado em face da ocupação e unificação da hinterlândia brasileira.

Mais que a mera ocupação territorial, o Estado Novo pretendeu construir uma nova sociedade projetada como democrática e fortalecer o seu senso de identidade nacional. Tendo no componente geopolítico um fator estratégico de ocupação territorial, foram criadas agências para elaboração e implementação de políticas destinadas a ocupar os “vazios” territoriais, noção que atualizava a noção de “sertão”, concebido como *espaços abandonados* pelo poder estatal, desde os registros de Euclides da Cunha. Essa política foi difundida como um programa específico que anunciava uma “marcha para o oeste”, cuja formulação teve a participação do poeta modernista Cassiano Ricardo, diretor do jornal oficial do Governo Vargas, o qual postulava a valorização do território como base de afirmação da nacionalidade. Para esse autor, era necessário efetivar a posse das zonas já conquistadas pelos bandeirantes históricos, conforme expõe em seu livro *A marcha para o Oeste: a influência do bandeirante na formação social e política do Brasil*, de 1940. O Programa governamental foi lançado nesse mesmo ano por ocasião dos festejos de fundação da cidade de Goiânia, com a meta de ser uma diretriz de integração territorial democrática para o Brasil³⁷.

³⁶ MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p.72, apud WESTPHALEN, 1968, p.9.

³⁷ OLIVEIRA, Lucia Tipi. *Visões do Brasil*. Disponível em:

<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/html/6Cenario_socio_cultural/Visoes_do_Brasil.asp>. Acesso em: 13 set. 2006.

Se a bandeira deu origem à democracia, ainda incipiente e se esta se generalizou mais tarde, bem é de ver até onde contribuiu prá tal ocorrência, graças à mobilidade externa em virtude da qual consegue: uma geografia antitotalitária; espaço bastante prá nossa alegria de viver em liberdade, em grupos sociais primários [...].³⁸

Com efeito, em um duplo movimento, um aspecto implícito e fundamental desse programa consistia na canalização das tensões fundiárias para longe dos focos de conflito e incentivava o modelo da pequena propriedade nas regiões de fronteira colonizatória na modalidade de apropriação como mercadoria³⁹.

Contudo, os denominados “vazios territoriais” abrangiam regiões como as históricas reduções do velho Guairá no oeste do Paraná, terras secularmente habitadas por indígenas e disputadas entre portugueses e espanhóis desde o séc. XVII, com predominância ao norte do estado, das tribos *Xetá* e *Kaingang*, da família linguística *Jê*, alvo da preação constante dos bandeirantes paulistas por várias gerações. A cultura *Kaingang* fora objeto da abordagem de *Kurt Nimuendaju*, *Herbert Baldus* e *Egon Schaden*, denotando sua preocupação com o processo de franca aculturação por que essa etnia vinha passando, precipitando o desaparecimento de seus caracteres culturais mais específicos. Com efeito, historiadores da história recente não raro continuam adotando a perspectiva da inexistência de populações indígenas na região Sul e Sudeste do país, reforçando a falsa noção de “vazio demográfico” nas terras do interior, que teriam sido habitadas e colonizadas *a posteriori* principalmente pelos imigrantes europeus e empresas de colonização imobiliária^{40_41_42_43}.

Do mesmo modo, as terras do Norte do Paraná foram, até segunda metade do século XIX, uma área de luxuriante floresta habitada por indígenas, caboclos e posseiros. As primeiras reduções do Guairá estavam situadas próximas à

³⁸ RICARDO, Cassiano, 1970. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio; São Paulo, Editora da USP: XXXVIII. Apud LOPES, 1982, p.240.

³⁹ VELHO, 1977, p.128,150 apud ARIAS NETO, 1998, p. 87.

⁴⁰ Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. Disponível em:

<<http://www.socioambiental.org/pib/epi/kaingang/notas.shtm>>. Acesso em: 12 set.2006.

⁴¹ MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Kaingang*: a história épica dos índios Kaingang no Paraná: 1769-1924. Maringá: EDUEM, 1994. p. 275

⁴² MOTA, Lúcio Tadeu. *Novas contribuições aos estudos disciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. da UEL, 2004. 413 p

⁴³ HOLTZ, Edson *Faces ilícitas de uma cidade*: representações da prostituição em Londrina (1940-1966). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Campus de Assis, 2001.

foz do rio Pirapó no Paranapanema, tendo uma população indígena estimada em 200 mil pessoas, com cerca de metade vivendo às margens do rio Tibagi. Essas reduções, datadas entre o breve período de 1629 a 1632, foram arrasadas pelos bandeirantes paulistas, empurrando jesuítas e guaranis para o sul e para a outra margem do rio Paraná em busca de minas de ouro e prata, e trazendo os que caíam cativos para vender em São Paulo. Os tratados de 1750 e 1777 entre Portugal e Espanha reconheceram a dilatação da fronteira lusitana para oeste, permanecendo, entretanto essa região em particular praticamente desabitada após as expedições bandeirantes⁴⁴.

O processo de reocupação dessa região se iniciou, segundo Cássio Vidigal, logo após 1853, nas terras situadas entre o Rio Itararé e a margem direita do Rio Tibagi, por onde entraram sertanistas mineiros, fluminenses e paulistas⁴⁵.

Já na década de 1920, a Companhia de Terras Norte do Paraná visava inicialmente desmatar a terra para a formação de uma *plantation* de algodão, mas com o insucesso da empreitada, acabara dividindo a terra em grandes lotes para a venda. Contudo, a grave recessão econômica iniciada em 1929, assomada à Revolução Constitucionalista de 1932 e o início dos conflitos bélicos na Europa em fins da década de 1930 levaram seus administradores a adotar o parcelamento em pequenos e médios lotes, objetivando uma maior rotatividade do capital investido, conforme observado nas experiências anteriores nas colônias holandesas. Esse modelo de mercantilização fundiária catalisou um grande afluxo de colonos e aventureiros para as terras da CTNP, sobretudo por meio das linhas férreas da Ferrovia São Paulo-Paraná, que alcançaram Londrina em 1935⁴⁶.

O município de Londrina, alcunhado “Pequena Londres”, pertenceu inicialmente à distante comarca de Tibagi, já na região dos Campos Gerais, na porção centro leste do estado, passando para a administração da Comarca de São Jerônimo e, em 1931, ao distrito administrativo de Jataizinho.

Passou à condição de município em 1934 tornando-se Comarca em 1938. No início da década de quarenta possuía uma área equivalente ao Estado do Sergipe e se não tivesse sido desmembrada teria constado no censo de 1950 como

⁴⁴ LOPES, 1982, p.17.

⁴⁵ VIDIGAL, C.. Contribuição para o estudo de uma região do Paraná. In: *Revista o Ateneu Paulista De História*, p. 63, apud HOLTZ, 2001, p.33.

⁴⁶ ARIAS NETO, 1998, p.58.

o sexto município do país em população.⁴⁷ Até 1943 foram contados 373.774 habitantes na extensa área municipal que conglomerava as cidades de Arapongas, Apucarana, Rolândia, Mandaguari e Cambé, sendo sua população à época maior que a de Belo Horizonte e pouco menor que a de Porto Alegre⁴⁸.

Após os sucessivos desmembramentos foi reduzida a uma área de 2.081 km² na década de 1950, congregando ao município cinco distritos e onze povoados. Na esteira do formidável crescimento demográfico no pós-guerra, sua população saltou de 72.000 habitantes em 1950 para 134.000 no início da década seguinte⁴⁹. Segundo Pedro Calil Padis, o fenômeno de expansão da região Norte do Paraná foi de fato surpreendente, pois “Em menos de quarenta anos, uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 36 por cento do território paranaense, transforma-se, de densa mata absolutamente despovoadada (sic), em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843.000 habitantes (34 por cento da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável”⁵⁰.

A região de Londrina, situada em um espigão a 610 metros de altitude na porção central do setentrião paranaense, possui a temperatura média anual em cerca de 20°C, de verão quente e inverno ameno ainda que eventualmente registrasse temperaturas baixas no inverno, chegando a atingir episodicamente temperaturas negativas. Seu relevo levemente ondulado e seu clima subtropical úmido, com chuvas em todas as estações, mas com a possibilidade de estiagens no inverno, favorecia a vegetação ombrófila⁵¹ mista que se disseminou em uma densa mata de tipo pluvial tropical e subtropical. Os índices de umidade relativa do ar médio anual são em torno de 69%. O tipo de solo é predominantemente basáltico de grande fertilidade, considerado como um dos mais férteis do mundo, conhecido

⁴⁷ Folha de Londrina, 20 ago. 1957, apud BENATTI, A. P.. *O Centro e as Margens: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960)*, 1997, p.71.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ LOPES, 1982, p.58

⁵⁰ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. 2 ed. Curitiba: IPARDES, 2006, p.129.

⁵¹ Qualidade ou característica das plantas cujo desenvolvimento exige clima chuvoso ou dele se beneficia. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Houaiss. Editora Objetiva, Dezembro de 2001. Versão 1.0

como “terra roxa”⁵², cuja ocorrência no norte do estado o tornara bastante cobiçado para a cafeicultura.

Em sua “pujança barrenta” nos dizeres de Carlos Francovig, acabou tornando-se um polo de atração de homens em busca de um meio de subsistência ou enriquecimento. No bojo desse deslocamento humano, a fama de “terra onde se anda sobre dinheiro”⁵³ atraiu também toda sorte de aventureiros, jogadores, prostitutas, cáptens e escroques que aqui aportavam farejando oportunidades que só a riqueza circulante advinda do “ouro verde” poderia propiciar.

Tamanho foi o alcance das representações da cidade como “Eldorado” e “Terra de Promissão” e o consequente afluxo de novos imigrantes que, segundo o anedotário, teria existido mesmo uma grande placa em uma das entradas da cidade com os dizeres “Igual a você aqui temos dez mil. Volte”, denotando a intolerância com os recém-chegados. O desenho dessa placa ilustrou o romance “Escândalos da Província”, de 1959, onde Edson Maschio retratou o cotidiano local de forma ferina, atraindo a curiosidade – o livro vendera cerca de 2 mil exemplares em apenas uma semana – mas também a ira de figuras da sociedade, levando o livro a ser “censurado, apreendido e queimado” e fazendo com que seu autor tivesse de deixar a cidade.

O livro abordava casos como o de um juiz de direito “que era pederasta e que bordelizava a justiça; um padre que convertia a Igreja em balcão comercial; um político aventureiro que se projetava à custa do dinheiro etc.”⁵⁴, enfim, coisas do cotidiano que acabaram suscitando algumas sensibilidades contra o autor.

Por ser uma zona de fronteira e termo de uma linha férrea, o lugar era caracterizado como “boca de sertão”, ou, na linguagem dos ferroviários, como “ponta de trilhos”, um lugar sempre sujeito ao desassossego, pela diversidade de pessoas que ali aportavam, vindos de todas as regiões do país e mesmo do exterior

⁵² A “terra roxa” na verdade é em tom de vermelho, no que já se deduziu tratar-se a denominação de “roxa” de uma corruptela da palavra “rossa”, “vermelho” em italiano, que na transladação para o português foi assemelhada a outra grafia e tonalidade de cor.

⁵³ BARROSO, Vicente. *O Famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro*. Caxias do Sul: São Miguel, 1956.

⁵⁴ MASCHIO apud FRANCOVIG, Carlos. *Ouro verde e café quente*. 50 anos de literatura em Londrina. Londrina, Pr: o Autor, 2005, p.32.

à caça de riqueza ou de aventuras⁵⁵. O fato é que o afluxo diário e crescente de imigrantes foi maior do que o crescimento das oportunidades de trabalho, seja no campo ou na cidade, de modo que a miséria e a marginalização tornaram-se uma consequência para parte da população.

Conforme observado por Edson Holtz por meio da leitura de jornais da época, havia a preocupação das elites em separar os imigrantes em dois grupos distintos, os “trabalhadores” e os “marginais”, sem considerar as condições em que muitos eram lançados pela falta de trabalho, levando não raro trabalhadores “honestos” a exercerem atividades consideradas “marginais”, tornando-os alvo da repressão e vigilância do poder público⁵⁶.

Em paralelo à propaganda da CTNP, a campanha oficial de ocupação do norte paranaense se iniciara logo após a posse do Interventor Manoel Ribas no Governo do Paraná em janeiro de 1932, por intermédio de jornais e panfletos, atraindo, sobretudo migrantes paulistas, mineiros e nordestinos.

Na década de 1920, uma área que abrangia os municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã e Guaraci, com uma extensão de 300 mil hectares de terras devolutas havia sido concedida a Antonio Alves de Almeida para fins de colonização. Ocorre que essa concessão fora anulada com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, por não atender as demandas legais de “cultura efetiva e moradia habitual”, conforme previsto pela Lei Estadual nº 68 de 20 de dezembro de 1892.

Com a expansão das fronteiras agrícolas muitas famílias vieram para a essa região na busca de um lote de terra a preço acessível ou devoluta. Nesse caso, o interessado ocupava uma área, entrava com um requerimento à Comissão Mista de Terras, com o compromisso de derrubar a mata, produzir e recolher os impostos durante seis anos para então obter o título definitivo da propriedade.

Conforme citado por Ana Yara Lopes, desde os anos 20 a grilagem de terra no Paraná tornara-se objeto do discurso oficial, já havendo inclusive um

⁵⁵ Paraná-Norte, *Milagre numa cidade ponta de trilhos*, 04 nov. 1934, p.1, apud HOLTZ, op. cit.. Disponível em http://www.clubedejazz.com.br/noticias/noticia.php?noticia_id=546. Acesso em 26 junr2012.

⁵⁶ HOLTZ, 2001, p.32.

processo de mapeamento de alguns grilos, e em 1942, consideravam-se terras intrusadas quase um terço do território paranaense⁵⁷.

Contudo, haveria certa ambiguidade no tratamento do surgimento de “grilos” por parte do Interventor Manoel Ribas, na medida em que prescindia de distinguir entre os formados com o uso da violência ou falsificação de documentos, expediente reservado aos indivíduos do círculo de poder palaciano, e o sertanejo, o grileiro, o intruso, o ou o posseiro, nem distinguir entre os legítimos movimentos de resistência e os movimentos de saqueamento das posses⁵⁸.

No sentido de identificá-los, Ana Yara Lopes nos dá uma breve descrição dos mesmos:

Para os sertanejos, a posse temporária da terra obedecia a seu modo de vida itinerante, voltado para a subsistência. Para os fazendeiros, a terra apossada, sem compra, era tida como meio de produção fundamental para suas culturas de mercado, principalmente a do café. Para os grileiros, porém, a terra apropriada era entendida como motivo de especulação, terra "na espera", a ser transformada em renda fundiária por eles embolsada. [...] Quanto aos intrusos, esses eram os que mais se confundiam com os posseiros. Mas seu objetivo era totalmente diferente. Eram prepostos dos grileiros, que se instalavam nas terras para, pondo-as em produção, garantir o “direito” daqueles. Por esse “favor”, eram pagos em dinheiro, mantimento, proteção, promessas. Constituíam de certa forma, uma recriação espúria dos antigos agregados; só que agora a violência do dominador era o elemento característico, e não mais o compadrio⁵⁹.

Com relação à figura do *posseiro*, representava a unidade familiar que buscava estabelecer-se em terras devolutas com a intenção ostensiva de obter direitos de posse, mediante o trabalho em pequena escala, sendo um sitiante como outros, com o ônus da falta do almejado título de domínio daquela porção de terra.

Iniciou-se desse modo, um processo de ocupação desordenada e sem as devidas delimitações e garantias jurídicas na região de Porecatu, área adjacente aos empreendimentos da CTNP, como de fato ocorreu em outras regiões de fronteira brasileiras, desencadeando uma série de conflitos entre posseiros assentados dentro dos parâmetros previstos pela Comissão Mista de Terras e os

⁵⁷ LOPES, p.142-143.

⁵⁸ Ibid. p.144.

⁵⁹ Ibid, p.145.

grileiros a serviço dos grandes fazendeiros interessados em expandir suas fazendas cafeeiras, consequência do uso rudimentar do solo para cafeicultura, que exauria a terra pela prática da monocultura, forçando a necessidade constante de novas terras para manter o ciclo do lucro sem interrupções.

As cíclicas crises de superprodução do café levaram o Governo a celebrar o “Acordo de Taubaté” em 1906, impondo medidas intervencionistas para limitar a produção nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro além de fixar cotas de exportação pelos principais portos nacionais. A exclusão do Paraná dessa legislação até 1926 o tornou uma área propícia para a extensão e expansão da cafeicultura paulista nas terras ao sul do rio Paranapanema.

A situação de conflito fundiário se agravou em face da sobrevalorização do café no mercado internacional após o término dos conflitos da Segunda Guerra, provocando uma verdadeira corrida ao Departamento de Terras e Colonização sediado em Curitiba, dando lugar a negociações diversas com a anuência de funcionários do primeiro escalão do Governo de Moysés Lupion, resultando em múltiplas sobreposições na venda e revenda de áreas sem a devida medição e demarcação, gerando processos inconclusos sem títulos definitivos relativos a lotes inexistentes ou emitidos em duplicidade⁶⁰.

Nesse contexto, a região norte do Estado do Paraná passa a ser cenário de uma série de conflitos pela posse de terras, sendo o mais notório, a denominada “guerrilha de Porecatu” (1948-1951), primeira tentativa do PCB de empregar o conceito de guerra revolucionária a partir do campo, e cuja base estratégica era a cidade de Londrina, distante cerca de 90 km da área dos conflitos, cujo desenvolvimento e desdobramentos iremos analisar no próximo capítulo.

⁶⁰ BRAGA, Rubem. *Dois Repórteres no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

2 COMUNISTAS NA TERRA VERMELHA NO PRÉ-1964

2.1 Porecatu: Miragens de uma Revolução

A cidade de Londrina, no seu período colonizatório, fora objeto de uma série de representações motivadas inicialmente pelas campanhas realizadas pelo governo do Estado e pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), as quais circularam não só no norte do Estado, mas em todo o país alcançando mesmo a Europa no intuito de atrair colonos oriundos do Velho Continente, e perduraram desde fins da década de vinte até meados dos anos quarenta. Essas representações, permeadas pela intencionalidade mercantil – um de seus lemas propagandísticos era a “certeza de lucro e garantia do direito de propriedade” – e pelo desejo do governo estadual de povoar uma região fracamente habitada, convergiam para imagens de uma terra fertilíssima, virtualmente uma nova *Canaã*, onde o acesso a terra era franqueado a todos, uma *Terra de Promissão*⁶¹, verdadeiro reino da democracia:

[...] há fortunas particulares, como pública, plenamente realizadas em três anos, nas terras roxas deste sertão verde. A divisão agrária que nos caracteriza, funda lares felizes por todos estes espigões e encostas, rodeando-as de uma abundância de terra da promessa! Terra da Promissão!...onde ninguém encontrou até hoje um único mendigo domiciliado em seu seio!⁶²

Essas afirmações vão ao encontro da tese de Cassiano Ricardo sobre a natureza supostamente igualitária da colonização nas regiões de fronteira agrícola no Brasil de então:

Também o *rush* do café, rumo a Oeste, entrando pelo Vale do Paraíba e agora já transpondo o Paraná apresenta as características de uma marcha bandeirante. [...] Planta nômade, por excelência, e democrática, o seu cultivo intenso e extenso promoveu a fundação de numerosas cidades e a sua marcha deu origem ao 'bandeirante do café', que é bem o tipo social do desbravador dos séculos XIX e XX [...]⁶³

⁶¹ ARIAS NETO, 1998, p.19.

⁶² Paraná Norte, 03janr1936, apud ARIAS NETO, op. cit.p.13.

⁶³ RICARDO, Cassiano, op. cit., XXXVIII. apud LOPES, 1982, p.240.

É assim que essa terra tornou-se o lugar dos sonhos audazes ao mesmo tempo em que revelou a face real das relações econômicas baseadas na acumulação de capital advindo do café, produzido sobretudo para o mercado internacional, por meio da extração do trabalho dos que não possuíam terra, e que em sua maioria viviam no limite da subsistência.

É uma região onde a lógica econômica nessa fase de transição entre a agricultura de subsistência para a comercial não está baseada na expropriação da terra, mas na expropriação do trabalho através do excedente que se forma pelas modalidades transitórias de posse da terra.

Quanto aos poucos que efetivamente acumularam um volume significativo de capital, uma parte já possuía terra no vizinho estado de São Paulo, enquanto outros só conseguiram acumular algum pecúlio mediante o trabalho intensivo associado a uma colheita excepcional ou a aventura da especulação, como sói acontecer em regiões de fronteira.

De fato, a Lei de Terras de 1850 traduzia os interesses dos fazendeiros do café, sobretudo os paulistas, no intuito de introduzir a mão-de-obra livre, pois ao limitar o acesso a terra apenas pela compra, excluía dela os caboclos, antigos escravos e imigrantes, “liberando-os” para o trabalho nas fazendas como praticamente a única forma de obter algum ganho regular, os tornando parceiros, camaradas e colonos, entre outras modalidades de vínculo subordinado⁶⁴.

A entrada da cafeicultura em sua fase mais dinâmica no pós-guerra em função do aumento do volume de capital circulante devido à célere ampliação da cafeicultura na região é catalisada pelo aumento dos preços da rubiácea, impulsionando a busca por novas terras disponíveis para o plantio e a fama das terras férteis do norte do Paraná, traduzida nas representações do *Eldorado Cafeeiro*⁶⁵, que permaneceria até meados da década de setenta, quando o café deixa de ser o carro-chefe da economia local, cujo ciclo se encerra com a grande geada de 1975, que dizima a quase totalidade dos cafeeiros da região.

Paralelamente a essas imagens idealizadas de riqueza e poder geradas pela produção do café, a ascensão de representações decorrentes dos

⁶⁴ LOPES, 1982, p.30.

⁶⁵ Ibid.

grandes conflitos de terra na região de Porecatu passaram a ter lugar em fins da década de quarenta e perduraram no imaginário até o advento do golpe de 1964, quando se conjurou o perigo comunista ante a irrupção da “redentora”, como foi chamada pelos setores conservadores a ‘revolução’ comandada pelos generais.

Situada no extremo norte do Estado, à cerca de 70 km de Londrina, Porecatu pertencia inicialmente ao município de Sertanópolis, cujo desmembramento dá-se em 1947, dando origem aos municípios de Porecatu e Jaguapitã, os quais por sua vez posteriormente dão origem aos municípios de Alvorada do Sul, Florestópolis, Mirassolva, Centenário do Sul, Lupianópolis, Cafeara e Guaraci, cuja região era limítrofe às terras de propriedade da CTNP ao sul, e ao norte na divisa com o Estado de São Paulo materializada nas águas do rio Paranapanema⁶⁶.

A adjacência com o movimento colonizatório empreendido pela CTNP e a construção da estrada de ferro que ligava Ourinhos a Londrina alavancou o crescimento dessa região, tornando-a atrativa para o plantio de café.

Com as campanhas de atração de colonos anunciando uma grande quantidade de terras devolutas, iniciou-se o afluxo de lavradores para a região que foi sendo ocupada de modo desordenado e sem demarcação efetiva, tendo por consequência, como previsível, o inevitável conflito pela propriedade da terra e definição dos respectivos marcos limítrofes.

A titulação a Antônio Alves de Almeida, concessionário dessa extensa área que atingia 300 mil hectares (ha), só ocorreu efetivamente em 1930, e teve a sua caducidade declarada em 1934, quando o governo se comprometera a regularizar ou revalidar as terras alienadas a partir de então em até no máximo dois anos. Passado o prazo, entre os anos de 1936 e 1937, enquanto o governo tentava entendimentos com Alves de Almeida e prorrogava por mais um ano o prazo para regularização dos títulos, este continuava anunciando as terras no jornal “O Estado de São Paulo”, mesmo em face das contínuas denúncias dos técnicos e políticos do Departamento de Terras e Colonização⁶⁷.

⁶⁶ ADUM, Sônia Maria.S.Lopes. *Subversão no Paraíso*. O comunismo em Londrina. 1945/1951. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p.18.

⁶⁷ LOPES, 1982, p. 93-102.

Entre os migrantes que afluíam para a região encontravam-se posseiros, pequenos proprietários, diaristas e colonos procedentes sobretudo do Estado de São Paulo, Minas Gerais e da região Nordeste, para os quais o governo facilitou a fixação, entre outras medidas, com a isenção de impostos para “a bagagem, móveis utensílios, veículos e animais dos colonos que procuravam se fixar na regiões rurais do Estado, o que incrementou substantivamente a vinda de nacionais”⁶⁸.

A política de terras e de colonização do Paraná estava em conformidade com as diretrizes agrícolas do governo Getúlio Vargas dos primeiros anos após a Revolução de 1930, no sentido de fomentar a diversificação das culturas, exportação do excedente, extinção dos latifúndios e incentivo à pequena propriedade principalmente para os agricultores nacionais, praticamente abandonando a política de formação de núcleos coloniais com estrangeiros, de vez que as migrações internas supriam as demandas de mão de obra do Centro-Sul e das zonas de fronteiras, urbanas ou rurais⁶⁹.

Após uma década, do total de 60.000 ha disponíveis, 55.520 ha estavam com requerimentos para marcação ou com esta em andamento, mas os trabalhos já se encontravam suspensos em função dos primeiros conflitos armados entre os ocupantes dessas terras, que aumentavam rapidamente em curto espaço de tempo nas regiões de Porecatu e Jaguapitã⁷⁰.

Nessa mesma região de Porecatu, em 1941 a Companhia Agrícola Lunardelli, de propriedade de Ricardo Lunardelli adquiriu 9.860 alqueires de terra, situada em sua maioria na antiga concessão de Antônio Alves de Almeida, em uma área sabidamente litigiosa⁷¹.

Uma grande fazenda como a da família Lunardelli demandava uma considerável inversão de capital para derrubar a mata, realizar o plantio e construir vias de escoamento, na medida em que os governos federal e estadual não estavam em condições de oferecer tal infraestrutura⁷². Uma solução adotada por alguns fazendeiros era vender lotes de suas terras para ajudar a financiar os custos de

⁶⁸ LOPES, 1982, p. 103.

⁶⁹ Ibid, p. 104.

⁷⁰ Ibid, p. 102.

⁷¹ CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura Paranaense 1900- 1970*. Curitiba: Grafipar, 1981, p..81 apud ADUM, 2002, p.20.

⁷² LOPES, op. cit, p.55.

produção. Segundo Lopes, outra forma usual, adotada pelos Lunardelli, era ignorar a ocupação ilegal de suas propriedades e permitir que os posseiros fizessem o arroteamento e iniciassem o plantio do café, tornando suas terras produtivas com o trabalho alheio sem qualquer garantia para aqueles, os quais, com a omissão dos governos estaduais, criam estar ocupando terras devolutas sobre as quais adquiriria o direito de posse por atenderem as exigências de cultura efetiva e moradia habitual previstas na lei⁷³.

De acordo com as informações obtidas pelo jornalista Pedro Paulo Felismino, publicados em uma série de artigos na Folha de Londrina no ano de 1985, duas fazendas dos Lunardelli foram invadidas por cerca de 100 famílias em 1943, sendo que somente em 1946 essas famílias foram expulsas, com a mata quase totalmente derrubada e com o plantio de café efetuado na área ocupada ou que havia sido cedida pelo fazendeiro sem que houvesse qualquer registro da parceria⁷⁴.

Com o início de sua primeira gestão, o governador Moisés Lupion recrudesceu ainda mais as tensões já existentes, apesar do discurso eleitoral ter como tema a solução dos problemas de terras na região. Com a valorização do café durante o seu governo, as terras do norte do Estado haviam se tornado um negócio extremamente atrativo. O próprio Lupion era proprietário de uma companhia de colonização e tornara-se um grande grileiro adquirindo a fama de realizar negócios escusos se valendo da sua posição política. Não por acaso os dois maiores conflitos de terra no Estado, o de Porecatu e a Revolta do Sudoeste, em 1957, ocorreram durante as suas duas gestões⁷⁵, e os próprios agentes de colonização “que trabalharam diretamente nos Comissariados de Terras (Divisões Regionais do Departamento de Terras) compartilhavam dessa opinião”⁷⁶, de modo que seu governo agia deliberadamente contra a pequena propriedade e a favor da formação de latifúndios⁷⁷.

⁷³ LOPES, 1982, p.146.

⁷⁴ FELISMINO, Pedro Paulo. “A GUERRA de Porecatu”, “TÁTICAS de luta”, “SANGUE na Primavera”, “REVOLTA e Traição”, “CARTADA final”, “CERCO aos posseiros”, “DIAS de Medo”, “LEMBRANÇAS da Guerra”, “A SAGA dos Billar”, “JOÃO Saldanha”, “OS ERROS do PCB levaram o movimento à derrota”. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 a 28 jul.1985, UEL/CDPH.

⁷⁵ Ibid. Moisés Lupion governou o Paraná nos períodos de 1946/1950 e 1956/1960. ADUM, 2002, p.22.

⁷⁶ LOPES, op. cit, p.241.

⁷⁷ Ibid.

De fato, a expropriação de pequenos produtores era uma realidade que ocorria há décadas, mas com a exceção dos conflitos do Contestado, somente na década de cinquenta surgiram os primeiros grandes movimentos organizados de resistência dos posseiros, parceiros e colonos, contando-se entre estes os de Jaguapitã (1946-47) e o de Porecatu (1948-1951).

Em Jaguapitã, cerca de 1.500 famílias, entre posseiros de terras devolutas e intrusos em terras particulares, viviam em sobressalto devido às questões de terras e à atitude do governo em face do problema. Segundo Westphalen⁷⁸, havia um evidente favorecimento dos grandes proprietários em detrimento das famílias de posseiros, os quais eram “esbulhados” em suas posses ou simplesmente despejados com violência. Em 1947, um grupo armado tentara ocupar as terras da fazenda Guaracy, mas fora recebido à bala, resultando em várias mortes e um grande número de feridos em um tiroteio que se prolongou por alguns dias.

Com a promessa feita anteriormente pelo governador do Estado de conceder-lhes terras devolutas na região do vale do rio Paranavaí, os caboclos prepararam a sua saída da região e cessaram o plantio de novas culturas finalizando as colheitas das culturas existentes. Ocorre que o governo não consumou suas promessas deixando aos posseiros o ônus da situação, o que os levava à reação extrema. De fato, o próprio “governo favorecia o clima propício à intrusão e às negociações de posses em Jaguapitã e Guaracy, tornando-se atividades altamente rendosas e configurando o ‘conto de terras’ do Norte do Paraná”⁷⁹.

A situação no sudoeste do Estado não era diferente, onde:

A especulação com títulos, requerimentos de posse, de compra de terras, é praticada, inclusive, por funcionários públicos, acusados de promover a expulsão de colonos de Pato Branco, e por políticos da situação, encarregados alguns até mesmo da venda de terras⁸⁰.

Na região de Porecatu, a negociação de terras com envolvimento do próprio governo, prestes a deixar o poder, atingiu o seu paroxismo em outubro de

⁷⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria *et al*, 1968. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, nr 7, p.33.

⁷⁹ *Ibid.*p.34.

⁸⁰ *Ibid.*p.35.

1950, ignorando todos os direitos dos lavradores em favor dos fazendeiros próximos ao círculo palaciano.

Os colonos de Porecatu ficaram então em situação análoga aos de Jaguapitã: sob as promessas governamentais não cumpridas de novos lotes, moradia e transporte, adivinhavam a perda do duro trabalho investido na derrubada da mata, do preparo da terra e das roças, da construção dos ranchos e plantações de café.

É nesse contexto que os posseiros organizaram um movimento de resistência que se tornou armado, para fazer frente às explorações e ataques de jagunços sofridos durante esse período crítico e que integrantes do PCB passaram a apoiá-los a partir de novembro de 1948, em um conflito crescente que se arrastou até junho de 1951, quando tropas da Polícia Militar do Estado, apoiadas pelos agentes das Delegacias Especializadas de Ordem e Política Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná debelaram a revolta. Os conflitos ganharam então a imprensa regional e nacional, como o “Diário da Tarde” e a “Gazeta do Povo” de Curitiba, e “O Estado de São Paulo” e a revista “O Cruzeiro”.

A presença e envolvimento de militantes do PCB coincidiram com o período do interregno esquerdizante do partido a partir dos manifestos de janeiro de 1948 e de agosto de 1950, que descartavam a via pacífica e institucional e assumiam a “violência revolucionária” como meio necessário para a tomada do poder.

Ainda em dezembro de 1946, em um informe representando a Executiva do PCB, Luís Carlos Prestes, entusiasmado com a vitória dos países aliados e a formidável tomada de Berlim pelo Exército Vermelho no ano anterior, considerava que a correlação de forças no mundo continuava favorável à democracia, que avançava “como avalanche” e não poderia ser facilmente detida pela imprensa reacionária, pela “diplomacia do dólar ou da bomba atômica”⁸¹.

Contudo, essa situação se revelaria insustentável em face do novo cenário geopolítico internacional, articulados aos fatores endógenos impostos ao

⁸¹ PRESTES, Luis Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, s.d.p.514. apud MORAES, João Quartim de (Org.). *Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crises (1944-1954)*. In: *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.219.

PCB a partir de 1947, quando, em maio o partido perde o registro, cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e em janeiro do ano seguinte vê os mandatos parlamentares dos comunistas serem igualmente anulados, e que dá origem ao “Manifesto de Janeiro de 1948”, onde Prestes modifica radicalmente sua análise da realidade nacional:

Na verdade, nesses dois anos de governo Dutra, de ataques sucessivos e cada vez mais sérios às conquistas democráticas de nosso povo, e à própria vida das classes trabalhadoras, não tem sido oferecida a necessária resistência, uma resistência eficaz ao avanço de reação que retomou a ofensiva e está ainda de posse da iniciativa. Falta organização de massa, desapareceram pouco a pouco os Comitês Democráticos e Populares fundados em 1945, não há organização sindical, falta qualquer organização ponderável de grandes massas de trabalhadores rurais, nem as mulheres nem os jovens possuem organizações específicas para a defesa dos seus interesses. Em resumo, é alarmante a fraqueza orgânica das forças populares e democráticas do país⁸².

Essa avaliação vai ser reiterada de modo inequívoco no “Manifesto de Agosto”, resultado de declaração proferida por Prestes em 1950, e que representou a reação do líder comunista ao endurecimento do Governo de Eurico Dutra já nos dias da Guerra Fria, quando a ascensão significativa dos PC's em todo o mundo, alavancados pelo sucesso da participação soviética na derrocada do nazi-fascismo na Europa, surgia como uma ameaça bastante concreta para a ascendente hegemonia norte-americana que então se consolidava. No Brasil, O PCB havia tido uma votação bastante expressiva para um Partido recém-saído da ilegalidade, e Prestes, paralelamente à trajetória de Vargas, granjeava cada vez mais ascendência sobre o povo.

O líder comunista abandonou então a denominada via pacífica e proclamou a necessidade da “luta direta pelo poder”, e da criação de uma ampla frente popular, que deu origem à “Frente Democrática de Libertação Nacional” (FDLN). Entre seu programa de nove pontos, a Frente defendia um “governo popular e democrático” (onde Prestes explicita desse modo sua concepção sobre a diferença entre “via pacífica” e via “democrática” para a revolução), a nacionalização das empresas imperialistas, a formação de um exército popular de libertação nacional e

⁸² PRESTES, L.C. *Como enfrentar o problema da revolução agrária e anti-imperialista*. In: CARONE, E. O PCB (1943-1964). Vol. II. São Paulo: Difel, 1982, p.72-89.

uma reforma agrária que postulava a entrega imediata das terras de latifundiários aos camponeses que nela trabalhavam.

Contudo, conforme já observado por Ângelo Priori⁸³, as propostas do PCB naquele momento estavam em descompasso com os objetivos dos posseiros. Estes almejavam apenas defender suas posses do esbulho e, em face à omissão governamental, se viram na contingência de enfrentar “à bala” o assédio dos grileiros e jagunços. Uma vez compreendida esta situação, a militância local vai entrar em discordância com o Comitê Central (CC) do partido que intencionava catalisar esses conflitos transformando-o em uma “guerra revolucionária”, a primeira intentada pelo PCB em sua longa história, em uma experiência que o próprio partido a *posteriori* rotulará de “sectária”, descontado o relativo apoio popular que obtivera nas campanhas “anti-imperialistas” contra os Estados Unidos⁸⁴.

No seu VI Congresso, em 1967, a tese da revolução como resultado da “ação heroica de alguns indivíduos ou de pequenos grupos audaciosos” será caracterizada como “voluntarista” e “blanquista”, referindo-se ao teórico francês Louis-Auguste Blanqui, para quem o proletariado seria libertado da exploração graças não à sua organização em um partido, mas à conspiração de uma elite intelectualizada, desprezando a ligação com as massas.

O fato é que os agentes sociais envolvidos representarão de diversas formas o movimento de resistência dos posseiros. Os próprios posseiros se autodenominavam como “posseantes” ou “camponeses” que defendiam suas terras contra as investidas dos grileiros e jagunços a mando dos fazendeiros, reivindicando a efetivação de suas posses, indenização pelos prejuízos sofridos assim como a punição para os crimes contra eles cometidos, definindo seu movimento como uma “revolta” ou “resistência”, raramente como “luta armada”⁸⁵. Para o PCB, tratava-se de um legítimo movimento de resistência armada contra a opressão dos latifundiários e da polícia, consoante à orientação política adotada com o Manifesto de Janeiro de 1948. Para a Polícia Militar e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) o movimento fora fomentado pelos comunistas como estopim de uma

⁸³ PRIORI, Ângelo A. *A revolta camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Assis, 2000, p.17.

⁸⁴ CHILCOTE, Ronald. *O partido comunista brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.107.

⁸⁵ PRIORI, op. cit, p.31.

experiência de “comunismo rural”⁸⁶, supostamente apenas um caso policial, de fato desmentido pela grande mobilização de forças públicas que vinha sendo arregimentada para dar combate aos insurretos.

Mas foi, sobretudo a imprensa, entidade por excelência de difusão, formação e circulação de representações, a mais prolixa na busca de definir e sedimentar opiniões acerca da luta dos posseiros de Porecatu. Após os primeiros combates entre posseiros e grileiros, a revista “O Cruzeiro” publicou uma reportagem de grande repercussão, a qual atraiu jornalistas dos principais veículos de comunicação para a região, a partir do qual os confrontos foram definidos desde “rebelião” até a sua versão hiperbólica de “guerra” pela própria revista carioca. Os jornais da capital paranaense, no entanto, tratavam o assunto com mais cautela. A “Gazeta do Povo”, o maior do Estado à época, definiu a situação como uma “agitação que a posse da terra criou”, acabando por admitir tratar-se de um “conflito armado”. No mesmo tom, “A Tarde” sentenciou que o que estava acontecendo era apenas um “movimento armado” de alguns “posseiros rebelados”⁸⁷.

Já o jornal “Folha de Londrina”, publicou uma série de reportagens realizadas pelo jornalista Pedro Paulo Felismino, entre 14 e 28 de julho de 1985, com o intuito de resgatar os acontecimentos daquela insurreição, por ele denominada também de “Guerra de Porecatu”⁸⁸.

Seguindo o rastro da historiografia, Ângelo Priori, o qual realizou a mais alentada abordagem dos conflitos, verificou ter sido Clodomiro Morais o primeiro a abordar o episódio ainda na década de 1960, em texto que foi publicado primeiro em inglês e depois em espanhol, possuindo apenas uma versão mimeografada em português, abrangendo a ação das Ligas no Brasil como um todo⁸⁹. Juntamente com Francisco Julião, Morais criticava a postura reformista adotada pelo PCB a partir da Declaração de janeiro 1958 e do V Congresso, em

⁸⁶ PRIORI, 2000, p.32.

⁸⁷ “Sangue na Terra Proibida. Rebelião no Paraná”, 09 dez.1950; “A guerra de Porecatu”, 14jul.1951. **O Cruzeiro**. “Conflitos armados em Porecatu”, 23jun,1951. “Agitação que a posse da terra criou”, 26jun.1951. “A influência dos comunistas nos acontecimentos de Porecatu”, 28junr1951. **Gazeta do Povo**. “Movimento armado de Porecatu”, 22junr1951. **A Tarde**. Apud PRIORI, p.34.

⁸⁸ FELISMINO, Pedro Paulo. “A GUERRA de Porecatu”, “TÁTICAS de luta”, “SANGUE na Primavera”, “REVOLTA e Traição”, “CARTADA final”, “CERCO aos posseiros”, “DIAS de Medo”, “LEMBRANÇAS da Guerra”, “A SAGA dos Billar”, “JOÃO Saldanha”, “OS ERROS do PCB levaram o movimento à derrota”. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 a 28 jul.1985. UEL/CDPH.

⁸⁹ MORAIS, C. *Las Ligas Campesinas de Brasil*. In: *Organizaciones Campesinas en América Latina*. Tegucigalpa: Proccara, 1976. Apud PRIORI, op. cit, p.35.

1960, e defendeu a radicalização do processo revolucionário durante o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte em novembro de 1961, o que veio a motivar o “racha” com o PCB e a expulsão dos militantes das Ligas presentes ao certame.

Em 1962, Moraes aderiu à Segunda Declaração de Havana que, lançada no início daquele ano, tinha por princípio o lema de que “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, recrudescendo os movimentos revolucionários em direção ao embate direto. Segundo Denise Rollemberg, fora Clodomiro Moraes quem introduzira os campos de treinamento de guerrilhas no Brasil com apoio cubano⁹⁰. Para Moraes, o movimento de Porecatu fora uma “guerra de guerrilha”⁹¹.

Dentro da perspectiva da sociologia, José de Souza Martins em “Os Camponeses e a Política no Brasil” também classificou como guerrilha o que houve no Norte do Paraná. Seguindo na mesma linha interpretativa, Ana Yara Lopes, Izabel Faleiros e Osvaldo Heller da Silva, dão o seu aval à “Guerrilha de Porecatu”⁹².

Já Piori afirmou peremptoriamente que os conflitos em Porecatu não podem ser apontados como uma guerra de guerrilhas: “Está claro que o que ocorreu na região de Porecatu não se tratou de uma guerrilha”. Reconhece, contudo que essa revolta contém elementos próprios a esse caso, como conhecimento detalhado do terreno, mobilidade dos grupos armados, resistência física superior a do inimigo e principalmente a estratégia diferenciada da guerra convencional, onde as forças se concentram frente a frente, sendo fundamental para a guerrilha o apoio da população local. Contudo, o elemento decisivo para sustentar a afirmação de Piori é o fato de que um movimento guerrilheiro visa, em última instância, a derrubada de um governante e a tomada do poder, devendo para tanto ter alcance nacional, o que decididamente não era o caso de Porecatu.

De fato, o objetivo dos posseiros era bastante mais específico deste ponto de vista; tratava-se de defender e preservar a posse da terra, ainda que reivindicassem melhorias de preços para os produtos rurais, uma reforma agrária, a

⁹⁰ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. p.10.

⁹¹ PRIORI, 2000, p.36.

⁹² Ibid.

efetiva extensão da legislação trabalhista para o campo, o direito à sindicalização, escolas, melhores estradas, etc.⁹³.

Contudo, entendemos que, de acordo com as últimas análises políticas e textos programáticos que informavam os militantes pecebistas, seus esforços eram evidentes no sentido de transformar a revolta dos posseiros em um movimento de guerrilha, objetivo reconhecido não só pela direção do partido como pelos próprios militantes.

Esse diferencial entre os objetivos do partido e dos posseiros e suas famílias demonstra na verdade os limites da intervenção pautada em referentes programático-teóricos que o PCB impunha de fora a partir de parâmetros que não encontravam ressonância nas representações locais. Uma leitura com traços positivistas e historicistas dos intérpretes autorizados do partido concebia, de um lado, o marxismo como ciência acima das ideologias, capaz de reconhecer um saber imanente e perfeitamente coincidente com o real, negando o condicionamento histórico-social do conhecimento, e de outro, incorrendo naquilo que Michael Löwy denominou de “tentação reducionista” da história, que resulta na ausência de articulação adequada entre o condicionamento social do pensamento e a necessária autonomia da prática científica⁹⁴.

Com efeito, na perspectiva marxiana, haveria um descompasso entre a consciência *em si* dos posseiros e a perspectiva *para si* enquanto classe. Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1851-1852)*, analisando o campo francês, Marx se pergunta se os camponeses podem ser considerados uma classe, fazendo a conhecida distinção entre *classe em si* e *classe para si*, considerando que um grande número de pessoas não representa necessariamente uma classe social, mesmo que essas pessoas exerçam a mesma atividade econômica, ou compartilhem o mesmo modo de vida⁹⁵.

A partir da década de 1960, E.P. Thompson e Eric Hobsbawn, entre outros autores marxistas, vão renovar o olhar de um marxismo de vazo estruturalista

⁹³ PRIORI, 2000, p.39.

⁹⁴ LÖWY, Michael, 1991, p.139 apud OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo U. de; MARQUES, Marta Inez M. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.32.

⁹⁵ MARX, Karl. *A Revolução antes da Revolução; As lutas de classe na França: de 1848 a 1850, O 18 Brumário de Luis Bonaparte; A Guerra Civil na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.403.

sobre as questões relativas às classes trabalhadoras urbanas e dos camponeses, superando o esquematismo que a III Internacional vinha impingindo aos partidos comunistas ao redor do mundo na análise dos denominados *países coloniais e semicoloniais*, considerando a especificidade dos sujeitos e do cotidiano na interação dialética que estes estabeleciam com os sindicatos e os partidos, mas também com outras instituições sociais, suas tradições e costumes, os quais abrangiam o mundo do sagrado, dos mitos e das superstições.

Na abordagem do conceito de camponês enquanto classe, portanto, convém discernir em seu bojo as especificidades que este assumiu na região norte do Paraná no período em tela.

Como observado por Heller da Silva, esses conceitos expressavam uma dada correlação de forças em um determinado contexto social sendo que o PCB teve um papel central na constituição desses conceitos⁹⁶ a partir do momento em que se lança no meio rural na década de 1940, transpondo mecanicamente a terminologia da III Internacional, apropriada pelo *Bureau* Latino-Americano. Em analogia com o uso na União Soviética, na Europa e na América Espanhola, traduziu-se *paysan* ou *campesino* para *camponês*, uma expressão que era até então desconhecida no meio rural brasileiro, mas que adquiriu com o PCB uma clara conotação política que se popularizou com a irrupção das Ligas Camponesas, sobretudo com a ascensão das ligas lideradas por Francisco Julião em Pernambuco, forjando desse modo um referente identitário daqueles que lutavam por uma reforma agrária.

Na região sul do país, a princípio o termo “camponês” foi associado ao sindicalismo rural de esquerda, principalmente após os conflitos de Porecatu, quando ainda era considerado um “estrangeirismo exótico” pelos habitantes locais⁹⁷.

Desse modo, subsumida na representação do camponês elaborada pelo PCB, existia nos campos brasileiros uma variedade de vínculos de trabalho e diferentes modalidades de produção conforme a região e tipos de relações sociais predominantes. Dentre estes se podiam contar os pequenos proprietários, pequenos arrendatários, meeiros, posseiros e os camponeses sem-terra:

⁹⁶ SILVA, Osvaldo Heller da. *A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Trad. Andrea Gaifami e Laura Angélica Yukie Nomi. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, p.28.

⁹⁷ Ibid, p.28.

Na camada social dos camponeses, o grupo heterogêneo dos pequenos proprietários está lado a lado a outros grupos sociais, eles também díspares, tais como os já evocados ‘meeiros’, os pequenos agricultores, ‘posseiros’ e ‘sem-terra’. Se se realiza uma abordagem estritamente econômica, notar-se-ão certas semelhanças entre uns e outros, como a extensão da unidade fundiária ou a utilização de mão-de-obra familiar; contudo, uma abordagem de ordem mais sociológica e mais política mostra que esta heterogeneidade é uma característica notável do campesinato brasileiro. Neste sentido, a inserção de cada uma destas categorias no tecido social se opera de maneira extremamente diferenciada. As relações internas à camada camponesa poderão assim dar lugar igualmente a alianças pontuais ou duradouras e a conflitos ou luta de classes declaradas. A esse respeito, a percepção e o uso que são feitos dos ‘nós’ e ‘eles’ não são nada unívocos; existe pelo contrário vários ‘nós’ identificadores diferentes de ‘eles’ e variando, por exemplo, de acordo com o objeto e o momento do conflito, as dimensões continentais do país, os contrastes econômicos e sociais de região a região e a diversidade das culturas, sendo elementos que podem explicar a grande disparidade desta camada da sociedade. É necessário acrescentar a isso a dificuldade que há em delimitar fronteiras sociais em seu seio, na medida em que, em diversas circunstâncias, o ‘camponês’ é conduzido a transformar-se às vezes em assalariado, às vezes em patrão. É importante por último sublinhar, como o fez Lygia Sigaud, que um mesmo grupo social altera constantemente de denominação - ou de autodenominação - em função do lugar ou evolução a um momento dado, da reivindicação que apoia ou da situação em que ele se acha⁹⁸.

Com a ascensão do sindicalismo comunista no meio rural, a figura do camponês foi sendo substituída por “trabalhador rural”, que em seu princípio designava os que exerciam uma atividade rural mediante remuneração, mas no decorrer da década de 1950, com a criação das Uniãoes Gerais de Trabalhadores, subsume todos aqueles que “trabalhavam a terra”, abrigando nessa definição os demais tipos de empregados rurais com o provável intuito de abranger essa heterogeneidade de grupos sociais sob a mesma identidade de classe em oposição aos que “não trabalhavam a terra” – os grandes fazendeiros.

Em *A Formação da classe operária inglesa*, Thompson, elegendo como foco central do seu estudo o contexto da vida dos trabalhadores ingleses entre 1790 e 1832, adverte quanto ao fato de que uma identidade de classe não é dada *a priori*. Sua preocupação principal é demonstrar como o processo de constituição da identidade e de interesses de classe se dá no processo da ação coletiva dos trabalhadores em oposição às classes dominantes da sociedade inglesa, ancorada em uma *economia moral* resgatada da tradição advinda da Revolução de 1688.

⁹⁸ SILVA, 2006, p.29-30.

Ou seja, para Thompson, a classe ocorre quando homens que partilham ou herdaram experiências comuns no contexto das relações de produção em que nascem ou entram involuntariamente, articulam interesses entre si contra outros cujos interesses são divergentes e mesmo opostos aos seus. A consciência de classe seria então a forma simbólica e cultural que essas experiências adquirem encarnadas em suas tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Contudo, ressalva que se as experiências comuns aparecem como determinadas, o mesmo não se dá com a consciência de classe, pois essa pode surgir em diferentes tempos e lugares, mas jamais da mesma forma⁹⁹.

Vai nesse sentido a sua análise quando afirma categoricamente que:

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção (fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados) identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe¹⁰⁰.

De todo modo, os militantes pecebistas, a despeito das características encontradas na região conflagrada, influenciados pelos acontecimentos no âmbito da Guerra Fria que se iniciava no plano internacional, assomados ao êxito do movimento revolucionário na China de Mao, onde o “campo cercou a cidade” e pela vaga repressiva do governo Dutra, enxergaram no norte do Paraná a possibilidade de iniciar a “revolução brasileira”: “Quando surgiu uma luta camponesa em Porecatu [...] nós nos metemos nela com o objetivo de transformá-la na centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início à revolução agrária. Fracassamos”¹⁰¹, como atestou um militante coetâneo aos acontecimentos.

Do ponto de vista das diretrizes do Movimento Comunista Internacional, essa orientação era reforçada pelas permanências oriundas da reformulação da questão nacional e colonial encetada por Lênin após as divergências com a denominada corrente oriental do marxismo, quando, por ocasião

⁹⁹ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.25.

¹⁰⁰ THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001. p. 274.

¹⁰¹ GUEDES, Armênio et al. *O PCB no quadro atual da política brasileira*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980, p.23-25.

do II Congresso da Internacional Comunista (1920), passou a considerar a possibilidade de alianças políticas entre as massas oprimidas dos países coloniais e os movimentos de libertação nacional, concebendo uma alternativa da visão linear das etapas obrigatórias nos processos revolucionários extraídas da experiência europeia. Essa perspectiva deixava de subordinar a vitória de uma revolução colonial à vitória do proletariado nas metrópoles, podendo aquela tornar-se diretamente socialista, “saltando” a etapa capitalista¹⁰².

Contudo, são as análises feitas no VI Congresso do *Comintern*, em 1928, que influenciaram sobremaneira as leituras do PCB com relação aos acontecimentos no Brasil do pós-guerra. De acordo com as diretrizes da IC naquele contexto, o capitalismo estaria vivendo uma crise geral de modo que a estratégia a partir de então era de confronto direto com as burguesias, de “classe contra classe”. Estas interpretações ultra esquerdistas haviam tido um intervalo durante o período da política de Frente Popular antifascista, a qual perde o seu viço findos os conflitos bélicos na Europa.

De todo modo, desde a sua criação, em 1922, até o seu III Congresso, em 1928/1929, ainda que o PCB se esforçasse para elaborar uma formulação política que levasse em consideração os caracteres mais específicos da realidade nacional, atitude depois classificada por Moscou como “menchevista” e “antileninista”, o fato é que, devido à quase ausência de tradição analítica da realidade especificamente brasileira, o PCB sucumbiu ante as formulações generalizantes do *Comintern* o qual fora criado em 1919 para dirigir o movimento comunista internacional e dissolvido em 1943, no contexto da Segunda Guerra, resultado de uma contingência geopolítica dentro da aliança de combate ao nazifascismo, e cujas análises já vinham sendo elaboradas na perspectiva da *raison d'état* soviético, tendo por sucedâneo no pós-guerra o *Cominform*, criado em 1947 para dar seguimento aos propósitos da política externa da U.R.S.S. na coordenação dos partidos comunistas sob sua influência.

Em que pese os esforços dentro das limitações impostas à militância do ponto de vista do acesso aos textos clássicos de Marx nesse período, é notório o emprego esquemático no Brasil da teoria marxista-leninista de viés stalinista da III

¹⁰² MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999, p.38.

Internacional concebida como dogma a ser “aplicado” à realidade nacional. Assim, retomando as teses sobre a estrutura econômica do Brasil da década de 1920, as análises contidas no Manifesto de Janeiro de 1948 consideravam o Brasil um país semifeudal e semicolonial, sob domínio dos latifundiários, grandes industriais, banqueiros e agentes do imperialismo, sobretudo norte-americano. Ainda que admitindo a aliança com os setores progressistas da burguesia, o PCB colocava o campesinato em primeiro plano, como aliado principal do proletariado. Idos eram os tempos da correlação de forças pró-democracia, baseada na aliança entre países socialistas e capitalistas vitoriosa em 1945.

Para Prestes, imerso na clandestinidade desde a cassação de 1948, o partido havia se afastado do caminho revolucionário e do próprio marxismo-leninismo, tendo se desviado para o caminho do oportunismo e do reformismo¹⁰³.

Em seguida, no contexto no Manifesto de Agosto, o editorial do *Jornal Voz Operária* evocava 1935 afirmando que as condições para uma nova insurreição eram bastantes mais promissoras que as de antanho, contando com o prestígio e a experiência que o PCB agora desfrutava, “sob a direção capaz e experimentada de Prestes, *aplicando* a linha revolucionária”¹⁰⁴.

Verifica-se nessa afirmação, o paradigma de *aplicação* de uma solução imposta à realidade sem as necessárias mediações entre o reconhecimento do mundo cotidiano dos homens e a miríade de representações que nele circulam, onde, como enfatizou Lefebvre, diferentes lógicas temporais se superpõem em um mesmo território, reconhecendo na vida cotidiana não apenas a alienação e seus processos de reprodução, mas também o lugar da criação, da *poiesis*¹⁰⁵.

Assim, conforme observado mais recentemente por Ariovaldo Umbelino Oliveira, diferentes perspectivas na abordagem da questão agrária têm sido colocadas historicamente entre os autores marxistas. Desde a conhecida tese pecebista extraída das interpretações da III Internacional Comunista sobre a existência pretérita de relações feudais ou semifeudais de produção no Brasil, as quais precisavam ser ultrapassadas com vistas à introdução de relações capitalistas

¹⁰³ PRESTES, Luis Carlos, O Nosso Partido. *Problemas*, nr 9, junho-julho de 1949, p.65 a 72, apud PANDOLFI, D. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, P.172.

¹⁰⁴ *Voz Operária*, 25nov.1950. apud PANDOLFI, op. cit, p.175.

¹⁰⁵ LEFEBVRE, 1983, p.45.

no campo, cujo inimigo era o latifundiário, até a vertente que entende que na verdade as formas capitalistas já penetraram no campo, de maneira que o modo de vida propriamente *camponês* seria cada vez mais residual, progressivamente extinto pelas relações capitalistas de produção, baseadas no assalariamento e na proletarianização dos homens do campo. Entre os defensores desta última perspectiva em diferentes chaves interpretativas, estariam o próprio Lênin, Caio Prado Junior, José Graziano da Silva e José Eli da Veiga, entre outros¹⁰⁶.

Para estas vertentes, “na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses”, pois em sua projeção de futuro haveria apenas a burguesia, como os detentores de capital, e o proletariado, representado pelos trabalhadores assalariados, esquecendo-se da tripartição feita por Marx em referência às três grandes classes da sociedade capitalista moderna, quais sejam, os assalariados, capitalistas e proprietários de terras¹⁰⁷.

Portanto, como nos diz Oliveira, “a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental”, pois se trata de um fenômeno contundente da realidade o fato de que os camponeses continuam lutando pelo acesso à terra em todo o país, de modo que “o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado”¹⁰⁸, considerando como evidência desse processo o aumento do número de posseiros no Brasil e a sua luta para continuar sendo camponeses¹⁰⁹.

Essa realidade contraditória traduz-se no avanço das relações especificamente capitalistas no campo com a utilização do trabalho dos “boias-frias” ao mesmo tempo em que produz relações camponesas de produção por meio do aumento do trabalho familiar no campo.

Assim, ainda que um termo generalizante aplicado a diferentes realidades sociais, o *campesinato* pode ser caracterizado pela busca da preservação de sua tradição e pelo enraizamento local. O seu *território* é o lugar da “inserção mais imediata das pessoas no mundo da vida [...] da apropriação, do uso e da

¹⁰⁶ OLIVEIRA, 2005, p.34.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Ibid, p.35.

¹⁰⁹ Ibid.

realização do trabalho não alienado” para os quais o controle do lugar onde habitam é uma demanda fundamental para a adequada reprodução de suas condições de existência¹¹⁰.

É nesse sentido que, em que pese os erros ocorridos no movimento dos camponeses de Porecatu, o PCB acabou por lograr a criação de novas formas de organização dos homens do campo, suscitando a questão da *identidade camponesa* em seu contraditório percurso na busca da revolução brasileira, ainda que nas construções da memória *a posteriori* realizadas pelos representantes autorizados do partido, Porecatu tenha sido apenas um grande equívoco.

Em avaliação contrária, mais de trinta anos depois, Manoel Jacinto, militante pecebista à época e um dos principais líderes locais dos insurretos, sentenciou:

O Partido fugiu em ziguezague, como sempre, passando de uma orientação política colaboracionista que manteve durante anos, para uma orientação esquerdizante, oriundo do Manifesto de Agosto – que pregava a luta armada, e sem nenhum respeito pelos que lutavam e morreram. Simplesmente consideraram essa luta sem nenhum fundamento, nunca fizeram crítica e autocrítica de suas posições. Simplesmente, na sua grandeza, vaidade e autossuficiência, chegaram a considerar os integrantes da luta aventureiros, mas nunca reconheceram que a luta foi feita com o comando e orientação deles mesmos¹¹¹.

Com efeito, assim como as miragens em torno das representações da cidade de Londrina como *Terra da promessa* e de *Eldorado*, Porecatu fora lugar das miragens revolucionárias do PCB, em um momento em que o partido estava influenciado por circunstâncias e acontecimentos que lhes eram extremamente desfavoráveis.

Dotado de pressupostos programáticos concebidos alhures, não conseguiu enxergar a realidade local e articulá-la com uma análise que desse conta do significado daquela luta no plano geral do avanço das relações de produção que então se operava nas terras do norte do Paraná, as quais estavam entrando no ciclo

¹¹⁰ MARQUES, Marta Inez M, Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. 2004. In: OLIVEIRA; MARQUES, 2004, p.154-155.

¹¹¹ FELISMINO, Pedro Paulo. *Os erros do PCB levaram o movimento à derrota. Folha de Londrina*, Londrina, 27jul1985, p.13, UEL/CDPH.

de reprodução do capital por meio da produção e exportação do café, mercadoria que por décadas subsidiou as representações de fausto e riqueza da região.

Ao mesmo tempo, esses conflitos revelaram de modo indelével as contradições que redundaram de um viés *putchista* de revolução, e essa lição, pelo bem e pelo mal, aparentemente impôs problemas consistentes ao PCB, haja vista o pesado tributo que o partido pagou *a posteriori* na assunção de uma via *democrática* para uma sociedade socialista.

2.2 O PCB e as Ligas Camponesas no Paraná

Após o Estado Novo (1937-1945) o Partido Comunista do Brasil experimentou um de seus breves períodos de legalidade inaugurado com a anistia de Prestes e o seu discurso no estádio do Vasco da Gama em abril de 1945, depois do cárcere resultante da “quixotada” de 1935. Estavam então engajados na política de “frente ampla popular e democrática”, expressa na “União Nacional” associada a Getúlio Vargas, cuja trajetória foi interrompida ainda no final de 1945, pelo golpe militar articulado pela União Democrática Nacional (UDN) e os Generais Góes Monteiro e Dutra, os mesmos que haviam apoiado a ascensão do ditador em 1937.

Para João Quartim de Moraes, o Estado Novo já estava com os dias contados, pois as eleições estavam marcadas desde maio e nada significativo ameaçava a sua realização em dezembro, sendo na verdade o receio da vitória de Getúlio e da possibilidade de sucesso dos comunistas nas urnas que levaram os golpistas a derrubar Getúlio faltando um mês para as eleições¹¹².

A reação do PCB fora manter “a ordem e a tranquilidade”, aparentemente como forma de manter o processo de redemocratização e com ele a própria sobrevivência legal do partido que vinha granjeando importantes apoios na sociedade civil. Interpretando o momento como de colaboração de classes por meio de uma frente com a burguesia nacional contra o imperialismo, Prestes chegou a afirmar em seu discurso no Recife que era preferível que os companheiros

¹¹² MORAES, 2007, p.208.

passassem fome a fazerem greve “porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessam ao fascismo”¹¹³.

Para Moraes, ao contrário da crítica predominante entre os historiadores das ideias políticas, os discursos de Prestes no Rio de Janeiro e em Recife marcaria uma decisiva mudança de paradigma na orientação do PCB. Quando Prestes falava em democracia, o fazia atribuindo-lhe sentido pragmático e valor derivado da organização popular :

Longe, pois de ser tratada como mero expediente tático. [...] Nela fundamenta a nova visão comunista da revolução brasileira: não mais do assalto frontal ao poder de Estado, e sim, a das reformas sociais orientadas pelo interesse convergente do povo e da nação¹¹⁴.

Essa posição refletia a absorção das diretrizes do VII Congresso da Internacional Comunista (IC) em 1935, de uma política de amplas alianças de classe no sentido de reunir os “setores democráticos” da sociedade, dentro da lógica da “primeira etapa” da revolução, de caráter “nacional democrático burguês”, quando o proletariado ainda não deteria a hegemonia política, tendo como crença fundamental a necessidade dos trabalhadores colaborarem na construção do capitalismo nacional, orientação que era consoante à tática geral do Movimento Comunista Internacional (MCI)¹¹⁵.

Moraes sustenta mesmo que o caráter nacional-democrático da revolução brasileira e a concepção “evolutiva” desse processo expressos nos discursos de Prestes antecipariam a mesma que Caio Prado Jr. defenderia duas décadas mais tarde em sua definição de revolução como aceleração e intensificação do processo evolutivo da sociedade, opondo concepção “processual” e “explosiva” de revolução, ou seja, desconsiderando as “referências litúrgicas” a Stálin e o sectarismo extremista de 1950, haveria uma consistência da *visão de Brasil* que o

¹¹³ VINHAS, Moisés. *O Partidão*. A luta por um partido de massas – 1922/1974. São Paulo: HUCITEC, 1982, p.106.

¹¹⁴ MORAES, 2007, p.202.

¹¹⁵ MAZZEO, 1999, p.71.

Programa Democrático de União Nacional inaugurava, para além de “sinistros desígnios totalitários”¹¹⁶.

Nesse contexto, o que seria o primeiro comitê do PCB no Paraná após o término do Estado Novo teria sido criado na cidade de Londrina.

Embalado pelo clima das intensas atividades de organização dos partidos políticos na cidade, também o Partido Comunista do Brasil, ainda na ilegalidade, saiu das sombras e tornou-se visível, instalando em Londrina o que alegava ser o primeiro Comitê Municipal Pró-Redemocratização do país, em 21 de junho de 1945. Uma semana antes havia sido fundado na cidade o Comitê Estadual do Partido, cuja instalação antecipara-se à fundação do Comitê na capital. Transformou-se, menos de um mês depois, em organismo zonal, transferindo o estatuto de Diretório Estadual para Curitiba¹¹⁷.

O PCB, em posse do registro eleitoral, havia sido bastante bem sucedido nas eleições de 1945, tendo alcançado a quarta maior votação entre os partidos e elegendo Luís Carlos Prestes como senador pelo Distrito Federal, contando com 180 mil filiados no pouco tempo em que saiu da ilegalidade e demonstrando a forte inserção nas “massas” que os comunistas vinham alcançando não só no Brasil como na maioria dos países europeus, entre eles Itália, França e Iugoslávia.

Essa ascensão não se verificou no Paraná onde nas eleições de 1945, nenhum comunista foi eleito em todo o Estado. Apenas nas eleições municipais em fins de 1947 se elegeriam sob a legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), o carpinteiro Manoel Jacinto Correia e o médico Newton Câmara para a vereança em Londrina, além de José Rodrigues Vieira Neto, como único deputado estadual constituinte comunista.

Os comunistas revelaram uma grande capacidade organizativa atuando em fábricas, sindicatos, Comitês Populares e Democráticos, tendo efetiva penetração nos bairros e lidando com os problemas do cotidiano de sua população como estrutura escolar, saúde, lazer, moradia, custo de vida e saneamento básico.

Contudo, mesmo com uma posição considerada “colaboracionista” o partido perdeu o seu registro eleitoral em 7 de maio de 1947, em votação apertada

¹¹⁶ MAZZEO, 1999, p. 202; 206.

¹¹⁷ ADUM, 2002, p.103.

ocorrida no TSE. O processo de cassação tinha sido iniciado em princípio de 1946, o que demonstra que não foram apenas as injunções externas da Guerra Fria os fatores que levaram à cassação¹¹⁸. Também em março do mesmo ano, o presidente Dutra utilizou-se da Carta de 1937, ainda em vigor, para colocar na ilegalidade o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), criado em 1944 como organização sindical independente em alternativa à unicidade sindical corporativista do Estado¹¹⁹.

Em 10 de janeiro de 1948 encerrou-se o ciclo da legislatura comunista quando todos os mandatos de seus representantes foram cassados e foi esse contexto que marcou a viragem do partido no “Manifesto de Janeiro de 1948”. Nesse documento o partido abandona a linha política traçada na III Conferência Nacional de 1946 e passa a assumir uma posição esquerdista e sectária, nos moldes de uma organização militarista de viés *putchista*, depois reafirmada no *Manifesto de Agosto de 1950*.

Com efeito, a revolução não poderia resultar apenas de uma série de contradições de uma sociedade, usurpada no plano da conspiração política, mas pressupunha uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos no plano político, cultural e econômico, e que não poderiam advir de uma manifestação taumatúrgica, ainda que seja em parte, fruto da ação humana na história.

No plano internacional, essa fase de esquerdização coincide com a vitória e respectivo ocaso da aliança entre os aliados contra o perigo nazifascista, e que dá início à *Guerra Fria* e o impulso da denominada “Ideologia de Segurança Nacional” na política continental das Américas.

Segundo Moraes, o estabelecimento desta bipolaridade política e ideológica acirrada e a mística do triunfo dos revolucionários chineses contra Chang-Kai-Chek foram decisivos para instilar grande negatividade entres os comunistas brasileiros contra as instituições liberais consideradas burguesas¹²⁰.

A partir de então, as análises pecebistas foram deveras contaminadas pela “amargura” resultante das contingências da ilegalidade onde os

¹¹⁸ SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB na democratização (1945-1964))*. In: REIS, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge (Orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.113.

¹¹⁹ MORAES, 2007, p.211.

¹²⁰ Ibid, p.220.

comunistas foram lançados. Luís Carlos Prestes passou a enxergar no PTB o instrumento de aproximação de Vargas com os latifundiários e outro articulista da revista *Divulgação Marxista* constatou que os Estados Unidos e a Inglaterra caminhavam para o fascismo. A mesma perspectiva equivocada fez com que fecundas iniciativas junto aos intelectuais e artistas brasileiros nas frentes antifascistas fossem abandonadas¹²¹.

Também a ruptura dos comunistas iugoslavos com Stálin fora interpretada como uma traição levando a uma reação virulenta que resultou em uma série de expurgos nos países do Leste europeu lembrando os episódios dos processos de Moscou na década de 1930, comportamento que se refletiu em escala internacional e reforçou os fatores endógenos de radicalização à esquerda do PCB¹²².

O período da “Guerrilha de Porecatu” enquadrou-se então no contexto do *Manifesto de Agosto de 1950*, quando o PCB passou por um processo de radicalização à esquerda, e propugna no quarto ponto de sua *Frente Democrática de Libertação Nacional* (FDLN), “pela entrega da terra a quem a trabalha” através do confisco das grandes propriedades latifundiárias com tudo o que nela há, sem indenização, aos camponeses sem terra ou com pouca terra e a todos os que quisessem se dedicar à agricultura, com a abolição de todas as “formas semifeudais de exploração da terra”¹²³.

Em novembro de 1948 o PCB deliberou pelo ingresso direto nos conflitos da região de Porecatu visando liderar o conflito armado que se instaurara pela posse daquelas terras. A fase mais crítica do confronto deu-se no último trimestre de 1950, imediatamente após o manifesto do PCB, até junho de 1951, quando forças policiais do Estado do Paraná e de São Paulo conseguiram retomar o controle da área conflagrada.

Alguns anos após a derrocada da resistência e dispersão dos posseiros para fora da região, militantes do partido iniciam no norte e oeste do Paraná, uma intensa campanha de sindicalização dos trabalhadores do campo, possibilitada pela abertura sindical do segundo governo de Getúlio Vargas, que

¹²¹ MORAES, 2007, p.221.

¹²² Ibid, p. 221

¹²³ CARONE, Vol. II, 1982, p.109.

mobiliza os setores mais conservadores da sociedade devido ao alcance inusitado dessa empreitada que, em pouco tempo, leva milhares de trabalhadores rurais a se filiarem aos sindicatos comunistas.

Exemplo desse ascenso do movimento sindical, o sindicato dos colonos e assalariados agrícolas de Londrina, o primeiro do gênero no Paraná, fundado em janeiro de 1956¹²⁴, obtém larga adesão e leva a uma corrida pela representação da população rural onde setores da Igreja Católica e representantes dos grandes cafeicultores passam a emular pela direção do movimento, culminando na criação nesse mesmo ano, da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), entidade idealizada pelos fazendeiros, e em 1961 na região de Maringá, na Frente Agrária do Paraná (FAP), os quais fornecerão muito dos quadros para as intervenções que os sindicatos sofrerão com o advento do golpe alguns anos depois, encerrando um bem sucedido ciclo da militância pecebista no meio agrário.

Quando da irrupção do golpe, o partido estava em sua fase nacional-reformista, na busca de realizar a “revolução burguesa” brasileira, ditada pela necessidade de ultrapassar o que considerava como permanências feudais e semifeudais reinantes no campo, e que obstaculizavam o pleno desenvolvimento das forças produtivas do capital, condição sem a qual não seria possível a realização da emancipação da classe trabalhadora.

Essa concepção do processo revolucionário no Brasil decorreu de diversos fatores, como mencionado anteriormente. No período posterior à fase mais extremista do PCB, a perplexidade e significativa mudança de rumos que os partidos comunistas no plano mundial adotaram, vieram em consequência das revelações feitas no XX Congresso do PCUS, em 1956, e que trouxeram à luz o autoritarismo e os crimes de Josef Stalin. Outro fator cumulado com os demais para uma mudança de perspectiva é quando, em março de 1958, após 10 anos de clandestinidade, Luís Carlos Prestes vê os tribunais retirarem as acusações contra si e outros membros do partido, permitindo que ele pudesse voltar a ter vida pública.

Há que se considerar também a influência da experiência do PCB em Porecatu, que demonstrou os limites de uma intervenção isolada que caminhou

¹²⁴ A trajetória desse sindicato foi por nós pesquisada conforme FERNANDES, R.J. O Delito dos Proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967). Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.

para o aniquilamento na medida em que o projeto de guerrilha não encontrava ressonância em uma sociedade que, por mais que eventualmente demonstrasse simpatia pelos insurgentes, pois percebia tratar-se de uma questão de evidente injustiça social, não enxergava um elemento político qualificador do movimento para além da questão imediata da posse da terra.

Os efeitos desses acontecimentos se fazem sentir a partir da Declaração de Março de 1958, cujo conteúdo será ratificado na Resolução Política do V Congresso do PCB, em 1960, quando o partido descarta a via armada e focaliza a estratégia eleitoral como prioritária para chegada ao poder. A aparente solução de compromisso entre Juscelino Kubitschek e os comunistas é outro sintoma da opção pragmática de parte a parte que favorece a expansão sindical que o partido conheceu nesse período, sobretudo no sul do país.

Em outro diapasão no plano local, um dos principais militantes do sindicalismo comunista no norte do Paraná no pré-64, o qual participou pessoalmente da fundação de diversos sindicatos rurais, incluso os de Londrina e de Porecatu (onde se encontrava o território da repressão aos posseiros, butim simbólico dos conflitos no princípio da década de 1950) mantinha estreito relacionamento com o líder máximo das Ligas Camponesas, Francisco Julião.

Manoel Silva, advogado como Julião, embora mantendo vínculos com o PCB, encarnava as pretensões revolucionárias imediatas das Ligas no Paraná, estado considerado estratégico para o seu desencadeamento, provavelmente devido ao já citado conflituoso processo de ocupação fundiária e à extensa rede de sindicatos rurais de orientação comunista no estado. De acordo com uma ata de uma reunião do PCB no Paraná, o partido teria fundado 102 sindicatos rurais até 1964. Para Osvaldo Heller da Silva, pesquisador do sindicalismo rural no estado, entre rurais e urbanos, teriam sido 186 sindicatos¹²⁵.

De fato, é possível assinalar a presença no Paraná de organizações de trabalhadores rurais, nos moldes das ligas de Julião, desde a década de 1940, conforme atesta o projeto de estatuto datado de 26 de janeiro de 1946¹²⁶, e que constituíram o embrião organizacional dos posseiros ante os conflitos em Porecatu.

¹²⁵ PCB. Cópia autêntica - resumo da ata e dos trabalhos do pleno CE PR. Curitiba. 11.01.1964. (DOPS), apud Heller da Silva, 1993, p.140.

¹²⁶ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Projeto de Liga Camponesa*. Dossiê Ligas Camponesas nr282-150.

Figura 1 - Liga camponesa no Norte do Paraná (década de 1950)

Fonte: PARANÁ. DEAP (DOPS). Dossiê *Ligas Camponesas* nº 1282-150

Essas ligas eram compostas por trabalhadores rurais, alguns estudantes e líderes que provinham de outras profissões intelectualizadas e buscavam suprir a lacuna provocada pela legislação sindical que proibia a formação de associações profissionais rurais.

No Paraná, além de Londrina, identificamos núcleos das ligas em Mandaguari, Rolândia, Sertãoópolis, Jataizinho e Porecatu. Essas Ligas se reuniam em sessão regular uma vez por semana, com um mandato de dois anos. Procurando discernir de forma mais específica as diferentes relações de trabalho estabelecidas no estado, diferenciavam os camponeses trabalhadores das roças de café, meeiros, terceiros, arrendatários, empreiteiros de formação de café e pequenos e médios proprietários, para quem personalizavam as reivindicações. Excluía desse rol o assalariado agrícola por o considerarem com interesses totalmente diferentes dos demais, e para quem acusavam a existência de um

decreto recém-editado que autorizava a criação direta de sindicatos¹²⁷. De fato, a sua base social estava fundada sobre o campesinato e a sua orientação política era expressamente pela reforma agrária e contra o assalariamento no campo.

Sem sombra de dúvida, no entanto, foi Francisco Julião quem tornou as ligas camponesas nacionalmente conhecidas a partir do movimento pernambucano pela reforma agrária, iniciado em 1955 pela desapropriação da fazenda Galileia, contra o foro (aluguel da terra pago aos proprietários) e o cambão (dias úteis de trabalho cedidos gratuitamente aos proprietários).

No final da década de 1950, o líder pernambucano elaborou, com o patrocínio de anunciantes de Londrina e região, a “Cartilha do Camponês”, que é bastante reveladora da diversidade das modalidades de trabalho subsumidas na categoria dos camponeses e do modelo de revolução brasileira que se insinuava no horizonte das Ligas naquele momento:

Para o meeiro, o foreiro, o parceiro e o posseiro, como para o pequeno proprietário, existe a Liga. E para o eiteiro, o tiququeiro, o cassaco de linha, o camponês que aluga o seu braço, que vive somente do salário, na usina, no arrozal, na zona do fumo, do cacau, da borracha, do café e do mote? O caminho é o sindicato. Mas quem? Como vão? Tudo existe apenas no papel. Na vontade de uns. Na esperança de outros. O latifúndio odeia o sindicato com espuma de raiva contra a Liga. Quando se funda um a polícia fica de olho. A carteira ministerial devia ser a carta de alforria para o camponês que aluga o braço. Mas ainda não é. O senhor da terra pode ter a sua sociedade. O operário, o seu sindicato, o industrial, o seu centro. O estudante também. E o funcionário público. Todos podem unir-se e defender-se. O camponês, não. Nem Liga, nem sindicato. Por que no dia em que cada camponês estiver na sua Liga e no seu sindicato este país muda de rumo. O latifúndio se acaba. E surge uma nova vida. Como surgiu na China, que se parece tanto com o Brasil. Como acaba de surgir em Cuba, com Fidel Castro comandando a batalha pela Reforma Agrária.¹²⁸

Há, na sequência do excerto, menções laudatórias a Getúlio Vargas, João Goulart, o Marechal Henrique Teixeira Lott, onde, utilizando uma linguagem metafórica, Julião se remete à “Carta de Vargas”, herdada por Jango, e a “Espada de Floriano” herdada pelo Marechal Lott, e prossegue, produzindo representações que fundiam presente, passado e futuro, a via constitucional e a violência

¹²⁷ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Apelo aos Camponeses do Paraná*. Projeto de Estatuto das Ligas Camponesas. Dossiê Ligas Camponesas nr282-150.

¹²⁸ LONDRINA, Processo-crime nr 158/64. JULIÃO, Francisco. *A Cartilha do camponês*. fl.22-27. Londrina, UEL/CDPH.

revolucionária legítima como garantidores da vitória nacionalista contra os inimigos da nação:

A carta é o caminho. A espada é a liberdade. Foi assim em 55. Assim será em 60. Mas sem a união dos camponeses há o risco de se perder a carta e se partir a espada. Com a carta e com a espada a viagem é mais curta¹²⁹.

A seguir, passou a elencar os atores do povo e as forças, vivas no imaginário ou na história, que formavam a frente política que iria levar adiante a libertação da nação e as grandes realizações como usinas hidrelétricas, empresas de siderurgia e de petróleo que mostravam a grandeza e a força do país:

Ao lado do operário. Do estudante, do intelectual. Da dona de casa. Do candango. Do nacionalista. De Brasília. De Três Marias. De furnas. De Paulo Afonso. De volta Redonda. Da Petrobrás. Levando muitas bandeiras gloriosas. Uma nas mãos dos trabalhistas com o rosto de Vargas sorrindo para o povo. Outras nas mãos dos pessedista (sic) com o dedo de Juscelino mostrando Brasília. Outra nas mãos dos socialistas com o velho João Mangabeira pregando a liberdade. Outras nas mãos dos comunistas com Prestes olhando tranqüilo para o futuro. Outra com os nacionalistas de Bento Gonçalves e essa Legenda: “Não há mais lugar no Brasil para o entreguismo”. E à frente de toda essa imensa coluna, Lott e Jango¹³⁰.

Julião encerra o texto fazendo o apelo final à ação:

Camponês, vamos embora. O dia já amanhece. O sol é teu. Para o latifúndio anoitece. Que a escuridão seja eterna para o latifúndio. E para ti, camponês, o sol da liberdade seja eterno. – Camponês, vamos embora. O dia já vem raiando!¹³¹

Neste excerto final, sem dúvida o líder camponês se utiliza de representações metafóricas que remetem ao plano mítico no sentido atribuir poderes formidáveis à ação humana quando se refere à posse do sol e a potência vivificadora e libertadora que o astro representa, expressa na afirmação “o sol da liberdade seja eterno”. Nesse sentido, o caráter simbólico implícito nesse discurso nos dá uma dimensão do superinvestimento psíquico que se imputava às

¹²⁹ LONDRINA, Processo-crime nr 158/64. JULIÃO, Francisco. *A Cartilha do camponês*. fl.22-27. Londrina, UEL/CDPH.

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Ibid.

representações em torno da possibilidade de transformações revolucionárias imediatas “enquanto epifania de um tempo inaudito, de uma era de ouro”¹³² que não deveria mais ser retardada.

Sobre a natureza da pregação de Julião, Hans Füchtner já observara como o seu marxismo tinha característica de crença, tomado em simbiose com o cristianismo, sendo seu costume usar figuras bíblicas em suas exortações. A representação de “Prestes olhando tranquilo para o futuro” denota um indisfarçável determinismo escatológico em suas interpretações, que imbricava elementos de tons quase milenaristas e que ganhariam força no princípio da década de sessenta quando as revoluções chinesa e cubana consagraram as representações do campo “ganhando” a cidade.

Contudo, as representações não devem ser tomadas de modo absoluto e estanque e seus significados devem ser analisados para além do plano arquetípico onde são configurados dentro de uma estrutura mítica, mas historicizados nas condições que deram origem às representações em questão.

Como observou Lefebvre, é necessário uma “dialetrização” do racional, com a proeminência do *vivido* ao invés de absorvê-lo no concebido, pois é esta interação que orientará a articulação entre o lógico e o dialético e que possibilitará uma razão renovada¹³³.

Com efeito, pelo que se pode depreender particularmente da militância de Manoel Silva, seria equivocado atribuir sua militância a elementos espontaneístas ou, menos ainda, milenaristas. Na definição de Maria Isaura Pereira de Queiroz, as sociedades ou grupos que se renderam ao quilismo eram caracterizadas por estarem unidas em linhagens de parentela ou famílias extensas¹³⁴, sendo que o que verificamos em movimentos de cunho anarquista e comunista, é que os mesmos são motivados por fatores no plano da exploração econômica e social a que estão submetidos os indivíduos de uma coletividade, e, no caso do movimento sindical norte paranaense, ainda que estabelecessem entre si, líderes sindicais e trabalhadores rurais, fortes laços de solidariedade, o que evidentemente nem sempre ocorria, estavam vinculados por identidade de classe

¹³² FERNANDES, 2007, p. 194.

¹³³ LEFEBVRE, 1983, p.18.

¹³⁴ QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1997.

muito frequentemente apenas para consecução de interesses mais imediatos – a possibilidade da posse da terra ou os direitos trabalhistas garantidos, mais do que por um necessário vínculo afetivo, religioso ou mesmo de identidade política, já que uma maioria sequer poderia ser entendida como adepta das representações comunistas, por muitos consideradas algo estranho aos seus objetivos e mesmo aos seus valores.

Outro fator que corrobora essa análise está no nível organizacional em que se encontravam os militantes comunistas na cidade de Londrina, conforme se pôde observar na documentação, como por exemplo, na “Resolução da Conferência de Zona”, onde se estabeleciam prêmios de incentivo aos militantes mais aplicados, se elaboravam marchinhas com conteúdo político local, que põem fora de questão um movimento de formato “pré-político”, de banditismo social ou messiânico. Pelo contrário, Manoel Silva é um militante que busca no plano jurídico e político a mediação de suas ideias sobre justiça social (era advogado trabalhista), privando-se do uso de representações de teor milenarista como as que se podem verificar no discurso de Francisco Julião. Considerava as instâncias organizacionais do sindicato e do partido como complementares na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, ainda que compartilhasse com o advogado pernambucano uma expectativa imediata de transformação revolucionária social e política, que era afinal o que os diferenciava do movimento pecebista após os conflitos em Porecatu, que a partir de 1958 adotara a via pacífica para a revolução.

Isso não significa que o discurso de Manoel Silva fosse totalmente depurado de representações míticas, mas sim reconhecer elementos de ênfase em determinados aspectos do real, além de admitir a possibilidade de o próprio Julião utilizar certas figuras de linguagem como recurso de retórica e de proselitismo junto aos trabalhadores rurais, recordando Règine Robin que nos adverte contra uma concepção de discurso como evidência de comportamento político, como se a relação entre sujeito e discurso fosse direta e transparente, ignorando as estratégias de enunciação atravessadas pelas contingências do enunciador.

Indício da multiplicidade política no interior das Ligas, sua composição viria a agregar dissidentes do PCB, PC do B, POLOP e trotskistas. No campo da prática política, as ligas disputavam o controle do movimento no campo com os militantes do PCB e, segundo Fernando Azevedo, a perspectiva de

radicalização do processo revolucionário que adotou no princípio da década de 1960, levou o governo Goulart a se inclinar pela legalização dos sindicatos rurais sob influência pecebista como forma de contrabalançar a inserção das ligas entre os camponeses¹³⁵. O que não significa que não houvesse críticas dos militantes às políticas adotadas pelo Comitê Central do PCB, tidas como reformistas, e que seriam consequência da submissão do partido aos ditames da política externa soviética. Conforme observou um militante paranaense, “nosso partido continua encabrestado pela política moscovita. A política soviética ainda manda na política nacional. Enquanto o PCB não pensar com sua cabeça, não é possível [...]”¹³⁶.

Quando da realização em Londrina do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, em 1960, um dos maiores do gênero no país até então, o ilustre patrono das ligas foi especialmente convidado para o evento que, acompanhado da comitiva mais numerosa, composta por 19 pessoas, demonstrava a relevância da conexão com o camarada do Sul. Nessa ocasião, houve passeatas de protesto com um caixão representando o enterro simbólico de Julião, contando entre seus organizadores com dois padres do Colégio Marista e o então presidente da União Londrinense dos Estudantes (ULES).

No ano seguinte, novamente a presença de Julião provocou uma grande reação durante a realização do II Congresso dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em Maringá (cidade a 100 km de Londrina), quando simultaneamente e, pelo que consta, propositadamente, foi fundada a citada Frente Agrária Paranaense (FAP), idealizada por bispos católicos que davam combate frontal à presença de Julião no estado, chegando mesmo a tentar impedir que seu avião aterrissasse no aeroporto da cidade¹³⁷. Durante o congresso houve episódios de confrontos, agressões físicas, apedrejamentos e tiros provocados pelos conflitos entre marianos fiéis aos bispos e os participantes do encontro de trabalhadores.

Nessa ocasião, Julião afirmara explicitamente em seu discurso que “o caminho do Brasil era o caminho de Cuba”, e a sua sentença era “Reforma Agrária ou Revolução”¹³⁸, provocando a imediata reação da sociedade local.

¹³⁵ AZEVEDO, Fernando. As ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) *Regime Militar: novas perspectivas*, 2006, p.34.

¹³⁶ PARANÁ. DEAP. *Pleno do C.E.* (DOPS). Dossiê Partido Comunista, nr. 165/173.

¹³⁷ JULIÃO, Francisco apud SILVA, 2006, p.102

¹³⁸ SILVA, 2006, p.151.

Em novembro, ocorrera na cidade de Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, quando se agudizaram as divergências sobre a concepção de transformação revolucionária entre o PCB e as Ligas de Julião. Em direção contrária à posição tida por reformista que o partido assumira desde o V Congresso em 1960, os dirigentes das ligas vinculados ao PCB, como o próprio Manoel Silva, liderados por Clodomir dos Santos Moraes, defendiam a eliminação de etapas do processo revolucionário, tendo sido expulsos do congresso, ainda que conseguissem aprovar como uma das resoluções do encontro a tese da reforma agrária “na lei ou na marra”, traduzidas nas invasões e ocupações de terras que as ligas vinham praticando em todo o país .

Este lema granjeou a simpatia e o apoio cubanos, projetando Julião como o mais promissor arauto do modelo de revolução da *Sierra Maestra*, caracterizada pela posição antipartido que predominava nas ligas, pautada na perspectiva de eliminação de “etapas” e da luta direta pelo socialismo e por uma reforma agrária coletivista.

Desse modo, em abril de 1962 Julião fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) ¹³⁹, inspirado na *Segunda Declaração de Havana*, cuja palavra de ordem era “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, com o que pretendia criar o foco de uma guerrilha rural. Contudo, Julião acabou não aderindo ao grupo que abraçou a guerrilha com Clodomir Moraes, optando por concorrer para Deputado Federal nas eleições ainda naquele ano. E foi justamente com Clodomir que surgiram os primeiros campos de treinamento de guerrilhas com apoio cubano.

As ligas encontravam-se organizadas naquele momento em 13 dos 22 Estados brasileiros e passaram a atuar também nas cidades junto aos desempregados, favelados, etc. Havia desenvolvido uma estrutura organizacional onde cada liga tinha existência jurídica e política e cuja jurisdição era estadual, coordenadas por um conselho nacional, sem que tivessem, no entanto, uma estrutura centralizada e hierarquizada nem um centro político que pudesse estabelecer diretrizes ou unificar a ação política.

¹³⁹ PARANÁ. DEAP. Dossiê Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), abril de 1971, (DOPS). Dossiê nr1417-167; AZEVEDO, 2006, p.36.

O que os unia ideologicamente era o horizonte de uma revolução socialista com base na união operário-camponesa, descartando a democracia representativa e o processo eleitoral como única via de chegada ao poder político. As conexões cubanas do líder das ligas o inclinavam ao caminho da luta armada como necessária para as mudanças de regime político e econômico, ainda que houvesse tendências internas que optavam pelo trabalho de massas como fundamental para um eventual processo de radicalização política.

Em 1963, Julião fundara também o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB) com vistas a recuperar a liderança das ligas ofuscada pela presença de outros grupos ideológicos e disputar a hegemonia com o PCB por meio de um movimento suprapartidário de massas. Essas duas organizações por ele criadas tiveram breve existência, mas suas proposições foram incorporadas na Conferência de Recife, em outubro daquele ano.

Nessa conferência, aprovaram-se mudanças na estrutura organizacional, onde as ligas estaduais estavam agora sob um comando nacional com prerrogativas de coordenar ações políticas dentro do regime do centralismo democrático, assumindo na prática o modelo marxista-leninista de organização. Contudo, introduziu-se uma divisão original no seu interior, fruto da própria divergência interna quanto ao papel das massas no processo revolucionário. As ligas foram então divididas em duas partes que constituíam, de um lado, uma Organização de Massa (OM) que tinha por objetivo mobilizar a opinião pública e organizá-la em torno das reformas de base e da reforma agrária, por meio não só das ligas camponesas, mas de ligas urbanas, femininas, de pescadores, etc.; de outro, uma organização política (OP) dentro dos moldes clássicos de um partido de vanguarda, reunindo os melhores quadros para a direção política da organização de massa, cuja novidade era o objetivo de transformar uma organização de base agrária em uma espécie de partido de vanguarda que pudesse mesmo liderar o processo revolucionário nacional¹⁴⁰.

A organização de massas paralela e articulada à organização política visava preservar a autonomia de um movimento social que ficasse a salvo das armadilhas burocratizantes de um partido, e que fosse capaz de se renovar incorporando novos sujeitos e bandeiras sociais junto ao campesinato, sua principal

¹⁴⁰ AZEVEDO, 2006, p.36.

base de apoio, numa proposta semelhante à que o Movimento Sem-Terra (MST) adotará anos mais tarde¹⁴¹.

Vários documentos apreendidos pela polícia no escritório e residência de Manoel Silva nos primeiros dias após o golpe atestam a comunhão de perspectivas entre o advogado paranaense e o pernambucano. Entre estes, um telegrama, datado de janeiro de 1962, é emblemático da avaliação política que Manoel Silva faz do potencial revolucionário do estado: “a situação está montada, faltando apenas coordenação e solidificação [...]”¹⁴². O Movimento estava composto por três frentes: estudantes e intelectuais em Curitiba, ligas camponesas em regiões de posseiros e arrendatários e – sindicatos rurais na zona cafeeira e canavieira, considerando o Paraná como uma região importante no contexto da *revolução brasileira*¹⁴³.

Na devassa realizada pela polícia no escritório de Manoel Silva, dentre os documentos encontrados havia uma carta do então deputado federal Francisco Julião ao Coronel Pedro Alvarez, chamado por aquele de “Capitão do Povo” que denota a perspectiva do deputado com relação às Reformas de Base em curso no princípio da década de 1960. Mais especificamente ele menciona o decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que João Goulart assinara em 1963, reservando para a reforma agrária as faixas de terra marginais às rodovias e açudes para expropriação:

Não queremos que a Montanha venha a parir um rato com uma reforminha qualquer dessas de beira de rodagem [...] Queremos que o Brasil dê uma paragem no imperialismo e no latifúndio como já o fizeram a União Soviética, a China de Mao, Cuba e Argélia [...] Avançamos muito em matéria de organização [...] Dentro de pouco tempo, Pedro, pode ficar certo de que as Ligas Camponesas do Brasil poderão dizer às outras organizações (P.C.B, de Prestes, e F.M.P, de Brizola e União dos sargentos de Garcia ou de quem for): “Temos 500.000 para o que der e vier. Somente no Nordeste”¹⁴⁴.

Contudo, os planos de Julião e Manoel Silva foram abortados pela polícia nos últimos suspiros do governo Goulart. A conexão cubana passou então a

¹⁴¹ AZEVEDO, 2006, p.37.

¹⁴² PARANÁ. DEAP. *Telegrama*. (DOPS) Dossiê Manoel Silva nr 2562/423.

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ LONDRINA. Processo-crime nr 158/64. *Correspondência*, fl.16. Londrina, UEL/CDPH.

privilegiar, num primeiro momento, o contato com os marinheiros e sargentos nacionalistas expulsos por ocasião do golpe, e que gravitavam em torno de Leonel Brizola. Em 1967, Cuba voltaria seus olhos para Carlos Marighela, durante a sua participação na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), e passaria a apoiar os grupos de esquerda que optaram pela via armada, principalmente a ALN, VPR e MR-8¹⁴⁵, dissidências compostas sobretudo pelo movimento estudantil universitário cujos militantes romperam com o PCB entre 1965 e 1968¹⁴⁶.

Em entrevista concedida em 1979, às vésperas da aprovação da Lei de Anistia e ainda no exílio mexicano, onde permaneceu por 13 anos, Julião, perguntado se pretendia retomar a luta interrompida em 1964, negava essa possibilidade, explicando:

Hoje tenho uma visão muito mais profunda da realidade social brasileira. Naqueles tempos, 15 anos atrás, eu via os problemas do Brasil e do mundo através do Nordeste, uma região conflitiva, uma região que sempre se caracterizou como aquela que deu início a todos os movimentos de libertação do nosso povo. Hoje estou vendo o Nordeste e o Brasil através do mundo. Quer dizer que ampliei muito meu conceito sobre a realidade do nordeste e a realidade brasileira. [...] o camponês que eu deixei no Brasil foi triturado, foi transformado em um assalariado. Hoje o fenômeno 'boia-fria' merece a primazia de todo lutador social¹⁴⁷.

O advogado líder dos camponeses entendia que as Ligas teriam cumprido seu papel político, que foi o de “sensibilizar o intelectual, o estudante, o homem comum da cidade, enfim, toda a sociedade para a dura realidade do homem do campo” e acreditava que as Ligas não teriam muito sentido naquele novo contexto sendo que “a preocupação maior deve ser a de melhorar os serviços dos sindicatos, para representar com legitimidade os interesses e necessidade dos trabalhadores rurais”¹⁴⁸.

Essa nova avaliação vai ao encontro da polêmica análise defendida à época por Caio Prado Junior em “A Revolução Brasileira”, de 1966, a qual

¹⁴⁵ ROLLEMBERG, 2001, p.17.

¹⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 28.

¹⁴⁷ SÃO PAULO. *Folha de São Paulo*. Julião e Gregório voltam com a aprovação da anistia”, s/d (1979?).

¹⁴⁸ SÃO PAULO. *Folha de São Paulo*. Julião pede justiça ampla”, 13 nov.1979. p.6.

desqualificava as ideias da existência de “restos feudais”, defendida pelo PCB cujas análises estavam sob a ascendência da III Internacional Comunista (IC). Caio Prado defendia como solução para as péssimas condições de vida da população rural brasileira uma específica e efetiva legislação trabalhista e real ganho de poder aquisitivo através da elevação de salários. Verificava que a grande massa da população rural era constituída de empregados e não propriamente de camponeses. Essa perspectiva foi duramente criticada não apenas pelos militantes pecebistas, mas pelos setores mais a esquerda do partido, expresso pelas dissidências armadas, devido à noção considerada não apenas reformista, mas que descaracterizava as plataformas políticas que reivindicavam uma reforma agrária, à medida que propugnava para aquele contexto, não a ocupação parcelária e individual da terra, mas melhores condições de trabalho e emprego, reivindicações próprias de uma agricultura capitalista, com um mercado de trabalho constituído, colocando a questão fundiária em segundo plano naquele momento¹⁴⁹.

É necessário frisar que antes da obra “A Revolução Brasileira”, Caio Prado percorreu uma longa trajetória onde reconhecia o fato de que a pequena propriedade era fator fundamental na estabilidade rural e sem sombra de dúvidas superior à fazenda, ou seja, a questão central na reforma agrária residia na grande concentração fundiária. A viragem pós-golpe se dá a partir da constatação citada de que é o assalariamento que constitui a relação de trabalho mais generalizada na agropecuária brasileira naquele momento a qual permite um alto índice de exploração e onde outras formas de pagamento são eventuais e circunstanciais¹⁵⁰.

O autor verificava que no contexto da grande exploração havia por um lado uma maior oferta de braços para a lavoura com a consequente compressão dos salários, em paralelo com um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem reabsorvidas pelas grandes fazendas tornando espúria uma reforma agrária sem os elementos necessários à sua efetiva consecução¹⁵¹. Evidente é que Caio Prado defendia a transformação da estrutura e modalidade de propriedade fundiária no sentido de corrigir a secular e injusta concentração da terra no país e não deixa dúvidas quanto à complementaridade

¹⁴⁹ PRADO JR. Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966, p.150.

¹⁵⁰ PRADO JR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987, pg. 63-64.

¹⁵¹ Ibid, 1987, p.75.

entre essa perspectiva e uma legislação e ação que garantisse aos trabalhadores rurais os direitos de livre associação, organização sindical e greve:

Seria inteiramente falso imaginar (como pensa certo sectarismo de esquerda) a possibilidade do desaparecimento desde logo da relação de emprego no trabalho rural, e a transformação instantânea, ou mesmo a curto prazo da massa rural brasileira [...] a ênfase excessiva posta num ou outro aspecto isolado da reforma agrária, o que abre margem para a escamoteação dos demais, ou uma falsa hierarquização e mesmo oposição entre medidas diferentes mas todas necessárias porque se complementam e mutuamente se reforçam¹⁵².

De modo complementar, Caio Prado reconhecia o fato de que as variadas formas de existência não urbana no interior da sociedade nacional, compreendendo o sertanejo, o caboclo, o caipira e o camponês, caracterizavam relações sociais que se davam de modo diferenciado em função do relativo isolamento em que viviam¹⁵³, admitindo desse modo a coexistência de modos de vida e reprodução econômica residuais e não inteiramente subsumíveis à marcha planificadora do capital.

No caso da cafeicultura paulista e paranaense, o colonato foi predominante desde a segunda metade do século XIX até a década de sessenta, quando entra em descenso e torna-se isolado na década seguinte, com a disseminação da existência da legislação trabalhista para o campo, em boa parte devida à ação da militância pecebista por meio dos sindicatos e das Ligas. A partir da década de 1940 até o golpe, as relações de trabalho, até então baseadas no predomínio do poder privado dos fazendeiros, sofrem um processo de dissolução ante a emergência do aparato jurídico que, advindo do meio urbano, se imiscui por meio do poder público no âmbito doméstico rural, ressoando promessas de possíveis garantias da lei para os trabalhadores agregados nas colônias.

Nesse sentido, o movimento sindical liderado pelos comunistas até 1964, ajudou a catalisar as relações existentes no meio agrário e provocar a ruptura do tecido societário no nível produtivo, ensejando a paulatina extinção do colonato, regime de trabalho predominante por mais de um século na cafeicultura paulista

¹⁵² PRADO JR, 1987, p.90-92.

¹⁵³ PRADO JR. Apud MARQUES, Marta I. M. Lugar de modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA; MARQUES, 2004, p.152.

(relação de trabalho depois introduzida no Paraná) pela disseminação dos direitos trabalhistas prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual teve por sucedâneo o Estatuto do Trabalhador Rural, tornado inócuo pelo regime civil-militar.

Acompanhando essas modificações nas relações produtivas, e sem estabelecer uma relação causal de tipo economicista, transformações em todo um universo de representações do mundo tradicional camponês no plano das relações entre os indivíduos tem lugar na década de 1960, quando a população urbana aumentou e se distanciou significativamente da rural.

Esse *modo de vida tradicional camponês* pode ser entendido como a forma como um grupo expressa sua cultura, se caracterizando por uma “sociabilidade territorializada”, em geral ao nível local, cimentada pelo sentimento de pertença ao lugar, onde prevalecem:

[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra [...] constituído a partir das relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade¹⁵⁴.

Esse modo de vida tradicional se verifica por meio da transmissão e reprodução entre as gerações de práticas, valores e crenças, com transformações em um ritmo mais lento que a modernidade¹⁵⁵, ocasionando diferentes temporalidades sobre um mesmo território. Estando “situado nas margens da expansão da economia capitalista, a ameaça externa de desestruturação é uma constante”¹⁵⁶. Ao mesmo tempo, a sua sobrevivência se torna possível à medida que consegue se integrar ao mercado e à economia capitalista, mantendo-se como uma organização social distinta da sociedade capitalista possibilitada pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

As transformações que o atingem se dão no processo de integração subordinada desses camponeses no bojo da sociedade mais ampla como resultante, além do movimento sindical, das ações estatais e dos grupos de poder constituídos, e do modo como reagiram os camponeses em face das contingências impostas, tais

¹⁵⁴ MARQUES, 2004, p.145, 153.

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid, p.152.

como as políticas de modernização das atividades agropecuárias e das relações de trabalho, com vistas ao aumento da produtividade em detrimento das lavouras de subsistência, que expulsam os moradores que resistem ao esvaziamento das fazendas, com o espaço da acumulação do capital avançando sobre o espaço camponês¹⁵⁷.

Como observado por Marta Inez M. Marques:

Verifica-se a radicalização da tendência que vinha ocorrendo, desde o início do século, de separação entre os espaços do camponês e do latifúndio. O espaço da produção e reprodução camponesas é delimitado pelo cercamento das fazendas que o circundam. O território camponês estrutura-se em oposição à nova territorialidade dos fazendeiros¹⁵⁸.

Do ponto de vista das consequências imediatas da ‘modernização’ das relações de trabalho ocorridas nas décadas de 1950 e 1960, os trabalhadores do campo experimentaram um grande desamparo, pois a legislação que veio para substituir as antigas relações entre estes e os fazendeiros, materializada no Estatuto do Trabalhador Rural implementado já no governo Castelo Branco, possibilitou o surgimento do trabalhador volante, o conhecido “boia-fria”. A redação do 4º parágrafo do artigo 80 do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) permitia ao empregador contratar trabalhadores “por peça, tarefa ou serviço feito”, de forma que o pagamento seria calculado com base “na média do tempo costumeiramente gasto na realização do serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias”¹⁵⁹.

Esta situação foi agravada com a introdução de novas técnicas de cultivo e manejo, reduzindo a demanda por mão-de-obra. Também a ascensão do mercado da soja e do trigo e um maior índice de mecanização contribuíram diretamente para redução da necessidade de braços para a lavoura, ou seja, de certo modo o espaço de acumulação capitalista “devorou” o já limitado território de vida do camponês sob a forma de colonato e assemelhadas, que, guardadas as especificidades de forma e históricas, remete à célebre alegoria de Thomas Morus,

¹⁵⁷ MARQUES, 2004, p.146.

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ BRASIL. Estatuto do trabalhador rural. Lei nr 4.214, de 2 de março de 1963. *DOU*, Brasília, de 22.03.1963. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

para quem as ovelhas “devoraram” os camponeses durante os cercamentos das terras na Inglaterra, em um processo que durou do século XVI ao XVIII, com o objetivo de transformá-las em pastagens para suprir a nascente indústria têxtil.

Vale lembrar que, como frisou Verena Stolcke, apesar de na modalidade do colonato a extração do trabalho do camponês ser mais eficiente do que no trabalho assalariado puro, os próprios colonos, depois transformados em trabalhadores assalariados, o preferiam, pois o trabalho assalariado puro impedia o plantio de alimentos tornando-os totalmente dependentes do mercado¹⁶⁰, em um mundo com o agravante da desagregação e desreferencialização dos valores tradicionais que informavam sua identidade rural, tais como a honra, a família, a reciprocidade entre as pessoas e destas com a natureza¹⁶¹, postas a perder nas periferias dos ajuntamentos urbanos.

Com efeito, o surgimento do “boia-fria” decorreu das transformações que atingiram em cheio as relações de dependência pessoal entre trabalhadores rurais e fazendeiros, situação que permanece mesmo na condição de diaristas e tendo ido morar na zona urbana, “liberados” para o assalariamento e sem qualquer proteção jurídica ou política, em uma distorção perversa dos objetivos almejados pelos movimentos sociais voltados aos trabalhadores do campo e a luta para implementar o ETR. Desse modo, esses colonos experimentaram um processo de desenraizamento e desintegração de sua cultura e modo de vida e só conhecerão uma perspectiva de organização política concreta de amplo escopo já na década de 1980 com o surgimento dos novos movimentos pelo direito de acesso à terra, exemplificados pelo MST.

A partir de então, os sem-terra irão transformar sua perspectiva inicial, ainda fundada sobretudo no paradigma da modernidade e a produção com amplo suporte tecnológico voltado para a competição no mercado, e pensar, junto às demandas do processo produtivo, as possibilidades de re-ruralização, onde a terra é percebida não apenas como espaço de produção, mas, sobretudo uma terra para

¹⁶⁰STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.15.

¹⁶¹MARQUES, 2004, p.13.

viver, ou seja, mais que espaço, um *território* de vida, onde uma comunidade humana constrói seu *lugar* e sua *história*¹⁶².

Karl Marx nos alertou para o fato de que os homens fazem a história, mas não como a querem. Essa afirmação remete ao fato de que, o PCB e as Ligas Camponesas do norte-paranaense, com os erros e acertos de suas concepções e ações, foram os principais agentes de dinamização das agudas contradições que grassaram na terra dos cafezais, onde enquanto alguns se tornavam “barões do café”, uma grande maioria não tinha sequer o acesso à terra. Esses trabalhadores, na variedade de relações de trabalho que estabeleciam com seus patrões, acorreram às ligas e sindicatos, na esperança de alcançar melhores condições de vida, em um país onde a secular exploração propiciada pelo latifúndio perpetuava a sua condição de subalternos. Com todos os revezes que as suas causas sofreram, com o auxílio da militância comunista, lograram criar uma identidade política e ter a sua existência reconhecida enquanto grupo social que buscava se reterritorializar em condições mais equânimes, onde pudessem produzir os meios de sua condição de vida, e todos os significados implícitos nessa conjunção.

É nesse sentido que advém a preocupação com a relação entre as representações concebidas no âmbito dos discursos teóricos e programáticos da política e o vivido dos indivíduos, muitas vezes pensados na condição de ‘objetos’ dessas representações, sem que se considerem as mediações entre as experiências cotidianas e suas referências simbólicas, entre o imediato e o mediato.

É, pois, no *vivido* onde irrompe a questão da identidade dos indivíduos e grupos societários, onde o espaço é percebido como *lugar social*, onde suas representações e práticas interagem estrategicamente ante as injunções dos *sistemas concebidos* que pairam sobre a cotidianidade e que permeiam a esfera pública e privada. É nesse âmbito onde se dão as tensões entre a aceitação e a reação, entre a negociação e a rejeição, próprios do processo histórico e cujas especificidades e estratégias devem interessar ao historiador na medida em que, como destacou Michel de Certeau, são dinâmicas as relações entre os sujeitos e as representações circulantes nos planos políticos, econômicos, culturais, espirituais e todos os elementos de significação que compõem o mosaico existencial dos

¹⁶² SANTOS, Milton (2000) Entrevista com SEABRA, Odete, CARVALHO, Mônica e LEITE, José Corrêa, *Editora Fundação Perseu Abramo*, São Paulo, p. 21.

indivíduos. Essa mobilidade relacional afeta a própria noção de fixidez e passividade identitária que afetam os sujeitos, remetendo ao reconhecimento de uma identidade cultural *híbrida*¹⁶³ e dinâmica que está em constante interação com o meio, e não concebida idealisticamente fora do tempo e do espaço.

Daí a importância da abordagem em microescala que considere a experiência da diferença e os saberes locais na formulação de políticas de alargamento do campo democrático, que ultrapassem as formalidades dos grandes discursos ao mesmo tempo em que se mantém em foco a universalidade do direito aos meios necessários à emancipação dos sujeitos, pensando os movimentos sociais enquanto produtores de novos significados e novas formas de vida e prática sociais na ampliação do espaço público, antídoto eficaz na resistência à colonização do mundo da vida pelos sistemas de poder econômico, políticos e culturais que atuam no cotidiano.

¹⁶³ CANCLINI, Nestor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

3. DEMOCRATAS E TOTALITÁRIOS: A LÓGICA ANTICOMUNISTA

3.1 Anticomunismo e Guerra Fria

O anticomunismo constituiu um fenômeno ideológico e político complexo, devendo ser distinguido entre o anticomunismo de tipo conservador como o clerical, fascista, nazista-hitleriano, e o americano e europeu no contexto da *Guerra Fria*, mas verificando-se também um anticomunismo inspirado em princípios liberais e de esquerda, expresso pela socialdemocracia ou mesmo um anticomunismo radical libertário de extrema-esquerda¹⁶⁴.

De todo modo, o que se verifica é que as diversas modalidades de anticomunismo partem do princípio, no plano político, de que nenhuma aliança é possível no plano estratégico (ainda que eventualmente no plano tático) com partidos ou Estados comunistas devido a uma incompatibilidade intrínseca do ponto de vista dos princípios e interesses, ainda que se mantenham as regras do jogo democrático pluralista e das relações entre Estados.¹⁶⁵

No plano das relações internacionais, o anticomunismo não se traduziu compulsoriamente em uma política externa antissoviética assim como uma política externa antissoviética não decorreu necessariamente de um regime anticomunista, como é o caso da China Popular. Luciano Bonet cita o exemplo de muitos Estados árabes e africanos, que mesmo que tivessem caracteres culturais inconciliáveis com o comunismo sustentavam uma política externa filosoviética, como é o caso dos países de religião islâmica predominante¹⁶⁶.

Desde a Revolução de Outubro, ou seja, desde o momento em que ocorre uma “materialização” das doutrinas de Karl Marx em uma sociedade histórica, e a subsequente criação da III Internacional Comunista (IC) ou *Comintern* em 1919, como órgão político sob as ordens de Moscou, o anticomunismo fixou suas raízes no mundo ocidental produzindo um confronto de representações as mais variadas

¹⁶⁴ BONET, Luciano. *Anticomunismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 12 ed., v.I, 2004, p.34.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Ibid, p.35.

sobre um fenômeno que dividiria o mundo em dois blocos ideológicos e de poder durante a maior parte do século XX.

Palmiro Togliatti, dirigente do Partido Comunista Italiano, escreveu mesmo que ser anticomunista significava dividir a humanidade em dois campos e considerar os comunistas como aqueles que já não são homens, pois haviam renegado e postergado as bases fundamentais da civilização humana¹⁶⁷.

Mas como foi observado, é após o término da Segunda Guerra Mundial que a questão da expansão comunista emerge com força no cenário da geopolítica mundial.

A ascensão do anticomunismo gestado no contexto norte-americano encontra sua formulação política inicial na denominada “Doutrina Truman”, expressas no pronunciamento do presidente americano ao Congresso em 12 de março de 1947, fixando as fronteiras ideológicas na Europa em dois blocos distintos e deslocando as representações da luta revolucionária para o leste da Ásia.

O documento que talvez melhor ilustre a inauguração do anticomunismo americano no pós-guerra é o longo telegrama de George F. Kennan escrito em 1946, provavelmente o mais citado nos primeiros rumores da Guerra Fria. Kennan fora enviado como diplomata durante a Guerra Civil Russa e escrevera seu telegrama após permanecer em Moscou nos anos de 1944-1946. O essencial de seu conteúdo foi publicado na Revista *Foreign Affairs* em 1947 com o título “*The Sources of Soviet Conduct*”, assinado sob o pseudônimo “X”, embora todos os que o conhecessem soubessem de sua autoria.

A peremptória sentença do autor reforçou os argumentos para o que foi depois denominado uma *Guerra Fria*:

É claro que os Estados Unidos não podem esperar em um futuro previsível para gozar de intimidade política com o regime soviético. Deve continuar a considerar a União Soviética como um rival, não um parceiro, na arena política. Deve continuar a esperar que a política soviética não refletirá nenhum amor abstrato de paz e estabilidade, nenhuma fé real na possibilidade de uma convivência feliz e permanente dos mundos socialista e capitalista, mas sim uma cautelosa e persistente pressão para

¹⁶⁷ BONET, 2004, p.35.

a ruptura e enfraquecimento de toda a influência e poder rival. (Tradução nossa)¹⁶⁸.

A avaliação de George. F. Kennan das pretensões soviéticas levaram os Estados Unidos a iniciarem uma série de alianças regionais no intuito de deter a influência da U.R.S.S. Como expoente do realismo político nos Estados Unidos, Kennan argumentou, retomando as doutrinas pangermanistas do século XIX¹⁶⁹, que os interesses estratégicos no plano das relações entre as nações baseavam-se, em última instância, na força e não em preceitos religiosos como a moral cristã generalizada no ocidente, e do qual, por sinal, se excetuava por princípio a União Soviética.

O aprofundamento do confronto entre as perspectivas do mundo capitalista e socialista se dá com a crise política de 1947 envolvendo o temor da suposta possibilidade da Rússia obter um acesso direto ao Mar Mediterrâneo através da Turquia ou da Grécia e, com isso, a todo o Oriente Médio, de onde poderia provocar uma crise energética na Europa Ocidental, recrudescendo a polaridade que caracterizou o planeta nas décadas seguintes. O agravamento dessa polarização dá-se de fato com a Guerra da Coréia, iniciada em 1950, levando o então Secretário de Estado norte-americano John F. Dulles a estabelecer em 1953 pactos de segurança com diversas nações da Ásia, Europa e América, criando cerca de quinhentas bases militares ao redor do globo com o intuito de envolver o mundo comunista em um “cordão sanitário”, cuja metáfora é reveladora do modo como a influência soviética no mundo estava sendo representada pelos estrategistas do Pentágono¹⁷⁰.

Contudo, é importante observar que, de acordo com G. F. Kennan, que conheceu com maior minudência a política do *Kremlin* no período final da Segunda Guerra (1945-1946), era evidente que os líderes soviéticos não tencionavam expandir-se através das fronteiras europeias, pois o país se recuperava das devastações da ofensiva alemã e tal estratégia não era nem conforme a

¹⁶⁸ KENNAN, George F. *The Sources of Soviet Conduct. Foreign Affairs*. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23331/x/the-sources-of-soviet-conduct>>. Acesso em 23junr2012.

¹⁶⁹ ARON, R., *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, p.573-587.

¹⁷⁰ COMBLIN, J. A *Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.112.

doutrina marxista, nem ao temperamento de Stálin¹⁷¹. A própria criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949 foi avaliada pelo embaixador americano como sendo negativa para um acordo europeu, pois ao impor uma linha divisória na Europa provocou a necessidade dos países decidirem por um dos dois blocos, comprometendo seriamente as possibilidades de unificação alemã e dos povos da Europa Central e Oriental na comunidade europeia¹⁷².

De qualquer forma, conforme observado por Zilda M.G. Iokoi, a experiência diplomática de Kennan na U.R.S.S. o inclinava a reforçar a necessidade de promover o desenvolvimento dos países atingidos pela guerra, entre eles a própria Rússia, diretriz consoante ao 14º da Doutrina Truman, e a “criar nos seus colegas diplomatas um sentido menos abstrato e demonizado sobre os comunistas russos, poloneses ou apenas judeus. Considerava um esforço importante observar os seus adversários no campo da política e não como vilões de um processo irreversível”¹⁷³, inclinando suas análises no sentido de uma solução mais abrangente e duradoura para além do emprego da força pura e simples, pois compreendera que essa era uma guerra a ser ganha principalmente no campo de formação das subjetividades, onde a circulação e consolidação de determinadas representações teriam um efeito muito mais efetivo e duradouro sobre as vontades.

No que tange à política para a América Latina, ainda em 1947 foi celebrado no Rio de Janeiro o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) conhecido como *Tratado do Rio*, com base na “Doutrina de defesa hemisférica”, que considerava que o ataque contra qualquer país do continente seria uma ataque contra todos, o que foi considerado por muitos como um prolongamento da Doutrina Monroe¹⁷⁴.

Contudo, em oposição à visão meramente belicista contra a qual Kennan advertira, foi criado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) entre 1949 e 1951, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), com o objetivo

¹⁷¹ KENNAN, G.F. Conferência no Graduate Institute of International Studies – Genebra. Apud IOKOI, Zilda M.G. Intolerância e Resistência. A Saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Itajaí, Ed. UNIVALI, 2004, p.154-155.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ IOKOI, op. cit, p.179.

¹⁷⁴ GILDERHUS, Mark. *The Second Century. U.S.-Latin American Relations since 1889*. Wilmington: SR Books, 2000, p. 120. apud MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa3.htm#_edn7>. Acesso em: 26junr2012.

de aplicar o 14º ponto da Doutrina Truman no continente¹⁷⁵.

No Brasil, a CEPAL firmou um acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) em 1952, criando um grupo misto de estudos com o intuito de analisar o perfil do crescimento do país e elaborar programas de desenvolvimento para um período inicial de dez anos, além de viabilizar cursos de capacitação técnica¹⁷⁶.

Já no contexto da década de 1960, a pesquisadora Marta Huggins, baseada em documentação do Arquivo Nacional Norte Americano, demonstrou diversas ações e elementos explícitos da cooperação entre os Estados Unidos e países da América Latina, que não deixam dúvidas quanto ao grau de ingerência na política interna desses países e a promoção de uma intensa campanha anticomunista.

Entre eles a conhecida Operação Brother Sam por ocasião do golpe no Brasil e as ações do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). A autora verificou que dois dos criadores do DOI/CODI (Delegacia de Operações e Informações/Centro de Operações de Defesa Interna), Amerino Raposo Filho e Riograndino Kruehl, foram indicados pelo embaixador Lincoln Gordon, para fazerem um curso de inteligência militar da *Central Intelligence Agency* (CIA) nos EUA.¹⁷⁷

Com efeito, em conversa recente com Amadeu Felipe, o líder da guerrilha o Caparaó (1967), este fez questão de frisar que:

Na verdade, a realidade era outra, o Castelo Branco, até é uma coisa que ninguém coloca isso, é uma coisa que você pode colocar na sua tese por que é fundamental. O Castelo Branco, que era chefe do Estado Maior do Exército, era informante da CIA [...] foi presidente da república, informante da CIA! [...] O Castelo, mesmo como presidente da República nunca se afastou da CIA. E ele tinha uma veleidade intelectualizada, então ele ia ao teatro pra ver se granjeava alguma penetração. De noite ele ia ao teatro, de manhã ele prendia os artistas, baixava o pau¹⁷⁸.

¹⁷⁵ MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa3.htm#_edn7>. Acesso em: 26junr2012.

¹⁷⁶ RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, nr 53, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jan 2007. doi: 10.1590/S0103-40142005000100024. e NAÇÕES UNIDAS. CEPAL. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/cepal/>>. Acesso em: 09out.2012.

¹⁷⁷ HUGGINS, Martha. CONEXÃO Americana. *Folha de São Paulo*, São Paulo: 23 ago. 1998, p.7.

¹⁷⁸ FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. Entrevista concedida em 17 fev.2011.

Segundo Huggins, a Operação “Bandeirantes” (OBAN), organização criada às margens da lei em 1970 composta por civis e militares para dar combate à subversão, e que dá origem ao DOI/CODI, fora estimulada pela OPS (*Office of Public Safety* – Seção de Segurança Pública), órgão criado no governo Kennedy para promover intercâmbio entre as polícias de todo o planeta. No campo da propaganda, o USIS (*United States Information Service*) financiou campanhas anticomunistas que eram veiculadas em histórias em quadrinhos, guardanapos e até em caixa de fósforos¹⁷⁹.

Ainda no plano das ações governamentais, um relatório elaborado em 1971 pela agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI), nominado “Comunismo Internacional” e distribuído ao DOPS do Paraná, traz uma série de referências que nos ajudaram a identificar alguns dos repertórios de representações anticomunistas que foram largamente difundidas uma vez que este relatório teve divulgação, além dos órgãos de repressão policial, para os Gabinetes Civil e militar da Presidência da República, Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), Escola Superior de Guerra (ESG), Presidentes da Câmara, Senado, Superior Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal Militar (STM), Ministérios das três forças armadas e diversas autoridades eclesásticas, através dos quais chegavam a outras entidades da sociedade civil voltadas à formação da opinião¹⁸⁰.

O frontispício do relatório traz frases atribuídas a líderes do comunismo mundial buscando denotar os princípios que caracterizariam a doutrina marxista, com ênfase nas ações sub-reptícias de caráter estratégico-militar de um inimigo velado que buscaria minar aos poucos o edifício social estabelecido.

De *Mao Tse Tung*, há a seguinte frase, já conhecida dos manuais de guerrilha inspirados na filosofia do líder chinês: “Retrair quando o inimigo está poderoso e, a medida que tempo for passando, agir com impetuosidade com a finalidade de desgastar a autoridade”. Ainda de Mao, “Devemos apoiar tudo o que o inimigo combate e opor-nos a tudo que o inimigo apoia”. Ao líder da Revolução Russa, Lênin, foi atribuída a que segue: “A mais perfeita estratégia de guerra é adiar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne possível e fácil a aplicação do golpe mortal”. E ao Ministério da Guerra da URSS:

¹⁷⁹HUGGINS, Martha. CONEXÃO Americana. *Folha de São Paulo*, São Paulo: 23 ago. 1998, p.7.

¹⁸⁰PARANÁ. DEAP(DOPS). *Comunismo Internacional*. Dossiê nr.310-34.

Uma das tarefas fundamentais e primordiais, independentemente da situação política, é a decomposição das Forças Armadas e das polícias burguesas. O enfraquecimento destes poderosos elementos far-se-á externamente por campanhas de descrédito e internamente por infiltrações. (CI-SI, Jul 70, fl.1.7)¹⁸¹

Entre os autores citados no relatório do SNI, estava Eudócio Ravines, escritor e jornalista peruano o qual, marxista na juventude, havia se tornado posteriormente conhecido ideólogo do anticomunismo. Um artigo publicado em 1977 no *New York Times*, “*Worldwide Propaganda Network Built by the C.I.A.*”, menciona o livro “*The Yen-an Way*”, que fora editado em 1951 por *Charles Scribner’s Sons*, traduzido do livro de Ravines, “*La Gran Estafa*”, podendo ser traduzida para o português como “o grande embuste”, o qual teria recebido subvenções da CIA para sua publicação¹⁸².

O tópico nº 1 do relatório trata das “Estratégias e Táticas Comunistas – Fase estratégica na América Latina”. Esse tema fora objeto do livro “Estratégias e Táticas para a América Latina”, publicado em 1965 na série “Cadernos Nacionalistas” pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organização anticomunista que será abordada adiante neste capítulo. O Texto fora escrito com base no livro de Ravines e era considerado atual e valioso subsídio para os interessados no assunto, descrevendo a concepção do marxismo da “política como guerra”:

A concepção prática e teórica da política difere radicalmente de um comunista para um ocidental. Em todos os países do Ocidente, a política é tratada no quadro de antagonismos episódicos entre grupos que professam ideias diferentes. Já os marxistas não a concebem assim. Para os comunistas, a política não é uma relação social como para os democratas. É uma guerra permanente, como a classifica Mao Tse-Tung. A política, para os comunistas, não se propõe apenas a ganhar batalhas sobre o adversário e deixá-lo em minoria, como entendem os ocidentais. O objetivo é a destruição total e definitiva das chamadas “classes dominantes”. E sendo impossível realizá-lo de um só golpe, impõe-se a condução de uma estratégia e de uma tática, tal como se faz em toda a guerra¹⁸³.

¹⁸¹ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Comunismo Internacional*. Dossiê nr.310-34.

¹⁸² “*Worldwide Propaganda Network Built by the C.I.A.*”. *New York Times*, 26 dec.1977. Disponível em: <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F40E10F83F5E167493C4AB1789D95F438785F9>> Acesso em 19out.2012.

¹⁸³ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Comunismo Internacional*. Dossiê nr.310-34.

A correlação com o aforismo de *Von Clausewitz* é imediata: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. É nesse cenário geopolítico que emerge o princípio recíproco de “guerra total”, nos moldes do pensamento de *Clausewitz*, que introduz o conceito de “guerra psicológica” como componente fundamental na constituição da “vontade nacional”¹⁸⁴.

Para *Clausewitz*, o *locus* da superioridade estratégica no plano da defesa está no *povo* como fundamento do poder nacional. Esse viés foi largamente apropriado pela inteligência militar brasileira sob influência americana, como expresso em artigo publicado pela revista da Escola Superior de Guerra (ESG) em fins da década de 1990:

Cabe lembrar ainda que no conceito de guerra total, a nação como um todo se submete à mobilização para a guerra a fim de exercer sua força através do emprego de todas as expressões do poder nacional. Deve-se ressaltar que a vontade nacional, como fator da expressão psicossocial do poder nacional, assume relevante papel e é um aspecto fundamental para o sucesso na solução de um conflito. A guerra como profissão deve ser executada por profissionais mas como expressão da vontade nacional deve ser exercida por todo o povo¹⁸⁵.

O conceito de “vontade nacional” em *Clausewitz* é tomado como imanente e coincidente com a vontade do povo, em uma construção de viés hegeliano que funde idealisticamente Estado e nação, e onde as contradições de classe social e as diferenças étnicas, culturais e religiosas são subsumidas. Diretor da Escola Militar de Berlim, *Clausewitz* de fato considerava fundamental que a guerra estivesse sempre subordinada à política, por entender a superioridade de uma defesa bem estruturada enquanto fator de dissuasão e mesmo como tática de combate, visando o desgaste do inimigo e a melhor oportunidade para contra-atacar no caso de cessarem todas as possibilidades de acordo diplomático entre as partes, princípio que predominou no contexto da Guerra Fria, tanto mais pelo poderio destrutivo dos respectivos arsenais bélicos que forçava um equilíbrio do terror e desestimulava qualquer iniciativa pelas vias militares.

¹⁸⁴Fundamentado nas experiências militares de Frederico o Grande e Napoleão, *Clausewitz* escreveu *Vom Kriege* “Da guerra”, publicado em 1832, um ano após a sua morte, tornando-se um clássico sobre a arte da estratégia da guerra.

¹⁸⁵SILVA, Júlio S.D. Os Conceitos de *Clausewitz* aplicados aos estudos estratégicos do mundo contemporâneo. Revista da ESG Ano XIII, nr 36, 1998. Disponível em:<<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a042.html>> .Acesso em: 21jun.2005

De fato, houve na década de 1960 uma crescente militarização da política externa norte-americana, naquilo que foi denominado pelo presidente *Eisenhower* de “Complexo Industrial Militar”. Em 1968 os Estados Unidos possuíam missões militares em mais de cinquenta nações, a partir das quais o exército americano ingeria nas “ações cívicas” ou os processos de constituição de Estados nacionais em países subdesenvolvidos com o caso notório do Vietnã. Nesse período o Ministério da Defesa fora um dos maiores formuladores da política externa norte americana, além de ser o maior comprador de mercadorias e serviços do país e possuir cerca de 10 por cento da força de trabalho envolvida nas atividades relacionadas à defesa.¹⁸⁶

Também as universidades americanas estavam sob forte influência do exército chegando à cifra absurda de 90 por cento de toda pesquisa e desenvolvimento federais destinados a programas militares, com uma subvenção de meio bilhão de dólares praticamente monopolizando a produção acadêmica, impossibilitando qualquer discussão autônoma e blindando este sistema de qualquer crítica democrática¹⁸⁷.

No que tange às influências das teorias de guerra na América Latina no contexto da Guerra Fria, João Roberto Martins Filho demonstrou como a Doutrina de Segurança Nacional sofreu uma importante inflexão em 1959, quando a vertente francesa da *guerre revolutionnaire* passa a ser a principal referência dos militares latino americanos. O fato demarcador dessa viragem teria sido o curso de “guerra revolucionária” realizado na Argentina por onde passaram militares brasileiros. Esse repertório derivava da experiência colonialista francesa na Indochina e na Argélia, inspirado na própria doutrina maoísta e apropriada pela Escola Superior de Guerra de Paris¹⁸⁸.

Outra menção do relatório do SNI remete a *Suzanne Labin*^{189_190_191},

¹⁸⁶ McCARTHY, Eugene. A Militarização da América. *Revista Civilização Brasileira*. Ano IV, nr. 21/22, set/dez 1968. Rio de Janeiro, p.41-43.

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Martins Filho, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*, de. Disponível em: <<http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc+%22A+educa%C3%A7%C3%A3o+dos+golpistas:+cultura+militar,+influ%C3%Aancia+francesa+e+golpe+de+1964%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso em: 06 nov.07.

¹⁸⁹ LABIN, Suzanne. *A Rússia de Stalin* Rio de Janeiro: Agir, 1948.

¹⁹⁰ Suzanne. *O duelo Rússia x USA*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

¹⁹¹ LABIN, Suzanne. *Em cima da Hora: a conquista sem guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

cuja obra foi prefaciada e traduzida no Brasil por Carlos Lacerda, jornalista e político brasileiro, conhecido membro antigetulista da União Democrática Nacional (UDN), por onde fora vereador, deputado federal e governador do Estado da Guanabara, além de fundador do jornal Tribuna da Imprensa (1949) e criador da Editora Nova Fronteira, em 1965. A autora de “Em cima da hora: a conquista sem guerra” critica acidamente o regime soviético e o comunismo como totalitários e antidemocráticos por essência. A obra, no original “*Il est moins cinq*”, foi publicada na França em 1961 e lançada no Brasil em 1963 com a presença da própria autora, servindo de munição para os ataques que Carlos Lacerda desferia contra João Goulart, pouco antes do golpe de 1964, constitui um texto paradigmático do anticomunismo internacional.

O mesmo artigo publicado em 1977 no *New York Times* mencionando Eudócio Ravines, cita o livro “The Anthill”, um trabalho de Suzanne Labin que discorre a respeito da China no qual também haveria a “mão” da Central Intelligence Agency (CIA)¹⁹², publicado no Brasil como “A Condição humana na China”. Outra obra redigida por Labin, “*The Techniques of Soviet Propaganda*”, publicada em 1960, serviu de base para um estudo preparado para o Subcomitê de Segurança Interna do Senado norte-americano em 1965¹⁹³. No Brasil, foi publicado também “O Duelo Rússia x EUA” pela Editora Record em 1964, além de diversos folhetos relativos ao tema no período em que a temperatura dos acontecimentos políticos atingia o seu ápice. Esses indícios demonstram que Suzanne Labin, apresentada como uma socialista de viés anticomunista possuía fortes vínculos com a CIA.

O relatório do SNI relativo ao MCI cita diversos excertos do livro “Em cima da hora”, de Suzanne Labin:

O comunismo, ou seja, a “coisa soviética”, não é comunista; não é socialista nem marxista, nem proletário, nem revolucionário, nem materialista-dialético. Por certo, o bolchevismo ao nascer banhou-se em tudo isso. Mas Lenine deu-lhe logo uma característica que anulou radicalmente a sua filiação. Passou a ser uma fidalga conspiração tendente a conquistar e suar um poder monolítico. Desde 1921, após a repressão da revolta dos marinheiros de *Kronstadt*, em todo caso desde a ascensão de Stalin em 1925, as noções que acabo de mencionar e que, para simplificar, chamaremos a “matéria socialista”, extinguíram-se completamente na

¹⁹² *Worldwide Propaganda Network Built by the C.I.A.* New York Times, 26 dec.1977. Disponível em: <<http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F40E10F83F5E167493C4AB1789D95F438785F9>> Acesso em 19out.2012.

¹⁹³ *Friends croup Blasted in report on reds.* The Daily News, 14 jul.1965.

sociedade soviética. Basta um olhar para convencer qualquer pessoa. Realmente, como se pode, por exemplo, considerar “proletário” um sistema do qual as cadernetas profissionais amarram o proletário à sua oficina como os antigos servos à gleba em que trabalhavam? Como os meios de produção poderão pertencer “à coletividade” quando essa coletividade não tem liberdade¹⁹⁴.

Mais do que mera propaganda anticomunista, a autora trouxe à tona as mazelas do regime fundado por Lênin e dirigido com mão de ferro por Stálin, cujas vicissitudes tinham vindo à tona com força após a divulgação do paradigmático *Relatório Khrushchev*, em 1956, inaugurando um período de crise profunda no movimento comunista internacional com claros reflexos em âmbito nacional.

O fato é que, a veiculação intensiva dos acontecimentos por detrás da *cortina de ferro* serviu para recrudescer ainda mais os sentimentos anticomunistas no país. Segundo Aluysio Castelo de carvalho, a “Rede da Democracia”, uma cadeia de emissoras idealizada pelo deputado federal João Calmon (PSD), vice-presidente dos Diários Associados, provavelmente fora inspirada no livro “Em cima da hora” de Labin. Criada após o lançamento da edição brasileira, foi coordenada pelas rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil, sendo transmitida por centenas de emissoras em todo país, onde diariamente políticos, empresários, militantes, jornalistas, intelectuais sindicalistas, estudantes, em articulação com partidos e entidades de oposição a Goulart, como o IPES e o IBAD, se opunham abertamente ao governo. Seus pronunciamentos ostensivamente favoráveis à queda de Goulart eram em seguida publicados nos jornais pertencentes aos grupos envolvidos¹⁹⁵.

Outra referência a *Labin* feita no relatório enfatizava um dos aspectos que mais foi utilizado para reforçar a rejeição ao que fosse identificado com o comunismo, qual seja, a exploração das representações do *totalitarismo* em que resultou o regime soviético:

O comunismo é um sistema de poder totalitário no qual uma casta burocrática e privilegiada, reunindo pela primeira vez no mundo moderno todos os instrumentos do poder nas mãos, possui ao mesmo tempo os meios de produção e de troca e todos os meios de enquadramento político

¹⁹⁴ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Comunismo Internacional*. Dossiê nr.310-34.

¹⁹⁵ CARVALHO, apud *Carta Maior*. Golpe de 1964: os jornais e a “opinião pública”. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5020>. Acesso em: 09out.2012.

e cultural, dos quais se serve ditatorialmente. [...] O móvel essencial do comunismo é a sede de poder de uma certa intelectualidade desprezada, elite do verbo e da organização¹⁹⁶.

Em seu livro “Em cima da Hora”, a militante anticomunista principia considerando exatamente a “guerra das representações” como sendo o campo determinante para a vitória ou a derrota contra o comunismo. Em suas palavras “o grave é a propaganda”. A sua asserção não deixa dúvidas quanto à importância do combate e qual a melhor estratégia:

Chegaram para a civilização ocidental, os dias de vida ou de morte. [...] Ante a ameaça multiforme do comunismo totalitário, o Ocidente aprendeu, mais ou menos, a se defender militarmente. Está bem. Mas, não basta. O “equilíbrio pelo terror”, entre as armas atômicas, faz com que **não seja nesse setor a decisão da luta**. Ela se decidirá no setor da **guerra política**, pelas armas da propaganda, da infiltração e da organização. Neste setor o Ocidente está cego, surdo e mudo. Trata apenas de armar o braço deixando, passivamente, que o adversário lhe desarme o espírito¹⁹⁷.

O seu entendimento é que a ascensão da democracia no mundo ocidental fez com este entrasse na era da politização, de modo que os “donos da opinião pública” são os que determinam os acontecimentos, muito mais do que os donos de fábricas ou chefes militares, fenômeno melhor compreendido, segundo *Labin*, pelos inimigos da democracia, os “*totalitários*”, como ela denomina os comunistas. Nessa lógica, “o que abre caminho ao Kremlin são comitês e não projéteis teleguiados”.

A propaganda e a infiltração seriam então as principais armas da guerra política, sendo necessário estudá-las para voltá-las contra o inimigo. Outra “advertência essencial” é que ninguém deve entender comunismo como as doutrinas surgidas no século XIX, “não se trata de Karl Marx”, diz *Labin*, “o que doravante se deve designar pela expressão “comunismo” é unicamente a **coisa soviética**”. Não se trataria mais de mobilizar-se contra um movimento político, social ou ideológico, mas unicamente a adesão à política exterior do Estado soviético.

No contexto brasileiro, contudo, o efeito sub-reptício desse silogismo entre comunismo e política exterior soviética, é que ele buscou invalidar de um lance

¹⁹⁶ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Comunismo Internacional*. Dossiê nr.310-34..

¹⁹⁷ LABIN, 1963, p.19.

tudo o que foi assemelhado ao comunismo, impondo uma visão maniqueísta de um mundo dividido entre “*democratas*” e “*totalitários*”, pois o PCB não seria outra coisa senão o “destacamento estrangeiro do aparelho do Estado Soviético”.

O grande fator ampliador da presença ilimitada e, portanto imponderável do comunismo seria a sua natureza *cripto*, ou seja, oculta, de modo que a sua presença seria sempre uma possibilidade, pois o *criptocomunista*, assim como o demônio, não diz que é comunista. Ele seduz gradualmente anunciando palavras de justiça social, mas os seus sombrios propósitos são sempre a escravidão e a morte, através de sua quinta-coluna e suas redes de espionagem.

A lógica discursiva implícita é a de que, se não pode ser mensurado, todo e qualquer traço de sua manifestação deve ser combatido como uma questão visceral da própria existência humana, e uma vez instilado o medo contra um inimigo a batalha contra a sua propaganda estará ganha.

Sempre segundo *Labin*, entre as estratégias utilizadas pelos comunistas em assembleias de jovens estava o uso de moças que atraíam para fora da sessão os que podiam atrapalhar as votações e as discussões. A própria diplomacia e qualquer tipo de intercâmbio cultural e econômico eram na verdade artifícios utilizados pelos seus membros, todos treinados para serem, antes do mais, “encantadores e entorpecedores” nos círculos dirigentes dos países para os quais foram enviados em missão. Outro exemplo esclarecedor dos métodos bolcheviques seria o fato de que durante a Guerra Civil Espanhola “praticamente todo dia houve casos de comunistas apunhalando pelas costas os seus aliados republicanos”, e os exemplos se sucedem.

Mas para Suzanne Labin, mais importante ainda que as representações eram os suportes que as faziam circular: as organizações – partidos, associações, comitês, congressos, sindicatos, círculos, clubes. Para ela o bolchevismo fizera uma descoberta fundamental: “a força da organização”. A propaganda “lança os germes”, mas é “a organização que garante o contágio”¹⁹⁸.

O fato é que, independente da estratégia utilizada, fossem quais fossem, os objetivos dos comunistas eram inerentemente maléficos, a hipóstase do mal.

¹⁹⁸ LABIN, 1963, p.69.

Essas simplificações com apontamentos no real, afinal, de fato, os próprios soviéticos haviam reconhecido os crimes perpetrados nos tempos de Stálin e a fama da pesada burocracia de estado em que se convertera municiaava o embate simbólico a favor do Ocidente, produziam efeitos de verdade incontestes, aonde quer que se falasse nas doutrinas do filósofo maior do proletariado. Essa estratégia visava blindar a opinião pública contra as ideias de Marx e do socialismo, associadas diretamente ao regime soviético, como uma doutrina de uma terra maldita, sem fé, sem lei, nem Deus.

3.2 A Guerra das representações: o anticomunismo no Norte do Paraná

No âmbito da análise das representações anticomunistas que grassaram no Brasil, alguns autores demonstraram o seu percurso¹⁹⁹⁻²⁰⁰⁻²⁰¹, que remonta à própria criação do PCB, em 1922, e que encontrou no levante de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a chamada “Intentona de 1935”, a principal representação do caráter do comunismo que irá povoar o imaginário daquela geração, amplificada pelo governo e reforçada sobretudo na cultura militar, como uma verdadeira insídia contra os valores nacionais.

Outro elemento determinante para corroborar a repulsa ao comunismo foram as citadas revelações feitas na imprensa a respeito do caráter totalitário do regime soviético durante o governo de Josef Stalin, que vieram à tona após o XX Congresso do PCUS, e que foram devidamente exploradas no âmbito da *Guerra Fria*, quando então os Estados Unidos despontaram como arautos da democracia, materializando o seu “destino manifesto” com base na política da canhoneira contra o seu anterior aliado de guerra, doravante assemelhado com o totalitarismo nacional-socialista derrotado em 1945.

¹⁹⁹ MOTTA, Rodrigo Sá Patto. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Estudos; 180).

²⁰⁰ OLIVEIRA, Sílvio José de. *Tonalidades de vermelho: comunismo e anticomunismo no Norte do Paraná (1945-1960)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000;

²⁰¹ ARIAS NETO, José Miguel; REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo, 1996. MUNHOZ, Sidney Munhoz, *Ecos da emergência da guerra fria no Brasil (1947-1953)*. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa3.htm>. Acesso em 29 dez.2011

No entanto, seria insuficiente e errôneo afirmar que o anticomunismo em terras tupiniquins se nutriu do nosso especial apreço pela democracia. Pelo contrário, a permanência de um pensamento autoritário historicamente arraigado na cultura política nacional desde a instauração da República, a qual ainda ostentava vernizes liberais, e consolidado no Getulismo, cuja referência maior, Alberto Torres defendia a ideia de que um poder executivo forte não era contraditório à justiça social mas mesmo necessário à sua execução, relativizava assim as possibilidades de crítica a um poder paternalista e autoritário.

De fato, após a Primeira Guerra Mundial o modelo econômico liberal cai em descrédito, acentuado pela crise da Bolsa de Nova York em 1929, propiciando terreno fértil às tendências antiliberais, materializado pela ascensão dos movimentos fascistas na Europa por um lado, e pelo fortalecimento da União Soviética, que a despeito da crise econômica, despontava como um modelo bem sucedido de sociedade, por outro.

Um dos ideólogos mais atuantes durante o Estado Novo, Azevedo Amaral também criticava o liberalismo, defendendo um estado autoritário como uma necessidade sob o argumento de que um governo liberal no Brasil seria fatalmente o governo dos proprietários de terra.

A democracia realmente não estava em seus melhores dias e mesmo Sérgio Buarque de Holanda, conhecido como um dos mais importantes historiadores brasileiros, tendo sido um dos representantes paulistas do movimento modernista no Rio de Janeiro, observou de modo paradigmático a descrença no discurso democrático daqueles tempos, sentenciando que “a democracia no Brasil sempre foi um mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou-a de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios [...]”²⁰². Gilberto Amado, apologista convicto da democracia, também assinalava a precariedade dos valores e práticas democráticas no princípio do Estado Novo: “à extrema uniformidade de opiniões de políticas de massa, corresponde à extrema

²⁰² HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.160.

uniformidade de opiniões da elite e mostra que ainda somos um corpo amorfo onde o processo de diferenciação política ainda não começou”²⁰³.

Segundo Marilena Chauí, predominaram no campo das ideias, na década de 1920 até 1937, dicotomias estabelecidas entre o real *versus* legal, ideias tradicionais *versus* ideias importadas e indústria natural *versus* indústria artificial em hierarquias funcionais corporativistas, apropriadas por movimentos como o verde-amarelismo, a Anta e o integralismo de Plínio Salgado²⁰⁴, votando total descrédito ao liberalismo e reivindicando modelos políticos que fossem mais conforme a nossa idiossincrasia, à moda historicista de então.

No final da década de 1940, iniciam-se no Paraná campanhas anticomunistas na região norte do Estado, motivadas por ocasião do movimento dos posseiros de Porecatu, quando militantes de células do PCB de Jaguapitã, cidade próxima aos conflitos, passam a se empenhar para que o partido pudesse capitaneá-lo²⁰⁵.

O comitê municipal pró-redemocratização de Londrina, alegado como o primeiro do país depois do período estadonovista, foi fundado em junho de 1945; em outubro o PCB iria retornar à legalidade e obter seu registro eleitoral, perdido após o levante de 1935.

Sendo a cidade a principal do interior do Estado, desde a década de 1930 vinha o DOPS produzindo relatórios sobre os movimentos e indivíduos considerados suspeitos, sendo que a partir de 1945 a vigilância aumentou, atingindo seu ápice nos períodos 1950-1964 e 1968-1975²⁰⁶. O primeiro período coincide com os conflitos de terra na região de Porecatu e a ascensão do sindicalismo rural que se expande de forma espetacular no norte do Paraná; o segundo, após a edição do Ato Institucional nº 5, alcançando a Operação Marumbi, em 1975, que praticamente extermina os resquícios de reestruturação do PCB no Paraná até o final da década de 1970.

²⁰³ AMADO, G., 1931.p.210. apud OLIVEIRA, Luzia H. Hermman. *Democratização e Institucionalização Partidária: o processo político-partidário no Paraná 1979-1990*. Londrina, Pr: Ed. UEL, 1998, p.13.

²⁰⁴ CHAUÍ, Marilena. *Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.28.

²⁰⁵ PRIORI, 2000, p.219.

²⁰⁶ Ibid, p.269.

No ano de 1948, o Jornal Paraná-Norte veicula um dos primeiros artigos que descrevia o comunismo como “uma onda avassaladora de destruição completa que hoje assola a Europa”. Para o articulista “Não resta a menor dúvida que o mundo passa por uma época de transcendentais acontecimentos, quando todas as bases tremem diante do gigante vermelho”²⁰⁷.

Em 1951, no mesmo ano em que o conflito de Porecatu atinge seu ápice e é debelado, foi lançada em Londrina a “Campanha de Educação Cívica e Democrática” (CECD), criada e coordenada por Gustavo Branco, fundador da Revista “Realizações Brasileiras”, voltada à promoção da família, Forças Armadas e movimentos de cunho cívico filantrópico²⁰⁸.

Sua ação se desenvolveu inicialmente no polígono abrangido entre Londrina e a região conflagrada, através da publicação de panfletos, livretos e fixação de cartazes com conteúdo anticomunista em lugares públicos, utilizando linguagem direta e acessível ao baixo grau de alfabetização da população local e concorreu explicitamente para a formação de um conjunto de referentes que foram se sedimentando e sendo sistematicamente difundidos no sentido de cristalizar representações negativas sobre o comunismo, apelando para valores religiosos, para a democracia, a família e a pátria²⁰⁹.

Um desses panfletos (figura 2) trazia os dizeres “O Comunismo Não Compensa”, numa clara alusão à doutrina marxista como uma transgressão, um crime, passível de punição. Ao mesmo tempo, em uma terra onde “se andava sobre dinheiro”, conhecida como *Eldorado* pela suposta facilidade com que se poderia enriquecer, essa máxima moral revelava como pretensões igualitárias feriam o *ethos* predominante da lógica de acumulação de capital.

Outra estratégia utilizada pela CECD foi o recurso à história em quadrinhos voltada ao público infantil. Dividida em duas tiras diárias, a “historieta ilustrada” fora publicada pelo jornal Folha de Londrina de maio a julho de 1955 sob as recomendações do Arcebispo de Curitiba e pelo Serviço de Assistência Religiosa da 2ª Região Militar com o objetivo, segundo Gustavo Branco, de incutir o

²⁰⁷ *Jornal Paraná-Norte*, 14 maio. 1948. Apud OLIVEIRA, 2000, p. 105.

²⁰⁸ *Ibid*, p.107.

²⁰⁹ *Ibid*, p.115.

anticomunismo desde a infância como forma eficaz de evitar a contaminação pela “doutrina dos vermelhos”²¹⁰.

As tiras enalteciam os valores patrióticos, cívicos e religiosos em oposição ao comunismo, tido como contrário à índole do povo brasileiro e incapaz de dar soluções aos nossos problemas por tratar-se de uma doutrina estrangeira. O leitor concorria ainda a prêmios bastando para isso recortar as tiras diárias até completar a história e retirar os brindes nas *Lojas Pernambucanas*²¹¹⁻²¹².

Figura 2 – “O Comunismo não compensa” - Dossiê *Campanha de Educação Cívica e Democrática* – nº 1064-19

A Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), surgida em Londrina em 1956, fora mais uma das organizações que buscavam reagir à ascensão do movimento sindical de orientação comunista na região. Através de uma

²¹⁰ OLIVEIRA, 2000, p.114.

²¹¹ Ibid, p.115.

²¹² Folha de Londrina, 25 mai.1955. Londrina, UEL/CDPH.

frente criada junto ao Ministério Público no Estado, passaram a militar pelo fechamento das entidades criadas ou dirigidas pelos comunistas, sobretudo o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, o qual, fundado naquele ano, empunhou a bandeira da extensão dos direitos trabalhistas aos homens do campo, o que para os fazendeiros era sinal ineludível da infiltração comunista para a tomada no poder a partir do Paraná, de vez que eram os únicos que tentavam fazer valer a letra da lei em oposição ao mandarinato rural.

Em agosto, o jornal Folha de Londrina publicou o artigo “Seria o Paraná o Trampolim da Revolução Bolchevista no Sul do País”, onde o senador Othon Maeder advertia que se o governo não intervisse, brevemente haveria derramamento de sangue, pois o ex-deputado pernambucano Gregório Bezerra estava na região “à frente dos ‘comitês campestinos’ instruindo os colonos na técnica da sabotagem”. Bezerra seria o “lugar tenente” de Prestes e havia participado da “Intentona” de 1935, “quando assassinara em Pernambuco o Capitão Xavier Sampaio na guarnição de Socorro (vila militar)”²¹³.

Invocava-se assim não apenas os episódios em Porecatu, mas uma vez mais, os acontecimentos de 1935 como o arquétipo do caráter e do *modus operandi* dos comunistas. A receita ainda seria exaustivamente utilizada como forma de inocular o temor e suscitar reações mais incisivas contra o que se denominava uma verdadeira “conspirata soviética” na região.

A ALNP enviou então uma petição à Promotoria Pública da 3ª Vara da Comarca acompanhada de documentos que comprovavam as atividades dos comunistas, os quais, por meio de um “pseudo-sindicato”, na verdade tentavam apenas rearticular o extinto PCB²¹⁴. O próprio promotor Paulo D’Assumpção, que foi quem aceitou a petição, era integrante da CECD, cujo líder Gustavo Branco era o responsável pelas campanhas anticomunistas na região desde os tempos de Porecatu. D’Assumpção não omitia o seu parecer sobre o tipo de solução mais

²¹³ Seria o Paraná o trampolim da Revolução Bolchevista no sul do país, 10 ago.1956; “REVOLUÇÃO Social”: novos comentários na Câmara dos deputados sobre a possibilidade de uma revolução social no Brasil. **Folha de Londrina**, Londrina, 11 ago.1956, UEL/CDPH.

²¹⁴ Essa petição resultou em um dos autos criminais que fora objeto de nossa análise na dissertação “O Delito dos Proscritos. A marginalidade política em Londrina (1956-1967)” anteriormente mencionada. Cf. Processo-crime nr 6094/56. *Denúncia*. fl.3-4. Londrina, CPDH/UEL; OFERECIDA denúncia por crime de estelionato contra o advogado Flávio Ribeiro e cinco outros líderes comunistas: Irmã de Luiz Carlos Prestes entre os acusados. **Folha de Londrina**, Londrina, 10 jul. 1956. p.7. UEL/CDPH.

adequado para a questão: “[...] Não neguemos a legitimidade da ação policial contra delitos dessa natureza”²¹⁵.

De fato, os “donos do poder” na cidade não estavam acostumados com a afronta das petições trabalhistas contra si, que instrumentalizavam uma instância majoritariamente patronal como o judiciário contra a esfera das relações privadas fundadas no paternalismo e clientelismo, vigentes entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais sob sua tutela.

As intromissões dos comunistas por meio do aparato sindical e jurídico violentavam a sociabilidade supostamente harmoniosa do Eldorado cafeeiro, verdadeira “democracia agrária”, como faziam crer as representações circulantes desde os tempos da colonização e agora postas em cheque pelas pregações do igualitarismo vermelho.

Os temores da ressurreição de um partido que, ainda que colocado na ilegalidade há cerca de uma década, insuflava com sucesso as massas camponesas no norte do Paraná, motivou a invocação de todo um repertório de representações xenófobas e religiosas para estigmatizar a sua ação e desse modo desqualificar qualquer pretensão de representação junto aos trabalhadores rurais.

Um dos integrantes da ALNP, Álvaro Godoy, figura ativa na política local sob a chancela de ser um dos pioneiros da cidade, sentenciava:

Nada queremos com agitadores comunistas, aos quais negamos os direitos e as credenciais para servirem de mediadores entre colonos e patrões. Com agitadores não há acordo possível: eles desejam a indisciplina e o caos. Seu objetivo é levar a nossa terra para a Revolução Social, com o fito de nos escravizar aos seus amos russos. O que está acontecendo sob o pretexto de sindicalizar os colonos, é simplesmente tirar-se lhes uns cruzeiros e fichar-lhes como comunistas, visto que essa gente desconhece o significado de papéis que é convidada a assinar²¹⁶.

Outro extenso artigo de autoria de Antônio Porto Sobrinho, transcrito do periódico carioca *O Jornal* pela *Folha de Londrina*, descrevia com detalhes o que seria a presença do “Imperialismo Soviético no Estado do Paraná”. Citando como

²¹⁵ D'ASSUMPÇÃO, P. I. As elites, o comunismo, a democracia e operariado. **Folha de Londrina**, Londrina, 08 jun, 1956, p.1. UEL/CDPH.

²¹⁶ A AGITAÇÃO e as condições de colonos e patrões tem como causa a política do ministro da fazenda. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 jul. 1956. p.4. UEL/CDPH.

fonte a revista “Problemas”, editada pelo próprio PCB, confirmava o fato de que Gregório Bezerra era o grande mentor intelectual do plano de bolchevização do norte do Estado, onde deveria criar uma área “para revolucionária” para implantar o partido revolucionário e organizar a tomada do poder local, por meio de organizações clandestinas e de fachada, abrindo escolas e fundando sindicatos em um grande polígono que abrangia desde Cornélio Procópio no nordeste, até Cruzeiro do Oeste, alcançando o município de Cascavel, no sudoeste do Estado, que seria particularmente importante por sua posição estratégica, ao sul do Estado de São Paulo, possuindo fronteiras com o Paraguai e a Argentina, além do “primarismo intelectual e imaturidade política” dos colonos da região, em palavras que o articulista atribuía aos próprios pecebistas²¹⁷.

Londrina seria o “centro nervoso” dessa área liberada, possuindo um Comitê Regional (CR) que estaria diretamente ligado ao Comitê Central (CC). Sempre segundo o articulista, o PCB prosperava em sua infraestrutura, possuindo *Jeep*, avião “teco-teco”, serviço médico, proliferando-se as organizações de base e a “rede escolar”, referindo-se às escolas de formação marxista criadas pelo partido na década de 1950.

A esta altura as representações de *totalitarismo* estavam firmemente ‘coladas’ a qualquer figura que remetesse ao regime soviético, pátria do comunismo, de vez que a imprensa nacional já havia alardeado as denúncias contra Stálin feitas durante o XX Congresso do PCUS. O silogismo era muito simples: a Pátria do comunismo era totalitária, os militantes do PCB eram comunistas, logo, eram totalitários.

Entre os movimentos anticomunistas que exploraram as denúncias contra o líder russo e as mazelas do regime soviético estava a Cruzada Brasileira Anticomunista, fundada em 1952 no Rio de Janeiro com atividades que, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, teriam alcançado a década de 1970 quando a entidade esteve vinculada a outro movimento denominado Comando Supremo das Organizações Anticomunistas²¹⁸.

²¹⁷ PORTO SOBRINHO, Antonio. O imperialismo Soviético no Estado do Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 nov. 1956. p.6. UEL/CDPH.

²¹⁸ MOTTA, 2002, p.141.

A liderança do grupo tinha no oficialato da Marinha seus principais integrantes com destaque para o Almirante Carlos Penna Botto, fundador e líder maior da cruzada. Antigo integralista, tinha o respeito das autoridades militares norte-americanas o que levava a suspeitas de estreitos vínculos com agências anticomunistas nos Estados Unidos²¹⁹. O seu radicalismo e a similaridade de práticas na denúncia de infiltração comunista nos órgãos do governo somadas à atração pela polêmica nos jornais levaram à criação da expressão “penabotismo”, difundida no interior da própria direita, em uma referência jocosa ao macarthismo norte-americano, capitaneado pelo Senador Joseph McCarthy, conhecido pelo anticomunismo exacerbado e paranoico²²⁰.

No Paraná, a CBA fez publicar, em 1956, no jornal “O Estado do Paraná”, o veículo impresso de maior circulação no Estado, diversas charges publicadas em tamanho grande, com ostensivo conteúdo antissoviético, como a que vem a seguir, em referência às denúncias contra o líder soviético morto em 1953.

Na charge (figura 3), encimada pelo título “Crepúsculo dos Deuses”, aparece *Anastas Mikoyan*, Ministro do Comércio soviético jogando lama na estátua de *Stálin* enquanto *Khrushchev* utiliza uma marreta para destruí-la; no pedestal consta, entre outras, a inscrição “Stalin – Guia genial dos povos livres do mundo”, epíteto frequentemente utilizado pelo PCB em suas referências ao líder soviético. No canto inferior esquerdo do quadro, aparece um urubu, que traz em seu corpo a sigla PCB, ligado a um balão onde se lê: “Crr! Crr! Quando chegará a vez de Prestes??”. O urubu está pousado em uma lata de lixo onde há papéis rasgados com nomes de diversas personalidades russas. Na lateral direita aparece um grupo empunhando uma faixa constando a referência ao XX Congresso do PCUS. Na legenda, entre outros escritos, aparece em destaque com letra em caixa alta; no início, “QUE FARÁ A IMPRENSA COMUNISTA NO BRASIL??”, e no final, “EIS O TRISTE FIM QUE ESPERA A TODOS OS BOLCHEVISTAS!!!” SEJA ISTO UM BOM EXEMPLO PARA OS ATUAIS CHEFES COMUNISTAS NO BRASIL”.

²¹⁹ MOTTA, 2002, p.144.

²²⁰ Ibid, p.144.

Figura 3 – “Crepúsculo dos Deuses”. O Estado do Paraná, 27 mai. 1956. PARANÁ. DEAP/DOPS. Cruzada Brasileira Anticomunista. Dossiê nº 397-48.

Do ponto de vista das possibilidades semânticas na sua interpretação, a charge é bastante didática, pois traz diversas legendas de modo a não deixar qualquer dúvida quanto à sua intenção, ou seja, as referências ao cultuado herói do regime soviético estavam sendo destruídas, pois o seu nome fora

lançado na lama, os grandes nomes da cultura comunista haviam sido relegados ao lixo da história pelos seus próprios líderes e o PCB era representado por um animal que vivia de cadáveres putrefatos, nesse caso, as teorias e o pensamento ligados à cultura comunista.

Outra charge (figura 4) bastante ilustrativa da imagem que se construiu a respeito da política externa soviética na década de 1950, como mera fachada para propósitos totalitários, traz os personagens da clássica história infantil do Lobo Mau e do Chapeuzinho Vermelho, uma das mais conhecidas fábulas em âmbito mundial. O Lobo Mau, que traz a sigla da URSS em sua vestimenta de vovozinha, oferece a maçã, onde consta “comércio soviético” com uma das mãos, enquanto a outra esconde uma faca onde se lê “sabotagem, espionagem”. A personagem Chapeuzinho Vermelho traz o nome do Brasil e a América Latina escritos em seu vestido. No canto superior direito o PCB aparece novamente como um urubu por trás do lobo, com os dizeres: “Crr!! Crr!! Está no papo...”.

Figura 4 – “Chapéusinho Vermelho”. Jornal Estado do Paraná. Suplemento Singra. 02fev.1956. PARANÁ. DEAP/DOPS. Cruzada Brasileira Anticomunista. Dossiê nº 397-48.

A caracterização da sedução do Brasil e da América Latina através de tratados comerciais com a U.R.S.S. em analogia da relação entre o lobo e a criança evidencia a polarização entre os atores, ou seja, não há ambivalência entre o bem e o mal. Ao mesmo tempo, afirma desse modo a imaturidade e incapacidade dessa criança discernir por si o caráter de um personagem ambivalente²²¹, além da conhecida figura do “comunista que come criancinhas”, cuja ideia sugere que o ato pode ser tanto oral, como fálico.

Trata-se, portanto da mesma ideia reiterada inúmeras vezes: o comunismo é apenas um embuste destinado a seduzir os incautos e do qual devem ser salvos por outrem.

A mesma história aparecerá em 1960 no livreto do IBAD distribuído no Paraná. Para o editorialista, era “bem grande o número de Chapeuzinhos Vermelhos. São eles esses brasileiros, bons, mas ingênuos, simplórios, inocentes [...] patricios que de tão tolos chegam a causar dó”²²².

No princípio da década de 1960, quando os movimentos sociais no Brasil ganharam impulso e o PCB “acumulava forças” em sua nova estratégia de aproximação do poder, adotada após as mudanças ocorridas em sua linha programática a partir do manifesto de janeiro de 1958 e do seu V Congresso em 1960, proliferaram as organizações de cunho anticomunista que se viram na premência de intensificar sua militância, pois a “ameaça vermelha” nunca fora tão real em terras brasileiras²²³.

No norte do Paraná, a ALNP tivera por sucedâneo no combate ao sindicalismo comunista a Frente Agrária Paranaense (FAP), criada em agosto 1961, pelos bispos Dom Jaime Coelho e Dom Geraldo Fernandes, de Londrina, cujo ato de fundação aconteceu durante uma missa campal em frente à catedral metropolitana de Maringá, simultaneamente ao II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná, que acontecia a quatro quarteirões dali, cujo objetivo principal era a preparação dos representantes paranaenses para o I Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), realizado em novembro daquele ano em Belo Horizonte.

²²¹ BETTELHEIM, Bruno “A Psicanálise dos contos de fada”. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

²²² PARANÁ. DEAP. Boletim Mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. nr 8. Rio de Janeiro, jan.1960.(DOPS). Dossiê Ação Democrática Popular, nr 006-1.

²²³ MOTTA, 2002, p.154-160; 238-241.

Até então não era hábito da Igreja paranaense intervir diretamente em conflitos ou em organizações rurais, exemplificado pela sua ausência nos confrontos em Porecatu²²⁴. Contudo, o encontro propositado entre seus participantes e os congressistas colocou a guerra simbólica em segundo plano e transformou o centro de Maringá em cenário de violência física, com pauladas e pedradas, suscitada, sobretudo pela presença do patrono das ligas, Francisco Julião, o qual, por onde passou no Norte do Paraná, provocou intensas reações dos setores conservadores da sociedade, com receio que a presença do líder nordestino catalisasse o surgimento de mais ligas na região, onde por sinal trabalhavam muitos migrantes contrerrôneos do fundador das Ligas.

A FAP, criada por iniciativa da direção da Igreja Católica do norte do Estado, sobretudo pela ala jesuíta, se vira incomodada com o sucesso dos comunistas na arregimentação dos trabalhadores e colonos do café, e surgira como o propósito explícito de dar combate aos sindicatos de trabalhadores rurais formados pelo PCB: “para a vitória de Cristo contra o regime da foice e martelo”²²⁵.

A sua criação estava inserida num plano maior de reconquista do campesinato iniciado pela Igreja em âmbito nacional e recebia incentivos, inclusive materiais, dos Círculos Operários do Estado de São Paulo²²⁶.

O Conselho central da entidade estava sediado em Londrina por ser geograficamente equidistante das demais dioceses. Procurando aglutinar as mais diversas forças em torno da Frente, ela nasceu com o propósito de ser um “rolo compressor” destinada a reunir os “homens de bem” e aplainar o terreno para uma frente pacífica, “mas terrivelmente disposta a cristalizar a verdade agrária”²²⁷. Para o Padre Montezuma, representante do bispado londrinense, a “verdade agrária” eram preços justos, “o mesmo da tulha, da tabela oficial”, com habitação, padrão de vida e contrato coletivo permitido pelo orçamento de um fazendeiro honesto e não o “leito de Procusto a que eram submetidos os colonos pelos fazendeiros ambiciosos ou pelos comunistas que vão deixar de pensar que tinham credenciais para isso”²²⁸.

Para o clérigo, não havia comunistas autênticos na região, “pois para

²²⁴ SILVA, 2006, p.224.

²²⁵ SILVA, 2006, p.228

²²⁶ Ibid., p.225.

²²⁷ *Bispos de quatro dioceses reúnem-se com os camponeses a partir de hoje em Maringá:*

lançamento da Frente Agrária Paranaense. Folha de Londrina, Londrina, 13ago1961. UEL/CDPH.

²²⁸ Ibid.

falar como cearense, comunista autêntico até é um bicho bonito de se ver e de se lutar num campo ideológico”. Já no campo estratégico a ideia era simples, pois, “usar as palavras deles [os comunistas] apresentando soluções imediatas como vamos fazer, é coisa com que eles não contavam na região”²²⁹.

A FAP passou a reivindicar assim a representação do campesinato defendendo propostas de “acesso à propriedade”, “justa remuneração salarial” e “participação dos trabalhadores nos lucros das empresas agrícolas”. Defenderam ao mesmo tempo queixas patronais como custo elevado de mão-de-obra e das máquinas agrícolas, chegando a manifestar um discurso “agrarista” na medida em que criticava a política seguida no país que relegava a agricultura em favor do desenvolvimento industrial²³⁰.

Contudo, se defendiam a reforma agrária no plano das declarações, na prática eram contrários à desapropriação da terra, pois entendiam que o problema não estava no acesso à terra mas na “falta de uma ‘formação ética e cultural adequada’ do homem do campo”, de modo que era necessário uma “mudança de mentalidade” para que uma reforma agrária se efetivasse²³¹.

É interessante notar que, na batalha simbólica para lograr afastar os camponeses da influência pecebista, a FAP, mais que utilizar as figuras clássicas do imaginário cristão sobre o mal, também buscava associar reiteradamente os militantes comunistas ao *totalitarismo* stalinista enquanto estes, respondendo aos ataques, alcunhavam os adversários clericais de forma a vinculá-los aos grandes fazendeiros e à extrema direita²³².

De fato, se o PCB não podia negar sua ascendência stalinista, em que pese a suas “críticas”, “autocríticas” e significativas mudanças programáticas a partir do manifesto de janeiro de 1958, a FAP não escondia suas relações com vários setores da direita, buscando manter e aprofundar relações com o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, além dos vínculos estabelecidos com a extrema direita católica representada pela Tradição, Família e Propriedade (TFP). Um dos líderes da FAP, Dom Jaime recebia também um periódico de circulação

²²⁹ Bispos de quatro dioceses reúnem-se com os camponeses a partir de hoje em Maringá: *lançamento da Frente Agrária Paranaense. Folha de Londrina*, Londrina, 13ago1961. UEL/CDPH.

²³⁰ SILVA, 2006, p.231.

²³¹ Ibid, p.232-233.

²³² Ibid, p.235.

restrita de certo “Centro de Informações do Paraná”, organização clandestina que pregava a mobilização contra o comunismo no Brasil²³³.

Como afirmou Osvaldo Heller da Silva, “é público e notório” que o governo norte-americano apoiou grupos da direita cristã contra o comunismo em vários estados brasileiros:

No Nordeste, por exemplo, a Aliança para o Progresso e a CIA investiram muito recursos financeiros na SORPE, a fim de dividir as ligas camponesas. Politicamente, a SORPE do Nordeste e a FAP do Paraná tinham a mesma linha de trabalho, a dos Círculos Operários. Apesar do seu parentesco político, nenhuma prova irrefutável sobre o financiamento da FAP por parte de agências norte-americanas foi encontrada. Apesar disso, um ponto não foi esclarecido: um cheque de um milhão de cruzeiros – montante não desprezível na época – do First Nacional City Bank, assinado por um não identificado ‘Friederich José K. Gersens’ foi creditado em nome de Dom Jaime²³⁴.

De todo modo, a FAP não conseguiu desarticular o trabalho realizado pelos comunistas no estado, intento esse logrado apenas com o golpe de 1964, fazendo com a Frente católica perdesse o seu propósito e fosse extinta logo a seguir.

Um dos grupos mais ativos a atuar no Brasil para além do controle da administração paralela e o uso de *lobbying* junto ao executivo fora o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A sua atuação fora direcionada no sentido de moldar a opinião pública por meio de grupos de ação política e ideológica.

De acordo com o embaixador americano Lincoln Gordon, era composto por industriais “moderados” e “conservadores”, e fora criado em fins da década de 1950 com o propósito alegado de defender a democracia. Segundo o governador da Guanabara Carlos Lacerda, o IBAD teria surgido a partir do momento em que um grupo formado por integrantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro, *American Chambers of Commerce*, Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP) e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), o procuraram para comunicar que “as forças econômicas brasileiras se organizariam

²³³ SILVA, 2006, p.247.

²³⁴ Ibid, p.247.

imediatamente para defender a democracia, as instituições efetivas e o regime”. O grupo fundador se reuniu na sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC) do Estado de São Paulo, local que teria sido usado para as reuniões do IBAD²³⁵.

Conforme René Dreifuss, o IBAD fora denunciado como uma das principais operações políticas da Central Intelligence Agency (CIA), com o objetivo precípuo de dar combate ao comunismo no Brasil²³⁶.

A organização estabeleceu vínculos e financiou a Ação Democrática Parlamentar (ADP) a qual se tornara seu canal no Congresso. A ADP era formada por um bloco interpartidário composto em sua maioria de parlamentares da União Democrática Nacional (UDN), com a presença de senadores do Partido Social Democrático (PSD) e de deputados de vários outros partidos, incluindo um representante do PTB. Era presidido por João Mendes da UDN baiana e posteriormente organizou-se nas assembleias legislativas de alguns estados, dentre eles o Paraná. Possuía 155 membros na Câmara dos Deputados, incluso Bento Munhoz da Rocha, que havia sido governador do estado paranaense (1951-1955).

A ADP funcionou como um anteparo à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) que atuava desde o governo de Juscelino Kubitschek como um agrupamento também interpartidário de deputados nacionalistas de esquerda. A importância de ambas no acirrado embate ideológico foi tal que os partidos políticos acabaram ficando em um plano secundário, com uma “existência apenas nominal”, nos dizeres do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Abelardo Jurema²³⁷. De fato, os candidatos ligados ao IPES/IBAD/ADEP, independente da legenda partidária, deveriam assinar um termo de compromisso ideológico, através do qual se comprometiam a lutar contra o comunismo e a defender o investimento estrangeiro²³⁸.

Outra entidade subsidiária do IBAD era a Ação Democrática Popular (ADEP), encarregada de canalizar recursos para os candidatos de oposição a João Goulart nas eleições legislativas de outubro de 1962.

²³⁵ DREYFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, p.102.

²³⁶ Ibid.

²³⁷ AÇÃO DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, v.1. p.24-25.

²³⁸ DREIFUSS, op. cit, p.324.

Com efeito, o IBAD procurou estabelecer ligações com empresários, militares e funcionários importantes na administração pública federal e estadual além de mobilizar o público em geral. Apoiou líderes sindicais, estudantis, camponeses e de outros grupos de pressão religiosos e das classes médias. Manteve ainda atividades conjuntas com organizações paramilitares anticomunistas com os quais compartilhava pessoal, técnicas e recursos.

A organização alcançou notoriedade durante a campanha eleitoral para o Congresso, em 1962, durante o governo João Goulart, quando, através da ADEP canalizou substancial ajuda financeira na tentativa de influenciar o processo eleitoral e serviu como coordenadora da ação política de indivíduos, associações e organizações com os mesmos objetivos, entre elas, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que acabara sendo virtualmente agregado ao IBAD, pela duplicação e interligação de pessoal e fontes financeiras comuns no que foi depois denominado “complexo IPES/IBAD”²³⁹.

Na mesma linha de ação, o IPES surgira em 1961 como uma reação de empresários, sobretudo paulistas e cariocas, contra a política governamental e a ascensão das esquerdas. Seu núcleo alcançou abrangência nacional e congregava diferentes vertentes ideológicas tendo por referente unificador suas ligações econômicas com empresas de capital multinacional e associadas, a sua posição anticomunista e suas pretensões de reformulação do Estado brasileiro.

Do ponto de vista das funções, o IBAD tinha objetivos táticos enquanto o IPES visava o plano estratégico, cabendo ao IBAD assumir tantos os erros como os acertos por atividade secretas e expor-se mais que o IPES.

Contudo, o IPES, tomado frequentemente como um movimento sem maiores consequências que se apoiava apenas na disseminação de propaganda anticomunista era, segundo Dreifuss, um grupo com uma estrutura sofisticada: “bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes”²⁴⁰.

²³⁹ DREIFUSS, 1981, p.104.

²⁴⁰ Ibid, p.185.

As atividades dessas organizações com fortes elos com o capital estrangeiro, além do contexto de polarização da Guerra Fria, encontravam a sua justificativa nos interesses multinacionais na economia brasileira que se tornara um fator político central em fins da década de 1950. Com o objetivo de expandir o seu campo de atuação o capital transnacional utilizou-se não apenas de seu poder econômico, mas buscou ingerir nas diretrizes políticas do país por meio de um bem estruturado conjunto de entidades organizacionais e políticas próprias, incorporadas em uma inteligência política, militar, técnica e empresarial, assessorados por intelectuais orgânicos ligados aos seus interesses e aos próceres do capitalismo brasileiro²⁴¹.

No plano tático, o complexo IPES/IBAD empreendeu uma vasta campanha no sentido de direcionamento da opinião pública e doutrinação das forças sociais empresariais, visando impedir a unidade das classes subalternas, conter o movimento sindical e dos camponeses, dividir o movimento estudantil e obstaculizar as forças nacional-reformistas no Congresso cujo objetivo era levar o contexto sócio-político a um ponto de crise onde as Forças Armadas obteriam legitimidade para intervir sob uma liderança estrategicamente coordenada.

O IBAD envolveu-se ativamente no movimento sindical no Paraná, considerado um Estado-chave no campo político por possuir uma grande população de trabalhadores rurais, estando sob forte influência comunista. Viabilizou apoios para o governador Nei Braga e patrocinou diversos sindicatos com vistas a contrabalançar a situação potencialmente crítica na região. Organizou o I Encontro de Trabalhadores Democráticos do Paraná com a presença de mais de duzentos representantes sindicais, e cujo lema era “Anticomunistas sempre, reacionários nunca”²⁴², por sinal, o mesmo utilizado pela ADP.

No Paraná, como em outros estados da federação, o complexo IPES/IBAD utilizou o mesmo princípio organizacional adotado no Estado de São Paulo que unia civis e militares interagindo contra o executivo no sentido de derrubar João Goulart, com base em redes regionais de ação.

O principal líder militar no estado foi o General Ernesto Geisel, comandante à época da 5ª Região Militar do II Exército, com sede em Curitiba.

²⁴¹ DREIFUSS, 1981, p.66.

²⁴² Ibid, p.314.

Quanto ao líder civil, coube a José Manoel Linhares de Lacerda coordenar sobretudo as ações dos grandes proprietários de terras, juntamente com líderes do IPES e elementos ligados às forças de segurança do Estado. Mais discreto, o Coronel Nei Braga preferiu não apoiar o movimento abertamente²⁴³.

O complexo IPES/IBAD se valeu de diversos canais de disseminação e persuasão que compreendiam publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas utilizando a imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão.

Entre esses suportes, o IBAD publicou mensalmente a Revista *Ação Democrática*, com uma impressionante tiragem que chegava a 250.000 exemplares, frequentemente com distribuição gratuita e sem anúncios, sob a direção de Ivan Hasslocher²⁴⁴.

No mês de maio de 1962, com uma tiragem de 173.000 exemplares, o número 36 da revista, com distribuição no Paraná, trazia diversos artigos versando sobre democracia e o que seria seu antônimo, o comunismo, e advertindo contra as Frentes Nacionalistas, infiltração comunista nos meios jornalísticos, tráfico de drogas a partir de Cuba com objetivo de desviar a juventude brasileira, envenenamento de líder anticomunista na Ucrânia e outras coisas pertinentes à teratologia anticomunista.

O primeiro artigo trazia comentários sobre o deputado João Mendes, líder da ADP, que falando à imprensa, declarou que as eleições de outubro de 1962 representavam claramente uma opção entre *democracia* e *totalitarismo* em uma luta onde as forças antidemocráticas jogariam todo o poderio político, econômico e propagandístico que possuísem:

As ligações, os postos-chaves, infiltrações com que contam os *totalitários* nos órgãos de administração pública e nos veículos de difusão e publicidade, dão aos nossos adversários uma cobertura muito superior à força numérica de que dispõem. Sem dúvida a maior parte dos brasileiros quer a liberdade e repudia a escravidão, mas não nos esqueçamos que o

²⁴³ DREIFUSS, 1981, p.389.

²⁴⁴ Ibid, 1981, p. 234.

totalitarismo sempre chega ao poder graças às minorias ativas²⁴⁵. (grifo nosso)

João Mendes denuncia no mesmo artigo a prática de supostos desvios de verbas através de licitações “sem concorrência” para financiar as atividades do PTB e aliados de esquerda, citando o exemplo das obras no Departamento de Portos, Rios e Canais do Estado da Guanabara. Segundo o deputado, o aparato teria canalizado nas eleições anteriores e continuava a canalizar uma grande soma de recursos “com os quais o esquerdismo pretende derrotar a democracia no próximo dia 7 de outubro e instaurar no Brasil, legalmente, constitucionalmente, a república socialista com que sonham os *nossos totalitários*”²⁴⁶. (grifo nosso)

Como se pode perceber ao longo dos textos, a referência aos comunistas como *totalitários* é reiterada diversas vezes e configurava uma clara estratégia no sentido de identificar o PCB como “partido-satélite” das pretensões expansionistas soviéticas em oposição aos estados democráticos do ocidente. Em entrevista publicada na revista, Raimundo Padilha formulou de forma paradigmática o esquematismo que então norteava os corações e mentes naqueles idos:

Perdemos tempo em falar em direita, esquerda e centro, quando hoje os campos são nitidamente dois, o dos *democratas* e o dos *totalitários*, projeção nacional da grande luta que se desenvolve no mundo²⁴⁷. (grifos nossos).

Quanto às eleições de outubro, foram vistas pelos grupos abrigados sobre o complexo IPES/IBAD como um divisor de águas no processo de conquista da hegemonia política naquele contexto crítico, pois estava em jogo a composição do Congresso que legislaria durante todo o governo de João Goulart até 1965 e que viabilizaria ou não as reformas de base pelas quais o bloco nacional reformista

²⁴⁵ PARANÁ. DEAP. Boletim Mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Nr. 36. Rio de Janeiro, mai.1962. (DOPS) Dossiê Ação Democrática Popular, nr. 006-1.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid.

militava, além de decidir se o governo de Jango obteria apoio para governar ou ficaria à mercê das forças reunidas no bloco modernizante-conservador²⁴⁸.

Em abril de 1963 fora criada uma entidade denominada sugestivamente de Ação Democrática do Paraná, o que leva a crer tratar-se de uma entidade ligada ao IBAD, embora afirmasse em sua carta de princípios serem um movimento “genuinamente brasileiro, com origem em Londrina, e não tem ligações com movimentos semelhantes, dentro ou fora do Estado, a não ser uma eventual coincidência de propósitos ou ponto de vista ideológicos”²⁴⁹. Essa preocupação aparente demonstra o fito de desvincular a sua imagem de um movimento que estava sob suspeita governamental e que no mês seguinte tornou-se alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito por suas ligações internacionais e recebimento de fundos sem comprovação de origem, sendo fechada ainda em outubro daquele ano.

Procurava posicionar-se ao centro do espectro político, pois se opunha a “toda doutrinação extremista, da esquerda ou da direita, que se oponha aos princípios fundamentais da ordem democrática” e todas as “ideias que direta ou indiretamente signifiquem o solapamento da ordem democrática, tais como as que defendem a hipertrofia do poder econômico do Estado e do poder político de grupos ou classes”²⁵⁰.

Subscreviam a *Carta de Princípios* representantes das associações rurais de Londrina e cidades da região, do Centro de Comércio do Café, Álvaro Godoi da ALNP, além de vários partidos políticos da cidade, liderados pela UDN de Juvenal Pietraróia, que na década de 1950 estava entre os denunciante na petição ao Ministério Público contra os fundadores do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, demonstrando dessa forma a sua origem na classe dos latifundiários e em agrupamentos de direita²⁵¹.

Neste contexto, cabe perguntar-nos sobre o ponto de vista das razões subjacentes à adesão dos trabalhadores rurais aos sindicatos comunistas, em uma região com as feições predominantes no período em questão, caracterizada

²⁴⁸ DREIFUSS, 1981, p.324.

²⁴⁹ PARANÁ. DEAP. Manifesto e Carta de Princípios da Ação Democrática do Paraná. (DOPS). Dossiê Ação Democrática Popular, nr 006-1.

²⁵⁰ Ibid..

²⁵¹ Ibid.

pelas intensas campanhas anticomunistas. É razoável supor que suas razões foram, num primeiro momento, a defesa da posse da terra pelos posseiros e a seguir a extensão da legislação trabalhista ao campo e as promessas que ela representava em termos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, e não as doutrinas comunistas em si, que permaneciam herméticas e veladas, não raro para muitos dos próprios militantes do partido, sobretudo entre os menos graduados na hierarquia do partido ou simpatizantes.

Isso permite explicar, por exemplo, o fenômeno do anticomunismo mesmo entre os posseiros e trabalhadores rurais que, uma vez informados da sua associação ao comunismo, reagiam caracteristicamente: *“Nunca fui comunista e nem desejo ligação com esses elementos, e desejo que V. Excia. averigue o meu passado e certifique-se da minha conduta”*²⁵².

Essa atitude revela por um lado o óbvio, o partido era ilegal e usava táticas de proselitismo menos ostensivas junto à população. Por outro, as representações consolidadas no cotidiano da população rural, baseadas predominantemente num catolicismo rústico e festivo²⁵³, com variantes sincréticas voltadas para a magia e outras formas místicas, vedavam aos militantes uma abordagem em linguagem racional e direta dos homens do campo, em sua quase totalidade analfabetos e sem contato com a estrutura de educação formal.

Aparentemente o que soava bastante interessante era a possibilidade com a qual o sindicato acenava de recurso a um poder externo, no caso o poder das instituições jurídicas que faziam com que o patrão tivesse de prestar contas das precárias condições de trabalho, o que sinaliza que as relações entre fazendeiros e trabalhadores, frequentemente fundadas em relações de compadrio e de favor, estavam já bastante desgastadas, de modo que as demonstrações de insatisfação se multiplicaram nos campos paranaenses nas décadas de 1950 e 1960, dando lugar a outras *representações do poder*²⁵⁴ estabelecido. Em contrapartida e confirmando a paulatina perda de ascendência dos fazendeiros sobre os trabalhadores, a violência física contra os líderes sindicais e os que ousavam desafiar a hegemonia personalista do fazendeiro se generalizava, como nos casos do líder sindical José da Costa Santos da Fazenda Guaravera, em

²⁵² Carta. Autos do processo-crime nr 109/51, p.231-232 apud ADUM, 2002, p.55.

²⁵³ QUEIRÓS, 1997.

²⁵⁴ LEFEBVRE, 1983.

um distrito de Londrina, e dos assassinatos de militantes da Fazenda Água Limpa, em Maringá, entre tantos outros que sequer tiveram registro²⁵⁵.

Contudo, o *poder das representações* anticomunistas se demonstrava na dicotomia entre a percepção dos trabalhadores rurais de sua realidade depauperada, a ação parcialmente velada dos militantes comunistas no que tange à sua visão de mundo, e as crenças fortemente arraigadas no seio da cultura rural. Não é sem razão que o líder das ligas, Francisco Julião utilizava figuras bíblicas como invólucro da sua pregação política, cuja linguagem era muita mais próxima ao universo simbólico dos camponeses, não acostumados ao estilo logocêntrico marxista.

Também os generais golpistas de 1964 se encarregariam de explorar ao máximo a figura desse inimigo inominável:

O apelo anticomunista era, indubitavelmente, um dos aspectos centrais da estratégia da ditadura, a qual se empenhava em divulgar que os governos militares estavam somente expressando a vontade da maioria dos brasileiros que ia sempre no sentido de refutar e, se necessário, extirpar, todo e qualquer comportamento, atitude e/u ideia considerados desviantes²⁵⁶.

Nesse sentido, o anticomunismo foi indubitavelmente um fator decisivo no desencadeamento e legitimação do golpe. O argumento não era novo; já havia sido utilizado por Getúlio Vargas para justificar o golpe de 1937 denunciando o *Plano Cohen*, uma suposta conspiração para dar um golpe de Estado e destituí-lo do poder, na verdade elaborado pelo à época Capitão Olímpio Mourão Filho, a pedido do líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), Plínio Salgado. O Presidente Vargas entrara então com um pedido ao Congresso para decretar Estado de Guerra no país. Uma vez atendido, o presidente iniciou a caça às bruxas, mandou cercar o Congresso Nacional no Rio de Janeiro e instaurou uma nova constituição que inaugurava o Estado Novo, este sim nascido de um *putsch*.

Guardadas as diferentes especificidades históricas, 1964 foi novamente a instrumentalização da miríade de representações negativas a respeito da doutrina de Marx e seus seguidores que possibilitou a unificação em torno de um

²⁵⁵ SILVA, 1993, p.186.

²⁵⁶ REZENDE, 1996, p.14.

inimigo comum, transformado em uma científica e poderosa força maléfica que precisava ser detida, sob pena da “sovietização” do país e as respectivas consequências totalitárias que isso traria aos brasileiros.

Considerando a questão das possíveis causas da tomada do poder naquele 1º de abril, poderíamos dizer que o papel instrumental que a ameaça comunista representou foi determinante para o sucesso do golpe no plano da sua justificação e legitimação. Contudo, há que se considerarem outros fatores que concorreram para que o fato se consumasse.

As explicações de jaez marxista, por exemplo, tendem a destacar as determinações da infraestrutura econômica e os conflitos de classe no interior do processo produtivo, vendo nos militares um instrumento da burguesia, dentro do processo de expansão capitalista nacional e internacional. Seria essa a chave interpretativa de João Quartim de Moraes para os acontecimentos de março de 1964, por exemplo²⁵⁷.

Jacob Gorender, o mais conhecido marxista que analisa o golpe dos militares, considerava insuficiente a explicação do processo econômico através de ciclos de modelos de política econômica utilizando as interpretações do golpe que se fundavam no esgotamento do modelo de substituição de importações, reduzindo o processo econômico às vicissitudes dos modelos de política econômica. Para Gorender, a crise da primeira metade da década de 1960 decorria da uma “primeira crise cíclica nascida no processo *interno* do capitalismo brasileiro e revelou precisamente o seu amadurecimento” (grifo nosso)²⁵⁸, considerando que “a receita recessiva requer governos fortes, capazes de negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante das medidas compressoras do nível de vida”²⁵⁹.

Partindo dessas premissas e diferentemente de outras análises, este autor entende que teria havido uma possibilidade real de tomada do poder em 1964, fator que teria sido decisivo na articulação do golpe, que teria um “caráter contra-

²⁵⁷ FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.32.

²⁵⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1987, p.41-42.

²⁵⁹ Ibid. p.42.

revolucionário preventivo”²⁶⁰.

Em uma análise baseada em prolixa base documental, o cientista político *René Armand Dreifuss*, em sua tese de doutoramento, editada como livro em 1981 sob o título “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”, concebe as razões do golpe como resultado de uma dessimetria entre o poder econômico e o poder político, dentro de um processo de “modernização conservadora” que, para além de uma conspiração meramente militar, envolvia a presença de uma “elite orgânica” composta por civis que formavam um “bloco multinacional e associado” no movimento de deposição de João Goulart através do complexo IPES/IBAD o qual desenvolvera intensa campanha de desestabilização do governo valendo-se de campanhas publicitárias, revistas, cursos e mobilizações estratégicas²⁶¹.

Na mesma direção, Daniel Aarão Reis Filho também defende que o golpe teria sido um elemento de reforço das posições de poder político da hegemonia do capital internacional no Brasil, discordando contudo de *Dreifuss* na ênfase dada às associações civis que teriam conduzido o processo histórico. Para Reis Filho, em face de um processo radical de distribuição de renda e de poder, as classes médias sentiram-se ameaçadas em suas tradicionais posições de poder e privilégios²⁶².

Para Argelina Cheibub Figueiredo, o golpe não foi mero resultado de fatores estruturais de natureza econômica ou institucional, pois entende que havia uma margem considerável de escolha para os atores políticos dentro do marco democrático naquele contexto. Para Figueiredo, entre 1961 e 1964 as divergências crescentes entre os diversos atores foram estreitando as possibilidades de acordo quanto as reformas reduzindo as possibilidades de implementá-las sob as regras do jogo democrático. Considera ainda que, devido ao sucesso na reação ao golpe de 1961 e a vitória nas eleições parlamentares de 1962, as esquerdas teriam superestimado a sua força política no pré-1964, ignorando a presença de setores oposicionistas e conservadores na correlação de forças que possibilitaram as vitórias precedentes.

²⁶⁰ Ibid. p.66-67.

²⁶¹ DREIFUSS, 1981.

²⁶² REIS FILHO, 1990.

Assim, os fatores para a ruptura estariam na irredutibilidade de objetivos divergentes e uma visão meramente instrumental de democracia, tanto à esquerda em sua disposição de radicalização do processo em curso ao preço de secundarizar a democracia, como à direita, “sempre pronta a quebrar as regras democráticas, se aferrando a elas apenas quando eram úteis para defender seus interesses e manter seus privilégios”²⁶³.

As diferentes análises nos inclinam em uma perspectiva multifatorial do golpe, que envolvem tanto fatores estruturais como da ordem do âmbito micro histórico. Entendemos que têm razão as análises que consideram as transformações de ordem econômica e a acentuada internacionalização e modernização da base da economia brasileira e das relações de produção correspondentes, sobretudo no governo Juscelino Kubistchek, reconhecida inclusive nas análises realizadas pelo PCB no Manifesto de Janeiro de 1958. Também a progressiva crise institucional que se verifica a partir da renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart, portador da tradição petebista herdada do Governo Vargas que o indispunha com a proverbial pré-disposição golpista que vinha das tentativas de golpes frustrados de 1955, 1956 e 1961 e a fermentação liderada pelo complexo IPES/IBAD/ADEP, que investiu maciçamente nas frentes políticas e nos meios de comunicação de massa, produziram as premissas de um contexto favorável a que o presidente fosse defenestrado sem maiores reações por parte da opinião pública.

Sobre esse aspecto fundamental, é interessante mencionar como nos Estados Unidos o Macarthismo caiu em descrédito por um movimento de opinião pública ancorada no tradicional discurso em defesa das liberdades democráticas, obrigando a Corte Suprema a rever os processos de diversos cidadãos presos devido à condenação com base em provas, as quais muitas delas forjadas pelo próprio Ministério Público²⁶⁴.

No intuito de salvaguardar a liberdade de pensamento, no contexto das demandas de preservação da ordem pública, a Corte Suprema Americana estabeleceu a distinção entre a propaganda com o objetivo de levar alguém a acreditar em algo, direito de todo cidadão, e aquela visando às formas “ativantes”,

²⁶³ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964* (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.34.

²⁶⁴ E.C.nr O Macarthismo no Brasil. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nr 44, p.40-41, nov/dez. 1962.

ou seja, que induzem alguém a fazer alguma coisa, que poderia ser um delito conforme o ato praticado e a legislação pertinente, com isso demarcando o campo do pensamento e da ação, distinção que foi depois utilizada a favor de muitos processados por subversão durante o regime militar no Brasil.

No caso brasileiro, a preocupação central com a consolidação de uma subjetividade que repelisse o comunismo como alternativa à profunda desigualdade histórica que afetava o país, demonstra como era determinante e urgente que se desenvolvessem instâncias democráticas de formação de cidadãos capazes de pensar e agir de forma crítica sobre os problemas que afetavam a sociedade como um todo, fortalecendo a opinião pública e os movimentos sociais como obstáculos à ascensão de um regime autoritário.

4. A REPRESSÃO E DESARTICULAÇÃO DO PCB EM LONDRINA NO PÓS-GOLPE

4.1 Vinditas e “Revolução” ou “A caça às bruxas”

Com o início da purga pós-golpe, que defenestrou os militantes comunistas dos sindicatos e os levou à prisão e à clandestinidade, o PCB é atingido em cheio tanto em nível nacional como local.

Em Londrina, de acordo com o artigo de Mara Salai, “Amarga memória”, veiculada no jornal alternativo “Fala, Paraná”, editado em 1981, Milton Menezes, prefeito em 1963, outrora simpatizante e mesmo apoiador dos militantes comunistas da cidade, agora ‘chefe’ da conspiração contra Jango, vinha colaborando com os preparativos de um golpe. Pessoas vindas de São Paulo, “entravam e saíam da prefeitura ou das residências elegantes onde se alojavam os conspiradores”, e pelas fazendas se estocavam armas, segundo lembranças que seriam do próprio prefeito²⁶⁵. Segundo Menezes, um grupo de pessoas de São Paulo, “tomadas de justo receio de uma perturbação da ordem social”, mantinham contatos no Paraná, inclusive Londrina. Caso houvesse uma reação violenta, eles iriam agir como pudessem. A maior parte das armas era trazida do Paraguai, passando livremente pela fronteira e sendo distribuídas nos municípios, às claras. Os prefeitos das cidades vizinhas à Londrina saberiam de tudo devido ao “meticuloso trabalho anterior”. O próprio Dom Geraldo Fernandes. Arcebispo naquele período, era um “revolucionário de primeira hora”²⁶⁶.

As entidades de classe ligadas aos cafeicultores planejavam como agir no caso de reações ao golpe e fizeram diversas reuniões no Centro do Comércio do Café. As famílias da ‘resistência’ seriam colocadas em um determinado prédio no caso de uma sublevação.

A cidade, no clima das teorias conspiratórias, tornara-se terreno fértil para histórias mirabolantes. Conta-se que nas redações dos jornais disseminou-se o comentário sobre a vinda de dois Coronéis, emissários de Adhemar de Barros, pouco antes da “Redentora”, os quais tinham a confiança de alguns generais e de

²⁶⁵ PARANÁ. DEAP. “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, abr.1981, nr 3. p.14.(DOPS). Dossiê FUEL nr.1042-127.

²⁶⁶ Ibid.

cidadãos democratas de Londrina, “coincidentemente [...] os homens mais ricos da cidade”. Os coronéis diziam estar precisando de dinheiro para comprar armas para combater os comunistas. Com a previsão de um carregamento que chegaria no Porto de Paranaguá, levaram duas malas de dinheiro, dando como elementos de ligação, nomes de oficiais do Exército em Ponta Grossa e Curitiba. Como o carregamento não chegava, um dos cidadãos envolvidos telefonara para os quartéis do estado para saber as quantas andava o esquema. Acontece que ninguém ouvira falar dos tais coronéis, além de quererem saber que história de armas era aquela²⁶⁷.

Na calada da madrugada do dia 1º de abril vem o Golpe. Após a confirmação da quebra da constitucionalidade pelos militares, os pecebistas veriam toda a sua expectativa e influência no governo ruírem em questão de horas.

No norte do Paraná não foi diferente. Enquanto ainda reverberavam notícias confusas sobre os acontecimentos nas capitais do sudeste do país, o delegado Ladislau Bukowski Filho, da 12ª Divisão Policial de Londrina reuniu a portas fechadas diversas autoridades, mantendo a imprensa à distância e dando ordens para realização de diligências na cidade, na busca dos “organizadores da desordem”, como alcunhavam os comunistas, em sua maioria já notoriamente conhecida. A câmara municipal entrara em sessão permanente no aguardo de maiores informações sobre o movimento militar que tomava conta do país, sem que houvesse maiores manifestações populares nas ruas.

Ao contrário, líderes da comunidade e representantes de partidos políticos se mobilizaram na prefeitura, câmara municipal e na 12ª Subdivisão de Polícia, onde deliberavam pelas medidas a serem tomadas para a “preservação da ordem”. À tarde reuniram-se, entre outros, o delegado Bukowski, o bispo Diocesano Dom Geraldo Fernandes, o diretor do Instituto Brasileiro do Café (IBC) Paulo Carneiro e o agora ex-prefeito Milton Menezes, na ocasião suplente para o Senado e presidente da Associação Rural de Londrina (ARL), revelando a ascendência dos fazendeiros do café no poder político local²⁶⁸.

Temendo uma suposta retaliação da ‘conspirata soviética’, havia a preocupação com os pontos estratégicos da cidade, como prédios e logradouros

²⁶⁷ PARANÁ. DEAP. “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, Abril, 1981, nr 3. p.14.(DOPS). Dossiê FUEL nr.1042-127.

²⁶⁸ ARIAS NETO, 1998; “INTENSA movimentação de líderes e autoridades. *Folha de Londrina*, Londrina, 02 abr. 1964. p.3. UEL/CDPH.

públicos, postos de combustível e o aeroporto, cujo comandante do Destacamento de Proteção ao Voo e do Tiro de Guerra da cidade também foram chamados para o esforço defensivo. Alguns policiais do exército foram destacados para o patrulhamento das ruas, bares foram fechados e a cidade ficou virtualmente sob toque de recolher.

O delegado Bukowski, comandando a ofensiva anticomunista na cidade, convocara os diretores da rádio Londrina e “apelou” para que estes tomassem cuidado com as informações que divulgavam, e concitou expressamente para que utilizassem como fonte a “Cadeia Radiofônica Democrática”, ligada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

À noite, na prefeitura foi mobilizada uma ‘vigília cívica’, aonde chegou a ocorrer uma discussão com detalhes sobre a possibilidade de distribuir armas aos civis, “para reforçar os efetivos policiais”²⁶⁹. As autoridades policiais haviam solicitado relatórios sobre estoques às empresas de armas e munições e limitaram o fornecimento de combustível nos postos.

Exorcizados os temores da quarta-feira, no dia seguinte, 02 de abril, as detenções iniciaram-se com a autuação ‘em flagrante’ do presidente do sindicato dos trabalhadores na indústria e construção civil, Joaquim Pinto da Silva, incurso no artigo 15 de Lei de Segurança Nacional. O dirigente declarou em alto e bom tom que não era comunista, e sim adepto de Jango e do deputado federal Leonel Brizola, por quem daria a vida, se preciso fosse²⁷⁰.

Sinal de tempos em que livros incriminavam pessoas, foram encontrados em seu poder diversos documentos comprometedores como um Manifesto do Partido Comunista, obras de Karl Marx e Friedrich Engels, além de textos sobre Cuba e o truste no Brasil²⁷¹. Entre outros detidos como ‘agitadores’ estava o estudante do 3º ano do Colégio Estadual, Antônio Aguiar Ferreira, que portava panfletos ‘subversivos’, e que junto com outros estudantes “com intenções que não foram bem esclarecidas”²⁷², estavam fazendo piquetes na cidade. Também os trabalhadores rurais iriam realizar uma concentração em praça pública, mas Manoel Silva, organizador do evento, havia sido advertido pelo delegado que

²⁶⁹“VIGÍLIA cívica” na prefeitura. **Folha de Londrina**, Londrina, 02 abr. 1964, p.3.

²⁷⁰ DIRIGENTE sindical preso na Vila Nova. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 abr.1964, p.3.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Ibid.

qualquer manifestação seria reprimida com severidade, intimando-o a comparecer à 12ª SDP²⁷³.

Na tarde daquela quinta-feira, ocorrera ainda uma grande manifestação nas proximidades da sucursal do jornal “Última hora”²⁷⁴, no centro da cidade. Salta aos olhos na citação a parcialidade do artigo:

Durante excepcional manifestação que em nenhum momento escapou ao controle das autoridades, vivamente empenhadas em contornar uma emergência que poderia levar a choques entre policiais e populares, no apogeu do entusiasmo que se seguiu ao emocionante desfecho do movimento político-militar dos últimos dias, uma agitada multidão concentrou-se, ontem pela manhã, em frente ao edifício onde funcionavam os serviços locais do jornal ‘Última Hora’, enquanto algumas pessoas punham abaixo um anúncio luminoso da empresa, instalado junto às janelas do primeiro pavimento. Anteriormente o povo havia se reunido no Largo da Prefeitura, disposto a depredar as instalações internas da sucursal daquele órgão de imprensa, mas, com a intervenção do vice-prefeito, Sr. Gilberto Soares Santos, e do presidente da Câmara Municipal, Sr. Galdino Moreira Filho, além de outros vereadores, líderes políticos e representantes de classe, limitou-se a aceitar aquela forma de desagravo, de certa forma endossada pelas autoridades, que, embora reconhecendo a violência, consideravam as vantagens da concessão, preferindo-a ao eventual sacrifício de vidas humanas²⁷⁵.

Délio César, jornalista da Última Hora por ocasião dessa manifestação, nos relatou em entrevista a grande expectativa que havia com relação ao ‘dispositivo’ militar de Jango:

Quando nós na sucursal da Última Hora em Londrina ficamos sabendo da movimentação militar em Minas Gerais, que o General Olímpio Mourão se levantou contra o governo, era final de tarde... sabe o que nós fizemos, nós fomos para o boteco, o bar do Hotel Monções comemorar. Haaaa, era isso daí que a gente queria que acontecesse, esses militares vão levar uma cassetada na cabeça, já vai entrar o esquema militar do João Goulart...no

²⁷³ PARANÁ. DEAP. “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, Abril, 1981, nr 3. p.14. (DOPS). Dossiê *FUEL* nr.1042-127.

²⁷⁴ ÚLTIMA Hora. In: ABREU, 2001, v.5. p. 5829-5834.

²⁷⁵ DESAGRAVO no centro de Londrina: posto abaixo luminoso do jornal Última Hora. *Folha de Londrina*, Londrina, 03 abr.1964, p.6. UEL/CDPH. O anônimo que sobe na marquise para arrancar o luminoso é Fernando Bueno Santos, dirigente da associação rural de Londrina. PARANÁ. DEAP. “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, Abril, 1981, nr 3. p.14. (DOPS). Dossiê *FUEL* nr1042-127.

dia seguinte os milicos tomaram o poder...e nós ficamos desempregados naquele momento [...]²⁷⁶

Relatou ainda que o jornal fora empastelado em seguida, tendo quase todo o grupo do jornal ido trabalhar para a Folha de Londrina. Segundo Délio, o Último Hora mandava sua edição diretamente para São Paulo, enquanto as sucursais de Ponta Grossa e Paranaguá enviavam por meio de Curitiba, denotando a autonomia de Londrina com relação à capital do Estado e a conexão mais intensa com um centro urbano onde os embates políticos estavam muito mais acirrados. Sobre a depredação, haveria motivos mais mezinhos para além do anticomunismo por princípio: teria havido uma vingança de pessoas ligadas ao comércio do café em Londrina, criticadas pelo jornal por supostos esquemas de sonegação, depois indiciadas em inquéritos policiais, as quais aproveitaram a ocasião para tentar depredar o jornal. Como a cidade tinha vários voos para São Paulo, mandava o material redigido e as fotos de manhã e à tarde, sendo então incorporado ao de Curitiba. Nos anos que antecederam o golpe, vendia cerca de 2.500 exemplares nas bancas de Londrina. Sua sede ficava no edifício América, conhecido pelos diversos escritórios de corretores de café. É o próprio Délio quem nos relata:

O delegado Miranda Assy veio de Curitiba e fez um trabalho intenso sobre a malandragem, especialmente sonegação no comércio do café, e atingiu gente poderosa, indiciou muita gente em inquérito. O Miranda morava no hotel Monções, que era nosso ponto de aperitivo, bar de viajantes, e ele gostava muito do jornal, então nós demos uma cobertura grande ao trabalho dele e fizemos muitas manchetes sobre o escândalo do café. Então o pessoal do café tinha um ressentimento muito grande, uma bronca muito grande contra nós. [...] o prefeito Hosken de Novaes havia ido dar um reforço para o governador Ney Braga em Curitiba. E Gilberto Santos, vice-prefeito, atravessou a praça do [cine] Ouro Verde, veio trazendo a bandeira do Brasil na mão, junto o com Galdino Moreira, diretor do colégio Londrinense, subiu na caminhonete da polícia e fizeram um apelo contra a violência, mas o pessoal dos corretores de café ficava gritando de longe que iria quebrar o jornal. Então alguém propôs que se quebrasse ao menos o sinaleiro e aí ele entrou num acordo com a liderança dos corretores. Então subiram duas pessoas na marquise do prédio e quebraram o luminoso sob os calorosos aplausos do povo ali. [...] o Galdino e outros subiram lá e pediram para o meu pessoal prá sair...então eu pedi aos meus repórteres, vamos fechar que vocês vão embora...e você? Não, eu não saio, eu vou ficar. E fiquei lá. Dali a pouco subiu lá o Galdino junto com meu irmão: 'não,

²⁷⁶ CÉSAR, Délio Nunes. Entrevista concedida em 26 janr2011.

vamos sair, vamos embora'. Aí eu falei, não eu não vou... é o meu local de trabalho. 'Não, olha é perigoso...sei lá', aí finalmente eu falei, tudo bem, desci junto com...mas desci e andei no meio do povo numa boa, e olhava na cara das pessoas para ver se alguém...mas ninguém me esbarrou...não houve nada, foi só isso aí [...]²⁷⁷

Figura 5 - Depredação do Jornal Última Hora nos primeiros dias do regime militar em 1964 em Londrina. Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 03 abr.1964, p.6.

Perguntado a Délio César sobre um artigo de Apolo Theodoro, onde ele apontava uma suposta solução de compromisso entre as sucursais paranaenses do Última Hora e o governador do Estado na época, Ney Braga, Délio informou que realmente havia acordos financeiros para que o jornal poupasse o governo de críticas:

Isso de fato existia. [...] A Última Hora era um jornal de sustentação política do João Goulart. A origem do UH que era getulista, etc...e era um jornal trabalhista, um jornal sindicalista. O Wainer comanda o jornal, comandava tudo...mas ele fazia nos estados, acordos com os governos

²⁷⁷ CÉSAR, 2011.

estaduais, independente de quem fosse o governador. Então no caso do Paraná, havia um acordo com o Ney Braga, que era o governador. E o Ney que era um homem de direita. Um homem de origem militar. Mas nós estávamos aqui em Londrina e a direção do jornal era em Curitiba [...] Mas a ordem para nós era a seguinte: nós podíamos criticar os secretários de Estado à vontade. O governador, não. De vez em quando, um ou outro secretário entrava no acerto. “Nem um ‘pau’ no fulano [...]”²⁷⁸.

De fato, o governador Ney Braga só adere aos militares depois de consumado o golpe, pois até então vinha fazendo propostas de apoio ao governo Goulart²⁷⁹. Antes de trabalhar para o Última Hora, Délio havia permanecido por três anos em São Paulo, para onde fora no início da década de 1960 no intuito de estudar jornalismo na universidade Cásper Líbero, quando iniciou uma intensa participação nos movimentos de esquerda. Saiu ainda no primeiro ano da faculdade para militar na juventude comunista, e para compor a equipe do jornal *Terra Livre*, dedicado ao movimento camponês. Passou pelo teatro de Arena, Oficina e o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Na militância política teve passagem pela Frente da Juventude de Esquerda, PDC, PTB, e POLOP. Só retornou para Londrina por causa do jornal de Samuel Wainer.

Délio nos revela então, por meio da sua própria fase anticomunista, a força das representações predominantes na sociedade de então:

Eu quando fui para São Paulo eu tinha 19 anos mas a minha formação, garoto, adolescente, já trabalhando em banco, como todo mundo, era uma formação anticomunista. O problema do anticomunismo era muito sério, mesmo. E eu ainda com uma formação evangélica, quer dizer, até o momento de eu ir para São Paulo eu frequentava a igreja. Igreja Presbiteriana. Mas eu tinha vindo de Minas, cheguei aqui com 15 anos de idade. Mas desde Minas era uma formação anticomunista. Palestras nos colégios, palestras de preletores anticomunistas. Era aquele negócio absurdo assim que acontecia algum crime bárbaro ou algum acidente meio feio, eles diziam, ‘foram os comunistas’. Aquela história que comunista come criança, não é? Mas era isso mesmo, em termos de igreja, em termos de colégio e em termos de sociedade de modo geral. A igreja católica também. Eu era evangélico mas eu sei que...então o anticomunismo era a regra....eu tinha um professor no Colégio Estadual de Londrina, hoje [Colégio] Vicente Rijo, conhecido comunista da velha guarda, Professor Moacir Teixeira. Professor de matemática, uma pessoa maravilhosa, um professor ótimo, mas ele tinha a fama de comunista da velha guarda...e tinha histórias sobre ele; e histórias ‘cabeludas’ como, por exemplo, de que tinha queimado a bandeira do Brasil em praça pública, esse tipo de coisa

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ PARANÁ. DEAP (DOPS). “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, Abril, 1981, nr 3. p.14. *FUEL*. Dossiê nr.1042-127.

assim...mas ele era professor do colégio estadual, os alunos como regra gostavam muito dele. [...] Eu nunca me esqueço de um período, de um momento, em que um grande amigo meu fez uma proposta, “vamos por fogo n’uma banca comunista”. “Banca comunista”, quer dizer, era uma banca que existia ali no começo da rua Quintino Bocaiúva, e que vendia o jornal chamado “Semanário”, que era um jornal nacionalista. Na sequência, partido comunista era tudo ilegal. Mas o partido comunista já estava “pondo a cabecinha prá fora”. Num processo de tolerância. Era o governo Juscelino, não é? Então o PC tinha um jornal chamado “Novos Rumos”. Essa banca aí parece que vendia...não sei de quem era a banca, então o...propôs de nós irmos botar fogo nessa banca e eu me lembro que eu topei! Mas ficou só nisso, não chegamos a fazer nada, não. Mas que tínhamos programado, tínhamos, mas na hora ‘H’, não [...] ²⁸⁰.

Perguntado como foi sua “conversão”, relatou:

Eu aos 18 anos fui para São Paulo. Eu queria estudar jornalismo, aí eu consegui a minha transferência no banco. Eu trabalhava no banco da indústria e comércio de São Paulo, era um dos maiores bancos privados do país...dentro de São Paulo se discutia política, dentro do próprio banco, na escola, aí você tinha colegas de esquerda, terceiro ano do curso técnico de contabilidade. (cita debate na escola em que defende a Petrobrás, onde começa a defender uma posição política)...aí um certo dia, houve na faculdade de direito, uma palestra do Sr. Luiz Carlos Prestes. Marcado vamos dizer para oito da noite, eu cheguei lá cinco e meia da tarde...uma palestra marcante, por quê no debate com estudantes, a maioria dos estudantes era de esquerda, mas tinha uma direita também, não é. Então Prestes enfrentou um debate com muitos elogios, mas com muitas provocações também. Só sei de uma coisa, eu vi o Prestes lá e sai dizendo “Eu sou comunista”. A essa altura já tinham começado a fazer a minha cabeça lá na escola, né. Mas eu saí dessa palestra marcante de esquerda [...] eu me lembro que eu vim pra Londrina, eu vim votar. Aí eu encontrei o professor Moacir Teixeira e informei a ele “Professor, eu quero te dar a informação que eu hoje sou um jovem comunista”. Ele gostou muito, mas me deu um conselho: “Rapaz, eu quero te dizer uma coisa, leia, leia muito, nunca deixe de ler” ²⁸¹.

Com uma trajetória bastante profícua, Délio também fora o criador do Festival Universitário que em 1968 modificou os rumos da cultura na cidade, e que será assunto do quinto capítulo.

Na Guanabara, a redação do jornal “Última Hora” ardeu em chamas já no 1º de Abril. Fundado por Samuel Wainer, aquelas alturas já exilado no Chile, o

²⁸⁰ PARANÁ. DEAP (DOPS). “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, Abril, 1981, nr 3. p.14. *FUEL*. Dossiê nr1042-127.

²⁸¹ Ibid.

Última Hora, nascido sob a proteção de Getúlio Vargas, tornara-se ostensivamente pró-Goulart, o que lhe rendera a intensa oposição do complexo IPES/IBAD²⁸².

Voltando à noite daquela longa quinta-feira, dia 2 de abril, um grupo de pessoas não identificado arrombou o escritório do líder paranaense das ligas camponesas, Manoel Silva, onde depois a polícia encontrou “farta literatura revolucionária”. Foi com base nessa ‘prova’ que o delegado Bukowski deu início a um inquérito policial contra o advogado, depois transformado em processo-crime²⁸³. Sinal da histeria anticomunista que se abateu sobre a região, nessa mesma noite a sede do sindicato dos empregados rurais de Astorga foi invadida e depredada sob o comando dos fazendeiros, de onde tiraram móveis, utensílios e documentos, lançando-os na via pública e ateando fogo em tudo. Em Maringá, cidade a cerca de 100 km de Londrina, tida como “santuário de foragidos políticos” a residência do médico Salim Haddad, militante comunista conhecido por abrigar militantes em seu hospital, quase teve o mesmo destino, só escapando devido ao cerco feito por viaturas do exército ordenado pelo Cel. Haroldo Cordeiro para protegê-la.

No dia seguinte, ainda em Maringá houve uma manifestação de aproximadamente 30 mil pessoas “em repúdio ao comunismo” com a presença de caravanas de outras cidades da região cafeeira, entre elas a de Londrina:

A caravana de Londrina chegou ao local da concentração cantando o Hino Nacional, e, ao aproximar-se do palanque, foi delirantemente ovacionada pela multidão [...] a multidão agitando bandeiras do Brasil dava entusiasmados vivas à democracia, enquanto os oradores proferiam veementes discursos de repúdio ao comunismo [...] ²⁸⁴.

Em Londrina, em função da incerteza com os desdobramentos que a ‘revolução’ iria tomar, a versão local da Marcha da família com Deus pela Liberdade, que em São Paulo mobilizou cerca de 300 mil pessoas no dia 19 de março, foi marcada para o sábado, dia 4, organizada pela advogada Yolanda Cosentino, “já

²⁸² DREIFUSS, 1981, p.230; MOTTA, 2002, p.242.

²⁸³ PARANÁ. Processo-crime nr 158/64. *Auto de apreensão*. fl.5. Londrina, UEL/CDPH.

²⁸⁴ MANIFESTAÇÃO em Maringá: 30 mil pessoas repudiam o comunismo. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 abr.1964. p.7.

agora puramente com objetivos de comemoração e regozijo [...]”²⁸⁵.

Iniciada na Avenida Higienópolis, endereço do baronato cafeeiro, a marcha foi até o largo da prefeitura, onde houve fanfarras, queima de fogos, papel picado, confete e serpentina numa verdadeira apoteose, o que nos dá uma dimensão em negativo do grande medo que o espectro de uma revolução comunista produziu no país²⁸⁶.

Nesse mesmo dia, teriam se formado comandos civis para caçar os comunistas. “Luís Abreu Lima promoveu buscas nos sindicatos. Alberto Pansolin percorria com seu grupo as residências das pessoas tidas como “suspeitas”. Conforme a articulista: “Suspeitas, então, eram todas as pessoas de quem se queria vingar alguma rixa antiga, alguma desavença. Espalhou-se o pânico”²⁸⁷.

Sinal do clima de histeria, as emissoras de rádio confessionais difundiam aos fiéis a palavra de ordem quando encontrassem algum comunista na rua, recomendando: “diga três vezes: “traidor, traidor, traidor”²⁸⁸.

A cidade de Londrina não possui unidade militar graduada, apenas um “Tiro de Guerra”, sendo que os que eram detidos por motivos políticos eram enviados para o DOI-CODI e a DOPS da capital do estado, na Rua João Negrão.

O Delegado da 12ª SDP teve de providenciar um ônibus junto à Viação Garcia para levar a primeira leva de detidos para a Curitiba, em evento que marcou a memória local, entre a sanha e a comoção na despedida dos familiares por ocasião do embarque.

Com o fechamento dos sindicatos, chega à cidade Paulo Xavier, alto funcionário do Ministério do Trabalho para nomear os interventores. O vereador Sadao Masuko, o radialista Nelson Laineti e o advogado Lean Gomes foram nomeados para o sindicato dos Bancários. Os advogados Ismael Estival e Sebastião de Oliveira César, a quem se juntou Rubens Teixeira, funcionário do posto fiscal do Ministério do Trabalho, assumiram o sindicato dos trabalhadores na Construção

²⁸⁵ MARCHA da Família pela Liberdade: facultativo o ponto na prefeitura. **Folha de Londrina**, Londrina, 31mar.1964, p.5; MARCHA da família ficou para amanhã. **Folha de Londrina**, Londrina, 03 abr.1964, p.3.

²⁸⁶ Maiores detalhes da repercussão do golpe no norte do Paraná constam na dissertação de nossa autoria “*O Delito dos Proscritos. A marginalidade política em Londrina.(1956-1967)*”.

²⁸⁷ PARANÁ. DEAP(DOPS). “Amarga memória”. Fala Paraná, Londrina, Abril,1981, nr 3. p.15. **FUEL**. Dossiê nr1042-127.

²⁸⁸ Ibid.

Civil. O sindicato dos Trabalhadores Rurais foi assumido pelo radialista Reinaldo Pucca, o vereador Valter Gastaldi e Hugo Seben.

Figura 6 - Em frente a 12 SDP de Londrina, embarque dos detidos por subversão nos primeiros dias do golpe de 1964.

Fonte: PARANÁ. DEAP(DOPS). "Amarga memória". Fala Paraná, Londrina, Abril, 1981, nº 3. p.15. *FUEL*. Dossiê nr1042-127.

Após os impactos mais diretos do golpe, o PCB passará então por um lento processo de reconstituição subterrânea de suas células no norte do estado. Contudo, a primazia sobre o movimento sindical rural na região jamais será retomada, assim como sua inegável influência na política nacional e no governo federal nos anos do governo de João Goulart. Conta o anedotário da emblemática frase de Luís Carlos Prestes em um programa de televisão, e que expressa o alcance dessa percepção: "Não estamos no governo, estamos no poder"²⁸⁹.

²⁸⁹ CARONE, Vol. III, 1982, p.3.

Em Londrina, naquele janeiro de 1964, antevéspera da quartelada do General Olímpio Mourão, Manoel Jacinto, líder comunista local desde os conflitos de Porecatu, aquelas alturas demonstrando suas simpatias pela perspectiva maoísta e aderindo ao PC do B²⁹⁰, faz uma crítica implacável a inação do PCB que, para ele, os teria munido com a orientação política correta, mas não analisava a fundo o imperialismo, o qual queria impor o “fascismo”. Apontava que o partido ainda não entendera a política da China Comunista, a qual para muitos pecebistas era pior do que o fascismo. O partido conservava nos postos chaves, elementos adúladores, “continua o mandonismo, através de soprar ao ouvido. A política da frente única torna a suspeitar quem a aplica”.

Figura 7 - Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Londrina.

Fonte: *Folha de Londrina*, Londrina, 05 abr.1964, p.5.

Na avaliação do velho militante comunista, a hora era de se fazer a revolução:

²⁹⁰ Manoel Jacinto teria ido para o PC do B quando houve a dissidência em 1961. Cf. FERREIRA, 2011.

O movimento de massas está super maduro. É o caso o qual é mais objetivo que o imperialismo. O que impede que a direção saia da toca? Não sabemos o que se passa no CC [Comitê Central]. Nosso Coletivo faz a vez de palhaço. O secretariado abdica até do informe. Precisamos mandar as massas ocupar (sic) as terras. Estamos com ilusão de classe. O Partido parece estar acreditando que vão sair as desapropriações. As massas estão desesperadas e o que se nota é a resistência à organização da massa de camponeses. É o caso da ULTAB...a afamada comissão do campo só sabia era viajar. O caso de Lindolfo Silva [1º presidente da ULTAB] é exemplo de carreirismo.[...] Em Londrina tem 9 pequeno-burguês para cada 1 trabalhador²⁹¹.

Percebe-se aqui como Manoel Jacinto divergia radicalmente da concepção gradualista consignada no V Congresso do partido, propugnando por atitudes mais incisivas por parte dos trabalhadores rurais e camponeses, se aproximando dessa forma das posições políticas das Ligas Camponesas, lideradas em Londrina e região por Manoel Silva, o qual denotou certa exageração do nível de consciências das massas e a correspondente subestimação das possibilidades e recursos do inimigo.

Realmente os fatos subsequentes não confirmaram as suas expectativas e com o advento do *putsch*, cerca de metade dos integrantes do PCB deixarão o partido até 1968, aderindo aos grupos que propunham a luta armada imediata, entre eles o próprio Manoel Jacinto, que fará uma passagem pela ALN e pelo PCBR, retornando depois ao PC do B.

Para as esquerdas, a associação do golpe com o reboquismo e pusilanimidade do PCB e a ação do braço norte-americano manietando a política interna foi imediata. De fato, após o golpe a cooperação americana foi irrestrita, traduzida pela farta assistência financeira. Como exemplo de contrapartida, o Brasil apoiou a intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965, inclusive com o envio de força militar²⁹².

Com o sério revés no cenário político, o VI Congresso do PCB, marcado para novembro de 1964, foi adiado e o partido resolveu fazer uma avaliação dos acontecimentos em outubro. Conclui que a política de frente única fracassara em função da proeminência da burguesia sobre as classes populares²⁹³.

²⁹¹ PARANÁ. DEAP(DOPS) *Pleno do C.E. Dossiê Partido Comunista*, nr. 165/173.

²⁹² CHILCOTE, 1982, p.142.

²⁹³ Ibid.

Com ênfase nos aspectos políticos pré-64, o Comitê Central reconhece que a confiança no *dispositivo militar* de Goulart foi equivocada e que superestimou as possibilidades de vitória, fazendo uma autocrítica e considerando como reboquista a sua posição em relação às forças burguesas no poder.

Em uma análise dos aspectos econômicos e sociais, Assis Tavares entende que estava havendo uma mudança qualitativa na sociedade brasileira a qual precedia uma transformação conjuntural, sobretudo na economia e no comportamento social²⁹⁴. O que não se teria avaliado corretamente foram as intenções de permanência das forças que ascenderam ao poder, supondo que aquela situação seria passageira, erro no qual também incorreram grupos golpistas como a ala da UDN liderada por Carlos Lacerda e a ala do PSD liderada por Juscelino Kubitschek, que acreditavam no breve retorno da normalidade institucional e na realização das eleições de 1965²⁹⁵.

Considerando o espírito da época, essas avaliações não eram de modo algum absurdas e revelam o comportamento *sui generis* da ditadura brasileira, nas tinturas de governo democrático que os militares procuraram aparentar. Um informe do III Exército/5ª Região Militar, de classificação “segredo”, reportou a reunião da IV Internacional “em algum lugar da América Latina”, que teria sido realizada em 17 de agosto de 1964 e que teria produzido um documento de 37 páginas tecendo diversas considerações sobre os acontecimentos no Brasil. Na perspectiva do *Bureau Latino Americano* da Quarta Internacional (QI), à época da recriação trotskista-posadista, o governo Castelo Branco, em três meses passara da posição de uma verdadeira ditadura militar e contrarrevolucionária em suas formas a um governo em que,

[...] atualmente, já não se pode falar em ditadura militar. Há que barrar o termo ditadura militar. Já não o é. E se em todo caso o é, é uma ditadura militar bastante peculiar, por que seja em liberdade, uma série de direitos, uma série de conquistas dos trabalhadores, ou permite uma série de greves. Há perda da natureza original desta ditadura. Nisto se sente a influência social da pressão das classes que estão em jogo, da classe trabalhadora, da pequena burguesia, do campesinato. Indubitavelmente o governo Castelo Branco não cede por que responde a esses interesses, senão por não poder opor-se a eles, com forças antagônicas maiores. Pode opor-se desde o ponto de vista militar, e tem apoio necessário para fazê-lo,

²⁹⁴ CARONE, Vol.III, p.142..

²⁹⁵ Ibid.

mas não quer fazê-lo. O qual está indicando a natureza social que ele quer representar. Senão o faria. Tem força. Tem a Lacerda, a Alves Bastos, etc. Tem o poder militar suficiente força para golpear e barrar. Quando não o faz é porque está demonstrando que é o que quer fazer ele” (tradução nossa)

²⁹⁶.

Essa análise vem ao encontro da estratégia dos primeiros meses do governo do General Castelo Branco no sentido de estruturar um governo com fachada democrática, de vez que o golpe foi incruento, o que poderia viabilizar o reconhecimento popular e internacional na medida em que não se caracterizasse como uma ditadura explícita. Em um primeiro momento, a apropriação do termo “revolução” pelos militares, tão caro ao discurso comunista, tipificou a pretensão de legitimidade de um grupo que derrubara pela força a constitucionalidade de um governo eleito pelo voto: “[...] a revolução vitoriosa, como poder constituinte, se legitima por si mesma. [...] Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória”²⁹⁷.

Uma vez exorcizado os temores de uma reação propriamente militar, a edição de atos institucionais possibilitou a ‘depuração’ jurídica e política necessária à consolidação do poder simultaneamente à tentativa de construção do consenso:

[...] nessas condições, a busca de adesão para o regime e, ao mesmo tempo, para o governo se fundava, durante a ditadura, na sedimentação da crença nos valores daquelas instituições que o regime se dizia empenhado em preservar. Portanto, ela mantinha as instituições políticas como uma referência deste processo: no entanto, as suas descaracterizações eram justificadas a partir da insistência na necessidade de que elas fossem moldadas pelo novo regime que passava a vigorar²⁹⁸.

Equação problemática era a tentativa do regime de preservar instituições democráticas a partir de medidas excepcionais. A exaltação de valores familiares e cristãos e a preservação dos valores nacionais como objetivos centrais do ‘movimento revolucionário’ trazia no seu bojo a intenção de consubstanciar autoridade e legitimidade, com base na já citada ‘cultura autoritária’ herdada da

²⁹⁶ PARANÁ. DEAP(DOPS). *Partido Comunista*. Dossiê nr.165-173.Doc. SECRETO, 24 jun1965. Do III EX. 5ª RM/DI, fl.5.

²⁹⁷ BRASIL. *Ato Institucional nr 1, de 9 de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 23 nov. 2006.

²⁹⁸ REZENDE, 1996, p.14.

crença na necessidade de um executivo forte que pudesse ele mesmo “outorgar” democracia. Forma de dominação característica no processo de transição da sociedade tradicional para a modernidade no contexto de uma sociedade civil raquítica e pouco articulada.

Com o golpe de 1964, se encerra o ciclo em que o PCB fora hegemônico no campo da esquerda. Doravante, a atividade do partido sofrerá uma quase extinção no imediato pós-golpe em função das prisões, fugas e a consequente desarticulação da entidade assomada ao esfacelamento imposto pelas dissidências e pela repressão nos anos subsequentes.

4.2 Comunismo: o crime dos derrotados

De acordo com um relatório elaborado pelo DOPS paranaense, foram arrolados 667 nomes ligados ao Comitê do PCB de Londrina em 1964. Destes, localizamos diversas fichas e dossiês produzidos pelo DOPS, três processos-crime e um inquérito instaurados pela Polícia Civil do município contra militantes no imediato pós-golpe, os quais trazem maiores detalhes sobre o envolvimento desses indivíduos com atividades ‘subversivas’ na região. Os processados foram Manoel Silva, Antonio Lima Sobrinho e Arnaldo Cardias, e o inquérito policial foi aberto contra o professor Moacir Teixeira.

Observou-se que nenhum dos três processados consta da lista de nomes referida acima relativa ao Comitê do PCB de Londrina, constando apenas o nome de Manoel Jacinto Correia e de Moacir Teixeira.

Quanto a esses processos, foram abordados com mais vagar na citada dissertação “O Delito dos Proscritos. A marginalidade política em Londrina (1956-1967)”, de nossa autoria²⁹⁹.

Desse modo, abordaremos em sinopse os referidos autos com o fim de evidenciarmos alguns procedimentos da polícia e judiciário no calor dos acontecimentos de abril de 1964.

²⁹⁹ Processo-crime nr 135/64 contra Antonio Lima Sobrinho, Processo-crime nr 158/64 contra Manoel Silva e Processo-crime nr152/64 contra Arnaldo Cardias.

Nesses documentos citam-se nomes de outros processados ou inquiridos cujos autos não localizamos no acervo cedido pelo Fórum de Londrina ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina, o qual contém autos criminais até o ano de 1972. No entanto, a partir dos nomes citados nos inquéritos e processos, pudemos localizar fichas e dossiês no acervo da série DOPS, sob guarda do Departamento de Arquivo Público do Paraná (DEAP), os quais trazem informações que nos foram muito úteis na medida em que serviram de base para compormos o quadro dos acontecimentos e estabelecermos parcialmente as redes de relações pessoais e políticas entre os militantes e envolvidos.

Um dos que mereceram a atenção da promotoria, o advogado Manoel Silva, filho de camponeses nascido em Caitité, na Bahia, conhecido líder das Ligas Camponesas no Paraná e por atuar em paralelo aos militantes pecevistas, assessorava o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, com longa ficha de atividades consideradas subversivas no estado. Foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, incurso no art. 2º inciso IV (conivência na subversão, por meios violentos, da ordem política e social), art.9º (tentar reorganizar de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo partido político dissolvido por força de disposição legal) e art. 11º (fazer publicamente propaganda de ódio de classe) da Lei nº. 1802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Pública e Social³⁰⁰. O DOPS/PR vinha acompanhando seus passos desde 1960, mas ele já atuava na época da fundação do sindicato em 1956.

No princípio da década de 1960 liderou diversas greves rurais e foi consultor jurídico de vários sindicatos, entre os quais os dos madeireiros e metalúrgicos. Em janeiro de 1962, Manoel Silva liderara um grupo de 32 posseiros, em viagem à capital do Estado, representando União Geral dos Trabalhadores de Cascavel, para reivindicar a legítima posse de terras ao Governo. No mês seguinte, comandou o movimento grevista na fazenda Cachoeira, no município de Amoreira. Em Julho, dirigiu um movimento da Associação de Lavradores de Assaí, contra os preços fixados para o algodão e na mesma cidade a greve dos Carregadores e Ensacadores de Café. Para o agente do DOPS não foi difícil concluir, então, que

³⁰⁰ Processo-crime nr 158/64. *Relatório do juiz da 4ª Vara*. fl.122. Londrina, UEL/CDPH.

Manoel Silva “geralmente lidera e participa de todas as manifestações subversivas que têm ocorrido no Norte do Paraná”³⁰¹.

Abrigado sob a legenda do PTB, um dos idealizadores do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, participou também do Movimento pelas Reformas de Base e integrava a Frente Nacionalista de Londrina. A partir de 1958, o PCB passou a aderir aos movimentos nacionalistas por reconhecer o sectarismo e dogmatismo das posições do IV Congresso (1954), e como forma de “inserir-se no processo real e participar ativamente no movimento nacionalista, em aliança com as demais forças patrióticas e democráticas”³⁰².

Por ocasião do golpe, o líder das Ligas ficara todo o dia detido na delegacia prestando esclarecimentos ao delegado Ladislau Bukowski e, tendo a sua prisão preventiva decretada em seguida, caiu na clandestinidade assim que encontrou oportunidade e dele não se teve mais notícia pela documentação levantada, a não ser por intermédio da sua defesa e que o seu último paradeiro seria o bairro do Limão, na capital paulista³⁰³.

O segundo processado, Antônio Lima Sobrinho, codinome “Tanaka”, era militante do PCB desde 1954, quando foi convidado por Manoel Jacinto Correia, militante da velha guarda dos tempos de Porecatu. Também natural da Bahia, da cidade de Joazeiro, no inquérito policial declarou ter sido carpinteiro, comerciante e corretor. Foi diretor da União dos Trabalhadores de Londrina (UTL), entidade através da qual orientou a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, do qual foi vice-presidente, além de ajudar a fundar o sindicato dos Bancários e dos Madeireiros, entre outros.

Por ocasião do golpe, provavelmente havia saído do PCB e ingressado no PC do B, evidenciado pelos estatutos desse partido encontrados juntos aos seus pertences recolhidos nas diligências policiais³⁰⁴.

Indiciado em inquérito, vale aqui assinalar a contundência das palavras do delegado Ladislau Bukowski, que o havia indiciado por atividades subversivas contra o regime vigente, “[...] para impor o *regimem* (sic) comunista,

³⁰¹ PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. *Relatório*. (DOPS) Dossiê Manoel Silva nr 2562/423.

³⁰² VI Congresso do PCB (dezembro de 1967), In: CARONE, Vol.III, 1982, p.49.

³⁰³ Processo-crime nr 158/64. Londrina, UEL/CDPH.

³⁰⁴ Processo-crime nr 135/64. Londrina, UEL/CDPH.

idêntico ao implantado na desgraçada republica de Cuba, isto é, o *regimen* escravocrata da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” referindo-se a ele como “elemento perigoso – nocivo – que deve ser segregado do convívio da sociedade por algum tempo a fim de reformular - arejar as suas ideias, para quando posto em liberdade, seja elemento útil a si e aos seus e a humanidade”.

Sinal daqueles tempos ressalta aqui o caráter do discurso do delegado que arroga não apenas e exclusivamente à punição de um suposto delito, criminalizando a militância do líder sindical, mas a “reabilitação” moral e de caráter do indiciado, em consonância com a perspectiva do jurista Jeremy Bentham, o qual considera a intimidação ou exemplo como o mais importante fim da pena no objetivo de alcançar a reforma do indivíduo³⁰⁵.

Comparativamente, o regime militar no Brasil não alcançou a dimensão totalitária e de destruição em massa dos regimes nazista e soviético, contudo, é possível perceber uma “tentação totalitária” na fala desse agente da lei, na medida em que prega uma ortopedia moral mediada pela violência contra os discordantes.

Observamos que no contexto ‘revolucionário’ de abril, na própria alegação da defesa, a lógica predominante é no sentido de provar que Antônio Lima Sobrinho não é “comunista”, e que seria incapaz de sê-lo, de vez que era:

[...] homem simples, dotado apenas de pouca instrução primária, jamais poderia professar ou divulgar doutrinas de qualquer espécie. As únicas que pode assimilar, não por força de estudos, mas por força mesmo da formação histórica e cultural do povo brasileiro, foram as doutrinas liberal e cristã, em que todos nós fomos criados³⁰⁶.

Representações semelhantes foram amplamente empregadas em relação aos trabalhadores rurais da região, e que remetem de certo modo à figura do “Jeca Tatu” celebrizado por Monteiro Lobato, enquanto o caboclo ingênuo, pacífico e sobretudo, incapaz de representar a si mesmo³⁰⁷. O seu avesso, era precisamente o

³⁰⁵ BENTHAM, Jeremy, apud MENEZES, Evandro Moniz Correia de. *Crime político: noção histórica e fundamentos doutrinários*. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1944. p.74.

³⁰⁶ Processo-crime nr 158/64. *Defesa*. Londrina, UEL/CDPH.

³⁰⁷ SILVA, Roberto Bitencourt da. O “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato: Identidade do Brasileiro e Visão do Brasil. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, nr 2, abr. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/resenhas/jecatatu_rb.htm>. Acesso em 13 janr2012.

comunista, portador de um ideário estranho e anticristão, forjado na obscuridade de uma cultura desconhecida e cujos ecos ressoavam os miasmas stalinistas, de um regime totalitário confesso, e que foi largamente explorado como a representação do mal.

O manifesto “Alô, lavradores do Norte do Paraná”, elaborado pelos fazendeiros do café e distribuído por ocasião da fundação do sindicato dos colonos e trabalhadores agrícolas de Londrina, em 1956, deixa patente essa representação que foi repetida à exaustão por todas as modalidades de comunicação desde que o “fantasma de Porecatu” tinha vindo assombrar o estado com o espectro da “conspirata soviética”³⁰⁸. Para os redatores desse manifesto, os comunistas mentem, enganam, falam de leis que nunca existiram, e são perversos, pois fazem com que as lavouras parem para que “homens de curto entendimento” assistam às suas reuniões, onde a “alma simples do pobre lavrador” é envenenada com torpezas³⁰⁹. A oposição não poderia ser mais dualista.

É possível depreender na lógica discursiva do processo criminal, a forma como os depoimentos feitos na delegacia estão submetidos ao teatro remissório imposto pela polícia. Como observou Boris Fausto, o objetivo maior do inquérito, motivado por uma acusação, é extrair uma confissão. Da mesma maneira, quando em juízo, a testemunha, assim como o réu, só responde ao que é perguntado e as suas respostas devem convergir com a tese da defesa e não uma opinião isolada dentro da batalha interpretativa estabelecida no campo jurídico. Nas palavras de Fausto,

[...] é preciso, pois, falar, mas falar de modo conveniente, o que não significa apenas expressar verbalmente. O acusado deve construir uma imagem que se ajuste ao modelo de sua identidade social, ao temor reverencial devido à justiça. Isto se traduz não só pelas palavras, mas pelo gesto, pelo modo de sentar-se, de responder às perguntas, de colocar-se diante do corpo de jurados³¹⁰.

No contexto do judiciário, contudo, por tratar-se a princípio de um

³⁰⁸ PORTO SOBRINHO, Antonio. O IMPERIALISMO Soviético no Estado do Paraná. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 nov. 1956, p.6.

³⁰⁹ Processo-crime nr 6.094/56. “Alô, lavradores do norte do Paraná”, fl.10. Londrina, UEL/CDPH. Panfleto.

³¹⁰ FAUSTO, Bóris. *Crimes e cotidiano: a criminalidade na cidade de São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.25.

lugar onde a possibilidade de obtenção das garantias de lei contra atos discricionários da polícia e mesmo o expediente da tortura e do assassinato, Antonio Lima Sobrinho negou posteriormente diante do juiz, algumas declarações feitas na delegacia.

Diferentemente do âmbito jurídico, a lógica do inquérito policial no Brasil é inquisitorial, onde inexiste o princípio do contraditório, pelo fato de que não há ainda acusação formal, o que supostamente preserva a igualdade entre as partes no que tange aos direitos e obrigações. Já na fase de instauração do processo, objetiva-se produzir por meio de um juiz, que é quem tem as prerrogativas para fazê-lo, uma versão conclusiva dos fatos através da explicitação das contradições entre as partes litigantes, após o cumprimento de todas as etapas presumidas do processo.

Quanto ao inquérito policial, do ponto de vista técnico, constitui uma investigação sumária do fato, com caráter de instrução provisória utilizada para que o Ministério Público possa apresentar ou não a denúncia e iniciar a ação penal. Em consideração ao princípio do contraditório, a prova obtida em inquérito é excluída do conjunto de elementos de convicção sobre o qual o juiz se fundamenta para formulação da sentença e é precisamente por essa razão que sempre se exige a confirmação em juízo das declarações realizadas pelo inquérito policial³¹¹.

O objetivo dessa divisão dos procedimentos no interior do processo criminal é propiciar condições para verificação da argumentação e a sua sustentação pelas partes, permitindo ao promotor e aos advogados cotejar as informações para produzirem seus textos.

Essa dupla tomada de depoimentos, na delegacia e no judiciário faz emergir a interferência dos agentes da justiça nos depoimentos e as diferenças nos conteúdos da linguagem dos depoimentos, originada pelos dois diferentes contextos³¹².

Também a transcrição das tomadas de depoimentos orais resulta em outro momento de reconstrução do sentido, pois na medida em que são

³¹¹ FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.150.

³¹² ROMUALDO, Edson Carlos. *A Construção Polifônica das falas na Justiça: As vozes de um processo crime*. 2002. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002, p.57-58.

reduzidos a termo pelo escrivão ou consignados pelo juiz no processo, os depoimentos revelam seu caráter polifônico ao demonstrarem as diversas interferências interpretativas e seletivas por parte dos agentes da justiça³¹³.

No judiciário brasileiro as prerrogativas de transposição da fala dos depoimentos para o texto são do juiz, que ordena, seleciona e elimina possíveis descontinuidades e organiza o que considera pertinente, não admitindo o registro literal do depoimento prestado, diferentemente da maioria dos países³¹⁴.

Entretanto, no processo de transformação do depoimento oral em texto escrito ocorre uma alteração qualitativa, mais que apenas quantitativa, pois ressignifica a fala na medida em que substitui o encadeamento descontínuo e menos elaborado, próprio da oralidade, oportunizando aquilo que foi denominado por Marisa Corrêa de “manipulação técnica”³¹⁵.

Uma vez transcrito, os agentes do processo retornam constantemente ao depoimento, recorrendo à paráfrase ou a citação. Quanto à citação, o seu uso mediante aspas busca estabelecer o “interior” e o “exterior” de um discurso, produzindo o que *Authier-Revuz* denominou de “ilusão do sujeito”, pois por meio do ato de “mostrar” o discurso do outro, induz à crença de que todo o restante parte de si próprio. Ao mesmo tempo, a delimitação da voz da testemunha denuncia por denegação que o restante do discurso não foi produzido apenas por ela, demonstrando as interferências operadas pelos agentes da justiça, o que age contra a ilusão de fidelidade pretendida pelo judiciário³¹⁶.

Corroborando essa constatação, conforme consta no relatório do próprio Ministério Público para o processo contra Antonio Lima Sobrinho,

[...] a prova testemunhal colhida no inquérito foi, surpreendentemente invalidada pelas próprias declarações das testemunhas, que além de prestarem depoimento que contradiz os anteriores, todas elas alegam ter o escrivão da polícia alterado ou invertido o sentidos das suas palavras [...]³¹⁷.

³¹³ Ibid, p.71.

³¹⁴ ALVES, V.C.S.F. *A decisão interpretativa da fala em depoimentos judiciais*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, apud ROMUALDO, 2002, p.104-105.

³¹⁵ CORRÊA, Marisa. *Morte em Família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

³¹⁶ REVUZ, Authier, apud ROMUALDO, op cit., p.147.

³¹⁷ Processo-crime nr 135/64. *Alegações finais em favor de Antonio Lima Sobrinho*. Londrina, UEL/CDPH.

O fato é que, desencadeada a caçada aos comunistas, agora com todas as garantias da “Redentora”, “Tanaka” permaneceu preso por 84 dias sob as vistas do delegado³¹⁸. Foi processado com base na LSN, artigo 10º, relativo à filiação ou ajuda com serviços ou donativos a partido político ou associação dissolvida por força de disposição legal, e artigo 11º, parágrafo 3, que pune a distribuição de boletins ou panfletos que faça propaganda de processos violentos para subversão da ordem, de ódio de raça, religião, classe ou propaganda de guerra³¹⁹. Fora novamente preso na Operação Marumbi, em 1975, tendo conhecido o DOI/CODI, nas esquinas das ruas Brigadeiro Franco e Dr. Pedrosa em Curitiba, de triste fama pela prática de torturas na extração de confissões³²⁰.

Por fim, o terceiro processo, era relativo a Arnaldo Cardias, dentista em Tamarana, antigo distrito de Londrina, que também se evadira, tão logo soube da denúncia. Em seu relatório, o delegado Bokowski, sentenciava:

Não restam dúvidas de que aquele elemento é fanático e pratica o credo vermelho [...] encontramos uma fotografia na qual aparece Arnaldo Cardias, rodeado de grande número de lavradores e trabalhadores comuns, de poucas ideias e cultura, os quais estavam sendo por certo catequizados pelo mau brasileiro, pelo comunista e traidor [...]³²¹

Referindo-se a Bukowski, a defesa abandonou as tintas formalistas do discurso jurídico e disparou que não passava de “um bisonho delegado de Polícia, que às pressas, procurava destacar-se como caçador de elementos subversivos na região, enxergando-os em todos os lados para habilitar-se como chefe revolucionário”³²².

O Juiz Miguel Pecuch, em sua sentença, também se remeteu a motivos mais prosaicos para as ações do diligente delegado:

O dito ‘relatório’ da autoridade policial pode ser tudo, menos relatório propriamente dito. E... ‘após a vitoriosa revolução’, não faltaram ‘revolucionários’ de última hora. Apareceram ‘às pamparras’. E para certas

³¹⁸ Processo-crime nr 135/64. *Relatório nr 51/64*. fl.69. Londrina, UEL/CDPH.

³¹⁹ A íntegra da Lei está disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-republicacao-45847-pl.html>. Acesso em 08 jan.2012.

³²⁰ HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática. A repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988. p.501-504.

³²¹ Processo-crime nr.152/64. *Relatório nr. 53/64*. Londrina, UEL/CDPH.

³²² *Ibid*, *Alegações finais*. fl.58-60.

autoridades policiais, loucas por uma promoção, nada melhor do que, aproveitando-se da 'vitoriosa revolução', catarem ou arranjam elementos subversivos'. O termo 'subversivo' tomou corpo com a revolução. Hoje, mais do que ontem, a palavra 'subversivo' está à frente. 'E vai tomando dimensões tão extensas que, dentro em pouco, terá seu sentido completamente novo'³²³.

As razões arroladas contra o dentista eram o fato de que Arnaldo Cardias promovia “quase que diariamente reuniões em sua casa, com o fim específico de doutrinar os menos avisados sobre as vantagens do regimen comunista e que as terras dos ricos seriam distribuídas indistintamente”³²⁴ reforçadas pelo fato de que, após o 1º de abril, a polícia fez uma busca na residência do suspeito encontrando “grande quantidade de revistas e jornais comunistas”³²⁵.

Nesses processos, é possível observar a preservação da autonomia de integrantes do Judiciário local, primeiro na figura do Promotor Público Antônio da Silveira Santos, que atuou no processo-crime contra os fundadores do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas, em 1956, e nos processos de abril de 1964, contra Manoel Silva e Antonio Lima Sobrinho, o qual desqualificou as acusações por estarem flagrantemente mal formuladas e ostensivamente persecutórias, no que foi acompanhado pelos juízes respectivos e na rejeição da denúncia contra o Professor Moacir Teixeira. Também os juízes Miguel Pecuch, o qual atuou no processo de Manoel Silva e de Arnaldo Cardias, e Acyr Santos Carneiro de Quadros, absolve-os em atitude de ousadia contra a “caça às bruxas” desencadeada com a consumação do golpe.

José Eduardo Faria destacou como a legislação autoritária buscava impor obstáculos à atuação do poder judiciário e como alguns de seus integrantes assumiram posições de defesa contra o arbítrio das interpretações abusivas e persecutórias da lei durante o regime militar. O jurista assinala que:

[...] a experiência jurídica jamais pode ser dissociada dos processos históricos em que está inserida, os quais lhe dão forma e sentido, a Ciência do Direito somente é possível quando em condições de reconhecer sua integração em formações sociais específicas. Em outras palavras: toda investigação relativa, por exemplo à função social da dogmática, ao papel do direito como instrumento de mudança planejada ou à modernização das instituições jurídicas, deve ser necessariamente examinada em conjunto à

³²³ Processo-crime nr152/64. *Sentença fl. 58/60*. Londrina, UEL/CDPH.

³²⁴ *Ibid*, *Denúncia*. fl.58-60.

³²⁵ *Ibid*.

luz das condições objetivas da disputa pela hegemonia econômica e da luta pelo poder³²⁶.

Desse modo, a historicidade do direito põe em relevo as correlações de força vigentes na sociedade e como a lei é apropriada estrategicamente pelos interesses dos grupos em um determinado contexto social, para além da insustentável noção positivista e imparcial do direito, reconhecendo que na composição da narrativa jurídica interagem vozes diversas, sujeitas às contingências do contexto político, econômico e ideológico.

É notória a apropriação imprecisa e mal formulada que a legislação de Segurança Nacional permitiu durante o regime militar, desprezando o princípio da *reserva legal* que postula que não existe crime sem lei anterior que o defina.

Essa “amplitude” semântica permitia interpretações baseadas em flagrante casuísmo, com os especialistas manipulando a legislação conforme as contingências de interesse local e não raro, em vinditas pessoais com vernizes anticomunistas.

Além dos processos crime impetrados pela Polícia Civil em diversas cidades no interior do estado, em maio de 1964 houve um grupo de oficiais de uma Comissão de Inquérito Policial Militar que operou no Norte do Paraná, vinda de Curitiba, comanda pelos capitães André Luiz dos Santos, Affonso Henrique Coelho e João Batista Bezerra Leonel, a qual deu origem ao citado inquérito contra o professor Moacir Teixeira³²⁷, cujo desfecho foi semelhante aos outros processos anteriores: deu em nada. A própria promotoria entendeu que as palestras do professor para seus alunos sobre marxismo, se restringiam à divulgação de ideias, no que estava exercitando seu direito de opinião, garantido pelo art. 141 da Constituição Federal, parágrafo 5º, de modo que a LSN diferenciava a simples exposição de ideias e a “propaganda” propriamente dita³²⁸, ou seja, a ninguém era proibido ter opiniões.

³²⁶ FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. São Paulo: EDUSP, 1998, p.164.

³²⁷ Nos autos do inquérito nr53/64, o professor Moacir Teixeira declarou pertencer ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) junto com Manoel Silva, pelo qual teria sido candidato à Câmara municipal de Londrina nas últimas eleições. Inquérito Policial nr. 53/64. Auto de Declarações. fls. 5-6. Londrina, UEL/CDPH.

³²⁸ Inquérito policial nr.53/64. 3º Promotor Público. fl.41-43. Londrina, UEL/CDPH.

Essa distinção hermenêutica, também contemplada nos processos recebidos pela Corte Americana nos tempos do Macarthismo, foi o mesmo recurso utilizado pelo defensor de Manoel Silva. O advogado Nilo Carvalho fundamentou sua argumentação na diferença entre *ato* e *ação*, demonstrando que Manoel Silva estava sendo acusado de ser mentor de organização extremista, mais não havia nenhum fato que consubstanciasse a acusação³²⁹. O jurista Cláudio Heleno Fragoso, célebre defensor de presos políticos durante o regime militar, sustentava esse mesmo princípio jurídico de que apenas as formas “ativantes” de manifestação do pensamento, ou por outra, apenas ideias teleologicamente orientadas a provocar comportamentos que vão de encontro aos interesses democraticamente estabelecidos pela maioria poderiam ser objeto da ação punitiva do Estado³³⁰.

Segundo Fragoso, a figura jurídica da “ação de incitação” existente na LSN surgiu no direito francês em decorrência das agitações no continente europeu no primeiro quartel do século XIX, as quais culminaram na Revolução Europeia de 1848, ano do lançamento do Manifesto Comunista³³¹.

Com efeito, os autos criminais ora em tela, produzidos no calor dos acontecimentos de abril, nos possibilitaram obter uma série de informações sobre a esquerda e a repressão do período, ao mesmo tempo em que nos permitiu observar algumas estratégias de circulação das representações predominantes na sociedade de então, haja vista os autos serem uma composição dos discursos dos indivíduos veiculados nas diversas instâncias formadoras de opinião como a imprensa, igreja, polícia, entidades civis, sindicatos, partidos, além do próprio judiciário.

No caso específico do PCB, contudo, há uma recorrente situação lacunar no que tange à documentação produzida pelo partido constante nos processos, sobretudo após 1964, quando a agremiação é desarticulada. Ronald Chilcote observou como a situação de ilegalidade e clandestinidade impedia que o partido publicasse informações sobre seus filiados e não raro, quando em circunstâncias críticas da história da agremiação, que esses dados fossem desconhecidos até mesmo pelos próprios militantes devido à dificuldade de manter registros, de modo que “dados específicos relativos à idade, sexo, raça, educação e

³²⁹ Processo-crime nr 158/64. *Defesa Prévia*. fl.140-41. Londrina, UEL/CDPH.

³³⁰ FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984. p.46-48; 197.

³³¹ *Ibid.*

condições socioeconômicas gerais, ou não podem ser obtidos, ou não são confiáveis”³³².

Assomado a esses fatos, as incursões da polícia e as eventuais ‘faxinas’ a que esses conjuntos de documentos foram submetidos, o prejuízo do ponto de vista da recuperação de informações históricas é ainda maior.

A estrutura de um partido comunista, concebida nos moldes de partidos de massa, é centralizada e com uma supervisão rigorosa quanto ao recrutamento, ainda que formalmente igualitária. Para Marx, o partido não deve se diferenciar substancialmente do proletariado. De modo diferenciado, na concepção leninista de partido este não deve incluir a classe operária como um todo, mas apenas a vanguarda ou o grupo mais “esclarecido” do proletariado durante a etapa da ditadura burguesa, de modo que se forme assim uma elite, portadora de um conhecimento não assimilável pelos operários em geral, onde a rígida disciplina e o centralismo democrático buscam a coordenação e o controle do proletariado³³³.

A própria questão da democracia interna, por Lênin denominada “democratismo” era vista como uma “futilidade prejudicial” e a democracia direta era evidentemente desaconselhável pelo pressuposto do “despreparo das massas”.

Desde o Congresso de Haia, em setembro de 1872, com a cisão da I Internacional e a expulsão dos anarquistas, foi aprovada uma resolução dando ênfase na necessidade da classe operária constituir-se em partido político para os propósitos da superação da sociedade dividida em classes. Mikhail Bakunin fora frontalmente contra o que para ele encarnava, como todos os outros partidos, pretensões absolutistas. Para o líder anarquista, as promessas democráticas e socialistas no bojo do programa de Marx, continha tudo o que era próprio da natureza despótica e brutal de todo Estado, qualquer que fosse a forma de governo. O Estado popular marxiano e o Estado aristocrático-monárquico mantido por Bismarck identificariam-se totalmente pela natureza de seus objetivos³³⁴.

³³² CHILCOTE, 1982, p.181.

³³³ Ibid. p.180.

³³⁴ BAKUNIN, Mikhail. *Escritos contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989, p.96, apud OLIVEIRA.

No início do século XX, os debates³³⁵ que ocorriam no interior da social democracia alemã também provocaram grandes divergências no interior do movimento socialista internacional. Eduard Bernstein, líder do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD), defendia a tese de que seria através de uma maioria parlamentar, por meio do voto dos operários, portanto dentro dos marcos democráticos estabelecidos, que seria possível superar de forma gradual e pacífica o regime capitalista, com a ampliação dos direitos políticos e econômicos da classe operária, rejeitando a ideia de uma revolução com recurso à violência e a própria noção de ditadura do proletariado, vertente que foi depois denominada pelos seus opositores de “revisionista”.

Para Lênin, as massas não seriam capazes de alcançar espontaneamente uma consciência “para si”, decorrendo desse fator a necessidade de um partido de vanguarda para as tarefas insurrecionais. A conjuntura política na Rússia reforçava a necessidade de um partido centralizado e hierarquicamente organizado que sobrevivesse nas condições de ilegalidade e pudesse resistir às infiltrações da polícia e as defecções em seus quadros, o que só seria exequível pelo recurso à preparação de militantes revolucionários de perfil profissional, inviável em um partido de massas:

O "princípio de uma ampla democracia" como todos provavelmente concordarão, implica duas condições expressas: em primeiro lugar, a publicidade completa e, em segundo, a eleição para todas as funções. Seria ridículo falar de "democratismo" sem uma publicidade que não se limitasse aos membros da organização. "Chamaremos ao partido socialista alemão uma organização democrática, pois tudo aí se faz abertamente, até as sessões do congresso do partido; mas ninguém qualificará de democrática uma organização encoberta pelo véu do segredo para todos aqueles que são membros. Por que então colocar o "princípio de uma ampla democracia", quando a condição essencial desse princípio, é inexecutável para uma organização clandestina? Esse "amplo princípio". no caso, é apenas uma frase sonora, porém oca. E ainda mais. Essa frase atesta uma incompreensão total das tarefas imediatas em matéria de organização. Todos sabem que, entre nós, a "grande" massa dos revolucionários guarda mal o segredo³³⁶.

³³⁵ VALLADARES, José Eduardo M. *O Discurso Democrático nos pós-guerra: a voz do PCB*. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.147.

³³⁶ LÊNIN, V.I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978, p.89.

Para Maurice Duverger, é precisamente por essas características que “os partidos comunistas são os de melhor organização entre todos os partidos; esse fator técnico não deve ser esquecido na explicação do seu sucesso”³³⁷.

Contudo, o modelo bolchevique de partido foi criticada por outros pensadores marxistas. Rosa Luxemburg observou como tal estrutura organizacional centralizada estaria seriamente inclinada a um governo despótico, pontuando as graves limitações à democracia nela presentes pelo processo de autonomização das bases a que o partido estava sujeito. Para Luxemburg, o objetivo do proletariado quando chegasse ao poder era “criar no lugar da democracia burguesa uma democracia socialista e não destruir toda a democracia”³³⁸.

De fato, o modelo bolchevique de partido comunista acabou por ser generalizado nos PC's ligados à III Internacional, também na América Latina, incluso o Brasil.

Essa centralidade do Partido como referência unificadora indispensável do movimento comunista, cunhada da experiência bolchevista na Rússia implicou em graves contradições. No PCUS essas contradições foram expressas na ausência de democracia nas fileiras do partido, da exclusão de qualquer partido concorrente, mesmo de esquerda, do jogo político, do esvaziamento dos espaços de liberdade de expressão e do poder dos soviets, traduzido em autoritarismo e mesmo em práticas totalitárias.

No conceito marxiano de classe, o proletariado deveria erigir-se em sujeito político, assumir como classe a prática social em todo o seu processo, desde o trabalho manual até o trabalho científico, desde o processo de produção material até alcançar formas de autogestão social, de modo a superar-se como classe, estabelecendo a sua importância como produtor e aprofundando e estendendo a democracia como modo de superação dos limites que o modo capitalista de produção impõe à democratização social, econômica e política.

Lefebvre observou como, em nome destes conceitos teóricos sobre o proletariado, Lênin estabeleceu uma interpretação, elaborando representações do trabalho e dos trabalhadores onde substitui a classe pelo partido, que passa a

³³⁷ DUVERGER, M. *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p.364-365.

³³⁸ LUXEMBURG, Rosa apud OLIVEIRA, op. cit, p. 153.

representar a classe e trazer-lhe de fora “saber e coesão”, com o qual o partido se erige em sujeito político. Uma vez colocado como substituto da classe operária, a ele se transferem as atribuições de classe, suas exigências e suas aspirações. Transforma-se assim em uma hierarquia superposta à realidade social e política, centralizando a consciência social e política remetendo-as a si mesmo.

Substituição e deslocamento, condensação e transferência, aqui descobrimos leis gerais – muito amiúde relegadas ‘ao inconsciente psíquico’ – da representação social e política. A parte (o Partido) substitui o todo e se torna portanto totalidade política, por tanto, estatal. [...] O Partido (a parte) substitui a classe e a sociedade civil, o aparato do partido substitui a ‘base política’, do mesmo modo que o partido político substitui a base social³³⁹. (tradução nossa)

Com efeito, a morfologia dos partidos comunistas vazados nos moldes leninistas de organização, foi tributária, em menor ou maior grau, das características que o centralismo democrático imprimia nas relações, tanto no plano partidário interno como no plano externo. Com o PCB não foi diferente.

Contudo, como explicar que tantas pessoas dedicassem boa parte de suas vidas ou mesmo toda uma vida a organizações dessa natureza?

Sem ser o nosso propósito nos alongarmos nessa questão, ainda que sumamente interessante, consideramos válido o entendimento de Marcelo Ridenti, o qual buscou compreender aspectos relativos ao caldo de cultura que caracterizou as representações sobre a “revolução” a partir da noção de “romantismo revolucionário”, expressão cunhada por Michel Löwy e Robert Sayre em sua obra “Revolta e Melancolia. O Romantismo na contramão da modernidade” (1995), onde verifica que a utopia revolucionária romântica do período valorizava sobretudo a vontade de transformação por meio da ação humana na história, no processo de construção do “homem novo”³⁴⁰. Esse movimento seria a expressão de uma crítica da modernidade decorrente da revolução industrial e a generalização da economia de mercado, caracterizada na ótica weberiana, pelo espírito de cálculo, o

³³⁹ LEFEBVRE, 1982, p.75-76.

³⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.24.

desencantamento do mundo, a racionalidade instrumental e o alargamento da burocracia, típicos do espírito capitalista³⁴¹.

Para Ridenti, a perspectiva anticapitalista do romantismo das esquerdas no Brasil não era meramente nostálgica. Buscava elementos no passado, voltados, contudo, à construção de uma utopia do futuro, naquilo que foi por ele denominado de “brasilidade revolucionária”, como um conjunto de ideias, associadas a partidos e movimentos de esquerda além de em obras e movimentos artísticos os quais compartilhavam os sentimentos e crenças comuns de que uma revolução estava inscrita no futuro do país, e onde detinham um papel fundamental no sentido de conhecer melhor o Brasil e seu povo. A revolução em questão estava dentro do escopo dos movimentos marxistas da época, ou seja, a revolução brasileira seria nacional-democrática ou socialista, e elevariam o país a outro patamar enquanto povo e nação³⁴².

Dessa maneira, com todas as vicissitudes impostas por um formato partidário que inibia as discussões e procurava “aplicar” linhas programáticas, o cotidiano da militância ganhava significação não apenas dentro dos muros restritos do partido, mas na confrontação com o estabelecido e no intuito, não necessariamente messiânico, de colaborar para a construção de uma outra sociedade.

A articulação dos elementos da cultura comunista que fermentava os movimentos políticos de então com os diversificados caracteres do contexto brasileiro inclinavam a militância a buscar soluções próprias para questões locais e é notório o fato de que os programas partidários permaneciam muito frequentemente dormitando solenemente nas pastas e arquivos clandestinos do PCB, seja por ser inviável a divulgação ostensiva, seja por os militantes desconhecerem por completo o programa partidário, seja por que não se “enquadrassem” nos ditames do centralismo democrático, razão pelas quais não foram poucos os expurgos e dissidências no PCB, antes e depois do golpe de 1964.

Como observado por Duverger, predomina nas organizações partidárias práticas e hábitos não escritos, ou seja, os costumes, sendo que “os

³⁴¹ LÖWY & SAYRE, 1995, p.35, 51-70 apud RIDENTI, 2000, p.26.

³⁴² RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

estatutos e os regimentos internos jamais descrevem a realidade: por que eles raramente são aplicados de forma precisa”³⁴³.

No plano local, no que tange à estrutura partidária, o PCB paranaense, representado pelo Comitê Estadual (CE), seguia o formato nacional com poucas variações regionais. Era composto de Secretaria Geral ou Política, Secretaria de Organização, Secretaria de Massas Eleitorais, Secretaria Sindical, Secretaria de Finanças e Secretaria de Divulgação (depois Secretaria de Agitação e Propaganda). Quanto ao restante dos dirigentes que compunham a direção estadual do PCB do Paraná, participavam apenas quando havia reuniões dos “plenos ampliados”. Quanto ao organograma nacional, estava organizado em Congressos (trienais), Conferências, Comitê Central, Comitês Regionais, Comitês Territoriais, Comitês de Zona, Comitês Distritais e Comitês Municipais³⁴⁴.

O modo de organização local do partido era em células ou organismos de base (o.o.b.b.) de estrutura verticalizada com base no princípio leninista do centralismo democrático. Nestas células geralmente havia algum membro de direção intermediária do partido, seguindo uma característica dos PC’s de todo o mundo. Conforme observou Duverger, ao invés de agrupar os militantes por domicílio, os agrupa por local de trabalho³⁴⁵. No Paraná, Interligados ao Comitê Regional, estava o Comitê Distrital, Comitê de Zona, e Comitê Municipal, aos quais estavam interligadas as células e “o.o.b.b” das empresas, fazendas, escolas, sindicatos e associações, etc.

Para ingressar no partido, os candidatos à militância precisavam do aval de algum membro do partido, que deveria assumir as responsabilidades da avaliação das “qualidades políticas e morais do candidato em uma declaração assinada”³⁴⁶.

Esse relativo hermetismo da agremiação contribuía para certo estranhamento do indivíduo em relação ao mundo prosaico na medida em que seus integrantes deveriam ser “iniciados” no compartilhamento das representações do repertório cultural comunista.

³⁴³ DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p.17 apud OLIVEIRA, op. cit., p.99.

³⁴⁴ PARANÁ. DEAP (DOPS). Dossiê PCB. nr1466a-173.

³⁴⁵ DUVERGER, op. cit., p.365.

³⁴⁶ Ibid.

Esse repertório era passado de geração em geração, os quais eram vividos e fortalecidos nas experiências em comum das greves, insurreições, militância cotidiana e toda a tradição histórica do movimento em nível internacional. E era o Partido o detentor dos símbolos e repertórios programáticos e teóricos que informavam a militância.

A clandestinidade funcionava também como mecanismo de ocultação e isolamento político que apartava os militantes da vida social ordinária ao mesmo tempo em que conferia prestígio aos comunistas, o que um célebre militante chamou de “capa-preta”, que lhes emprestava “um ar especial, esquisito, jeito de comunista”³⁴⁷. Como disse Amadeu Felipe em entrevista que nos concedeu, “quem está num partido acaba tendo cheiro de comunista”³⁴⁸.

Por outro lado, Gildo Marçal Brandão observou como nos períodos de arrefecimento da repressão, o PCB mantinha o perfil de semiclandestinidade, conforme orientações do *Comintern*, com vistas a manter um *status* revolucionário, sobretudo após 1947, com início da guerra fria³⁴⁹.

Considerando essas contingências, não pudemos obter através da documentação os nomes dos dirigentes formais do partido em âmbito local, quando do golpe em 1964. Através de um relatório do Ministério do Exército, datado de 1973, obtivemos os nomes dos membros do Comitê Estadual (CE) do Paraná, bem melhor documentado, e que era composto por Agliberto Vieira de Azevedo, José Rodrigues Vieira Neto, que fora deputado estadual do partido, caçado em 1947, Jorge Karam, Durvalina Batista (“Mimi Batista”), Expedito de Oliveira Rocha, Aristides de Oliveira Rocha, Manoel Azevedo Coelho e Jodat Nicolas Kuri³⁵⁰.

Segundo esse mesmo relatório, havia nomes influentes no PCB, sem serem integrantes do CE paranaense, entre os quais o bancário Nelson Torres Galvão, o advogado Flávio Ribeiro, o professor Moacir Teixeira, o juiz de direito Aldo

³⁴⁷ CORREIA, *Memórias de um Stalinista*. 1994 apud ADUM, 2002, p. 106.

³⁴⁸ FERREIRA, 2011.

³⁴⁹ BRANDÃO, G.M. *A ilegalidade mata*. O Partido Comunista e o sistema partidário (1945/1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nr33, fev. , p.23-34.

³⁵⁰ PARANÁ (DEAP) DOPS. Dossiê PCB nr 1466d-173. José Rodrigues Vieira Neto, advogado conhecido no estado, catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, fora o único candidato comunista eleito deputado no Paraná em 1947, ano em que era Secretário Político [Geral] do Comitê Estadual. CHILCOTE, op.cit., p.296.

Fernandes e o promotor público Athos de Santa Teresa Abilhôa, todos atuantes em Londrina por ocasião do golpe³⁵¹.

Desses nomes, segundo Délio César, os que estavam ligados organicamente ao partido e provavelmente constituíam o grupo dirigente, eram os comunistas históricos de Londrina, Manoel Jacinto Correia (provavelmente já no PC do B na época do golpe) e Flávio Ribeiro, além dos já citados Moacir Teixeira e Antônio Lima Sobrinho³⁵², mencionando também Laélcio Andrade e Nery Machado³⁵³.

Em 1960, pouco tempo depois da queda de Fulgêncio Batista, o médico Nery Machado e Athos Abilhôa haviam estado em Cuba como representantes da “Comissão de Paz e Solidariedade a Cuba”, criada na cidade para apoiar o governo de Fidel, escolhidos em um sorteio entre os participantes da comissão, com o compromisso de visitar os locais “mais ligados à ação revolucionária” e se informarem sobre a reforma agrária, urbana, a nacionalização das empresas estrangeiras, as relações do Estado com a Igreja, as liberdades públicas e individuais, enfim as diretrizes e perspectivas gerais da revolução. O objetivo após a volta era disseminar o conhecimento através de palestras e artigos nos veículos de comunicação disponíveis³⁵⁴.

Quanto ao juiz Aldo Fernandes, o promotor Athos Abilhôa e o médico Nery Machado, integrantes da Frente Nacionalista de Londrina, estiveram envolvidos no episódio do conflito entre a Associação Médica de Londrina (AML) e o Ministério do Trabalho e Previdência Social, de grande repercussão no princípio de 1964³⁵⁵.

O imbróglio girou em torno da disputa pelo controle da assistência médica previdenciária, cujo serviço era administrado pela AML e reivindicada pelo movimento sindical local. Ocorre que o médico Adhemar de Oliveira e Silva, irmão de Amaury de Oliveira e Silva, Ministro do Trabalho e Previdência de Jango, estivera

³⁵¹ Nelson Torres Galvão e Flávio Ribeiro haviam ocupado anteriormente os cargos respectivos de secretário sindical e de divulgação e jornalismo no CE.

³⁵² Conforme mencionado anteriormente, Antonio Lima Sobrinho tinha, entre seus documentos apreendidos pela polícia, um estatuto do PC do B, o que não implica necessariamente que estivesse filiado a esse partido naquele momento.

³⁵³ CÉSAR, 2011.

³⁵⁴ A Comissão era composta pelo Juiz de Direito Aldo Fernandes e os vereadores Dionísio Kloster Sampaio e Magno de Castro Burgos. Cf. Processo-crime nr 158/64. fl.36. Londrina, UEL/CDPH.

³⁵⁵ Inquérito policial nr 53/64. *Terceira testemunha*. 12ª Subdivisão Policial de Londrina. 22 mai.1964. fl.22-23. Londrina, UEL/CDPH.

na cidade acompanhado de Dante Pelacani, na época diretor do Departamento Nacional de Previdência Social para intervir na questão. O médico e vereador Valdir Araújo havia feito uma denúncia contra a AML ao promotor público Athos Abilhôa, a qual teria sido encaminhada “maliciosamente para a vara do Juiz comunista Aldo Fernandes”, segundo o depoimento de uma testemunha favorável à AML³⁵⁶.

O denunciante discordava da determinação da AML de que todos os médicos que trabalhassem em institutos de previdência pedissem demissão, tendo sido expulso da Associação Médica em razão dessa denúncia. Para o presidente da Associação, Heber Soares Vargas, tratava-se de um esquema do “dispositivo pelego comunista” contra a AML, movido por “agitadores” como o promotor Athos Abilhôa, que seria o “intelectual comunista no norte do Estado”, o Juiz Aldo Fernandes, “comunista militante”, o irmão do Ministro do Trabalho, Adhemar de Oliveira e Silva, Nery Machado, Flávio Ribeiro e Manoel Silva, entre outros, os quais insuflavam:

[...] as classes menos favorecidas [...] contra os médicos de Londrina, culminando com comícios públicos contra a Associação Médica, ameaça de depredação de consultórios, residência de médicos e hospitais, ameaças contra família de médicos (conforme pedidos de garantia existentes na polícia de Londrina)³⁵⁷.

Após a nomeação pelo Ministro Amaury Silva de dois médicos para um órgão da Previdência Social, os dirigentes da AML passaram a impedir o ingresso de médicos da Previdência nos laboratórios e clínicas da cidade, afirmando que os pacientes deveriam ter livre escolha.

Sobre esse episódio, o juiz Aldo Fernandes, em depoimento dado ao jornalista Milton Ivan Heller, dissera que a poucos meses do golpe, acumulara as funções de Juiz do Trabalho e vinha desagradando o empresariado e fazendeiros da cidade com suas decisões pró-trabalhadores, quando recebeu uma denúncia da promotoria contra os médicos Dalton Paranguá e Romão Sessak, respectivamente presidente e vice-presidente da AML, os quais estavam sendo acusados de manter

³⁵⁶ Inquérito policial nr 53/64. *Terceira testemunha*. 12ª Subdivisão Policial de Londrina. 22 mai.1964. fl.22-23. Londrina, UEL/CDPH.

³⁵⁷ *Ibid*, *Segunda Testemunha*. fl.26. Tiro de Guerra. 22 mai.1964.

doentes reclusos em hospitais após a alta, até que pagassem as despesas hospitalares³⁵⁸.

Com a reviravolta de abril, o juiz Aldo Fernandes acabou por experimentar o cárcere tendo seus direitos políticos cassados, sucedendo o mesmo com Athos Abilhôa. O magistrado ainda amargaria 38 dias de prisão durante a Operação Marumbi, em 1975, só sendo absolvido e reintegrado com a Lei da Anistia em 1979³⁵⁹.

Outro nome arrolado no relatório como líder incontestado do PCB de Londrina era o pedreiro Manoel Jacinto. Cearense do município de Paraíba do Norte foi o militante comunista que teve a mais longa e ativa atuação na região, que se estendeu da época de Porecatu até a década de 1970.

Chegou a Londrina em 1946 em busca das promessas de terras férteis no Norte do Paraná. Era marido da costureira Anita Correia, fundadora da Associação Feminina de Londrina, entidade de defesa dos direitos da mulher. Filiou-se ao Partido Comunista e foi um dos fundadores da União Londrinense de Trabalhadores (UTL), criada em 1948, entidade que congregava todas as categorias profissionais. Foi vice-presidente do Sindicato da Construção Civil, um dos primeiros sindicatos no município³⁶⁰. Participou também da fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas em 1956, e ficou mais conhecido como líder camponês devido a sua atuação nos conflitos de Porecatu, cuja casa em Londrina transformou-se em um verdadeiro quartel general dos camponeses insurretos, onde se costuravam roupas para os posseiros e se escondiam armas para o conflito³⁶¹. Com efeito, Manoel Jacinto, além de pedreiro, declarou-se também como marceneiro e corretor de seguros de máquina de café, entre outras atividades temporárias. Acabou por tornar-se camponês através da sua militância junto aos posseiros e na medida em que se retirava para a zona rural para esperar o arrefecimento da repressão policial, trabalhando também como administrador da fazenda do célebre médico comunista Newton Leopoldo da Câmara. Depois do TSE

³⁵⁸ HELLER, Milton Ivan *Resistência Democrática*. A repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988, p.497.

³⁵⁹ Ibid, p. 507.

³⁶⁰ A historiadora Sônia Adum descreveu com detalhes a trajetória de Manoel Jacinto Correia em sua citada tese *Subversão no Paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951)*, de onde retiramos parte significativa dessas informações.

³⁶¹ DIAS, R.B; TONELA, C. As memórias sindicalistas de José Rodrigues dos Santos. Maringá: Eduem, 1999, p.69 apud ADUM, 2002, p.118.

ter declarado a ilegalidade do partido, elegeu-se pelo PTB como “vereador de Prestes” ao lado de Newton Câmara, com quem liderou campanhas pela nacionalização da exploração do petróleo, contra o envolvimento do Brasil na guerra da Coreia, contra a Conferência de Washington, nas Campanhas Pró-Paz, sem que descurasse das questões cotidianas da população da periferia da cidade, tais como abastecimento de água, a construção de fossas sépticas, instalação de luz elétrica nas vilas, de estradas rurais, cemitérios nos distritos, etc. Segundo ele mesmo, em toda sua trajetória de militante teria sido preso 17 vezes e indiciado em 5 processos³⁶².

Quanto ao advogado Flávio Ribeiro, participou da fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina em 1956, junto a outros militantes do sindicalismo rural da época. Foi um dos processados cujos autos analisamos em pesquisa anterior. Procedente de Curitiba, teria sido preso já em 1935 como comunista, ano da “Intentona”, tendo sido professor e jornalista, diretor do noticioso comunista “Jornal do Povo”. Chegou a trabalhar no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) durante o Estado Novo, deixando a função de jornalista em 1945 quando participou diretamente da reestruturação do PCB em Curitiba, fundando a célula “Leocádia Prestes”, além de atuar como Secretário de Divulgação e Jornalismo do Comitê Estadual e assumir a secretaria política do CE (equivalente à de Secretário Geral) no impedimento do titular.

Foi candidato a deputado estadual nas eleições constituintes de 1947 e, não logrando êxito, assessorou o único eleito do partido na ocasião, José Rodrigues Vieira Neto. Veio para Londrina em 1949 para militar junto aos posseiros de Porecatu. Tendo sido secretário do Conselho de Paz de Londrina em 1951, foi o principal articulador do sindicalismo rural pecebista na região, sendo conhecido como o “advogado dos camponeses” que levava a Consolidação das Leis Trabalhistas e o Código Civil para o campo. Foi ainda chefe do primeiro jornal comunista de Londrina, “O Momento”, adquirido em 1951.

Nos primeiros dias de 1964 foi detido para “averigação ideológica”³⁶³. Já tendo sido preso e processado em 1951 junto com outros

³⁶² FELISMINO, Pedro Paulo. À luz da história. **Folha de Londrina**, Londrina. 26 jul. 1985. Caderno 2, p.6.

³⁶³ PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. *Documento secreto de informação nr 34*. SAPAS/21/22.04.1964. (DOPS) Dossiê Flávio Ribeiro. nr. 1216/341.

camaradas, foi preso novamente em 1969 cumprindo pena até 1970 quando foi posto em liberdade condicional. Reiniciou suas atividades de reestruturação de células e do comitê municipal do Partido em 1972, o que de fato efetivou em 1973, tornando-se seu secretário. Foi mais uma vez detido em 1975 na operação Marumbi quando foi encaminhado para o DOI-CODI da capital do estado. Sobre o ativo militante, um informe conclui que era “pessoa inteligente e capaz, profundo conhecedor da filosofia marxista e dos métodos mais eficientes de propagação”³⁶⁴.

Também outros militantes atuantes no chamado interregno democráticos (1945-1964) eram conhecidos na região e sofreram o assédio da polícia por ocasião do golpe.

Entre eles o acima citado Nelson Torres Galvão, funcionário do Banco do Brasil e um dos fundadores do partido em Londrina em 1945, casado com uma filha de “Mimi Batista”, líder comunista de Curitiba, para onde se transferiu em 1954, tendo sido preso pela segunda vez em 1964 e recolhido ao Presídio do Ahú.

Figura conhecida na cidade, Irineu Luís de Moraes, o “Índio”, fora enviado pelo partido em 1950 para atuar na região de Porecatu, tornara-se depois carregador de aeroporto para se sustentar e onde trabalhou até o seu falecimento. Sobre a composição social da militância nesse período, “Índio” avaliava uma presença muito forte da “pequena burguesia”, com a presença de médicos, engenheiros e advogados entre os simpatizantes, os quais ajudavam com apoio logístico e financeiro. Contudo, a partir das comemorações do 1º de maio de 1950, compara criticamente a atuação da militância em Londrina com os eventos em Maringá, onde “tinha pegado fogo naquele dia [...] tinha sido uma revolução”, enquanto Londrina “ficou envergonhada por que não tinha feito nada”³⁶⁵, por que não havia massa: “[...] em Londrina, pelo contrário, eram médicos, advogados, engenheiros, e eles não iam sair à rua. [...] era uma coisa que a gente tinha que compreender porque eram bons amigos, bons aliados, mas a raça eles não davam”³⁶⁶.

Sem resvalar na discussão sobre a possibilidade do viés obreirista do militante, é oportuno assinalar que a observação baseada nas impressões de

³⁶⁴ PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. *Histórico*. (DOPS) Dossiê Flávio Ribeiro nr 1216/341.

³⁶⁵ ADUM, 2002, p.128.

³⁶⁶ Ibid.

“Índio” vai ao encontro de características constatadas por Ana Cleide Cesário, a qual estudando o perfil político de Londrina, verificou primeiramente que não houve no princípio da formação da cidade, o controle monopolístico da terra por latifundiários, sendo que a propriedade das terras estava com uma colonizadora, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), vendida ao capital nacional ainda na década de 1940,³⁶⁷ sendo este um fator que impediu o surgimento na região de um controle de tipo familiar na política, conforme já observado por Pierre Monbeig³⁶⁸.

Também a economia cafeeira fez com que, desde seus primórdios, a cidade estivesse interligada social, econômica e politicamente aos grandes centros urbanos do país, sobretudo São Paulo. O historiador Hermógenes Lazier sustenta mesmo que a partir de 1945, o fluxo econômico do Norte do Paraná voltava-se todo para São Paulo, que era o centro econômico que tinha maior influência sobre a região. A produção de café, ao invés de ir para o porto de Paranaguá, ia para o porto de Santos. Segundo Lazier, a disputa entre Paraná e São Paulo era tão séria que a estrada de ferro que liga Apucarana a Curitiba, a qual poderia modificar essa situação, levou vinte anos para ser construída quando poderia sê-lo em cinco, supostamente devido às sabotagens³⁶⁹.

Um terceiro fator é que, em função do vertiginoso crescimento populacional e o rápido processo de urbanização, muito cedo a cidade já apresentava uma estrutura de classe mais diversificada em comparação a outros municípios do interior brasileiro³⁷⁰.

Segundo Cesário:

A divisão da malha fundiária do município de toda a área loteada pela CTNP predominantemente em pequenas e médias propriedades rurais fez surgir, ao lado de alguns grandes fazendeiros, uma classe média rural no campo, já a partir da década de 50. Este setor médio rural, ancorado na cafeicultura, foi numericamente forte e bem sucedido financeiramente até o final da década de 60, quando, então, a cafeicultura começa a perder sua importância no Norte do Paraná. Uma análise da composição partidária no município, no que diz respeito à ocupação *profissional* dos políticos locais, revela já no período de 1945 a 1964 um grande número de profissionais liberais e de outras ocupações

³⁶⁷ Em 1944 a CTNP foi vendida e a Ferrovia São Paulo – Paraná, nacionalizada e incorporada à Rede Viação Paraná - Santa Catarina. ARIAS NETO, 1998, p. 98-99.

³⁶⁸ MONBEIG, op. cit.

³⁶⁹ LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*. Francisco Beltrão: Grafut, 2003, p.17.

³⁷⁰ CESÁRIO, 1986, p.56.

urbanas. A UDN, o partido hegemônico neste período, era composto em sua maioria por advogados, médicos e outros profissionais liberais³⁷¹.

De fato, a cidade teve a sua população quase dobrada entre a década de cinquenta e sessenta³⁷², sofrendo um processo frenético de concentração urbana, subsidiado pelas divisas da valorizada *commoditie* do café, base da economia da região³⁷³. A modalidade predominantemente agropecuária da economia local inibiu a ampliação de um parque industrial retardando o êxodo rural para a periferia urbana da cidade. Em Londrina, a relação entre população rural e urbana se inverte em 1948, quando a população rural se torna menor, sendo que a diferença permanece em pouco mais de 20% menor que a urbana até 1960, durante cuja década a diferença dispara para atingir mais que o dobro em 1970, coincidindo com o descenso do colonato nas lavouras cafeeiras³⁷⁴.

A amostra da militância do Partido Comunista acima citada confirma a constatação de alguns autores sobre a composição eminentemente urbana do partido em nível nacional, e que se reproduziu em Londrina, mesmo tendo o partido alcançado grande expansão local com base no sindicalismo rural.

Segundo Gildo Marçal Brandão, partido com traços caracteristicamente urbanos, o PCB recrutou a maior parte de seus dirigentes entre a intelectualidade, como professores universitários, jornalistas e estudantes, também nas forças armadas, sobretudo exército e média oficialidade, e no proletariado. Quanto à etnia, os principais dirigentes sempre foram homens, brancos, brasileiros de famílias já há várias gerações no país (em muitos casos originários de oligarquias decadentes do Nordeste) e secundariamente judeus, italianos, mulatos e mestiços³⁷⁵, denotando o perfil com presença significativa da classe média e mesmo alta na composição social dos dirigentes do partido.

Dulce Pandolfi também observou esse traço citadino em um país de tradição predominantemente rural³⁷⁶. Finalmente, Heller da Silva observou essa

³⁷¹ CESÁRIO, 1986, p.57.

³⁷² HOFF, Sandino. A ocupação do Norte. In: PAZ, Francisco (org.). Cenários de economia e política: Paraná. Curitiba: Prephácio, 1991. p.34, apud ARIAS NETO, 1998, p.25.

³⁷³ CANSIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura Paranaense: 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981, p.90.

³⁷⁴ TABELA I – Município de Londrina. Dados de População. In: ARIAS NETO, op. cit, p.299.

³⁷⁵ BRANDÃO, G.M. *Esquerda positiva*. As duas almas do partido comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997, p.197.

³⁷⁶ PANDOLFI, 1995.

característica nos comitês do Norte do Paraná, ainda que houvesse a presença de alguns camponeses.

Para atestarmos esse fato, basta relacionarmos como exemplos as profissões dos militantes de Londrina mencionados acima. Dentre estes, constam 2 advogados (Flávio Ribeiro e Manoel Silva), um Juiz de direito (Aldo Fernandes), um Promotor Público (Athos de Santa Tereza Abilhôa), 3 médicos (Nery Machado, Valdir Araújo e Adhemar de Oliveira e Silva), aos quais acrescentamos mais 2 (Isack Brilmann e Abelardo de Araújo Moreira,) sem contar o médico Newton Câmara, patrono dos insurretos de Porecatu e que por ocasião do golpe teve presença discreta em Londrina. Prosseguindo, 2 bancários (Nelson Torres Galvão e Laélcio Andrade), 1 professor (Moacir Teixeira) e por fim, militantes oriundos de profissões de cunho manual, o “Índio”, carregador de malas de aeroporto, e os dois mais ativos na região, o carpinteiro Antônio Lima Sobrinho e o pedreiro, marceneiro e, depois trabalhador rural, Manoel Jacinto Correia.

O Departamento de Ordem Política e Social elaborou uma lista das pessoas que foram presas no Paraná a partir de 06 de maio de 1964. De Londrina, temos os seguintes nomes: Pedro Martinez Fernandes (bancário), Magno de Castro Burgos (funcionário do I.B.C.), Alexandre Fernandes (comerciante), Adenival Marques Barbosa (ensacador de café), Waldir Castilho de Almeida (comerciante), Maria Saldanha Almeida (doméstica), Moacir Zamboni (viajante), Adhemar Caramuru Saldanha (comerciante), Clarinha Tolovteh Brilmann (professora), José Antonio de Queiroz (médico), Roberto Conceição (advogado), Murilo Leão Rego (advogado e dentista), e Francisco Leite Chaves (advogado).

Somando-se as amostras, apresentamos os seguintes números: 6 médicos, 6 advogados, 3 bancários, 3 comerciantes, 2 professores, 1 Juiz de Direito, 1 Promotor Público, 1 carregador de aeroporto, 1 carpinteiro, 1 trabalhador rural, 1 funcionário do IBC, 1 ensacador de café, 1 doméstica e 1 viajante. É evidente o maior número de profissionais liberais entre os militantes, procedentes de estratos sociais altos e médios ou que ascenderam a essa camada recentemente, como é o caso de Manoel Silva, oriundo de família de camponeses.

Com efeito, ao lado da característica urbana, as instâncias diretivas do PCB no Paraná na década de 1960 são compostas quase que integralmente por indivíduos das camadas médias e da intelectualidade, críticos da estrutura social da

sociedade brasileira de então. Ao mesmo tempo, nenhum militante de Londrina chegou a ocupar cargos no CE, sendo a praxe o inverso, como no caso de Flávio Ribeiro, que foi enviado de Curitiba para organizar e mediar o movimento no norte do estado, em um movimento dos centros urbanos para o interior.

Esse movimento era coerente com a perspectiva etapista de modernização, com proeminência do urbano sobre o rural, concebida em uma temporalidade unidimensional a qual as interpretações pecebistas propugnavam como antídoto ao atraso das estruturas consideradas arcaicas de natureza feudal ou semifeudal no campo, que impediam o desenvolvimento das forças produtivas que possibilitariam uma revolução burguesa.

A irrupção do golpe precipita a realidade sobre os projetos revolucionários do PCB. A direção da “revolução” foi para as mãos dos adversários e a purga começou. E como é o êxito no embate pelo poder que determina a existência ou inexistência do crime político, os “revolucionários” de abril saíram à caça dos “criminosos” de então, os comunistas, impingindo-lhes inquéritos, prisões, torturas, o desterro e a morte. É por essa razão que o jurista Nelson Hungria reconhece que não existe nada mais relativo que o delito político, “basta dizer que sua punição depende do seu insucesso. Se colhe êxito, já não é crime, mas título de glória. O celerado de hoje, é o benemérito de amanhã [...]”³⁷⁷.

O PCB faz então uma severa autocrítica em sua Resolução Política do CC, em maio de 1965: “Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no poder, tornaram-se evidentes”³⁷⁸, defendendo contudo a sua orientação política das vias pacíficas e eleitorais para fazer avançar o processo da revolução brasileira.

Quanto às dissidências, começaram a sangrar o partido e a esfacelar a sua base de militantes em algumas dezenas de grupos que via na vacilação do “Partidão” um erro que deveria ser corrigido pela força das armas, com ou sem “massa”.

³⁷⁷ HUNGRIA, nr Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1949, v.I, p.168 apud PRADO, Luiz Regis e CARVALHO, Erika Mandes de. *Delito Político e terrorismo: uma aproximação conceitual*. IN: Revista dos Tribunais. Jan/2000,v.771, p.442.

³⁷⁸ CARONE, Vol. III, 1982, p.3.

Se no imediato pré-1964 algumas alas do PCB adotaram posições mais ofensivas e mesmo golpistas no intuito de radicalizar o processo iniciado com as reformas de base, crendo no “dispositivo militar” de Jango como garantia de vitória contra qualquer reação, depois do golpe, e sobretudo após o VI Congresso, em 1967, as suas ilusões se desfazem e, mesmo com a sua identidade marxista-leninista intocada e todas as contradições decorrentes, o partido adota de modo definitivo a concepção de revolução processual com base democrática como a via por excelência de construção do socialismo, e é desse assunto que trataremos no próximo capítulo.

5 O PCB E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DEMOCRÁTICA

5.1 O PCB e a via democrática para o socialismo

O contraditório percurso que o papel da democracia assumiu na trajetória dos comunistas brasileiros, tem seu primeiro momento mais destacado nas primeiras manifestações públicas de Prestes, após o fim do Estado Novo, inaugurado pelo breve período de legalidade do partido. Em seguida, o partido iniciou uma fase de radicalização desencadeada com a proscrição do partido da cena legal em 1947 e a cassação do mandato de seus parlamentares em janeiro de 1948, passando pelo Manifesto de Agosto de 1950, cujas reverberações alcançaram o IV Congresso em 1954. Para Prestes, não havia nenhuma contradição entre a democracia e vias não pacíficas de ação, pois se tratava:

[...] no fundamental, de libertar o país do jugo dos imperialistas norte-americanos e de realizar transformações democráticas radicais. Democrático porque destruirá o regime dos latifundiários e grandes capitalistas, entregará a terra aos camponeses, fará uma política de paz, instaurará no país a democracia para o povo, democratizará as forças armadas, abolirá a polícia de repressão, melhorará radicalmente a situação dos trabalhadores, defenderá a indústria nacional e assegurará o livre desenvolvimento da economia nacional [...]³⁷⁹.

O entendimento do líder comunista estava fundado na lógica de um país subjugado pelo imperialismo, portanto, carecendo de um enfrentamento com as forças opressoras como etapa para instauração de um programa *nacional-democrático*, ou seja, de um país supostamente libertado de uma potência estrangeira. Os procedimentos democráticos, econômicos e políticos, seriam restaurados, *depois* de cumpridas as *tarefas* da libertação nacional.

Como já foi observado, as suas análises estavam então contaminadas pela interrupção discricionária da trajetória bem sucedida que o PCB vinha galgando em direção à política institucional, entre outros fatores de ordem externa.

³⁷⁹ IV Congresso – 1954. In: CARONE, Vol.II, 1982, p.136.

Essa oscilação entre a defesa da democracia institucional quando lhe era favorável e a sua contra face não pacífica, denotam a concepção instrumental e pragmática da democracia institucional que subjazia ao programa partidário. De fato, nas interpretações marxistas que então informavam o partido, as instituições políticas constituíam um reflexo da infraestrutura, de modo que a democracia estaria subordinada às transformações na base econômica da sociedade. Além do mais, até então a democracia não tivera grande credibilidade em nosso meio, reforçando as representações de que, assim como para a esquerda, a democracia, ou ao menos “aquela” democracia, era apenas um expediente no caminho da revolução, para a direita não passava de um verniz para encobrir os interesses de classe da burguesia. Ou seja, para os comunistas a democracia estava contida no processo revolucionário e era a *revolução* que estava no seu horizonte, assim como ocorrera na Rússia em 1917 e na China em 1949.

Portanto, sob pena de cometer o pecado para o qual não existe perdão para os historiadores, é necessário pensarmos sobre “qual” democracia ensejavam comunistas e não comunistas. Nunca será demais recordar, junto com Marcelo Ridenti, que o que perseguiam as esquerdas brasileiras nas décadas de 1950 e 1960 era a “revolução brasileira”. A atmosfera cultural e política reinante no Brasil nesse momento estava impregnada pelas ideias de povo, libertação e identidade nacional. Ideias que não eram novas, mas que, no contexto dos anos 1950 e 1960 foram recrudescidas pelas influências da esquerda comunista e petebista³⁸⁰.

Essas ideias estavam associadas às utopias que rejeitavam o avanço do capitalismo, ancoradas em parte no passado e na recuperação de elementos pretéritos projetados no futuro. Enfatizavam a prática, a ação, a coragem, a vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas³⁸¹.

Ao mesmo tempo, as influências dentro do PCB eram, entre outras, primeiro e predominantemente, o marxismo-leninismo de extração stalinista e, imbricado a essa herança e reforçando-a, o tenentismo de esquerda de orientação positivista. Essas vertentes estão claramente fora do escopo do romantismo, pois não se encontram vestígios nostálgicos ou voluntaristas em suas elaborações de

³⁸⁰ RIDENTI, 2000, p.25.

³⁸¹ Ibid.

futuro. O núcleo de sua visão de mundo estava na união das forças progressistas para superação do atraso, contra o imperialismo e o latifúndio, o que cumpriria a “etapa” necessária da revolução burguesa no Brasil. O traço remanescente de romantismo ficaria por conta do enquadramento da questão social nos termos do estado nacional; contudo, a orientação marxista-leninista enfatizada por Stálin, era de que o partido enquadrasse as lutas dentro dos marcos nacionais. Essa perspectiva fora reforçada com a dissolução do *Cominform*, em 1956, por ocasião do XX Congresso do PCUS, e a relativa autonomização dos PC's que lhe sucedeu, dando ensejo às Frentes Nacionalistas que vão ter intensa atuação política até a queda do presidente Goulart.

Desse modo, a avaliação de que o regime de Dutra não constituía de modo nenhum uma democracia, assomado ao voluntarismo e ao “baluartismo”, que na terminologia pecebista era a crença na maturidade das “massas” para a irrupção de um processo revolucionário, configurava um quadro de legitimidade para uma tomada do poder por vias não pacíficas.

É oportuno lembrar a filiação da democracia na modernidade, diretamente associada pelo socialista *Babeuf à Robespierre*, pai do terror jacobino, cuja constituição inaugurou o sufrágio universal masculino³⁸². Aparentemente, Prestes racionava na mesma chave interpretativa por ocasião do IV Congresso, de maneira que não haveria uma relação excludente entre democracia e violência. Na prática, esse princípio jacobino foi bastante utilizado, não só à esquerda, como à direita, com o proverbial exemplo da ditadura brasileira e as demais ditaduras ensejadas na América Latina durante o período da Guerra Fria. O que, ou quem determina a criminalização política, como visto anteriormente, são os vencedores no embate pelas prerrogativas de governar e legislar.

Essa criminalização dos vencidos remonta, segundo o jurista Carrara, à antiguidade, na figura do *perduellio* existente na Roma Republicana. Transfigura-se posteriormente na forma de *lesa-majestade* até 1786 assumindo, a partir da Revolução Francesa, a forma jurídica do delito contra a Segurança do Estado e sua distinção entre segurança interna e externa³⁸³.

³⁸² BUONICORE, Augusto. *Qual o valor da democracia*. 2007, p.1. Disponível em:

<www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/buonicore%20rev.pdf>. Acesso em: 29out.2012.

³⁸³ CARRARA, Francesco. *Programa do Curso de Direito Criminal*. São Paulo: Saraiva, 1956-57, V.II, p.514.

Até então vigorava a indistinção entre regime político, Estado e nação, o que reservava penas rigorosíssimas aos delitos de natureza política. Após a degola em massa durante a fase do terror revolucionário, surgiu um debate acerca da necessidade de distinguir com maior acuidade as diversas situações passíveis de serem classificadas como crime político, e mesmo a possibilidade de reconhecer a legitimidade da violência contra um governo injusto, cuja característica é a transitoriedade e não deve ser confundido com o Estado e a Nação³⁸⁴. Nesses casos, o “criminoso político” deveria ser distinguido do criminoso comum em face da nobreza suposta de seus atos, tanto mais por se tratar de crime contra o Estado, a um só tempo objeto, acusador e juiz do crime. É, pois, na constituição francesa de 1830 que a figura jurídica do crime ou delito político aparece pela primeira vez, seguida pelo código belga em 1831³⁸⁵.

O escritor irlandês George Bernard Shaw, simpatizante do regime de Mussolini, considerava que as revoluções violentas têm sempre por consequência a reação igualmente cruenta que atrasa a evolução social. Paradoxalmente, em *Le Crime politique et les révolutions*, Lombroso e Laschi, criminalistas italianos conhecidos por suas teorias sobre uma suposta personalidade criminosa inata, consideravam um erro formidável da filosofia da história classificar a revolução como um crime coletivo contra a sociedade. Para os criminalistas, as verdadeiras revoluções se diferenciam das revoltas ou sedições, destinadas por si a extinção. Consideram ser impossível distinguir entre revolucionários e sediciosos, sendo culpados apenas os últimos. Muitos caracteres lhes seriam comuns sendo o sucesso o fator determinante para tornar o rebelde de hoje o revolucionário vitorioso de amanhã³⁸⁶.

Com efeito, importa considerar a democracia para além das formas procedimentais, partindo do pressuposto de que um elemento fundamental na prática democrática é o questionamento do instituído e a produção social de novos direitos. Em um contexto democrático, os poderes estabelecidos deveriam estar sujeitos aos conflitos e oposições próprios da arena política de modo que um governo autoritário, violento e insensível às demandas populares, justificaria a

³⁸⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. Os crimes políticos e a pena de morte. *Revista de Direito Penal*. Rio de Janeiro, nr1, p.46, jan/mar. 1971. p.46.

³⁸⁵ SIQUEIRA, Galdino. *Direito penal brasileiro I*. Rio de Janeiro: Ed. Jacinto, 1924. Parte Especial. p.17. apud, MENEZES, 1944, p.16.

³⁸⁶ LOMBROSO, Cesare; LASCHI, Rodolfo. *Le Crime politique et les révolutions*. Paris: Ed. Félix Alcan, 1892. Tomo 1, p.49. (Tradução Nossa).

princípio uma intervenção *interna*, e de ampla base social, com o uso da violência para a sua deposição e o estabelecimento ou reestabelecimento de regras democráticas de fato e de direito para a sociedade como um todo.

Neste sentido, as considerações de Prestes sobre a necessidade de instauração da democracia consignadas no documento do IV Congresso do PCB, não constitui um incompreensível paradoxo lógico entre democracia e via não pacífica para a substituição de um governo. O seu erro crasso reside na avaliação do quadro político de então, enxergando uma situação pré-revolucionária onde não existia, e um contexto onde, para o bem e para o mal, o governo encarnava o anátema da ditadura estadonovista, considerado anteriormente pelo próprio Prestes como um governo “democrata”, eleito nas urnas com o maior índice de participação de votantes em processos eleitorais na história do Brasil, quase quadruplicando a participação nas últimas eleições, em 1930³⁸⁷.

De fato, as análises da realidade, críticas e autocríticas realizadas pelo PCB, estiveram deveras contaminadas pelo dogmatismo do viés imposto pela IC, depois diretamente pelo PCUS, por um lado, e pelo pragmatismo político pelo outro, num movimento pendular que buscava fazer coincidir os termos auferidos do real com os pressupostos teóricos concebidos alhures sob o argumento da autoridade do MCI.

Para Mazzeo, em seu primeiro período, iniciado com a fundação, em 1922, o partido teria gozado de relativa autonomia, até a realização do I Congresso dos PC's latino americanos, em 1929, quando ocorre a bolchevização e stalinização do PCB, que entra em sua fase obreirista e procede aos expurgos das lideranças consideradas “pequeno-burguesas”, com o caso notório de Astrogildo Pereira, um dos fundadores da agremiação, situação que perdura até 1935, quando se inicia o terceiro período, em um momento de distensão do MCI, cuja avaliação inferia que o capitalismo se encontrava em uma fase de estabilização mundial e ganhava corpo as teses das Frentes Populares para dar combate à ascensão do fascismo na Europa. Seu último e quarto período teria se iniciado com o Relatório Krushev, que em 1956, instala uma séria crise no interior do partido, entre a incredulidade e a perplexidade sobre os acontecimentos na pátria-mãe dos socialistas e que desencadeou o impulso decisivo que conduziu o PCB ao enfrentamento da questão

³⁸⁷ NACIONALISMO. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, v.4, p.4019.

democrática³⁸⁸, ainda que ao custo de “cortar na própria carne”. Nessa cronologia é necessário incluir o período inaugurado com o Manifesto de Janeiro de 1948 e que se estende até a crise desencadeada com as revelações feitas no XX Congresso do PCUS.

Os anos de 1956/57 serão atravessados pelos intensos debates de tal forma que a Declaração de março de 1958 foi aprovada com muita dificuldade e com a diferença de um único voto. Em outubro de 1956 o Comitê Central faz uma dura autocrítica, onde reconhece:

Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação – predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levavam ao afastamento muitos quadros e militantes³⁸⁹.

Contudo, na avaliação do CC, as causas residiam sobretudo no processo de formação do partido, nas influências pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas e restos patriarcais ainda existentes na sociedade brasileira, sem atentar para a insuficiência na elaboração de análises pertinentes da realidade, da estrutura organizacional vazada no modelo marxismo-leninista e seus limites na articulação política com os trabalhadores.

O debate finalmente foi aberto na imprensa comunista. Por meio de cartas e artigos, sobretudo de intelectuais, se criticava a postura do partido em sua tentativa de retardar e tentar dirigir e limitar o debate.

Na edição do *Voz Operária*, de 06 de outubro de 1956, o articulista defendia a abertura do debate à sociedade:

Não sei se há entre nós, a unanimidade sobre a conveniência de se travar um debate assim, amplo e público. O passado e a rotina são uma força poderosa de inércia. E desta força de inércia resulta a “teoria” de que é prejudicial a exposição franca, às massas, das opiniões divergentes que surjam entre os comunistas. A luta de opiniões deveria ficar intramuros para que o inimigo não a use contra nós. Não há dúvida: o inimigo existe, mas sempre é mais fácil, para tentar desmoralizar-nos, aproveitar-se dos erros que não se revelam às massas do que dos erros que apontamos pública e honradamente³⁹⁰.

³⁸⁸ MAZZEO, 1999, pp.82-83.

³⁸⁹ O XX Congresso do P.C. da U.R.S.S. In: CARONE, 1982, Vol.II, p.151.

³⁹⁰ *Voz Operária*, 06out.1956, apud SANTOS, op. cit, p114, nota 14.

Mesmo assim, em novembro deste ano, Prestes publica o que foi depois conhecido pejorativamente por carta “carta-rolha”, alertando para o perigo das teses renovadoras e procurando desqualificar os críticos mais ácidos como inimigos da legalidade partidária, e colocando militantes “conservadores” no controle dos jornais como forma de mediar os debates.

Além do grupo conservador, composto basicamente por dirigentes do Comitê Central, como Luís Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabóis e Carlos Marighela, havia se constituído entre os anos de 1956 e 1957 mais duas correntes no interior do PCB. A “renovadora” era formada basicamente pelos intelectuais que trabalhavam na imprensa comunista, tendo à frente Agildo Barata, que incentivou o debate público, criticando o “dogmatismo” e o “mandonismo” reinantes nas práticas políticas partidárias. Quanto ao “centro pragmático”, formado principalmente por Giocondo Dias, Mário Alves e Jacob Gorender, professava uma política conciliatória, oscilando entre conservadores e renovadores e que se tornou majoritária e passou a controlar os principais órgãos diretivos do PCB na medida em que cooptou Prestes junto a outros conservadores, somados a alguns renovadores.

Vem a Declaração de Março de 1958 com o propósito de operar mudanças significativas na orientação política do PCB, exorcizando os erros stalinistas e, enfatizando como antídoto, a premência de se pensar o socialismo sem as mazelas do culto à personalidade e miasmas totalitários que o contaminara.

A nova orientação foi considerada “satisfatória” pelo próprio Prestes. Os pilares da política elaborada pelo PCB em substituição ao sectarismo e dogmatismo, eram a defesa do pluralismo e do policentrismo, o papel central das massas trabalhadoras no processo político, calcadas na sua ação consciente e unitária em direção à “renovação democrática e socialista do país; na defesa intransigente das liberdades democráticas; na compreensão da revolução socialista como culminância do processo de conquistas da hegemonia política pela classe operária e não mais em concepções golpistas e nos modelos insurrecionais”³⁹¹.

Essa perspectiva programática, no entanto, não chegara a ser predominante, persistindo na prática fortes resquícios de dogmatismo e sectarismo.

A interpretação que o PCB tinha da necessidade de uma revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo no país e as duas contradições

³⁹¹ SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p.IV.

fundamentais decorrentes, quais sejam, entre a nação e o imperialismo e seus agentes internos, e entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra, não sofreram alterações permanecendo basicamente as mesmas, fundadas na insistência da atribuição de um estatuto colonial para o Brasil de então. Em consequência, permanecia a concepção etapista de transformação social: primeiramente uma revolução anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática como tarefa de uma aliança das quatro classes, conforme o modelo da III Internacional – a classe operária, trabalhadores rurais, pequena burguesia e burguesia nacional, sem o que não seria possível o caminho para a etapa socialista. Do ponto de vista teórico, as soluções se restringiam ao problema de “uma maior assimilação do marxismo-leninismo”, sem que se rompesse de fato aquilo que Moisés Vinhas denominou de “couraça ideológica”, para denotar a rigidez e resistência nas formas de interpretar o real por parte da militância³⁹².

Conforme observado por Raimundo Santos, essa resistência deve ser procurada para além de fatores internos ao discurso pecebista, sendo determinante na reprodução em escala desse modo de pensar a massificação dos cursos Stálin e a abundante literatura stalinista consumida profusamente pelos comunistas brasileiros.³⁹³

As razões para a receptividade, de um leninismo de viés stalinista no Brasil, segundo Leandro Konder considerando o período até os anos trinta, mas que podem ser estendidos ao menos para as duas décadas seguintes, estariam em uma sociedade civil débil onde a noção de democracia era ainda um “privilegio” distante, sem grande apreço pelos meios persuasivos de fazer política, com predomínio do elitismo, esquerdas inclusas, com desprezo às teorias, a ausência da experiência social democrata, tendo tido contato direto com o marxismo da III Internacional e com o positivismo, vertente teórica de forte tradição no país, a qual também contribuiu para comprometer elaborações mais criativas³⁹⁴.

De qualquer forma, 1958 fora considerado como o ano de refundação na memória oficial do PCB já na década de 1980 e 1990, tido como o momento em que a questão democrática passou da sua condição instrumental para o centro das reflexões pecebistas, pois o partido reconhece que o capitalismo estava

³⁹² VINHAS, 1982, p.133.

³⁹³ SANTOS, 1988, p.265.

³⁹⁴ KONDER, Leandro, *A Derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.238.

se desenvolvendo no país, ainda que por caminhos não coincidentes com suas concepções.

De fato, junto à transformação das relações de trabalho, a ampliação da participação dos trabalhadores nos movimentos paredistas, a inclusão paulatina das massas nos processos eleitorais, a disseminação de emissoras de rádio, entre outros fatores acabam afirmando, ainda que incipientemente, a formação de uma opinião pública mais abrangente e a demanda por formas democratizantes no seio da sociedade brasileira.

Na ótica pecebista, a questão que se punha então para uma “esquerda positiva” no dizer do ministro do governo João Goulart, Santiago Dantas, era ampliar o desenvolvimento econômico e democrático no escopo das liberdades civis e políticas consignadas na Constituição de 1946³⁹⁵.

Contudo, a ambivalência entre revolução e reforma permanece no imaginário e nos textos que os representantes do partido publicaram durante a década de 1960, atuando na dissolução da já frágil unidade intrapartidária.

Do ponto de vista programático a primeira etapa da revolução, ou seja, a fase democrático-nacional deveria ser incruenta, prioritariamente pela via pacífica, ainda que, caso houvesse reação violenta contra o avanço das forças populares pelas vias institucionais, se justificasse a violência que teria então um caráter “defensivo”. Ocorre que, paralelamente ao caminho institucional, setores mais radicais dentro do PCB apostavam também em uma eventual solução de confronto, depois de realizada a primeira etapa, como forma de acelerar a superação da sociedade capitalista, considerando a possibilidade de transformar, no mesmo movimento, a revolução nacional-democrática em revolução socialista³⁹⁶.

Militante histórico do PCB e um dos principais articuladores do Manifesto de Janeiro de Março de 1958, Giocondo Dias postulava que, no fundo, a questão não passava pela relação excludente entre reforma *ou* revolução, mas pela reforma e pela revolução, em uma perspectiva de revolução enquanto processo, e não *necessariamente* enquanto ruptura:

³⁹⁵ BRANDAO, Gildo Marçal. O partido comunista como "esquerda positiva". *Lua Nova*, São Paulo, nr. 35, 1995 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000100009>.

³⁹⁶ PANDOLFI, 1995, p.185.

Contrapor as reformas à revolução – quer para considerá-las um fim em si, como fazem os reformistas, quer para negar-lhes qualquer papel no processo revolucionário, como fazem os fraseólogos ultra-esquerdistas – é não perceber a correlação que existe entre elas. [...] Em nosso caso, a luta pelas reformas de estrutura é, hoje, o principal meio de fazer avançar o processo revolucionário³⁹⁷.

Em “Camaradas e Companheiros”, Dulce Pandolfi atribui a essa citação de Giocondo Dias um raciocínio no qual, o que a autora denomina de “concepção evolucionista” sobre a transformação da sociedade, desembocaria em uma revolução *explosiva*, quando afirma que as lutas pelas reformas de base traziam implícitas a acumulação de forças para “desencadear, num futuro não muito longínquo, a revolução socialista, cuja ante-sala era a revolução nacional e democrática”, depreendendo daí uma fragilidade teórica do partido³⁹⁸.

A nosso ver, Giocondo Dias não corrobora nessa citação o raciocínio de Pandolfi, pois o que se observa nesse momento são *diferentes tendências* no interior do partido, o que ela reconhece na trajetória pecebista: “[...] consegui perceber diversos modelos e concepções partidárias que coexistiram dentro do mesmo PCB”³⁹⁹.

As considerações em negativo feitas *ex post* pelo PCB com relação à posição do “Cabo Vermelho”, o qual, no contexto da ruptura com Prestes por ocasião do XII Congresso em 1982, assume a direção do partido, confirmam nossa análise de que, na verdade, desde a declaração de 1958, Giocondo Dias assumira uma defesa consistente da democracia, quando sustenta que:

Essa nova direção acentuaria a inflexão política que já estava em curso no Partido. E, ao arrepio da realidade concreta, sem compreender as transformações que o Brasil estava passando, subalternizou a ação do operador político aos interesses da agenda do centro democrático, enquanto outras forças de esquerda marchavam na disputa pela hegemonia do movimento social. [...] Operava na *mediação da democracia*, sem perceber que a tática teria que ser subordinada a estratégia da Revolução.⁴⁰⁰

³⁹⁷ DIAS, Giocondo. *Sentido revolucionário das lutas pelas reformas*. **Novos Rumos**, 10 a 16jan.1964. apud PANDOLFI, 1995, p.188.

³⁹⁸ PANDOLFI, op. cit, p.188.

³⁹⁹ Ibid, p.246.

⁴⁰⁰ DIAS, Giocondo. *O cabo vermelho*. Fundação Dinarco Reis. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=170:giocondo-dias-o-cabo-vermelho&catid=6:memoria-pcb>. Acesso em: 16nov.2012.

Destacamos esse aspecto específico devido à importância determinante nas diferentes concepções que informaram o partido no contexto anterior e do pós-golpe. É fato que no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, realizado em 1961, fora aprovada uma declaração defendendo uma reforma agrária radical, “na lei ou na marra”. Contudo, são sobretudo os dirigentes das ligas camponesas vinculados ao PCB sob a liderança de Clodomir dos Santos Moraes, e que se opunham às teses do V Congresso do PCB (cuja essência refletia as diretrizes da Declaração de Março de 1958) que, mantendo-se dentro do partido até o Congresso, pressionaram pela aprovação de uma reforma agrária “na lei ou na marra”, e que motivaram inclusive a expulsão dessa ala do congresso e a sua cisão com o PCB⁴⁰¹.

Ainda que o partido tivesse grande ingerência junto ao governo Jango naquela conjuntura, havia, além das Ligas de Julião, outras agremiações mais à esquerda como o PC do B, ORM-POLOP, Ação Popular (AP) e a ala mais radical do PTB liderada por Leonel Brizola, pressionando no sentido de uma ruptura institucional que abrisse caminho a uma revolução socialista.

Sob pesadas críticas ao reboquismo dos movimentos sociais em relação ao Presidente João Goulart, feitas por ocasião da IV Conferência Nacional do Partido, realizada em dezembro de 1962, foi aprovado um documento considerando que o governo, embora estivesse vinculado ao movimento nacionalista, mantinha uma postura política conciliadora com as forças reacionárias e entreguistas, sem condições, portanto, de executar as reformas de que o país necessitava⁴⁰².

Contudo, segundo Pandolfi, em que pese as avaliações negativas à respeito do governo de Jango, o PCB passava a avaliar de modo bastante otimista a possibilidade do proletariado assumir a liderança do processo revolucionário em marcha no país, pois a burguesia, conforme o pecebista Mário Alves, ainda que interessada nas reformas, receava que o processo político se convertesse em revolução popular e afetasse seus interesses enquanto classe exploradora⁴⁰³.

⁴⁰¹ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro, MAUAD, 2001. p.23.

⁴⁰² CARONE, op. cit, vol.II, p.255- 256.

⁴⁰³ ALVES, Mário. A burguesia nacional e a crise brasileira. *Revista de Estudos Sociais*, nr15, dez.1962, p.234, apud PANDOLFI, 1995, p.192.

Essas avaliações teriam impactado uma vez mais de modo ambíguo a atitude do PCB com relação aos *caminhos* para implementação das reformas, com setores defendendo os meios pacíficos enquanto outros admitiam o uso da violência.

Na edição junho de 1963 de *Novos Rumos*, veículo de divulgação pecebista, o editorialista afirmava textualmente que se fosse possível chegar a uma reforma agrária que acabasse com o latifúndio por meio do Parlamento, esse seria o caminho, caso negativo,

Se as classes dominantes opuserem resistência e tentarem impedir tal caminho, as massas camponesas, os operários e demais forças democráticas e nacionalistas realizarão a reforma agrária radical, conforme propomos, por outros caminhos, sem medir consequências que possam daí resultar⁴⁰⁴.

Ou seja, líderes do PCB negociavam com o governo ao mesmo em que instigavam as massas a pressionar o presidente por mudanças, no seu intento de acumulação de forças.

A vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, obtida por larga margem de votos, soou para Prestes como um sinal de um decidido movimento democrático e patriótico contrários ao imperialismo e aos seus aliados internos, reforçando ainda mais o seu otimismo com relação às condições subjetivas para uma revolução nacional e democrática.

Para realizar as reformas de base, incluso a reforma agrária, havia a demanda de dois terços do Congresso, o qual, após as eleições de 1962, estava configurado majoritariamente por “forças retrógradas do país”, havendo, contudo, segundo o PCB, a possibilidade de o presidente, apoiado no povo, adotar medidas que independiam da aprovação parlamentar, denotando com isso a sua inclinação por ignorar o Poder Legislativo.

Cada vez mais, o secretário geral do partido alimentava uma expectativa otimista no que diz respeito ao apoio popular e o recurso ao seu “dispositivo militar” para “cortar cabeças”, no caso de uma reação conservadora – “não estamos no governo, estamos no poder” era o mote de Prestes. Enquanto isso, as conspirações golpistas estavam em franca atividade.

⁴⁰⁴ *Novos Rumos*, 14 a 20junr1963, apud PANDOLFI, 1995, p.192.

Em janeiro de 1964, Prestes estivera na URSS de onde fora enviado sigilosamente para Cuba no avião do líder soviético, para travar entendimentos com Fidel Castro⁴⁰⁵.

Os acontecimentos de março recrudesceram os ânimos ao seu maior nível de tensão e empurraram definitivamente o presidente Goulart para o espectro esquerdo da política conciliatória que vinha tentando manter.

De fato, a conjuntura política atingira tal temperatura que as teses de transformações processuais pareciam esquecidas nos textos do V Congresso, emergindo as premissas de um contexto de crise política decorrentes da agudização dos confrontos entre os projetos para o Brasil, da esquerda e da direita. As teses preparatórias para o VI Congresso do PCB, publicadas em 27 de março de 1964, as vésperas do golpe, demonstram como os seus redatores haviam incorporado as críticas às alianças com a burguesia nacional pelo seu caráter “vacilante”, e possíveis soluções “não pacíficas”, visando a transformação do regime, já que a avaliação é de que o país vivia uma situação de crise revolucionária que demandava táticas mais conformes às contingências. As teses são inequívocas quanto a essa possibilidade:

Ao ter em vista a possibilidade de realização da revolução pelo caminho pacífico, a frente nacionalista e democrática acumula forças, que precisam estar política e ideologicamente preparadas a fim de mudar de tática e empregar a luta armada, se as circunstâncias impuserem a necessidade do caminho não pacífico para a conquista do poder revolucionário⁴⁰⁶.

De acordo com Amadeu Felipe, líder da Guerrilha do Caparaó, de fato, havia se construído uma coesão, ainda que provisória, desde a reação comandada pelo General Lott, com apoio dos sargentos e dos operários, à tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitscheck em 1955, passando pela “Campanha da legalidade” liderada por Brizola, inspirada no movimento de resistência ao golpe que se desenhava com a renúncia de Jânio Quadros, a partir do Rio Grande do Sul, o que fez que “no Brasil inteiro houvesse um levantamento de ânimo da esquerda” e teria sido “isso que mobilizou o povo brasileiro posteriormente,

⁴⁰⁵ PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992, p.21.

⁴⁰⁶ Teses para discussão, *Novos Rumos*, 27mar a 02abr.1964 (suplemento especial), apud PANDOLFI, 1995, p.197.

já no governo Jango, para as reformas”. Para o ex-líder guerrilheiro, o movimento de 1964 era um movimento que tinha sua origem já em 1955.

Para Amadeu Felipe, figura de proa no movimento dos sargentos e que testemunhou de perto os acontecimentos naquela conjuntura:

[...] ou se faziam as reformas ou viria o golpe militar, e para as reformas acontecerem era preciso alguma velocidade nas ações políticas e no fortalecimento, dentro das forças armadas, do movimento dos sargentos e dos oficiais comunistas e nacionalistas⁴⁰⁷.

Considera, contudo, que Jango, apesar de sua boa índole, titubeara em muitas coisas, como por exemplo, no caso do Comandante do I Exército, General. Osvino Ferreira Alves, que “cai na compulsória” e Jango aceita a aposentadoria dele; em estratégia diversa, o presidente JK, quando assumiu em 1955, impediu que alguns generais de sua confiança se aposentassem compulsoriamente, os mantém na ativa e no corpo do exército onde eles tinham força. Também Getúlio “usava os generais”, os quais permaneciam no posto por vinte ou até vinte e cinco anos, tornando-se generais que tinham mando consolidado. Já o presidente Castelo Branco baixou um decreto que levava os generais à reserva aos 66 anos, visando renovar as forças armadas e enfraquecer a posição de Costa e Silva, uma vez que os generais antigos eram a base de sua influência⁴⁰⁸.

Sobre a inação ante ao golpe, Amadeu Felipe se recorda que também os estudantes não tiveram liderança, referindo-se a José Serra, presidente da UNE em 1964, como um líder sem expressão, e o movimento operário, bastante significativo, estaria fragmentado entre as diversas tendências ideológicas.

Compreensivelmente, a noção de legitimidade da violência na atuação contra um governo antidemocrático e ditatorial permeou muitas convicções políticas durante o regime dos generais. Contudo, o PCB jamais conceberá novamente, nem em seus programas, nem em sua prática política, a possibilidade da luta armada como caminho para a transformação social, mesmo sob o espectro de uma ditadura que golpeava com extrema violência seus opositores, nem sempre os mais ofensivos.

⁴⁰⁷ FERREIRA, 2011.

⁴⁰⁸ FERREIRA, 2011.

O VI Congresso em 1967 ocorreu sem maiores inovações em relação ao V, realizado em 1960. Mantinha-se a concepção etapista e os obstáculos permaneciam os mesmos. A avaliação era de que o processo revolucionário nacional e democrático fora interrompido pelo golpe, com a participação de representantes da “vacilante” burguesia progressista. Havia uma crise estrutural instaurada com tendência ao agravamento e, doravante, a principal tática concebível era a formação de uma ampla frente política para derrubar a ditadura, reconquistar as liberdades democráticas e retomar o processo de desenvolvimento do país.

Contudo, ainda que tivessem passado a reconhecer a relativa autonomia da política, fugindo de uma interpretação mecanicista da relação base-estrutura, suas formulações eram ainda tributárias de um modelo de país colonial e atrasado, sendo o desenvolvimento do capitalismo no Brasil impedido por fatores estruturais com a etapa compulsória de uma reforma agrária nos marcos de uma revolução do tipo libertação nacional contra o imperialismo e a ampliação do mercado interno, processo o qual a burguesia seria incapaz de realizar, cabendo ao proletariado a direção da revolução nacional e democrática⁴⁰⁹.

Ao mesmo tempo, vale lembrar que, se ainda não tinha desenvolvido uma concepção não instrumental da democracia, o partido resistiu à “redução da política à guerra”, e evitou o messianismo que encantou muitos movimentos armados, críticos da via pacífica pecebista, em uma estratégia militarista que prescindia da adequada articulação entre teoria e realidade, entre os movimentos políticos enraizados na sociedade e o torvelinho vertiginoso da clandestinidade.

Avalizando a mudança de rumos que o partido procurava sustentar, os redatores das teses para o VI Congresso, explicitaram o custo político para a legenda, afirmando textualmente como “nas duras condições de clandestinidade em que actuamos, este Congresso constitui o melhor testemunho do caráter democrático do nosso partido”⁴¹⁰.

Com o advento do Ato Institucional nº 5, o Comitê Central classifica exasperadamente o regime militar como “fascista”, modificando a nomenclatura da Frente Democrática para Resistência Democrática no intuito de incentivar as massas a se unirem em uma Frente Única. O “milagre econômico” entrava em sua fase de

⁴⁰⁹ BRANDÃO, G.M. op. cit. passim.

⁴¹⁰ Informe de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso do PCB, In: *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*. Documentos, A questão social no Brasil, Vol.7, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980, p.92.

esgotamento e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) ganhava força nas urnas em um claro sinal de perda de legitimidade e de apoio político da ditadura na sociedade.

Uma vez exterminados os grupos mais ativos de guerrilha por parte da repressão, entre o final de 1974 e o ano de 1975 o PCB sofre um forte ofensiva que lhe impõe pesadas baixas entre seus quadros, quando nove militantes do Comitê Central são assassinados pelos órgãos policiais.

Em Londrina, Flávio Ribeiro, após cumprir um ano e dezenove dias de prisão por suas atividades junto ao PCB, vinha trabalhando pela reestruturação do Partido, tendo de fato reativado o Comitê Municipal do partido em 1973, como secretário da entidade.

Em 1975, o Centro de Inteligência do Exército (CIE) desencadeou a “Operação Marumbi” no Paraná, prendendo diversos militantes, entre eles Flávio Ribeiro, que na ocasião se encontrava em Rio Branco, no Estado do Acre. Entre os outros detidos na mesma ocasião estavam Nelson Rodrigues dos Santos, Noel Nascimento e Gregório Parandiuc. Em seu depoimento nas dependências do DOI/CODI de Curitiba, Flávio Ribeiro relatou que o Comitê Municipal de Londrina havia sido eleito em abril daquele ano, em uma chácara de Mandaguari, cidade a cerca de 70 km, que seria de Osvaldo Alves, médico pertencente ao partido. O comitê eleito era composto por João Alberto Eineck “Setúbal”, Genecy de Souza Guimarães “Benigno”, Antonio Lima Sobrinho “Tanaka” ou Severino Alves Barbosa “Cezar”, os quais ficariam encarregados também de Cambé, Rolândia e Ibiporã, e incumbidos de cooptar os demais membros do comitê.

Segundo Amadeu Felipe, exatamente quando o partido começava a conseguir se reorganizar na cidade, a maioria de seus líderes foi presa, entre os quais Genecy Souza Guimarães, Joao Alberto Eineck, Ildeu Manso Vieira, Manoel Jacinto Correia e o médico Osvaldo Alves, no partido até hoje⁴¹¹. No Paraná, 74 pessoas teriam recebido a visita dos militares responsáveis pela operação. Na época, o ex-petebista Genecy era vereador pelo MDB e renunciara ao mandato para não perder a legenda⁴¹². A bancada do partido não lhe dera nenhuma assistência e

⁴¹¹ FERREIRA, 2011.

⁴¹² PARANÁ. DEAP. *Unir o MDB e misturar com o povo. Dossiê FUEL 1979*, nr N1033-125.

sua família ficara dependendo de ajuda de amigos. Quanto a João Einecke, Ildeu Manso e o Osvaldo Alves, foram brutalmente torturados⁴¹³.

Com a vaga repressiva daquele ano, parte do Comitê Central vai para o exterior e o jornal oficial *Voz Operária* passou a ser editado fora do país. Mesmo com os duros golpes da repressão os pecebistas mantêm o princípio da Frente Democrática para derrubar o regime e restaurar a ordem democrática pela via pacífica, em coerência com as diretrizes do VI Congresso. Entre 1975 e 1979 não aconteceu nenhuma reunião da cúpula partidária no país, enquanto no exterior ocorreram quatro reuniões plenárias e foram publicadas quatro resoluções do Comitê Central, demonstrando a continuidade do núcleo dirigente do PCB mesmo no exílio⁴¹⁴.

Durante o período do exílio em Paris, reunia-se um grupo do qual faziam parte Armênio Guedes, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho e ao qual se junta depois Ivan Ribeiro, tendo como veículo de debates o jornal *Voz Operária*. Em 1977, os integrantes desse grupo voltam ao Brasil e iniciam um trabalho de reativação do partido, sobretudo em São Paulo, enquanto a cúpula, mais ortodoxa, permanece no exterior. Com a aprovação da Lei de Anistia em 1979, os integrantes do Comitê Central que ainda estavam no exterior retornam ao Brasil e também passam a articular a reconstrução do PCB.

Surge então o jornal *Voz da Unidade* em cujo interior iniciam-se os debates divididos em duas alas distintas: uma que defendia um partido de massas, com base na teoria gramsciana, e outra que mantinha a concepção de partido como *aparelho*, de base estalinista. Esse grupo passará a controlar gradualmente o jornal resultando na saída da denominada “ala democrática” em 1981.

A influência de Antonio Gramsci no Brasil começa a crescer, ainda que timidamente, na década de 1960, em um momento de crise teórica aprofundada com a fragorosa derrota em 1964, e que levou setores das esquerdas a buscarem novas possibilidades de interpretação da teoria marxista.

De fato, a Declaração de Março de 1958 já trazia em seu conteúdo princípios democráticos inequívocos, mas a herança bolchevique da III Internacional e o esquematismo teórico que lhe caracterizava, fazia o partido pender entre o

⁴¹³ CÉSAR, 2011. Ildeu Manso Vieira escreveu um livro onde relata o cotidiano nas prisões da repressão na capital paranaense: “Memórias torturadas (e alegres) de um preso político”. Curitiba: SEEC, 1991.

⁴¹⁴ CARONE, 1982, vol.III, p.175.

dogmatismo e o pragmatismo que acabava secundarizando a democracia como um momento de acumulação de forças, mas que não poderia levar à ruptura necessária com o capitalismo, em uma perspectiva temporal unidimensional e de sucessão linear de etapas onde um socialismo abstrato existiria direcionado teleologicamente a um tempo absoluto, e onde aparentemente não poderiam coexistir outras formas secularizadas de sociedade. Uma vez mais a tese da inexorabilidade do moderno sobre o arcaico sustentava as premissas de uma revolução nacional, democrática e burguesa como pré-condição para o socialismo em uma leitura contaminada pela noção de progresso permanente e pelo paradigma da modernidade iluminista.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento de que o capitalismo tinha se desenvolvido no país, permitia ao PCB a admissão de uma via “ocidentalizada” para a política em uma chave própria que, diferentemente de Gramsci, enfatizava a questão nacional e a necessidade de modernização, sem conceder, no entanto, importância à questão agrária, como fez o pensador italiano em “A Questão Meridional”, onde observou como a hegemonia no mundo agrário ao sul da Itália é considerada fundamental no processo de modernização burguesa neste país.

O golpe de 1964 vem destruir as ilusões pecebistas de uma burguesia interessada no desenvolvimento em marcos nacionais e o faz afirmar uma vez mais a necessidade de valorização da questão democrática em si mesma para fazer avançar os movimentos sociais de base operária e popular. O partido, sob o peso do esfacelamento imposto pela repressão e pelas dissidências após o VI Congresso, procurou então fundamentar a centralidade das liberdades democráticas como eixo norteador de sua política.

Nesse contexto, a editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, foi um importante fator de oxigenação teórica através da revista de mesmo nome, publicada entre 1965 e 1968. Suas edições traziam discussões que vinham acontecendo em alguns PC's ocidentais sobre o impacto da revolução técnico-científica, sobretudo no mundo do trabalho, debates focalizando os textos do jovem Marx, com destaque para os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* e as controvérsias em torno da crise do estruturalismo marxista de viés althusseriano, que repropunha uma leitura de caráter mais *humanista* de Marx, além dos textos de Gramsci⁴¹⁵.

⁴¹⁵ SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. In: RIDENTI, M. REIS, D. A. (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007, p.32.

No Brasil, esses debates suscitaram um grupo mais inclinado a uma renovação do marxismo brasileiro em contraste ao grupo “pragmático” que permanecia enredado na tese da Frente única pelas liberdades democráticas.

As reiteradas permanências entre os elementos teóricos programáticos chocavam-se com as formas específicas que a modernização burguesa assumia no país, orientando cada vez mais as análises menos enrijecidas na direção de uma democracia de massas, naquilo que Segatto e Santos denominaram de “valorização da política”, aumentando o ângulo entre os pecebistas e as frações armadas. A viragem do partido ao “princípio da realidade” deu-se, segundo estes autores, a partir do suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, buscando referências, primeiro no marxismo político de Lênin e depois nos intensos debates dos anos 1956/57 sobre a herança stalinista, alcançando posteriormente as interpretações de extração gramsciana⁴¹⁶.

Essas influências eram perceptíveis em documentos elaborados pelo partido na década de 1960, como o “Informe de balanço do Comitê Central dos debates do VI Congresso” (1967) e a “Resolução política do Comitê Estadual da Guanabara” (1970). Este último trazia análises do quadro político que combinava o tempo breve dos acontecimentos, referindo-se ao endurecimento do regime no final de 1968, com fatores de médio e longo prazo, tais como conflitos políticos dentro do regime e a crise econômica, entre outros fatores.

Mas será no período entre 1976-1979, por meio da experiência no exílio, que a influência gramsciana aparecerá nos documentos pecebistas, como nas resoluções políticas do comitê central, de dezembro de 1977 e de novembro de 1978⁴¹⁷. Este último documento colocava a “luta pela democracia” como parte integrante da luta pelo socialismo, concebia o pluripartidarismo, o fortalecimento da sociedade civil onde os cidadãos pudessem expressar-se por meio de:

uma rede de organizações de base (comissões de empresa, associações de bairro, comunidades de inspiração religiosa, etc.), capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais⁴¹⁸.

⁴¹⁶ SEGATTO; SANTOS, 2007, p.32.

⁴¹⁷ Ibid.

⁴¹⁸ Resolução Política, Novembro de 1978, In: *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*, 1980, p.292.

O princípio se inverteu, não mais trazer a consciência “de fora”, mas partir da *experiência* das classes subalternas, da cotidianidade que lhes é imanente, sem esquemas *pré-concebidos* a serem aplicados à realidade.

Contudo, o texto que inaugurou de modo mais significativo a discussão sobre o papel da democracia no caminho de uma sociedade socialista, foi “A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho, publicado na revista “Encontros com a Civilização Brasileira” de março de 1979, seguido pela entrevista dada ao Jornal do Brasil por alguns membros do Comitê Central ainda no exílio, “O PCB encara a democracia”, de 20 de abril de 1979.

A argumentação de Coutinho se baseava no fato de que se generalizava entre os marxistas ocidentais a crítica ao Estado soviético, não mais considerado como modelo para uma sociedade socialista, resultando em uma nova concepção da relação entre socialismo e democracia. Essas premissas teriam sido expressas de modo paradigmático por Enrico Berlinguer, em seu pronunciamento em Moscou, no ano de 1977, quando do 60º aniversário da Revolução de Outubro. Para o líder do Partido Comunista Italiano (PCI), a democracia tinha um valor intrínseco e *historicamente universal* para uma sociedade socialista, em oposição às concepções que têm a democracia como valor instrumental, “puramente tático”, pois lhe seria inerente a forma e o conteúdo próprios da dominação burguesa.

Quando se refere a valor *universal* da democracia, Coutinho se remetia não às limitadas formas concretas que as democracias formais assumiram institucionalmente naquele contexto histórico, “mas o processo pelo qual a política se socializa e progressivamente propõe novas formas de socialização do poder”, como “um momento fundamental da concepção marxiana de socialismo”, que implica “não apenas a socialização da propriedade, mas do poder”⁴¹⁹.

Na verdade, se no país a relação entre democracia e socialismo era ainda uma conjunção bastante mal resolvida e só ganhou contornos mais matizados tardiamente, dentro do marxismo já ia longe o debate dessa questão, com destaque para os confrontos entre Eduard Bernstein e os representantes da social democracia europeia e, entre estes e os comunistas a partir de 1914, e as divergências no

⁴¹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. Entrevista. *Teoria e Debate*. Edição 51. jul.2002. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/carlos-nelson-coutinho?page=full>. Acesso em 23out.2012.

interior do próprio movimento comunista internacional, com a polêmica entre Rosa Luxemburg e Lênin após a Revolução Russa de 1917⁴²⁰.

Com relação à expressão “eurocomunismo”, termo que passou a designar as discussões sobre o par socialismo-democracia na Europa da década de 1970, a essa altura já era tomado pejorativamente pela tradição marxista-leninista como “revisionista” e mesmo “socialdemocrata”. Surgiu pela primeira vez no cenário político em um artigo do periódico milanês *Giornale Nuovo*, pelas mãos do jornalista iugoslavo exilado na Itália, Frane Barbieri, em junho de 1975. O termo procurava exprimir a aproximação entre partidos comunistas da Europa Ocidental, sobretudo o PCI de Berlinguer, o PCF dirigido por Georges Marchais e o PCE, representado por Santiago Carrillo, os quais estabeleceram uma interlocução em torno de princípios voltados a implementação de uma sociedade socialista em países de capitalismo desenvolvido e uma economia de mercado consolidada, ao mesmo tempo em que afirmavam sua diferença com relação ao socialismo realmente implantado na União Soviética e no Leste europeu, caracterizado pela extrema centralização política, econômica e ideológica⁴²¹, e que resultaram em eventos como a repressão da Revolução Húngara em 1956, a invasão da Tchecoslováquia em 1968. Essas discussões sofreram também a influência da ascensão do socialismo no Chile pela via eleitoral em 1970, como evidência histórica da possibilidade de uma via pacífica na construção de uma sociedade socialista, experiência depois abortada pelo golpe do General Augusto Pinochet, em mais um capítulo da Guerra Fria na América Latina.

A questão nodal era então a manutenção e o aprofundamento de formas democráticas e do pluralismo na temática da transição entre capitalismo e socialismo, pensada não mais a partir de uma ideia de revolução *putchista* realizada por uma vanguarda decidida a tomar o poder, mas assentada na concepção de um *bloco histórico*⁴²² capaz de substituir gradualmente as velhas formas capitalistas e de Estado, abrangendo suas dimensões política, econômica e simbólica.

⁴²⁰ BUONICORE, 2007, p.2.

⁴²¹ MONDAINI, Marco. *Há Trinta anos, o eurocomunismo*. Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=535&page=visualizar>. Acesso em: 19nov.2012.

⁴²² A noção de *bloco histórico* em Gramsci não deve ser confundida com meras alianças sociais, bloco social ou mesmo pacto políticos. Trata-se de um conceito histórico e analítico que subsume uma “reciprocidade necessária” entre estruturas e superestruturas, em um processo dialético real envolvendo a questão das alianças e intelectuais, do consenso, da direção política e cultural em um bloco histórico concreto. Disponível em:

Para a defesa da autonomia da Europa frente à bipolaridade geopolítica estabelecida entre Estados Unidos e União Soviética, Berlinguer sustentou no relatório de abertura do XIV Congresso do PCI, ocorrido em março de 1975, um conjunto de reflexões sobre os nexos existentes entre socialismo e democracia com base na tradição do pensamento comunista italiano representada por Antonio Gramsci. Essas proposições se dão no contexto político interno da afirmação da estratégia do *compromisso histórico* com a Democracia Cristã, firmada em 1973.

O objetivo era a formulação de uma estratégia de transição ao socialismo capaz de conciliar o respeito às regras do jogo democrático às potenciais disrupções características da edificação de uma nova ordem, “radicalmente diversa da velha ordem social – ainda no tempo presente”⁴²³, o que, a princípio, a diferencia da proposta social democrata na medida em que propõe a *superação* do regime capitalista, e não sua mera reordenação. Partindo do pressuposto da gênese e do papel fundamental da categoria *trabalho* na economia capitalista, a proposição que permanecia inequívoca para os comunistas envolvidos nessas discussões é que houvesse uma ruptura com as formas de extração de trabalho na produção das mercadorias⁴²⁴.

O próprio Berlinguer utilizará pela primeira vez em público, no comício conjunto entre o PCF e PCI realizado em Paris no primeiro semestre de 1976, a expressão *eurocomunismo*, em companhia de um reticente Marchais, reafirmando a necessidade da existência da liberdade de expressão e de imprensa, da alternância de poder e da defesa da pluralidade partidária em articulação com o conceito gramsciano de hegemonia⁴²⁵.

De todo modo, se no plano dos princípios o eurocomunismo avançava sérias questões postas ao movimento comunista internacional naquele momento, a realidade política era bastante diversa, com uma rápida ascensão da aliança do PCI com a Democracia Cristã Italiana nas eleições de 1975 e 1976, confrontada, entretanto, com as ações extremistas pautadas no terror, à direita e à esquerda, a qual culminou no sequestro e assassinato do líder democrata-cristão

http://www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=632. Acesso em: 19nov2012.

⁴²³ MONDAINI, 2012.

⁴²⁴ CHAUI, Marilena Sousa. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2003.

⁴²⁵ MONDAINI, 2012.

Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas, e com as retaliações norte-americanas e divergências junto à política soviética no cenário internacional, que abortaram na prática as premissas para implementação de uma alternativa ao já esclerosado socialismo existente no leste europeu.

No Brasil, as representações de *democracia* só irrompem de modo significativo no seio da sociedade civil em geral quando os movimentos tradicionais de esquerda, armados e não armados, encontram-se quase que totalmente desarticulados e o governo Geisel já não consegue disfarçar a voracidade dos órgãos da repressão, que atingia indistintamente os resquícios de militantes envolvidos com grupos armados, operários em movimentos paredistas e jornalistas, com o caso notório de Vladimir Herzog, que em outubro de 1975 foi assassinado nas dependências do II Exército em São Paulo, onde fora simulado um suicídio, em um ato duplamente ignominioso da repressão, por se tratar de um membro da comunidade judaica, provocando grande comoção na sociedade como um todo e pondo em cheque de modo irreversível a legitimidade de um regime que se beneficiava do terror para governar.

A partir de então, é possível verificar que no léxico político da esquerda, *democracia* adquire proeminência sobre *revolução*, quando então se alargou a influência teórica de Antonio Gramsci no Brasil, a qual deu maiores subsídios na interpretação 'ocidental' da formação social brasileira e na elaboração de estratégias democráticas na luta pelo socialismo no país.

Sem que haja possibilidade de aprofundar aqui o pensamento gramsciano, introduziremos alguns conceitos fundamentais no seu pensamento, como hegemonia, guerra de posições e intelectuais orgânicos, e onde é central a relação entre revolução e democracia na formulação de uma estratégia para superar as *revoluções passivas* que consolidaram a hegemonia burguesa no mundo contemporâneo.

Gramsci tinha em vista as vicissitudes do movimento operário europeu e as influências positivistas no pensamento marxista no princípio do século XX, traduzida em um viés determinista que considerava o socialismo inelutável na história da humanidade. Em sua teoria política, os diferentes grupos sociais possuem, por meio de seus intelectuais orgânicos, a capacidade de formular concepções de mundo universalizantes, ou seja, elaborar uma ideologia de classe

representada como universal, o que lhe permitiria exercer a hegemonia, unificando um bloco social que é heterogêneo e marcado por contradições.

Para Gramsci, por meio dessa hegemonia e a estreita relação entre teoria e prática, seria possível uma reforma moral e intelectual e a construção de uma nova ordem civilizatória orientada para uma sociedade socialista. É importante frisar que as noções de consenso e coerção coexistem no conceito de hegemonia, considerando o período de transição após a tomada do poder pela classe trabalhadora, em função da existência de adversários dos interesses hegemônicos. Do ponto de vista estratégico, a democracia cumpre um papel *anterior* à revolução, alargando os espaços de participação das classes subalternas, e após a instauração de um novo bloco histórico, uma síntese entre base e superestrutura que supere a democracia burguesa⁴²⁶. Nesse sentido, é inescusável observar em Gramsci uma concepção ainda instrumental de democracia em direção ao socialismo.

Quanto à “guerra de posição” para a conquista do Estado, compreende uma temporalidade diferente da estratégia de ataque frontal oriunda da guerra de movimento da tradição bolchevique, pois está fundada na construção de uma hegemonia e do consenso no interior do próprio Estado. No estágio do capitalismo avançado, predominante nas sociedades ocidentais, o Estado é constituído por uma rede de aparelhos privados de hegemonia onde não seria eficaz uma guerra frontal, sendo necessário que o partido, por meio de seus intelectuais orgânicos, ocupe gradualmente postos no interior dos aparelhos de hegemonia e com isso possa lograr maior influência em instituições como escola, igrejas, organizações sociais, etc. para alcançar a direção hegemônica da sociedade civil e realizar a reforma moral e intelectual que consolide a dominação da classe trabalhadora sobre o Estado. O Estado por sua vez, se extinguiria na medida em que a sociedade política fosse sendo reabsorvida na sociedade civil, sendo então dispensados os mecanismos de coerção.

No processo de transformação o principal agente seria o partido político, “Intelectual coletivo” ou “orgânico”, o “moderno príncipe” de Maquiavel, direcionado à construção de um novo sistema hegemônico, o qual, de acordo com a interpretação de Ana Maria Said dos escritos gramscianos,

⁴²⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, passim.

[...] não deve ser democrático, mas centralizador, já que deve ser coordenado nacional e internacionalmente. Para que viva e esteja em contato com a massa, é preciso que cada membro do partido seja um elemento político ativo, um dirigente. É por isso fortemente centralizado, fazendo-se uma vasta obra de propaganda e de agitação em suas fileiras [...] contra a democracia burguesa existente, com o centralismo democrático⁴²⁷.

De fato, a recepção de Gramsci no Brasil se deu em diferentes chaves interpretativas.

Herdeiro das discussões “eurocomunistas” no Brasil, Carlos Nelson Coutinho propunha um protocolo de leitura diferenciado da interpretação feita por Ana Maria Said, para quem, no entendimento da obra de Gramsci, é imprescindível compreendê-lo como um bolchevique⁴²⁸.

Com relação à “forma partido”, por exemplo, Coutinho defende a sua coexistência com os demais movimentos sociais, preservando do pensamento leninista a concepção de que o partido encarna o interesse universal da classe social, como mediador entre o particular e o universal e que permite a passagem de uma consciência sindical para uma consciência política, “o partido pode e deve por em discussão a própria ordem social”⁴²⁹. Gramsci considerava essa passagem do momento econômico corporativo para o ético político como uma “catarse”, sendo ela função da “forma partido”. Coutinho considera, contudo, a forma assumida pela III Internacional de um partido rigidamente centralizado e disciplinado como superada. Gramsci teria uma definição muito clara do partido, enquanto uma função necessária da luta social, enquanto instância de passagem do particular ao universal. Ao mesmo tempo, tinha uma concepção flexível de partido: se o partido não cumpre sua função, um movimento social, um grupo de intelectuais, um jornal, um grupo guerrilheiro podem funcionar como um partido, na medida em que seja necessário que movimentos sociais que tinham uma dimensão particular assumam as funções de partido⁴³⁰.

Outro aspecto importante na interpretação do processo de transição ao socialismo e a função dos mecanismos de persuasão e de coerção é o fato de que, tanto na fase de transição quanto no socialismo propriamente dito, haverá

⁴²⁷ SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.80.

⁴²⁸ Ibid, p.203.

⁴²⁹ COUTINHO, 2002.

⁴³⁰ Ibid.

demandas de uma democracia política no sentido da construção de soluções para as situações que surgem na cotidianidade, reino da contingência, pois

[...] o socialismo continua a gerar interesses e opiniões divergentes sobre inúmeras questões concretas; e isso porque – ao contrário do que afirma a concepção stalinista – o processo de extinção das classes faz certamente com que a sociedade *tenda* à unidade, mas não significa de modo algum a sua completa homogeneização. E, dado que mesmo essa unidade tendencial é uma unidade na diversidade, é fundamental que tais interesses divergentes encontrem uma forma de representação política adequada. A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimidade da hegemonia através da obtenção permanente do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, tanto as que nasceram com a sociedade burguesa quanto as que resultam das lutas populares no interior do capitalismo, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista⁴³¹.

Essa reflexão de Coutinho remete ao que foi denominado de “socialização da política” pelo debate marxista italiano de autores como Umberto Cerroni e Luciano Gruppi, com destaque para Pietro Ingrao. No entanto, o próprio Lênin, em “O Estado e a Revolução”, já observara que o capitalismo não poderia se manter se todos os homens participassem efetivamente na gestão do Estado⁴³².

Pietro Ingrao, pensando a partir da perspectiva togliattiana de “democracia progressiva”, formula modos de articulação entre organismos democráticos de base e “a vida das grandes assembleias eletivas”, como maneira de garantir a presença organizada das massas nos processos sociais e políticos, contra a separação e o cupulismo das assembleias e mesmo dos partidos políticos⁴³³.

A ideia subjacente é a própria constituição do “autogoverno dos produtores associados”, referida por Marx e Lênin. Para Togliatti e Ingrao, a diferença subsumida pela noção de “democracia progressiva” está na construção da hegemonia e do “autogoverno” *antes* da conquista do poder estatal pelas massas trabalhadoras⁴³⁴, ou seja, quando a sociedade civil se torna mais complexa e pluralista, a consolidação de uma ampla hegemonia deve preceder a tomado do poder, “a classe revolucionária já deve ser *dirigente* antes de ser *dominante*”⁴³⁵.

⁴³¹ COUTINHO, Carlos Nelson *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, p.24.

⁴³² COUTINHO, 1984, p.29.

⁴³³ INGRAO, Pietro. *Massa e Poder*. Civilização Brasileira: 1980, p.90-91.

⁴³⁴ COUTINHO, op. cit, p.32.

⁴³⁵ Ibid, p.83.

É assim que, dentre as discussões que se travaram no interior do PCB em fins da década de 1970 sob os influxos não apenas de Gramsci, mas dos textos de outro autor marxista como Georg Lukács, resgatado da filosofia e da literatura, relevou-se no grupo dos “renovadores” aquilo que Segatto e Santos denominaram de “papel específico da política – e não dos meios revolucionários *strictu sensu*” na transformação da sociedade⁴³⁶.

É então a partir dessas discussões e a crise interna que tomou corpo no seio do partido que se configurou uma nova tentativa de renovação no PCB. Prestes entrara em rota de colisão com a maioria do partido, sobretudo com os renovadores, herdeiros das discussões sobre a questão democrática em chave eurocomunista.

Já no princípio dos anos oitenta, o debate passou a ser veiculado pelo jornal *Voz da Unidade*, controlado inicialmente pelo grupo renovador, composto, entre outros, por Marco Aurélio Nogueira, Giocondo Dias, que passou a secretário do CC quando Prestes saiu do partido, Luís Werneck Vianna, Luís Sérgio Henriques, Leandro Konder, Moisés Vinhas e Armênio Guedes.

O jornal foi apresentado ao público por Marco Aurélio Nogueira em 30 de março de 1980, com o artigo *Democracia e socialismo*, onde Nogueira afirmava:

O Jornal Voz da Unidade surge como veículo de uma corrente de pensamento que concebe a democracia como elemento essencial do socialismo e que, por isso, faz a sua luta pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas e aberta à participação das grandes massas. [...] Para nós, apenas o socialismo pode oferecer soluções definitivas para os problemas fundamentais da nação. Mas esse processo tem como pressuposto indispensável a intervenção organizada das massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático⁴³⁷.

Prestes ainda no partido, propôs uma frente ampla dos partidos de esquerda e a legalização do PCB.

No segundo número do *Voz da Unidade*, mudando o tom, o líder histórico publicou uma *Carta aos Comunistas*, onde se posiciona contra a cúpula do partido e o seu reboquismo em relação à burguesia

⁴³⁶ SEGATTO; SANTOS, 2007, p.44.

⁴³⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Democracia e socialismo*. *Voz da Unidade*, São Paulo, p.8-9, 30mar.1980, apud SAID, 2009, p.137.

As divergências se aprofundaram ao limite e na sequência, com a declaração da vacância do cargo de secretário geral ocupada até então por Prestes, o PCB indicou Giocondo Dias para o cargo, com o qual se tornou o dirigente máximo do partido. Convocado para esclarecer sua posição, o antigo secretário não comparecera, tendo a vacância do cargo sido formalizada em maio de 1980.

O documento elaborado pelo novo secretário geral, “Sobre a situação política atual”, passou a configurar assim a nova concepção do PCB no início da década de 1980, onde Giocondo Dias afirmou textualmente que não se tratava de conceber a democracia como uma expediente tático ao qual se recorre contra a repressão e o arbítrio, mas “uma necessidade histórica concreta: o socialismo a ser construído pelo povo brasileiro [...] exige a conquista e ampliação das liberdades democráticas e será a expressão da mais ampla liberdade e democracia”⁴³⁸.

O debate prossegue no ano seguinte por meio do *Voz da Unidade*, e Leandro Konder reforçou os argumentos a favor da prioridade da questão democrática para o PCB como única forma de expressão de uma política de massas⁴³⁹.

Em maio de 1981 foram publicadas as *Teses para um debate nacional de comunistas pela legitimidade do Partido Comunista Brasileiro*. Predomina a ênfase do grupo renovador nas formulações sobre o papel central da democracia:

[...] Segundo a nossa concepção democrática, lutamos pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar as suas ideias e aspirações através de uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresa, associações de bairros e profissionais, comunidades de inspiração religiosa, etc.) [...] É possível que a revolução brasileira alcance os seus objetivos prescindindo da luta armada, da insurreição e da guerra civil [...] A vida comprovou o acerto da posição assumida pelos comunistas desde 1964, que sempre sustentaram ser a ação política das grandes massas do povo e das forças políticas o caminho para derrotar a ditadura, conquistar a democracia e levar adiante a revolução brasileira⁴⁴⁰.

⁴³⁸ DIAS, Giocondo. Sobre a situação política atual. *Voz da Unidade*, São Paulo, p.11, nr. 8, 05-12 jun 1980, apud SAID, op.cit., p.142.

⁴³⁹ KONDER, Leandro. *Voz da Unidade*. São Paulo, nr 50, 27mar a 02abr.1981, apud SAID, 2009, p.151.

⁴⁴⁰ *Teses para um debate nacional de comunistas pela legitimidade do Partido Comunista Brasileiro*, 1981, p.17-18, apud SAID, op.cit., p.152.

A réplica veio, entre outros artigos, no texto de Clarice Souza Reis, militante do PCB, que em outubro publicou “Seria a democracia um valor universal?”, fazendo eco à oposição já esboçada anteriormente por Décio Saes, em seu artigo “A democracia burguesa e a luta proletária”. Com base em uma reflexão de Engels em *Ludwig Feurbach e o fim da Filosofia Clássica Alemã*, Saes construiu seu argumento demonstrando como a democracia, seja sob hegemonia burguesa ou proletária, enquanto produto histórico de relações concretas, não pode ser reduzida aos objetivos e intenções de uma única classe, admitindo inclusive o fato de que a democracia não fazia parte das aspirações políticas iniciais da burguesia⁴⁴¹.

Em *Notas sobre a discussão da democracia*, Salomão Malina também critica a democracia como valor universal, defendendo uma democracia socialista e enfatizando seu caráter de classe⁴⁴².

Em outro artigo crítico da via eurocomunista, Sérgio Cordeiro de Andrade, remetendo-se a Lênin, critica Coutinho afirmando que a passagem ao socialismo “somente se daria com a revolução violenta, afirmação essa reiterada insistentemente por Engels [...]”⁴⁴³.

Já João Quartim de Moraes considera que, desde que sobre a base capitalista de produção, a democracia será sempre a forma política de dominação da burguesia, necessitando em consequência, de uma ruptura na ordem do capital rumo à ordem socialista. Contudo, não descarta a possibilidade de transição ao socialismo pela via democrática, a qual não se confundiria com pacífica, na medida em que o marxismo não nega em princípio essa possibilidade, frisando que na verdade a recusa dessa via seria típica da burguesia, recordando as dezenas de golpes contra governos de esquerda como evidência desse fato⁴⁴⁴.

Enfim, configuraram-se dois campos opostos em função da questão democrática, onde, um de seus extremos considera que haveria uma fetichização da

⁴⁴¹ SAES, Décio. A democracia burguesa e luta proletária. In *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. Campinas: IFCH, Unicamp, 1994.

⁴⁴² MALINA, Salomão. Notas sobre a discussão da democracia. *Voz da Unidade*, São Paulo, p.5, 18-25dez.1981. apud SAID, op. cit, p.161.

⁴⁴³ ANDRADE, Sérgio Cordeiro de . Considerações sobre a questão democrática. *Voz da Unidade*, São Paulo, p.6, 15-21janr1982, apud SAID, 2009, p.162.

⁴⁴⁴ MORAES, J.Q. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*. p.15 Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:HVe2hA_RTMwJ:www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/01quarti.pdf+contra+a+canoniza%C3%A7%C3%A3o+da+democracia&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESihCMA90jl9dfocF8rLzRrKfbNEWJy5f2FPpiAW_zjwjDrK9EH0zUT0mp8x0d1seINatBEyHHgP_zMfsQnr9WV0ltfleCXDQ8h2iSG_8lUw54GaQP7qTBF1cV0AlfG5epquJ2aV&sig=AHIEtBSBnwezKLxCzzESOQxpru90wJ7PGg. Acesso em: 20nov.2012.

democracia, sobretudo como valor universal, e o outro, que há uma desqualificação da democracia como sendo inerentemente burguesa.

Vem o VII Congresso do partido iniciado em dezembro de 1982 (concluído apenas em 1983 devido à invasão da polícia) e ocorre a inevitável defecção dos renovadores que acabam migrando para outras legendas partidárias como o PMDB, PTB e o nascente PT.

No decorrer da década de 1980 os debates continuaram induzindo o partido ao esgarçamento em função de posições consideradas inconciliáveis. Sua já combalida influência na sociedade e nas esferas políticas entrou em descenso, refletido na insignificante representação parlamentar que alcança após a obtenção do ambicionado registro legal em 1985.

Em seu VII Congresso, em 1987, a principal tese consistia na formação de um novo “bloco social e político”, ou “bloco histórico democrático” com o objetivo de construir uma hegemonia no mundo do trabalho e da cultura por meio de uma política ampla de alianças, enfatizando o fortalecimento da sociedade civil e política com a ampliação da cidadania e a construção de um “Estado de direito democrático, estruturado de forma a permitir transformações progressivas nos seus próprios marcos” ⁴⁴⁵ tornando perceptível a permanência das interpretações gramsciana de viés eurocomunista nas formulações partidárias.

Contudo, a irredutibilidade algo costumeira das posições militantes que concebiam o partido como detentor de uma missão histórico-universal exclusiva da representação da classe operária levou os embates internos a uma situação inconciliável e no documento do IX Congresso, a fração renovadora anunciou o abandono do paradoxo da cultura política fundada no arquétipo de 1917, que fazia o partido oscilar ambivalentemente entre a questão da reforma e da revolução, deixando de lado “a tradição comunista que via o capitalismo e o socialismo como modos de produção fechados, sendo que esse último só seria passível de construção após uma ruptura, entendida como um momento crucial de “explosão” e captura do poder estatal” ⁴⁴⁶, e concebendo o processo político como o desenvolvimento de elementos socialistas nas “brechas” do próprio capitalismo, nas práticas incrustadas no cotidiano pelos atores diversos e não como resultado de

⁴⁴⁵ Uma Alternativa Democrática para a crise brasileira. Encontro Nacional pela Legalidade do PCB. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

⁴⁴⁶ SEGATTO; SANTOS, 2007, p.47.

uma determinação histórica, considerando possível uma “ultrapassagem do capitalismo” pelo aprofundamento da ‘interpenetração entre Estado e sociedade e entre economia e política, e que se viabilizaria com base num amplo processo de autonomização sociopolítica e cultural das classes subalternas”⁴⁴⁷.

O documento do IX congresso afirmava também a necessidade de superação do “taticismo”, do “partidarismo” e do “corporativismo” pela radicalidade democrática, com o abandono de uma identidade auto referenciada em prol da incorporação da experiência dos grupos sociais, políticos e culturais que se haviam alargado e diversificado na sociedade brasileira contemporânea.

Os novos pressupostos pecebistas passaram a assentar-se na democracia e cidadania, vistas em sua dimensão social, política e econômica, na reforma democrática do Estado entendida como uma profunda reconstrução da política e do Estado, implicando em formas de participativas de gestão e controle da cidadania com prevalência do interesse público sobre o privado, e na transformação substancial do capitalismo brasileiro com controle social da produção e circulação e a participação dos trabalhadores na gestão e distribuição de lucros, promovendo a emancipação da força de trabalho como forma de superação da alienação do processo produtivo.

Sobre a “forma partido”, recusava-se o centralismo democrático como modelo incapaz de dar conta das demandas de alargamento da participação democrática e se aceitava “a convivência com a diferença e o dissenso, entendidos não como desvio, fracionismo ou cisão, mas como momento ativo na elaboração e na montagem da ação política”⁴⁴⁸.

Outro aspecto importante, diz respeito a uma alternativa democrática para além da questão nacional como forma de enfrentar os mecanismos de dominação e exploração em nível internacional e de luta por uma nova ordem mundial baseada no pluralismo contra os poderes hegemônicos e pela consolidação de uma cultura política democrática.

Como epílogo de representações inconciliáveis sobre o caminho para o socialismo, o cisma se consuma no IX Congresso em 1991, com a proposta de dissolução do partido por um lado e a preservação da legenda, de outro, cada qual efetivando na prática as suas deliberações à revelia do grupo divergente. A

⁴⁴⁷ Ibid, p.48.

⁴⁴⁸ SEGATTO; SANTOS, 2007, p.52.

diáspora novamente carregou a maioria dos militantes desgarrados, sobretudo ao PT e ao PMDB, sendo que o Partido Popular Socialista (PPS), pressuposto sucessor do partido não se revelou capaz de promover uma síntese do pecebismo que fundamentasse uma nova formação política que pudesse expressar de maneira adequada as demandas da sociedade brasileira contemporânea.

No XI Congresso realizado, em 1996, pelos militantes que reivindicaram a conservação da legenda do PCB histórico, os paradigmas nacional-libertadores e etapistas que permaneciam em seus programas desde a cisão com o PPS foram superados, mantendo sua concepção marxista-leninista de partido e a forma do centralismo democrático que lhe corresponde. Já em 2005, no seu XIII Congresso, o partido reafirmou a necessidade de uma revolução socialista como um processo complexo e não determinado, como uma possibilidade histórica a ser construída, demonstrando a sua intenção de continuar buscando alternativas exequíveis à superação da sociedade capitalista.

Com efeito, para os propósitos deste trabalho, de registrar a ascensão da “questão democrática” no seio do PCB no decorrer da segunda metade do século passado, com ênfase nas décadas de 1960 e 1980, importou-nos analisar de que modo e até que ponto os comunistas se colocaram a questão da democracia e refletir sobre as formas que essa discussão assumiu.

Para os analistas mais ligados à tradição marxista-leninista, como João Quartim de Moraes e Antonio Carlos Mazzeo, desde a denominada redemocratização pós-Estado Novo, em 1945, o PCB manifestava sinais inequívocos da irrupção da questão da democracia, sem que esta fosse, no entanto, confundida com uma via exclusivamente pacífica para o socialismo, conforme demonstrado anteriormente.

Para Daniel Aarão Reis Filho, o processo de transformação do partido foi determinado inicialmente por fatores internos, relacionados às críticas ao Manifesto de Agosto de 1950, francamente favorável à luta armada, levando à formulação da resolução política “A Unidade e a Organização da Classe Operária”, em 1952, onde se elaboraram novas orientações para o movimento sindical, criticavam as posturas “esquerdistas” e “negativistas” em relação às lutas por

conquistas mais imediatas e parciais, tanto quanto o desprezo pelo trabalho sindical⁴⁴⁹.

Não é possível estabelecer aqui uma relação de causalidade entre essas críticas e os conflitos de Porecatu, sobre os quais o partido manteve solene silêncio com a exceção do texto de Clodomir Moraes, *Las Ligas Campesinas de Brasil*, publicado na década de 1970, para o qual não localizamos traduções em português. Contudo, é razoável sugerir que a experiência no Norte do Paraná serviu de referência concreta para o partido nas análises que passaram a informar suas críticas ao modelo insurrecional defendido pelo Manifesto de Agosto.

De fato, antes que as revelações feitas no XX Congresso do PCUS impactassem o Movimento Comunista Internacional de forma devastadora, o PCB atuara na “greve dos 300 mil” realizada em São Paulo, em 1953. Em seguida, o Manifesto de Setembro de 1954, do Comitê Central, propôs novas possibilidades de alianças de classes e a valorização do jogo institucional, da defesa da Constituição, mesmo com todas as restrições que ainda continha, e da formação de uma ampla união em torno das lutas nacionais. Em que pese as permanências no programa do IV Congresso, de 1954, no ano seguinte, os comunistas aderiam sem reservas ao caminho eleitoral, e colocavam a defesa das liberdades democráticas no centro de sua estratégia⁴⁵⁰.

É também a partir dessas críticas que, a partir de 1956, com a fundação do primeiro sindicato rural do Paraná em Londrina, o movimento sindical na região Norte do Paraná passou a ser uma verdadeira “correia de transmissão” para o crescimento vertiginoso que o PCB experimentou desse período até a consumação do golpe.

Para Segatto e Santos, como mencionado anteriormente, a guinada fundamental se deu em agosto de 1954, com a morte de Getúlio Vargas, a sua aproximação com o PTB, e o ingresso definitivo no campo sindical que o colocava em contato mais próximo com as massas, confirmando também a tese dos fatores endógenos para a sua inclinação aos problemas da democracia, depois contundentemente postos pelos debates suscitados com o *Relatório Krushev*,

⁴⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.84.

⁴⁵⁰ REIS FILHO, 1990, p.85.

intensificados em 1956/57 e que finalmente desaguaram no Manifesto de Março de 1958.

Quanto aos fatores externos, destacamos as razões do Estado soviético prevalecendo sobre os interesses do Movimento Comunista Internacional (MCI). Essas razões teriam componentes estratégicos políticos e econômicos – o esgotamento do “comunismo de guerra” traduzido no tratado comercial assinado em 1921 com a Inglaterra e a renúncia à difusão de propaganda revolucionária nas regiões sob influência britânica, a implementação de uma série de medidas econômicas (Nova Política Econômica – NEP) e o incremento da sua diplomacia com os países limítrofes na busca de maior inserção no contexto geopolítico consoante ao interesse em assegurar e expandir uma base comercial internacional, haja vista os limites que um isolamento de origem ideológica poderia impor à sobrevivência do regime, no que foi denominado posteriormente de “coexistência pacífica”⁴⁵¹.

Contudo, outro fator fundamental que atuou como catalizador das formas e conteúdos políticos assumidos pelo movimento comunista representado pelo PCB, conforme verificamos, foi a circulação em nível interno, das representações em negativo massificadas pelos meios de disseminação os mais diversos, inclusos os com vínculo internacionais diretos, da associação entre os pares de opostos *comunismo e totalitarismo versus democracia e capitalismo*, mesmo após a instauração do regime militar, nas formas *sui generis* que este assumiu no Brasil.

No ocidente, a exploração estratégica das representações teratológicas do modelo soviético de um lado, e as correspondentes representações do capitalismo como o grande e único responsável por todas as mazelas da humanidade, tiveram no período da denominada *Guerra Fria* um de seus mais importantes e decisivos capítulos no século XX, denotando a centralidade da questão das representações e de seus suportes na construção das subjetividades sociais e individuais.

Ao mesmo tempo, demonstram a complexa interação na contemporaneidade entre as escalas local e global e a necessidade de pensar criticamente a intersecção da própria experiência em face à colonização cultural e

⁴⁵¹ MAZZEO, 1999, p.39.

epistemológica, naquilo que Walter Mignolo denominou a *colonialidade do saber e a diferença colonial* que historicamente construiu uma geopolítica do conhecimento que subalterniza saberes, povos e culturas.

Nesse sentido, a transposição mecânica do pensamento marxista, assomada à ausência de uma experiência similar à social democracia europeia à época da II Internacional, a influência tenentista, os caracteres pré-existent de uma cultura política autoritária e o positivismo, tornaram suas interpretações bastantes comprometidas e desconectadas da realidade brasileira, as quais levaram o partido à incapacidade de assimilar efetivamente os novos sujeitos históricos que entravam em cena. Contudo, mesmo arcando com esse pesado ônus, o PCB cumpriu um papel inegável na política e na cultura nacional, de maneira que não é possível compreender a nossa história republicana sem considerar a ação e representação desse agente político em grande parte dos movimentos sociais e políticos ativos no país desde a década de 1920 até o ocaso da ditadura militar já na década de 1980.

5.2 Movimento Cultural e Estudantil em tempos de Ditadura

Com a saída da cena política do PCB londrinense após o golpe de 1964, e parte de seus líderes lançados no cárcere ou clandestinos, os movimentos sociais de caráter eminentemente político foram arrefecidos. O desgaste sofrido pelo movimento comunista encarnado pelo PCB se refletia no descrédito que o partido experimentou em nível nacional, como no local, seja pela fermentação anticomunista que indispunha a população em geral com os militantes vermelhos, seja pelas críticas feitas pelos demais movimentos de esquerda ao velho *Partidão*, cujo rótulo mais recorrente era o de “reboquista”, o que acabou por impugná-lo ante a nova geração de jovens que surgia no bojo do regime ditatorial, geração prenhe de ação, traduzida por um lado pelos movimentos armados inspirados, sobretudo nos exemplos chinês e cubano, e por outro pela inquietação com os significantes e significados que circulavam na pesada atmosfera que então se respirava.

Nos primeiros anos sob a ditadura, com os partidos proscritos da cena política, o movimento estudantil representou a principal força de oposição no

país. No princípio, o movimento local não adquirira grande expressão, em boa parte devido à existência isolada de faculdades que só viriam a se reunir na universidade local em 1971 e ao movimento secundarista, reunido na União Londrinense de Estudantes Secundaristas (ULES), que, segundo Apolo Theodoro, até 1967 se limitava a promover bailes e a confeccionar a carteira estudantil. Na verdade, havia uma divisão no interior do movimento estudantil local, com uma ala mais combativa que procurava ampliar suas atividades contra o regime⁴⁵².

Prova disso é que, em 1966, o Jornal Folha de Londrina era acusado de abrigar jornalistas subversivos, por dar cobertura a passeatas estudantis que estavam ocorrendo na cidade, “[...] não parece restar dúvida de que a Folha de Londrina acha-se em grande parte minada por elementos de esquerda, o que poderá ter resultados prejudiciais à pacificação política da região. [...]”⁴⁵³.

Nos anos seguintes, enquanto uma parte dessa militância acabou se aproximando de movimentos mais inclinados à luta armada,⁴⁵⁴ outra resolveu reestruturar o movimento estudantil pela base e iniciar um grupo de teatro, cujos integrantes vão depois atuar no movimento universitário, entre eles Tadeu Felismino, Marcelo Oikawa, Nilson Monteiro, Roldão Arruda e Célia Regina⁴⁵⁵.

Já no emblemático ano de 1968, uma grande movimentação cultural tomou conta da cidade a partir da criação dos festivais universitários, envolvendo música popular, jograis, literatura, artes plásticas, poesia, esporte, com destaque para o teatro, como que procurando expressar por meio do movimento do corpo e da cultura, toda uma energia que ficara retida em função dos diques impostos pelos acontecimentos de 1964.

Simultaneamente, a vaga que atingiu boa parte do mundo ocidental era de forte clamor por mudanças, expresso principalmente pelos estudantes de vários países, como nos Estados Unidos, onde o movimento da contracultura questionava as convenções sociais e a juventude de um modo geral criticava a Guerra no Vietnã, e na França, onde os estudantes unidos aos trabalhadores foram

⁴⁵² THEODORO, Mário Apolo. Entrevista concedida em 03fev.2011.

⁴⁵³ “Passeata em Londrina: Polícia não quer críticas ao governo” Folha de Londrina, 22set.1966; “Acadêmicos de Londrina fazem passeata hoje, sem polícia!”. Folha de Londrina, 23set.1966. PARANÁ. DEAP(DOPS). Dossiê *Passeatas estudantis* nr 1548-187.

⁴⁵⁴ Entre esses estudantes, dois estudantes de Apucarana, cidade próxima a Londrina, foram mortos pela repressão policial na capital paulista: José Idésio Brianesi, morto no dia 14 de abril de 1970 e Antônio dos Três Reis de Oliveira, no dia 10 de maio de 1970. PARANÁ. DEAP. Info nr 075/79 – ASI/FUEL Comício do dia 1º de Maio 11.05.79. (DOPS). Dossiê *FUEL* 1979 nr 1033-125.

⁴⁵⁵ THEODORO, 2011.

para as ruas protestar contra as formas caducas e autoritárias que atravessavam o convívio social, culminando em uma greve geral que reuniu cerca de 10 milhões de trabalhadores, o que significava dois terços da força de trabalho do país. Nesse sentido, o Maio de 1968 representou uma recusa às desgastadas formas de representação como os sindicatos, partidos comunistas, ou outras entidades que se colocavam entre os estudantes e trabalhadores sem que houvesse uma efetiva participação nas decisões políticas que expressassem as suas demandas. Essa negação levou a que buscassem formas autonomistas de auto-organização em oposição às esquerdas que historicamente se afirmaram como a vanguarda organizada da revolução, a qual, ironicamente, teria sido a principal responsável pelas negociações políticas com o governo no sentido de arrefecer os acontecimentos. Segundo Robert Kurz, foi o próprio Partido Comunista Francês (PCF) quem “estrangulou” a insurreição com ajuda dos sindicatos sobre seu controle⁴⁵⁶.

No Brasil, a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, em 28 de março, durante um conflito com a polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro⁴⁵⁷, provocou uma Marcha com cerca de 50 mil pessoas em repúdio às arbitrariedades da ditadura, levando o Ministro da Justiça Gama e Silva a determinar a repressão das passeatas estudantis. No dia 04 de abril a polícia montada ataca pessoas na saída da missa de sétimo dia de Edson Luís, na Igreja da Candelária. Na UFRJ, trezentas pessoas são presas em junho, com a decretação de suspensão das aulas. No final do mês, aconteceu a Passeata dos Cem Mil, que organizada pelos estudantes, reuniu artistas, intelectuais e outros setores da sociedade brasileira. Nos meses seguintes ocorreu a depredação do teatro onde estava sendo encenado o espetáculo *Roda Viva* de Chico Buarque, em Brasília a UNB é invadida pela polícia para conter os protestos estudantis e na USP, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), junto a outros grupos, invade o prédio da FFLCH. Para encerrar aquele ano fatídico, em 13 de dezembro o governo decretou o Ato Institucional nº 5, ampliando desmedidamente os poderes discricionários do presidente da República e deliberando o recesso do Congresso Nacional.

⁴⁵⁶ PINTO, João Alberto da Costa. França: lutas anticapitalistas no maio de 1968. *Revista Espaço Acadêmico*. Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.htm#_ftn1>. Acesso em: 08nov.2012.

⁴⁵⁷ Com a mudança da capital federal para Brasília em 1960, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser denominada Estado da Guanabara, situação que perdurou até 1975.

De fato, os acontecimentos ao redor do mundo e nas principais capitais do país acabaram por influenciar o “caldo” cultural de uma urbe do interior com cerca de 200 mil habitantes, até então fundada no baronato do capital cafeeiro, o qual buscava imprimir certo arrivismo nos modos de representar o espírito que caracterizava o seus cidadãos. A morte de Edson Luís, por exemplo, ainda que timidamente, motivou uma pequena passeata de protesto e algumas pichações, como forma de marcar posição. Contudo, sintoma de que o movimento estudantil ainda encontrava-se dividido, houve uma discussão sobre o tipo de manifestação a ser feito, com um lado defendendo uma passeata silenciosa, “sem provocações”, e outra que queria chamar a atenção, cantar o hino nacional, palavras de ordem, etc. Como nos disse Apolo Theodoro, à época estudante e depois um dos mais ativos colaboradores do festival de teatro da cidade:

Então levaram horas discutindo se seria silenciosa ou seria palavra de ordem ou se iria cantar o hino nacional, então ficou aquela confusão danada. Acabou saindo aquela passeatinha meia-boca e as pessoas com medo, mas saiu uma passeata silenciosa pelo calçadão, tão silenciosa que ninguém ficou sabendo o que era aquilo, porque o pessoal pensava... como tinha tido jogo do Londrina ...no dia anterior, o Londrina tinha sido roubado pelo juiz de Curitiba, o pessoal achava que era um enterro do juiz de futebol, não fez nenhuma ligação que era um movimento de protesto pelo assassinato do Edson Luiz⁴⁵⁸.

De qualquer forma, com o advento do festival naquele ano, as encenações na rua, os *happenings*, os dribles na censura, as discussões que as peças buscavam suscitar entre os populares fizeram do movimento teatral ali nascido um importante respiradouro durante os anos mais cerrados do regime. Não foi ao acaso que a peça *“Revolução na América do Sul”*, encenada pelo Grupo de Teatro de Medicina (GTM), foi a vencedora da primeira edição do festival naquele ano.

O Teatro de Arena, nascido do movimento “burguês” do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), estava então em sua fase nacionalista, e o ‘povo brasileiro’ se materializava na figura do personagem José da Silva, operário que sofria as agruras da fome em meio a um cenário social degenerado pela desigualdade social e pela corrupção, numa ácida crítica à contraditória democracia

⁴⁵⁸ THEDORO, 2011.

da baioneta. A peça de Augusto Boal, encenada pela primeira vez em 1960, recebeu as influências de Bertold Brecht, cujas personagens se diluem ante a força das contingências, fugindo-se ao compromisso com a dramaturgia realística⁴⁵⁹.

Nas eleições presidenciais de 1960, os movimentos nacionalistas se colocavam em oposição ao imperialismo como uma das questões mais prementes que dividiam os debates no contexto eleitoral. A discussão sobre o nacionalismo *versus* entreguismo estava na ordem do dia de um país que procurava soluções para suas mazelas culturais, econômicas e políticas e onde a arte e a cultura constituíam um campo de novas ideias e debates que se refletiam nas representações de país que se queria.

A peça “Revolução na América do Sul” fora elaborada com base em um folheto que contava a história de José da Silva, a alegoria de um operário ingênuo que se depara com um sem número de situações e que sucumbe ante a fome, a corrupção política, a espoliação da indústria nacional, a propaganda eleitoreira e a ação dos grandes trustes internacionais. Se diferenciando da trajetória dos outros textos gerados no Seminário de Dramaturgia do Arena, a peça utilizava efeitos de distanciamento na sua dramaturgia, com a inserção de canções, cartazes, frases de ligação entre as cenas, abrindo possibilidades de introdução de técnicas brechtianas nas interpretações e soluções cênicas⁴⁶⁰.

Para Sábato Magaldi,

[...] a peça é contra tudo e contra todos, e, realmente, só a favor do operário José da Silva, que está morrendo de fome. [...] Muitas vezes grosseira, mal-educada, sem sutileza, *Revolução* guarda, no entanto, toda a vitalidade alegre e contagiante da farsa primitiva. Pelo trabalho consciente do dramaturgo, ela significa mais ainda: assimila, pelos seus vários aproveitamentos, as lições tradicionais do teatro, e mistura-as com os estímulos imediatos da experiência nacional - a revista e o circo⁴⁶¹.

A primeira experiência dessa proposta de teatro no Brasil ocorreu em 1951, na Escola de Arte Dramática de São Paulo, onde José Renato dirigiu a

⁴⁵⁹ PORTO, Joyce Teixeira; NUNES, Marisa (Orgs.). Teatro de Arena. São Paulo: Centro Cultura São Paulo, 2007. *Coleção Cadernos de Pesquisa*; v.20, p.10. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/cadernos/lightbox/lightbox/pdfs/Teatro%20de%20Arena.pdf>. Acesso em: 07nov.2012.

⁴⁶⁰ *Enciclopédia de Teatro*. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=espetaculos_biografia&cd_verbetes=457. Acesso em: 08nov.2012.

⁴⁶¹ MAGALDI, Sábato. *Um palco brasileiro: o Arena em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 41, apud *Enciclopédia de Teatro*, 2012.

peça “O Demorado Adeus”, de *Tennessee Williams*. Renato havia sido aluno de um crítico teatral do jornal O Estado de São Paulo, o qual o informou sobre essa nova modalidade de disposição espacial a partir de experiências feitas nos Estados Unidos pela diretora *Margo Jones*. Sua característica distintiva era a possibilidade de montar espetáculos em qualquer lugar sem a necessidade de cenários, tornando mais versáteis as apresentações, sem grandes custos econômicos ao mesmo tempo em que suscitava novas experiências interpretativas pela proximidade dos atores com o público. A primeira apresentação do grupo Teatro de Arena de São Paulo aconteceu no Museu de Arte Moderna, com a peça “Esta noite é nossa” de *Stafford Dickens*, sob a direção do próprio José Renato⁴⁶².

Nos anos que antecederam o golpe, também o Centro Popular de Cultura (CPC), iniciado dentro da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, cujo movimento estava ligado ao PCB, teve profundas repercussões na produção cultural brasileira. Idealizado por uma geração de jovens intelectuais como Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa, João das Neves, Leon Hirszman, Cacá Diegues, Fernando Peixoto e Glauber Rocha, entre outros nomes que começavam ali sua trajetória de influência no cinema e no teatro. O CPC era tributário do Teatro de Arena Paulista, cujas ideias estéticas da segunda metade dos anos cinquenta influenciaram um dos principais movimentos de engajamento artístico no início dos anos sessenta.

Sua característica principal era a preocupação em produzir obras que se articulassem com as problemáticas sociais dos conturbados anos do princípio da década de 1960 a partir da práxis do debate político como forma de “desentorpecer” o espectador na perspectiva herdada da forma como o Partido Comunista interpretava a questão política e social, vazada na defesa do nacional-popular, enquanto expressão de uma cultura política das esquerdas baseada em valores nacionais que ultrapassassem o folclore de cunho regional ao mesmo tempo em que não se reduzia aos padrões universais da cultura humanista, entendida como uma herança burguesa.

Nesse sentido, mais importante do que os aspectos estéticos formais, se priorizava na obra de arte o seu caráter instrumental voltado a um objetivo ideológico, conforme as demandas nacionalistas em voga. Desse modo, sua

⁴⁶² PORTO, 2007.

proposta era a transformação da “consciência popular brasileira”, contra a qual pesaram críticas com relação à composição “pequeno-burguesa” de seus integrantes, em sua maioria, pertencentes às classes médias intelectualizadas, que desconheciam os conteúdos da classe a qual desejava transformar, procurando “introduzir de fora” uma determinada consciência sem que houvesse uma reflexão crítica mais autônoma do ponto de vista do “receptor”, concebido como sujeito passivo em um processo de “aculturação”.

Contudo, os intelectuais ligados ao CPC seguiram rumos diferentes. Inicialmente o cinema era o principal objeto de discussão nas revistas culturais pecebistas, como a revista *Fundamentos*, sendo que o teatro não recebia ainda muito destaque. Nessa mesma época, entre 1960 e 1962, surgia o Cinema Novo a partir de um grupo de jovens cineastas, entre eles Glauber Rocha, Arnaldo Jabor, Ruy Guerra e Nelson Pereira dos Santos, e que preconizava um cinema independente e ousado na forma e no conteúdo, que abordasse o Brasil sem utilizar os referentes hollywoodianos copiados pelas chanchadas da Atlântida e da Vera Cruz⁴⁶³.

Ao mesmo tempo, a *bossa nova*, que entrava em cena juntamente com o Rock, se consagrava como a nova musicalidade de um país que se modernizava com as melodias sofisticadas de João Gilberto, Antonio Carlos Jobim e o poeta Vinícius de Moraes, entre outros nomes. Sem ser unanimidade, a bossa nova não agradara a todos, sobretudo os ouvidos das camadas mais populares, mais acostumados com as grandes vozes do rádio como Nelson Gonçalves e Ângela Maria. Também os críticos ligados aos movimentos da esquerda nacionalista mais radicais consideravam o novo ritmo como uma cópia do *jazz* norte-americano, sinal da influência imperialista em terras brasileiras, e cujas letras sem conteúdos de protesto político eram consideradas como alienadas da realidade dos morros e dos sertões, típicas de um olhar “Zona sul”, em referência à região mais abastada da cidade do Rio de Janeiro (então Estado da Guanabara)⁴⁶⁴.

Entretanto, a sua musicalidade sofisticada acabara atraindo boa parte da juventude universitária, repercutindo na transformação do conteúdo das letras, que passaram a sofrer uma politização que a colocasse no território da arte

⁴⁶³ NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2008, p.31.

⁴⁶⁴ NAPOLITANO, 2008, p.32

engajada, nascendo uma bossa ligada ao protesto social, primeiramente com Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré e Carlos Lyra, com músicas como “Zélão” de Sérgio Ricardo, contando a história do personagem que tem seu barraco arrastado pela chuva morro abaixo, e “Quem quiser encontrar o amor”, de Vandré, que abordava a questão das mazelas do relacionamento amoroso em uma chave não romantizada, e que foi utilizada inclusive no filme *Cinco vezes favela*, produzido pelo CPC⁴⁶⁵. Será a partir desse movimento que surgirá na segunda metade dos anos sessenta a moderna Música Popular Brasileira (MPB), com Elis Regina, Edu Lobo, Chico Buarque, Milton Nascimento e outros, que irão dividir as atenções com os representantes do Rock nacional na denominada “Jovem Guarda”, dando ensejo à proverbial rivalidade musical que marcará a cena artística no período.

De qualquer forma, como observou Marcos Napolitano, o cinema, as artes plásticas e a música, tanto popular como erudita, do ponto de vista estético, não tiveram grande influência do CPC, permanecendo seu Manifesto inicial “mais como uma proposta de discussão e como defesa de uma nova postura do artista, do que como uma plataforma estética de criação artística”⁴⁶⁶.

O advento do golpe trouxe um processo ainda maior de autonomização de intelectuais e artistas em face do movimento liderado, sobretudo pelo PCB, levando à busca por respostas sobre os motivos da derrota em contraposição aos esquemas interpretativos imperantes até 1964, o que acabou por oxigenar e impulsionar o movimento cultural e artístico nos anos subsequentes.

Em princípio o novo regime implantado centrou suas baterias nos movimentos de cunho político, não se preocupando com os intelectuais e artistas, cujos vínculos com movimentos sociais haviam sido enfraquecidos pela repressão, o que permitiu uma relativa liberdade de criação e expressão, cujo conteúdo era consumido sobretudo pela classe média. Ocorre que novos elementos surgiram na conjuntura de 1968, que como vimos, foi sacudida pelos acontecimentos ao redor do mundo, levando a uma radicalização que acabou atingindo essa mesma classe média, e que resultou no recrudescimento do movimento estudantil e na opção preferencial pela guerrilha como forma de enfrentamento da ditadura.

Com efeito, a nova conjuntura forçou a esquerda a reposicionar as práticas político-culturais herdadas dos tempos do CPC, onde a consciência social

⁴⁶⁵ Ibid, p.34.

⁴⁶⁶ Ibid, p.42.

estava subordinada às determinações materiais e de classe social, tornando os aspectos simbólicos da cultura o elemento prioritário para o enfrentamento do regime, de vez que o fracasso dos projetos nacionalistas e o autoritarismo haviam levado a esquerda tradicional a uma profunda desarticulação política, tornando o plano cultural o campo possível de atuação de uma esquerda politicamente derrotada ⁴⁶⁷. Paralelamente a essa crise, iniciar-se-ia um processo de reestruturação modernizadora da indústria cultural brasileira, e que passou a subsumir algumas vertentes da denominada “arte engajada”.

Mas é a absorção da MPB engajada e nacionalista pela televisão que catalisou enormemente o público desse tipo de produção artística, sendo os Festivais da Canção, realizados sobretudo entre 1966 e 1968, os programas que mais mobilizaram a audiência, se tornando os principais veículos de manifestação da canção engajada e nacionalista que tematizavam os principais problemas da sociedade brasileira, configurando um tipo de “resistência cultural” ao regime militar.

Sob a inspiração desses festivais, Délio César, que havia passado pelo TBC, Teatro de Arena e a *Oficina*, em sua estada na capital paulista, e cuja militância política, já rompida com o PCB, não encontrava canais de expressão sob o fechamento do regime, resolveu mobilizar pessoas no sentido de criar um festival que agregasse as várias formas de expressão cultural em um único evento. Em Londrina, havia cinco faculdades (filosofia, ciências econômicas, direito, odontologia e medicina, que começava naquele ano) em 1968. Com o fechamento da sucursal do jornal Última Hora no calor das manifestações de abril, Délio passara a frequentar o curso de direito. No ambiente universitário, com os diretórios acadêmicos fechados pelos militares, tomou a iniciativa de criar os Jogos Universitários já em 1964, cujas edições foram se sucedendo até que, no primeiro semestre de 1968, Délio, no último ano da faculdade, resolveu ampliar a natureza dos jogos universitários. Nascia o Festival Universitário, com destaque para a música popular. A ideia era lançar uma semente de maneira que, se os festivais se repetissem, a cidade pudesse se “descobrir” culturalmente. Nas palavras de Délio, “Eu considero que aquele festival foi a revolução cultural de Londrina. Por que revolução cultural? Por que nós não sabíamos do potencial que nós tínhamos aqui dentro!” ⁴⁶⁸.

⁴⁶⁷ NAPOLITANO, 2008, p.49.

⁴⁶⁸ CÉSAR, 2011.

De fato, a cidade foi tomada por uma grande agitação com a dimensão que o festival adquiriu já em sua primeira edição. Era esperada talvez uma quinzena de músicas para o evento, que procurava se inspirar nos esquemas dos festivais da televisão. Em Londrina, a televisão começara em 1963, e até 1968, ano em que a televisão suplanta o rádio como veículo de comunicação de massa nas grandes cidades brasileiras⁴⁶⁹, havia uma única retransmissora, a TV Coroados, pertencente à Rede Tupi, por meio da qual o público possuidor de aparelhos de TV podia acompanhar as programações. Para surpresa dos organizadores, foram inscritas cerca de quase setenta músicas, das quais foram selecionadas 36 para três etapas eliminatórias.

O Festival de música local foi realizado na Choperia “kaneco”, um amplo salão ao lado da Igreja Metodista, situada na Av. Rio de Janeiro, ponto de grande frequência de universitários. Dividido em três etapas, na última eliminatória do Festival os ingressos tiveram de ser vendidos antecipadamente, com a presença de mais de mil pessoas se acotovelando para conhecer os finalistas, sendo que a grande final fora na noite de 30 de outubro, no ginásio Colossinho do Colégio Filadélfia, com um público estimado em sete mil pessoas. Segundo Délio, não havia na cidade conjuntos musicais que pudessem acompanhar todos os candidatos, problema que foi resolvido com o grupo musical do *Nikinho*, conhecido como o melhor grupo da cidade, e que tocava na *Casa da Selma*, famosa casa de tolerância da cidade. Tudo havia sido feito sem qualquer recurso público, mediante promissórias a serem resgatadas com a bilheteria, situação que perdurou nas duas edições seguintes.

Na entrevista que nos concedeu, Délio considera um fato importante a integração de Nikinho com o público da faculdade, sobretudo as moças, vendo na música um fator de derrubada de preconceitos entre os diferentes grupos sociais. Essa parceria teria dado tão certo que a música vencedora, “Sonho Antigo”, fora criada por Mirian Paglia Costa em coautoria com o músico Nikinho⁴⁷⁰. Mirian Paglia, pianista de formação, tornara-se depois uma conhecida escritora e jornalista, tendo

⁴⁶⁹ NAPOLITANO, 2008, p.73.

⁴⁷⁰ BRANCO, Os jurados dessa da primeira edição do Festival de Música fora: Lidia Costa Branco, Jairo Stutz, Nitis Jacon, Newton Vieira Lima, Irmã Anadir Santana, Andréa Nuzzi, Aparecida Trevisan e Walmor Macarini. FILO 40 ANOS – Registro Histórico. Londrina: Visualitá, 2008, p.13.

também participado de várias peças de teatro na virada das décadas de 1960 para 1970⁴⁷¹.

Contudo, boa parte do público londrinense também se manifestava favorável às músicas com conteúdo de protesto, de modo semelhante ao ocorrido no Festival Internacional da Canção no princípio de outubro no Rio de Janeiro, onde o público vaiara por mais de vinte minutos a vitória da música *Sabiá*⁴⁷², em detrimento da música *Para não dizer que falei das flores*, de Geraldo Vandré.

No Festival de Londrina, quando é anunciada apenas a 4ª colocação para a música *Realejo*, cuja letra, sem ser ostensiva, traz o tema da liberdade, a reação é imediata com vaias e protestos:

Realejo vem, realejo vem
 Vamos nós tirar a sorte à procura do meu bem
 E meu bem é liberdade que nem sempre a gente tem
 Traga aqui o realejo
 Que é pra gente começar
 Eu tiro a sorte daqui
 Eu tiro a sorte de cá
 Eu tô com pouco dinheiro
 Sem nenhum cê deve estar
 Te pergunto companheiro
 Liberdade onde andará?
 Você deve também ver
 Que ela eu quero e desejo
 Se soubesse não andava
 Procurando em realejo
 [...] ⁴⁷³

O mesmo ocorreu com a música “Pressionando dá, pressionando vem”, que não se classifica entre as seis premiadas, mas é ovacionada quando apresentada:

[...]
 E pressionando dá

⁴⁷¹ Nascida em Londrina em 1947, passou a residir em São Paulo em 1974, onde atua até hoje como escritora. Em 1981 lançou a plaquete bilíngue "Sete eus/Siete yos (poemas vertidos para o espanhol por MNI Tabacinik), com que participou do IV Congresso Interamericano de Escritoras (México). Disponível em: http://usuarios.cultura.com.br/migliari/br_mp1.htm. Acesso em: 11 nov. 2012.

⁴⁷² A música *Sabiá*, com autoria de Tom Jobim e Chico Buarque, interpretada pela dupla Cinara e Cibele, foi vaiada devido ao público preferir a música de Geraldo Vandré, *Para não dizer que não falei das flores*, que se tornara virtualmente um hino da resistência ao regime.

⁴⁷³ A música *Realejo*, de autoria de Bernardo Trindade Filho e Nuno Balallai, foi interpretada no 1º Festival Universitário pelos próprios autores. Cf. MARINHO, José Aparecido. *A História do Festival de Teatro de Londrina (FILO) – 1968 a 2000*. Dissertação. Pós graduação em Letras. Área de Concentração Estudos Literários. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, p.33.

E pressionando vem
 Pressionando a gente vence
 A violência também
 Se eu protesto em forma de manifesto
 Sempre tem o desonesto para interpretar
 Com infalível poder interpretativo
 Diz que eu sou um subversivo
 Que quer perturbar
 [...] ⁴⁷⁴

Entretanto, o Festival de Londrina também teve a sua *Sabiá*, pois a música vencedora ⁴⁷⁵, “Sonho Antigo”, nada tinha de protesto, pois remetia às vicissitudes de um amor perdido:

Minha vida/ que era ver-te na janela/ do retrato em nova tela/ na parede do meu dia/ ficou triste/ pendurada na varanda/ onde o tempo faz ciranda/ no jogo de não passar/ no caminho/ já que agora vais embora/ lembra a chuva como chora/ da saudade que restou/ e sentido/ faz ainda um contracanto/ pra secar esse meu pranto/ brinca mansão de ficar/ mas inútil/ te pedir que agora é tarde/ e o caminho já se abre/ na tarefa de buscar/ e o retrato/ de amarelo e esquecido/ vou jogar que é sonho antigo/ no fundo do meu quintal ⁴⁷⁶.

Mas, diferentemente do festival carioca, as músicas vitoriosas teriam sido “bem recebidas e respeitadas devido à apuração técnica e julgamento criterioso dos jurados” ⁴⁷⁷.

Quanto à seção teatral do festival, a imprensa local elogiava a performance dos atores em “A Revolução na América do Sul”, favoritismo depois confirmado pelo 1º lugar. Sob direção de Oswaldo Diniz, possuía o maior elenco do festival, e tinha o objetivo explícito de impactar a sua plateia, conforme observou o articulista da Folha de Londrina, “No decurso da peça à base do ‘teatro agressivo’, os atores lançam bananas e até papel higiênico sobre o público, que aplaudiu calorosamente o espetáculo” ⁴⁷⁸. Essa *estética da agressão*, era na verdade uma apropriação da inovação introduzida pelo Teatro *Oficina*, criado por José Celso Martinez Correia, que privilegiava o experimentalismo e a busca de novas linguagens para o teatro, como precursor da estética tropicalista, expressa na

⁴⁷⁴ A música, Pressionando dá, pressionando vem, de autoria de Firmino Sérgio da Silva, foi interpretada pelo próprio compositor. Ibid, p.34.

⁴⁷⁵ As outras músicas classificadas foram: 2º - *Vá buscar meu violão*, de Márcia Constantino, 3º - *Mensagem*, de Márcia Constantino, 5º - *Ciclo* de Antenor Bertone Jr, e 6º - *Há tempo*, também de Márcia Constantino. FILO 40 anos. 2008.

⁴⁷⁶ MARINHO, 2005, p.34.

⁴⁷⁷ MARINHO, 2005, p.33.

⁴⁷⁸ Medicina repete hoje a Revolução na América do Sul. *Folha de Londrina*, 29 out. 1968.p. 16, apud MARINHO, op.cit., p.36.

encenação, em 1967, da peça “O Rei da Vela”, do modernista Oswald de Andrade, cuja montagem constituiu um marco histórico no teatro brasileiro. A montagem da peça misturava elementos circenses, chanchada, deboche, sexo e pornografia, visando provocar o público, e tirá-lo de sua condição letárgica, conservadora e cúmplice do sistema opressivo, levando a reações opostas, com parte do público aceitando essa forma de confrontação catártica, enquanto muitos consideravam um despropósito, uma agressão que não levaria a nada, há não ser ao afastamento desse mesmo público.

Nessa primeira edição, houve ainda a apresentação de *Terra Desgraçada*, de Edilson Leal, que ficou em 3º lugar, apresentada pelo Grupo de Teatro da Faculdade de Direito, “Auto da Compadecida”, de Ariano Suassuna, apresentada pelo Grupo Universitário Rocha Pombo (TURP), que obteve a 2ª colocação, e a peça “Imagens”, criada coletivamente e apresentada pelo Grupo da Faculdade de Odontologia, tendo por júri, entre outros, Nitis Jacon e Fernanda Jiran⁴⁷⁹.

Os órgãos de repressão e censura não estiveram alheios às repercussões do festival na cidade, pois, segundo Délio César, esses órgãos ainda não estavam muito articulados em Londrina antes do AI-5 e, apesar das interferências da censura, houve poucos casos concretos de veto às apresentações, pois quando a Polícia Federal recebia ordens para agir, em geral as apresentações já estavam ocorrendo⁴⁸⁰.

Em entrevista concedida a José Aparecido Marinho, Délio se recorda de uma das apresentações de jogral, feita clandestinamente pelos alunos da Faculdade de Filosofia, nas dependências do Kaneco, como forma de evitar a repressão da Polícia Federal, que havia proibido o texto, de autoria de Domingos Pellegrini. A apresentação ocorreu à meia-noite, com luzes apagadas e com uma plateia considerável que ouvia as condenações à poesia alienada, à injustiça social e às restrições da liberdade⁴⁸¹.

Pellegrini, um dos organizadores do festival, à época integrava a Dissidência Paulista do PCB, onde ingressara no período em que residiu em Marília, no interior de São Paulo, quando, segundo ele, o que mais fazia era datilografar

⁴⁷⁹ Os demais jurados foram Sebastião Felismino da Silva, Ismar de Oliveira e Elmar Joenck. FILO 40 ANOS. 2008, p.12.

⁴⁸⁰ MARINHO, 2005, p.39.

⁴⁸¹ CÉSAR, Délio NR apud MARINHO, op. cit., p.39.

stencils dos textos de Che Guevara, Regis Debray, de teóricos do partido e outros⁴⁸². Retornou a Londrina em 1964 com a missão de formar uma célula estudantil da Dissidência. Ingressou no curso de letras e começou a promover a reabertura do diretório acadêmico (segundo ele, fechado por comodismo da diretoria) começou a fazer mural, organizar grupos de jogral, entrou no TURP, tornando-se conhecido agitador cultural. Por essa razão, logo foi convidado para conhecer o Dr. Samuel Pessoa, um dos fundadores do curso de medicina da UEL:

Em seu apartamento, no Hotel Coroados, onde ficava com a esposa, conheci os estudantes de Medicina Luís Cordoni, que depois seria Secretário da Saúde no Governo Estadual de José Richa, e José Carlos Lacerda. Descendo pelo elevador, já combinamos de formar célula, pois Cordoni já tinha informações da Dissidência, que pretendia superar a posição acomodada e anti-luta armada do Partidão⁴⁸³.

De fato, a presença inicial de Pellegrini no festival era motivada por fatores além do aspecto cultural, pois “Além desse objetivo, nosso interesse era procurar orientar manifestações culturais para a política anti-ditadura e conseguir verbas, recursos e simpatizantes e até militantes para o nosso partido”⁴⁸⁴.

Segundo o militante da Dissidência Paulista, as tendências ideológicas que lograram alguma presença em Londrina na década de 1960 e 1970 foram, além do PCB, a própria Dissidência, a Aliança Popular (AP), o PCBR (o qual teve a participação de Manoel Jacinto Correia e de Arno Andreas Giesen, antes de passarem pela ALN), o PC do B (para o qual foi Jacinto na década de 1970) e depois alguns representantes de grupos que não sabe se chegaram a se organizar na região, como a VAR-Palmares, POC e POLOP⁴⁸⁵.

Délio César se recorda que, Pellegrini, junto com o pessoal do PC do B, se apropriou de um talão de ingressos do festival londrinense para auferir algum dinheiro para a fuga de Arnaldo Bertone, Maurício Saraiva e Beluce Belucci, militantes que estavam construindo a célula do PCBR londrinense quando foram denunciados e passaram a ser procurados pela polícia política. Pellegrini só lhe

⁴⁸² PELLEGRINI JR, Domingos. Entrevista concedida por e-mail em fevereiro de 2011.

⁴⁸³ Ibid.

⁴⁸⁴ PELLEGRINI JR., Domingos apud MARINHO, 2005, p.40.

⁴⁸⁵ PELLEGRINI JR, 2011.

contara um ano depois, quando então Délio reagiu: “[...] por que você não me falou? Por que ao invés de um, ia uns três [talões] de uma vez [...]”⁴⁸⁶.

A atitude instrumental de Pellegrini em relação ao movimento cultural revela como, naquele contexto, política e cultura estavam muitas vezes intrincadas de modo profundo, e como a expressão artística funcionou como uma forma de resistência à ditadura, sobretudo com a proposta do teatro de Arena, que buscava interagir diretamente com o público, no sentido de, mais que entretê-lo, interagir de forma dinâmica nas questões mais candentes que assolavam o país. Isso não significa que a criação do festival tenha sido totalmente instrumentalizada por grupos políticos, mas expressou muitas vezes um sentimento genuíno de descontentamento sem quaisquer vinculações com movimentos organizados, ainda que eventualmente houvesse simpatias por aqueles que procuravam formas de oposição ao regime, ou mesmo uma demanda artística sem conteúdo político, seja como forma de evitar a atenção da repressão, seja como forma de mera expressão subjetiva, o que naquele contexto era evidentemente mal visto pelos setores mais engajados.

Na perspectiva de ativista do movimento teatral do grupo *Núcleo* e simpatizante dos movimentos de esquerda, Apolo Theodoro, hoje jornalista em Londrina, nos conta como procuravam, por meio do teatro, intensificar uma discussão de denúncia do que estava acontecendo no país e como lidavam com a censura dos textos. Entre 1969 e 1970, participou de uma peça escrita por Domingos Pellegrini, e cujo segundo ato foi inteiramente censurado. O interessante é que o impacto da estreia foi muito maior do que se tivesse apresentado a peça por inteiro, por que na hora que o ator ia abrir a cena coletiva do segundo ato, com muitos atores no palco, “todo mundo abre a boca e para com a boca aberta no ar, e fica assim, e termina o espetáculo...aí ninguém...ué, o que aconteceu? Haaa, a peça foi censurada [...]”⁴⁸⁷.

O conteúdo da peça “Desventura de um morto vivo”, segundo Apolo, era uma “bobagem”, um texto que falava de alguém que morreu na fila no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, antecessor do atual INSS), por falta de

⁴⁸⁶ CÉSAR, 2011. PARANÁ – DEAP (DOPS). INFO nr 185/79 – ASI/FUEL. FUEL (1978-79) Dossiê nr 1035-125.

⁴⁸⁷ THEODORO, 2011.

atendimento da saúde, e no velório ele ressuscita, “uma coisa meio mágica assim, e ele vai contar por que ele morreu. Aí ele mostra toda a peregrinação pelos órgãos [...]”⁴⁸⁸.

Em “A Farsa do Juiz”, outra peça exibida pelo grupo Núcleo a temática era a corrupção do judiciário, com recurso à comédia e a proposta de teatro popular, onde procuravam envolver a população na discussão. A peça era encenada comumente em vilas, nos salões paroquiais. O grupo ia com antecedência ao local da apresentação e procurava descobrir algum fato que estava ocorrendo, alguma injustiça, alguma irregularidade, e à noite lançavam a questão durante o espetáculo. Colocavam também pessoas no meio da plateia sem identificá-las como sendo do grupo para estimular a participação dos espectadores, “Então um levantava em um canto, levantava do outro e de repente alguém da plateia entrava, via que tinha alguém falando e iam acontecendo discussões muito interessantes”⁴⁸⁹.

Houve também um episódio na Vila Fraternidade, uma região muito pobre da cidade, onde uma senhora negra com cinco filhos pequenos estava sendo despejada pela polícia; à noite, durante a apresentação da peça, o ator disparou: “Pois é, com tanta coisa acontecendo por aí, a polícia dando guarida pra colocar uma família na rua”⁴⁹⁰. Um homem que estava na plateia e se identificou como policial repreendeu o ator dizendo que ele poderia se complicar: “Hiiii, rapaz. Na hora que ele falou que era policial, a plateia inteira caiu em cima do cara que teve de se mandar de lá se não ia apanhar do povo”⁴⁹¹.

Essas estratégias de proselitismo os aproximava das táticas cepecistas de interação com o público, buscando submeter a arte à consciência social em prol das camadas populares. Segundo Apolo, apesar de conhecer o movimento do CPC (o próprio Délio César havia tido contato com o CPC em sua estada em São Paulo) não houve nenhum envolvimento com aquela experiência e o movimento londrinense não tinha nenhum vínculo com movimentos partidários, nem com a UNE nem com o recém-criado Diretório dos Estudantes local. O grupo Núcleo havia surgido dentro da recém-criada universidade da cidade, na esteira do Festival, cuja estrutura foi apropriada pela Casa de cultura da entidade, juntamente com o

⁴⁸⁸ Ibid.

⁴⁸⁹ Ibid.

⁴⁹⁰ THEODORO, 2011.

⁴⁹¹ Ibid.

Centro Universitário de Cultura Artística (CUCA), dirigida por Nitis Jacon, que havia participado do corpo de jurados da seção teatral da 1ª edição do festival.

O Festival Universitário incluindo outras modalidades de apresentação teria ido até a 3ª edição, permanecendo, a partir de 1971, apenas o Festival de Teatro como o único sobrevivente das formas existentes no Festival original. O grupo *Núcleo* deu origem a mais três grupos teatrais, o Grupo de Teatro Infantil (TETI), o grupo Gente, de teatro popular, e o META, ligado ao movimento estudantil, e cuja proposta comum era ser um movimento de resistência cultural ao regime militar.

Esse novo movimento teatral teria sido um divisor de águas na cultura da cidade. Outrora havia apenas o Grupo Permanente de Teatro (GPT), que começou a atuar em 1956 e foi extinto em 1964. Era formado por integrantes da alta sociedade londrinense. Tendo entre seus criadores Robert Koln, paulistano radicado em Londrina, era considerado um diretor erudito que criara espetáculos de qualidade, mas considerado um teatro “burguês” pela nova geração que nascia.

De fato, o longínquo ano de 1968 representou uma encruzilhada em vários sentidos, tanto no plano internacional, como no nacional e suas repercussões no local. No plano cultural, e como que representando o ocaso de uma era, começava uma nova fase na arte brasileira.

José Oiticica vaticinava o movimento tropicalista que então principiava no Brasil:

A arte já não é mais instrumento de domínio intelectual, já não poderá mais ser usada como algo supremo, inatingível, prazer do burguês tomador de whisky e do intelectual especulativo. Só restará da arte passada o que puder ser apreendido como emoção direta, o que conseguir mover o indivíduo do seu condicionamento opressivo, dando-lhe uma nova dimensão que encontre uma resposta no seu comportamento.⁴⁹²

A Tropicália surgia como sinal da crise das propostas de engajamento cultural de fundo “nacional-popular”, cada vez mais isolado do contato com as massas após o golpe e subsumidas pela emergente indústria cultural que despontava no país. Em sinal contrário às propostas da esquerda nacionalista que atuava no sentido da superação das mazelas herdadas da nossa formação social subdesenvolvida e conservadora, o Tropicalismo assumia estes elementos,

⁴⁹² NAPOLITANO, 2008, p.63.

buscando justapor o arcaico e o moderno, o nacional e o estrangeiro, o erudito e o popular, retomando o princípio antropofágico de Oswald de Andrade, criado nos anos 1920, como maneira de fundir e criar a partir desses pares de opostos.

Contudo, a crítica aos princípios estéticos e ideológicos da esquerda nacionalista não foi exclusividade do movimento tropicalista. Em 1968, o meio artístico e intelectual da esquerda estudantil radicalizada também criticava o viés cultural e político que o PCB procurava impor, em oposição aos adeptos da luta armada oriundos de suas dissidências.

Havia uma identidade entre setores da extrema esquerda com o Tropicalismo no combate à ditadura e às propostas políticas e estéticas da esquerda tradicional, traduzidas principalmente pelo PCB e os CPC's da UNE, o que não significa que houvesse uma convergência política entre eles.

Como nos relatou Apolo Theodoro sobre os estados de ânimo reinantes,

Se falava que era do PCB, nego (sic) saía de perto... principalmente quem era do PCBR, PC do B, [...] depois de 1968, mais ainda...era considerado um partido reformista, entreguista...isso chegava na gente...por que sempre tinha um contato desses partidos no meio estudantil, no teatro...⁴⁹³

A polêmica era acirrada. Intelectuais ligados à esquerda nacionalista como Augusto Boal, Francisco de Assis (crítico musical), Roberto Schwarz (crítico literário) entre outros, fizeram severas críticas ao novo movimento que se insinuava. Para Boal, “o Tropicalismo apenas divertia a burguesia, em vez de chocá-la, perdendo-se no individualismo e no deboche vazio”⁴⁹⁴. Para Schwarz, em análise da época, o teatro tropicalista de José Celso, baseado na estética da agressividade e do deboche, expressava na verdade a agonia política e existencial da própria pequena burguesia, que se achava de esquerda, mas era na verdade individualista e egoísta”⁴⁹⁵.

Na contracorrente das ideias dominantes, Marcelo Ridenti considera que, no fundo, o Tropicalismo não representou uma ruptura radical com a cultura política disseminada na década de 1960, mas apenas “um de seus frutos diferenciados” os quais, ainda que modernizadores e críticos do “nacional-popular”,

⁴⁹³ THEODORO, 2011.

⁴⁹⁴ NAPOLITANO, 2008, p.70.

⁴⁹⁵ Ibid.

inserir-se na cultura romântica da época, voltada para a ruptura com o subdesenvolvimento nacional e para a constituição de uma identidade para o “povo brasileiro”, na qual os artistas e intelectuais deveriam estar imersos⁴⁹⁶.

Para Ridenti, o Tropicalismo já sinalizava os desdobramentos da indústria cultural que se operava no Brasil, e “que transformaria a promessa de socialização em massificação da cultura, inclusive incorporando desfiguradamente aspectos dos movimentos culturais contestadores dos anos 60, como o tropicalismo e o nacional-popular”⁴⁹⁷.

De todo modo, do ponto de vista da contribuição do Festival de Teatro na cidade de Londrina no contexto do regime militar, Apolo Theodoro considera que,

O Festival de Teatro representava mesmo uma peça fundamental no processo de consciência de muita gente que não sabia o que estava acontecendo no país realmente. [...] Diria que foi o bê-á-bá da democracia em Londrina, foi o Festival que deu essa abertura. Dali surgiram quadros para o MDB, posteriormente para o PMDB, o Délio foi presidente eu fui o secretário do PMDB, o Pelegrini acho que foi vice-presidente. O festival teve esse caráter formativo, de formar pessoas, formar lideranças pro (sic) movimento, teve muito disso⁴⁹⁸.

Inclusive, o Festival transcorreu durante a campanha eleitoral municipal e Délio César acabara sendo eleito vereador pelo MDB, no pleito municipal de 1968, devido à sua atuação na construção do evento. Como ele próprio admitiu, “foi o Festival que me elegeu [...] não fiz campanha, não pedi voto por que eu estava cuidando do festival...e me elegi sem pedir voto pra ninguém”⁴⁹⁹, embalado pelo movimento que inaugurou a ascensão do MDB na cidade.

Na Câmara Municipal, de 21 vereadores, 20 eram da Arena e apenas 1 do MDB, o professor João Olivir Gabardo, diretor da Faculdade de Filosofia. Segundo Délio, nas eleições daquele ano foram eleitos 9 vereadores e o prefeito pelo MDB, em uma trajetória de hegemonia só quebrada pelo PT em 1990.

Com efeito, os festivais na década de 1960 se tornaram um espaço de debates estéticos, políticos e culturais em várias cidades brasileiras. O Festival de Teatro de Londrina foi um desde espaços. O Evento foi se firmando com todas as

⁴⁹⁶ RIDENTI, 2000, p.269.

⁴⁹⁷ Ibid, p.269.

⁴⁹⁸ NAPOLITANO, 2008, p.70.

⁴⁹⁹ CÉSAR, 2011.

dificuldades que a ditadura militar, fechada ainda mais pelo AI-5, impunha aos movimentos que pudessem esboçar alguma crítica, desenvolvendo uma “linguagem metafórica para desviar o olhar do censor e funcionando como um tribuna livre”⁵⁰⁰, fosse em recintos fechados, fosse na rua.

Nos anos oitenta, com a saída dos generais do posto presidencial, mudaram-se as estratégias da linguagem, o Festival de Londrina se expandiu e realizou em 1988 a primeira Mostra Latino Americana de Teatro. Tendo depois alcançado expressão internacional, o festival se prolongou até os dias de hoje como o mais longo evento dessa natureza nas Américas, reconhecido pela qualidade estética e crítica de suas apresentações. Como assinalado em seu registro histórico de 40 anos, com a internacionalização e a convergência de atores de diferentes países e línguas, o festival constituiu-se assim, em “uma torre de babel às avessas”, onde, “numa simetria desconcertante, todos se entendem, trocam experiências e exploram os debates”⁵⁰¹.

Mas ainda principiava a década de setenta e os sonhos revolucionários do final dos anos sessenta haviam sido despedaçados pela repressão, restando aos movimentos políticos e culturais o caminho da resistência democrática como o grande desafio a ser trilhado nos setenta, e podemos afirmar inequivocamente que o crescimento do movimento estudantil londrinense foi tributário desse desafio.

Com o vácuo deixado pela esquerda tradicional e o solipsismo dos movimentos armados, desenvolveu-se uma importante movimentação estudantil dentro da nova universidade local, lugar que dinamizou os conflitos decorrentes do modelo de ensino propugnado pelo Estado no contexto da ‘Reforma Universitária’, também gestada em 1968, com base na edição da Lei 5.540, que prescrevia os termos dessa reforma.

Paradoxalmente, tais termos criaram as condições para modernizar boa parte das universidades federais, estaduais e confessionais, que incorporaram gradativamente as novas propostas consignadas na Reforma, o que possibilitou que determinadas instituições pudessem articular o ensino e pesquisa, raramente existente até então. Extinguiram-se as cátedras vitalícias, criou-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica e relacionou o ingresso e a

⁵⁰⁰ FILO 40 anos, 2008, p.8.

⁵⁰¹ Ibid.

progressão acadêmica à titulação, além da implementação de uma política nacional de pós-graduação geridas a partir de agências de fomento do governo federal.

Por outro lado, subsidiou a ampliação da oferta de ensino privado em instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados com o objetivo restrito de “transmitir” conhecimentos, sobretudo profissionalizantes, sem qualquer vínculo com a pesquisa e, portanto, incapaz de contribuir para a formação de uma visão crítica da sociedade brasileira e seus respectivos processos histórico-sociais e científicos⁵⁰². Na universidade pública, unificou o vestibular que passou a ser classificatório, aglutinou as faculdades sob a administração de uma universidade com vistas à economia de recursos, criou o sistema de créditos que permite a matrícula por disciplina e desvinculou a nomeação de reitores e diretores do corpo docente da universidade.

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 assumiu um modelo que buscava assegurar a autonomia da expansão industrial⁵⁰³, e resultou no perfil de uma universidade privada, dentro da filosofia de universidade-empresa, enquanto suporte da lógica produtiva fundada no capital e no atendimento de demandas do mercado educacional, subvertendo a concepção baseada na articulação entre ensino e pesquisa, na autonomia acadêmica do docente e no compromisso com o interesse público⁵⁰⁴.

Vale recordar que no mesmo dia instauração do regime civil-militar em 1964, a sede da UNE foi saqueada e incendiada e os documentos do CPC foram destruídos. Uma legislação repressiva específica foi editada com o fim de desarticular o movimento estudantil. A edição da Lei nº 4.464, de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, ministro da educação de Castelo Branco, colocou as entidades estudantis existentes na ilegalidade e instituiu o Diretório Acadêmico (DA) por curso, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) por instituição, o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), pondo a UNE na ilegalidade e vetando quaisquer manifestações ou ações de propaganda de caráter político-partidário, incitação ou apoio à greves estudantis. Visando o controle do movimento estudantil, buscou torná-lo dependente das verbas

⁵⁰² FERNANDES, Florestan apud MARTINS, Carlos Benedito. *A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Educ Soc., Campinas, vol.30, nr106, jan/mar.2009, p.17. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13nov.2012.

⁵⁰³ CAOBIANCO, Renata Maria. *Movimento Estudantil na UEL – 1971-1984*. Londrina: EDUEL, 2007. p.II.

⁵⁰⁴ MARTINS, 2009, p.17.

e diretrizes do Ministério da Educação. Posteriormente, o Decreto nº477/69 impôs severas punições aos estudantes, professores e funcionários que praticassem atos considerados hostis ao governo, criando inclusive uma divisão de segurança e informação no interior do MEC, para fiscalizar as atividades políticas da comunidade universitária e promover a aposentadoria compulsória de professores considerados subversivos.

Na década de 1960, houve um crescimento exponencial dos “excedentes” no ensino superior, saltando de uma demanda reprimida de 29 mil vagas em 1960 para 162 mil em 1969. Esse aumento estava relacionado a correspondente ampliação da taxa de matrícula no ensino médio e a fatores de ordem socioeconômica como o aumento da concentração de renda, acentuada pela política econômica implementada após o golpe, induzindo as classes médias a associar o ensino superior como uma estratégia de ascensão social⁵⁰⁵.

Em face desse contexto, o governo militar resolveu formular uma política de reestruturação do ensino superior, com base em estudos para elaboração de um diagnóstico, que resultou em medidas de caráter pragmático, voltadas às metas de desenvolvimento nacional, da qual resultou a Lei nº 5.540/68, subsidiada por documentos elaborados por especialistas, entre estes, o Relatório *Meira Matos*, com base nos estudos do teórico norte-americano Rudolph Atcon e do Coronel Meira Matos, da Escola Superior de Guerra (ESG), donde o nome pelo qual ficou conhecido. A reestruturação se daria dentro do princípio da *expansão com contenção*, de modo que maximizassem a absorção da demanda e minimizassem o custo financeiro⁵⁰⁶.

Influenciado pelos princípios inscritos na renovação do acordo MEC-USAID, de 1966, a reforma universitária direcionou o ensino superior para um viés tecnocratizante buscando orientar o sistema educacional para a qualificação da força de trabalho ajustada às necessidades do mercado de trabalho regulado, dentro do escopo do Planejamento Econômico Global (PAEG) baseado nos diagnósticos preliminares do Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso⁵⁰⁷.

⁵⁰⁵ Ibid, p.19.

⁵⁰⁶ MARTINS, 2009, p.19.

⁵⁰⁷ LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao36/materia01/>>. Acesso em: 13nov.2012.

Esses programas eram subsidiados por assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos e instituições educacionais, reforçado pelo treinamento de um contingente de intermediários preparados para intervir na formulação das estratégias educacionais.

O modelo deveria atingir todos os níveis de ensino. A política educacional brasileira articulada na primeira metade da década de 60, esboçada a partir de 1964, tinha como suporte básico a “teoria do capital humano”. Esta teoria estaria ligada a uma pedagogia tecnicista baseada no pressuposto da eficiência e da produtividade, obtida a partir da neutralidade científica inspirada nos princípios da racionalidade. Esta pedagogia defendia a reordenação do processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional, minimizando as interferências subjetivas. Semelhante ao ocorrido no trabalho fabril, pretendia-se a objetivação no trabalho pedagógico⁵⁰⁸.

Do ponto de vista da configuração dos cursos e da disposição geográfica dos *campi*, a reforma fragmentou, sobretudo, as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e deslocou as instalações universitárias para os subúrbios como forma de obstaculizar a militância estudantil e a sua interação com as regiões mais centrais da cidade.

A Universidade Estadual de Londrina, inicialmente sob forma de fundação (FUEL), reconhecida em 1971, também sofreu as vicissitudes do governo ditatorial, transformando-se em cenário das mais vigorosas manifestações pela democratização política e educacional, pela anistia e direitos humanos.

Contudo a trajetória do movimento estudantil universitário em Londrina se iniciara antes. De acordo com Alcides Carvalho, estudante da Faculdade de Letras e militante estudantil nos anos pós-golpe, os estudantes, em sua maioria da Faculdade de Filosofia, somados a estudantes das Faculdades de Direito e de Medicina, formavam um grupo bastante unido em termos de resistência:

Nós terminávamos a aula e continuávamos na faculdade, estudando, fazendo teatro, discutindo e mesmo nos intervalos, a todo momento no pátio tinha gente discursando, mesmo encima de um banquinho, de um tambor, e colocando os estudantes todos à par do que estava acontecendo: mataram fulano, [...] prenderam não sei quem, e nós ficávamos muito bem informados do que ocorria na região à respeito dessa questão.⁵⁰⁹

⁵⁰⁸ Ibid.

⁵⁰⁹ CARVALHO, Alcides Vitor. Entrevista concedida em 14fev.2011.

Em 1968, a partir de uma intensa discussão no auditório da faculdade, foi escolhido o representante de Londrina para participar do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo. Por razões de segurança, Alcides Carvalho fora escolhido junto com mais dois, dos quais um seria escolhido secretamente para ir ao Congresso. Alcides acabou indo acompanhado de Nerci Cogo, ambos ligados ao PC do B na época, e de Carlos Eduardo Lourenço Jorge, representante do curso de direito.

Devido aos esquemas sigilosos de viagem, envolvendo senhas e ordens dadas em aparelhos existentes na rota do destino, a viagem à cidade de São Paulo levava dois dias, “mesmo assim, o medo era muito grande por que havia muita presença do exército nas estradas. Depois de tomarem o rumo de Ibiúna, e passar a noite no meio do mato, abrigados sob lonas, foram conduzidos escondidos em caminhões de banana para o local do Congresso, sem saber a localização para evitar denúncias. No local, reuniram-se cerca de 150 líderes estudantis, com a proteção de uma segurança armada com granada, metralhadora, etc. Contudo, no último dia, cerca de 3 mil homens invadiram o lugar, prenderam todos e encaminharam para o Presídio Tiradentes, na capital paulista.

Segundo Carvalho, uma informação que poucos sabem, houve a tentativa de dar continuidade ao Congresso dentro do Presídio Tiradentes, o que não foi possível, de modo que o Congresso só fora concluído em Londrina, onde o presidente da UNE finalmente pode ser eleito. Foram então tiradas duas linhas de ação relativas à espécie de revolução que se pretendia. A linha que defendia a luta armada, sob a liderança do Luís Travassos, envolvendo projetos de sequestros, assalto a bancos e tudo que fosse “necessário” para fazer a revolução. “O sonho era uma espécie de Sierra Maestra e por aí, não é [...] e tinha um projeto de trabalho mais ‘cultural’, acreditando-se que a revolução se faz verdadeira numa revolta cultural, mas a médio prazo [...] chamando a população, convencendo através da cultura [...]”⁵¹⁰, que era a linha do Vladimir Palmeira e do Jean Marc Van Der Weid, conhecidos líderes estudantis da época.

A partir de então, com a adesão à linha de uma revolução “cultural”, Carvalho, que já atuava no teatro, ingressou de forma mais intensa no movimento

⁵¹⁰ CARVALHO, 2011.

teatral em paralelo à sua militância no movimento estudantil. Entre outras, participou da montagem da peça *Arena conta Zumbi* (1965) e *Arena conta Tiradentes* (1967), primeiros experimentos de Augusto Boal com o *sistema curinga*, onde oito atores se revezam fazendo todas as personagens.

Escrita por Boal, Gianfrancesco Guarnieri, com música de Edu Lobo, *Arena Contra Zumbi* é tida como o primeiro musical autenticamente brasileiro e, apesar de narrar a luta dos quilombolas de Palmares contra a dominação portuguesa, Boal e Guarnieri colocaram na boca da personagem do governador Dom Ayres, frases de um discurso do presidente Castelo Branco, estabelecendo com isso uma relação direta com o contexto histórico ditatorial.

Em *Arena conta Tiradentes*, o diretor utiliza a temática histórica da Inconfidência Mineira de forma alegórica, sem dispor os fatos de forma cronológica, criando conexões entre estes e os personagens e se remetendo constantemente ao antes e ao depois do golpe de 1964.

Colocando o dedo na ferida da colaboração, da tortura e dos assassinatos, foi encenada também “O Verdugo” (1968), de Hilda Hilst, peça que aborda os dramas, religiosos, morais e políticos dos homens na história. No primeiro ato, “em algum lugar triste do mundo. Mesa posta”, o verdugo, em crise de consciência, está sentado à mesma com o filho, a filha e a mulher, que “deve estar servindo sopa ao marido. É noite”:

Verdugo - De perto, meu filho... ele parece o mar. Você olha, olha e não sabe direito pra onde olhar. Ele parece que tem vários rostos.

Mulher - Todo mundo só tem um rosto.

Verdugo (Para o filho) - ...de repente, ele olha firme, você sabe? Assim como se eu te atravessasse. É muito difícil olhar para ele quando ele olha assim. E depois... ele também pode olhar de um jeito... Você se lembra daquele cavalo que um dia te seguiu?

Filha (Rindo) - Quem é que não se lembra? O cavalo não aguentava subir aquela ladeira. O dono do cavalo dava umas pauladas no focinho do coitado. (Ri. Para o irmão) Aí você gritou: se você é tão macho para bater em mim como bate nesse cavalo, eu corto o meu... (Ri) e pulou em cima do homem como um leão. O coitado fugiu feito doido. E o cavalo só podia te seguir, lógico. (Ri) Até o cavalo compreendeu. Foi engraçado aquele dia. (Todos riem. Pausa)

Verdugo (Para o filho) - Mas você se lembra dos olhos do cavalo?

Filho - Eu me lembro, sim, pai, eu me lembro. (Pausa)

Verdugo - Pois o homem tem às vezes aquele olho.
Filho - Então ele é bom, pai.⁵¹¹

Estas peças estavam proibidas em todo território nacional, mas eram adaptadas e encenadas pelo grupo de teatro da faculdade, que as levou para outras cidades e que arrebatou para Alcides Carvalho o prêmio de melhor ator amador do Brasil no Festival Nacional de São José do Rio Preto, SP, com a peça *Arena conta Tiradentes*.

Carvalho se recorda que também o movimento musical local suscitou artistas que vieram depois integrar a vanguarda musical paulista, como Arrigo Barnabé e Itamar Assumpção. Assumpção, para quem Carvalho deu o primeiro violão e bancou as primeiras aulas, também atuava no grupo de teatro, fazendo o papel de um Tiradentes negro, como do próprio Zumbi.

Havia então uma intensa troca entre essa trupe que ia constantemente a São Paulo conversar com Boal e Guarnieri, criando um influxo de ideias que se traduziam nas encenações que eram realizadas nos clubes, nas casas paroquiais e outros espaços públicos, até que, já na década de 1970, obtiveram um espaço na Universidade Estadual de Londrina (UEL), passando a pertencer ao Grupo de Teatro de Vanguarda da universidade.

Naqueles idos, como observado, a interação entre a cultura e as questões políticas agudizadas pelo regime militar eram quase inelutáveis no ambiente universitário. De fato, o mesmo grupo de secundaristas oriundos da ULES que havia ingressado no movimento teatral ainda na década de 1960, ingressou na UEL e acabou formando uma frente democrática para disputar a primeira eleição para o DCE, realizada em 1972.

Com base na prescrição da Lei Suplicy de Lacerda, nº 4.464/64, o Conselho de Administração havia criado o DCE naquele ano, cujo regimento fora elaborado por uma comissão nomeada pelo então Reitor Ascêncio Garcia Lopes. O mandato seria de um ano, com obrigatoriedade de voto. Cada Centro de Estudos

⁵¹¹ 1º ato da peça “O Verdugo”, de Hilda Hilst. Disponível em:
<<http://www.hildahilst.com.br/cpweb0022.servidorwebfacil.com/obras.php?categoria=6&id=24>>.
Acesso em: 14nov.2012.

poderia constituir um Diretório Acadêmico Setorial, o qual deveria prestar contas de sua gestão financeira ao Conselho de Administração⁵¹².

Liderados inicialmente por Márcio Almeida, ligado ao PCB, o grupo da Frente Democrática venceu as eleições e criou o Jornal *Terra Roxa* como órgão oficial do DCE. No ano seguinte, perdeu as eleições para uma chapa de perfil mais conservador, levando o grupo derrotado a se reestruturar em torno de um novo jornal de oposição, que levou o nome de “Levanta, Sacode a Poeira e Dá a Volta por Cima”, numa clara alusão à derrota sofrida nas eleições e à superação de certa perspectiva de fazer política⁵¹³.

Essa derrota impôs discussões internas no sentido de avaliarem-se os erros e acertos da primeira gestão, creditadas, mais do que por questões políticas, à falta de uma ação firme do grupo ligado ao PCB no interior do movimento, levando a uma renovação no sentido de reformular radicalmente os pressupostos e estratégias que norteariam o movimento. Segundo Tadeu Felismino, que presidiu o DCE na gestão 1976/77, havia no grupo Poeira um ceticismo com relação à postura considerada reformista do PCB, e que acreditava que as mudanças no país deveriam acontecer por uma ruptura. Contudo, partia-se do princípio de que uma revolução não poderia acontecer por meio de um grupo isolado, sendo necessário um processo prévio de educação política da sociedade, onde a mesma escolhe seus caminhos, “e que aquelas teorias antigas de que basta você sair dando tiro que o povo vai atrás, não foi o que aconteceu em 1968 e 1969”⁵¹⁴.

No novo jornal de oposição, impresso na gráfica da Folha de Londrina em formato tabloide, a linguagem utilizada no “Poeira”, como ficou conhecido, valia-se de recursos típicos da imprensa alternativa, mesclando o uso da ironia e do humor como forma de tratar tanto das questões mais amplas da cena política nacional e mundial, como das questões mais imediatas da educação e do cotidiano universitário. Outro aspecto importante era a busca do pluralismo na redação, onde a elaboração da pauta e da diagramação era feita de forma coletiva, a partir da criação do Grupo de Estudos de Imprensa Estudantil (GEIE), uma

⁵¹² SILVA, Joaquim Carvalho da. *Peroba Rosa: memórias da UEL – 25 anos*. Londrina: UEL, 1996. Coleção Memórias, p.42.

⁵¹³ BARROS, Patrícia Marcondes de. *A Imprensa estudantil na Universidade Estadual de Londrina*. Londrina: UEL, 1996.

⁵¹⁴ FELISMINO, Antonio Tadeu. Entrevista concedida em 24janr2011.

herança dos tempos da ULES⁵¹⁵. Como forma de evitar a centralização e a verticalização hierárquica, não foi constituída uma diretoria formal, demonstrando a sua preocupação constante com a busca de formas democráticas de realizar a política.

O Poeira era absolutamente democrático, o meu voto valia tanto quanto alguém que não era nada, não tinha nenhuma hierarquia do ponto de vista de você mandar ou não mandar. Ele representava a ideia dos estudantes, daquilo que os estudantes queriam dizer e não o que nós estávamos querendo dizer. O que a gente podia fazer era ser veículos disso, instrumentos disso, e a gente era⁵¹⁶.

O primeiro número do *Poeira*, ainda na oposição, foi editado em março de 1974, com 24 páginas e uma tiragem de cinco mil exemplares⁵¹⁷. Trazia, entre outros assuntos, um artigo expressando o temor reinante na universidade contra o Decreto nº 477, que punia os atos e a impressão e distribuição de material considerado subversivo, incluso passeatas, comícios não autorizados, permitindo demitir professores e desligar alunos da universidade que fossem enquadrados no fatídico decreto⁵¹⁸. Em uma época em que a grande imprensa estava censurada, a influência do jornal extrapolou os muros da universidade e suas edições eram encontradas em bancas de jornal da cidade direcionadas ao público não universitário.

Na edição seguinte, denunciava-se a tentativa de aplicação do draconiano decreto por meio do Projeto de Resolução nº169/74, que deixaria a UEL “a um passo do obscurantismo”. A Resolução disciplinava desde o modo de vestir até a punição por revelação de fatos que o estudante soubesse em sua condição de discente, considerada por alguns professores como “fastiscizante”⁵¹⁹.

O impacto do jornal era evidente:

⁵¹⁵ “O GEIE era resultado de uma coisa que a gente tinha feito antes na ULES em 1968 [...]. Tinha um jornalista chamado Edilson Leal, ele deu curso de jornalismo para uma porção de jovens na ULES, vários viraram jornalistas”. ALVES, Marcos Sanches. *Jornal Poeira: uma análise da Comunicação Popular na imprensa estudantil no período Ditadura Militar*. Monografia. Pós Graduação em Comunicação Popular e Comunitária. Departamento de Comunicação Social. Centro de Educação, Comunicação e Artes. UEL, Londrina, 2009, p.28.

⁵¹⁶ Nilson Monteiro, apud ALVES, op. cit, p.31.

⁵¹⁷ DEBÉRTOLIS, Karen “Levanta sacode a poeira e dá a volta por cima”. Trabalho de conclusão de curso da disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo. FUEL. Centro de Educação Comunicação e Artes. Departamento de Comunicação Social. Londrina, 1991, p.23.

⁵¹⁸ “Os estudantes falam do 477 e do medo nas escolas”. Londrina, UEL/CDPH. *Poeira* nr 1, mar.1974.

⁵¹⁹ “O projeto nr 169/74: a FUEL a um passo do obscurantismo. Londrina, UEL/CDPH. *Poeira* nr2, abr.1974.

A gente saía da Folha de Londrina às cinco horas da manhã com o jornal dentro da Kombi e saía de sala em sala distribuindo o jornal. Era aquela loucura, você via o corredor lotado de estudante e professor lendo, gerava polêmica, dava comentário⁵²⁰.

Vitorioso nas eleições de setembro de 1974, com um programa elaborado com base em uma pesquisa feita junto aos estudantes, a posse do grupo do *Poeira* foi cercada de tensão. Programada para o Teatro Filadélfia, teve ser transferida para o Canada Country Club após um telefonema anônimo com uma ameaça de bomba para a Polícia Federal, dizendo que seria detonada no local da cerimônia⁵²¹.

No final de 1974, o grupo *Poeira* foi recebido pelo então Presidente Ernesto Geisel, de passagem em Curitiba, para reivindicar a federalização e o ensino gratuito, entregando um abaixo-assinado com cerca de 5 mil assinaturas. Ainda naquele ano lançou também uma campanha contra o exame obrigatório obtendo cerca de 3 mil assinaturas, após o que conseguiu sua abolição.

Esse período coincide com o recrudescimento da repressão no país. Nas eleições de novembro, o MDB consegue resultados bastante expressivos nas eleições para o Congresso Nacional, obtendo 16 cadeiras no Senado e 160 na Câmara, sendo que a Arena conquistou apenas seis senadores e 204 deputados, o que denotava o descenso da credibilidade no regime dos generais. No ano seguinte, foram desencadeadas nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, operações militares com vistas a dismantelar o que restava do PCB. No Paraná, a citada Operação Marumbi deteve pessoas em todo o Estado, encaminhadas para a *via crucis* nas dependências do Exército, do DOPS e dos presídios da capital paranaense.

Em Londrina, os anunciantes do Jornal *Poeira* começaram a ser visitados pela polícia e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). No âmbito da UEL, além das restrições impostas pelo Decreto nº 477, a universidade não repassava a taxa que obrigava os alunos a pagarem no ato da matrícula, destinada às entidades estudantis⁵²². Mesmo com todos os obstáculos, o Jornal *Poeira* recebeu um prêmio no concurso nacional Parker Ben de Jornalismo Estudantil, com

⁵²⁰ FELISMINO, Antonio Tadeu, apud DEBÉRTOLIS, 1991, p.23.

⁵²¹ CAOBIANCO, 2007, p.52.

⁵²² OIKAWA, Liria Yurika. "Jornal *Poeira*, instrumento de mobilização do movimento estudantil em Londrina. Londrina: UEL, 1989, p.24, apud CAOBIANCO, op. cit, p.52.

um artigo sobre a trajetória histórica do movimento estudantil na vida pública brasileira, demonstrando que já na tentativa de invasão do Rio de Janeiro pelos franceses no século XVIII, os estudantes brasileiros se mobilizaram pela independência nacional⁵²³.

O *Poeira* passou então a intensificar a campanha pela federalização da universidade: “[...] os estudantes já apresentavam a federalização da FUEL como único passo viável para a democratização do ensino e extinção das anuidades cobradas”⁵²⁴. O argumento sustentado pelo Reitor Oscar Alves, era de que o ensino superior gratuito seria uma injustiça, pelo fato de a população universitária brasileira se constituir em uma parcela mínima do contingente total de estudantes, entretanto, mesmo assim o Ministério da Educação destinava dois terços de sua verba ao ensino superior. Para os estudantes, o raciocínio não deveria ser tão simplista, uma vez que há apenas oito anos a educação recebia onze por cento da receita do país, reduzida para em torno de 4 a 5 por cento naquele ano, sofrendo um progressivo processo de estrangulamento ao mesmo tempo em que comprometia o ensino fundamental⁵²⁵.

A partir de 1975, os métodos de composição, editoração e impressão do jornal feito pelo GEIE se modificam. O Conselho Editorial introduz a divisão do trabalho em 3 comissões eleitas: a de Redação, que recebia os textos, a Comissão de Arte, que providenciava as ilustrações e fotografias, diagrama e arte final e a comissão Industrial, que se encarregava do processo de impressão⁵²⁶. É neste ano também que, devido às pressões, anunciantes começam a cancelar seus anúncios e a Folha de Londrina se nega a imprimir o jornal, cuja edição foi impressa na gráfica do jornal Panorama, sendo que as próximas foram impressas depois em Maringá e, com o cerco da repressão cada vez mais apertado, em Bauru, no interior paulista⁵²⁷. Para solucionar essa dependência para a impressão do jornal, o *Poeira* resolveu arrecadar fundos para uma máquina de impressão trazendo o grupo MPB-4 para um show na cidade. Mas a autonomia durou pouco e no final de 1978, a impressora foi confiscada pela Universidade mediante o arrombamento da sede do DCE, onde o equipamento adquirido estava alocado.

⁵²³ BARROS, 1996, p.35.

⁵²⁴ “Queremos a federalização”. Londrina, UEL/CDPH. *Poeira*, nr. 7, abr.1975

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ DEBÉRTOLIS, 1991, p.28.

⁵²⁷ Ibid.

Por ocasião da *Semana de Atualidades*, promovida pelo DCE em agosto de 1975, foi feito o lançamento da revista “Terra Roxa e Outras Terras”. Desde o nome da revista, a filiação era explícita com o jornal homônimo criado pelos modernistas paulistas em 1926:

Em novembro de 1972, foi apenas “Terra Roxa”, um jornal dos estudantes publicados pelo DCE da FUEL. Hoje, quase 50 anos depois “Terra Roxa e outras terras” ressurgiu na forma de revista, com um espírito semelhante ao dos modernistas de 26. O critério máximo de valorização de Terra Roxa é o “brasileirismo”, bem como a falha mais rigorosamente censurada é a imitação estrangeira. Terra Roxa é acima de tudo uma revista democrática, em busca de leitores e colaboradores⁵²⁸.

Essa identidade com os modernistas os aproximavam dos pressupostos do movimento tropicalista, demonstrando sua intenção de ruptura com as visões de mundo imperantes até então entre as esquerdas, objeto da polêmica discussão que se estabeleceu no interior dos movimentos culturais e políticos desde a década de sessenta.

De fato, para Tadeu Felismino, desde o princípio o grupo se caracterizou por buscar caminhos democráticos de atuação, evitando partidizar o movimento, em alternativa tanto à esquerda tradicional, tida como excessivamente conciliadora, como à opção pela luta armada na perspectiva foquista, considerada como um movimento isolado, que “usava uma linguagem que a população não entendia”⁵²⁹. Partindo desse pressuposto, havia uma “obsessão de saber o que os estudantes estavam pensando”, e que resultou em diversas sondagens de opinião junto aos estudantes, de onde saíram programas de chapas, bandeiras de luta e prioridades do movimento estudantil⁵³⁰.

Entre essas bandeiras, continuavam as lutas contra o ensino pago, pelo passe universitário, pela criação da Universidade Federal do Norte do Paraná, pela abolição do Decreto nº 477, contra o baixo nível de ensino e o projeto disciplinar nº 169⁵³¹. Em julho de 1976, o grupo havia obtido uma vitória importante com a aprovação do projeto do passe universitário da Câmara dos Vereadores, depois sancionada pelo prefeito, cuja regulamentação, contudo, só ocorreu em janeiro de 1977.

⁵²⁸ UEL/CDPH. Poeira nr. 8, ago.1975.

⁵²⁹ FELISMINO, 2011.

⁵³⁰ Ibid.

⁵³¹ UEL/CDPH. Poeira nr 16, set.1976.

No começo do ano seguinte, o Poeira teve sua edição especial para calouros apreendida e seus representantes foram proibidos de passarem nas salas de aula para conversar com os estudantes ou distribuir jornais. Nesse período foi criada a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), seção interna da repressão na universidade, e que, sob autoridade da reitoria, mantinha estreita coordenação com o DOPS, Polícia Civil e Federal, DOI-CODI e demais agências de informação e repressão política do governo. Terreno pródigo para discussão de ideias, a atuação da AESI no meio acadêmico produziu uma grande quantidade de documentos relacionados com a investigação, vigilância e repressão de alunos, professores e funcionários, buscando assegurar o controle das opiniões e dar combate a qualquer demonstração de descontentamento através de uma “guarda pretoriana fardada” exclusiva para a comunidade acadêmica, jocosamente alcunhada pelos estudantes de *SWAT* em referência ao famoso seriado policial norte-americano.

No processo de amadurecimento do Movimento Estudantil local, Felismino se recorda que houve um período de maior politização da militância a partir de 1977, coincidindo com um movimento em nível nacional pela rearticulação da UNE. Foi um ano de grandes manifestações estudantis por todo país na defesa pela democracia, pelo fim das prisões e das torturas e “pela anistia, ampla, geral e irrestrita”. O Congresso Nacional foi colocado em recesso por 14 dias e o Presidente Ernesto Geisel editou as medidas conhecidas como o *Pacote de Abril*.

Entre os eventos organizados pelo movimento estudantil local, destacaram-se o debate sobre Direitos e Humanos e Constituinte, que iria ser realizado em 03 de junho, com a presença de Aliomar Baleeiro, então ex-presidente do STF que participara da constituinte de 1946, Dalmo de Abreu Dallari, da Comissão da Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo e Sérgio Buarque Gusmão, editor paulista do semanário “Movimento” que, junto com o jornal “Opinião” e “Pasquim”, era um dos principais órgãos da chamada “imprensa alternativa” da época. O evento que teria lugar em 1977 foi impedido a mando do então Governador Jaime Canet que, seguindo as determinações do Ministro da Justiça Armando Falcão, ordenou que a polícia militar impedisse o debate, criando barreiras nas ruas que davam acesso ao local do evento e cercando a sede do Diretório Central, onde

mantiveram detidos cerca de trinta estudantes. A repercussão na imprensa foi imediata expressas nas muitas moções de repúdio em nível nacional⁵³².

O mesmo se deu no III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), em Belo Horizonte, com a repressão armada criando barreiras nas entradas da cidade para impedir o afluxo de representantes estudantis que vinham de vários estados para participar do evento, entre os quais, três representantes de Londrina, com a presença de Célia Regina de Souza e Rubens Pinheiro de Souza, do DCE/FUEL, os quais, junto com outros 850 estudantes, foram detidos e indiciados na Lei de Segurança Nacional.

Em agosto, foi realizado o “Dia Nacional por Liberdades Democráticas”, manifestação coordenada em todo o país pelo movimento estudantil e violentamente reprimida pela polícia, que espancou até mesmo jornalistas que estavam cobrindo o vento, efetuando 45 prisões em São Paulo e 35 em Porto Alegre, entre outras capitais. Em Londrina, a data foi marcada com uma “Oração pela Democracia”, que reuniu cerca de 300 pessoas e transcorreu sem a intervenção da polícia no campus, onde oraram e cantaram pela democracia e contra a prisão imposta nos protestos de julho aos estudantes da Universidade de Brasília e do Rio de Janeiro.

No começo do mês seguinte, quando do retorno às aulas, o DCE organizou a III Semana de Atualidades, com personalidades da cena política e intelectual brasileira como os deputados federais Alceu Colares e Eduardo Suplicy, o editor do Jornal *Movimento*, Raimundo Pereira e Perseu Abramo, à época editor de Educação da Folha de São Paulo. O objetivo dos debates era recepcionar os calouros, trazendo questões relevantes da realidade brasileira, cujos temas transcendiam os limites do movimento estudantil, entre os quais “O impasse político e Constituinte no Brasil” e “O Brasil e o mundo – Política Externa”. Essa pauta demonstrava como o movimento havia amadurecido das questões mais imediatas do cotidiano acadêmico para a busca de uma compreensão mais abrangente da sociedade brasileira como um todo.

Ainda naquele mês a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo foi invadida pela Polícia Militar para tentar impedir a realização do III ENE, já

⁵³² PARANÁ. DEAP. *Debate dos Estudantes é impedido pela polícia. Folha de Londrina*, 4junr1977; *Universitários de Londrina impedidos de realizar debate; Estudantes de Londrina Protestam, Folha de São Paulo*, 05junr1977; GUSMÃO, Sérgio. *Nós vimos a essência da situação nacional. Folha de Londrina*, 05jun.1977; (DOPS). Dossiê FUEL 1975-1977 nr 1026-123.

abortadas as tentativas em Belo Horizonte e na Faculdade de Direito da USP, cujo objetivo maior era fazer avançar as discussões em torno da reorganização da extinta UNE. Como haviam finalmente logrado a realização do evento, a polícia investiu com violência contra os estudantes, prendendo e depredando as dependências da PUC, que havia permitido a realização do encontro em seu *campus*, no que seria a última grande operação militar contra o movimento estudantil⁵³³.

No segundo de semestre de 1978, finalmente a reitoria da UEL resolve obter o que não conseguira por meio das eleições: desarticular o movimento estudantil. O Conselho de Administração baixa uma resolução deliberando pela lacração dos diretórios, cassação dos dirigentes, sequestro dos bens e suspensão das eleições para o DCE⁵³⁴.

O reitor da Universidade Estadual de Londrina, José Carlos Pinotti, suspendeu ontem, o funcionamento do Diretório Central dos Estudantes e todos os sete diretórios acadêmicos setoriais, além de extinguir os mandatos dos atuais dirigentes, alegando que as entidades estudantis estavam agindo ilegalmente, pois não prestavam contas à Reitoria e levantavam recursos junto à comunidade, o que contraria o regimento da universidade. [...] Após a decisão do reitor, funcionários da universidade invadiram a sede do DCE para apreender uma máquina "multilite", na qual os estudantes imprimiam o jornal "Poeira". Para retirar a máquina, os funcionários arrombaram uma das paredes da sede⁵³⁵.

A resolução foi expedida no dia anterior às eleições para a gestão 1978/79. O Reitor ameaçou ainda "dar nomes aos bois", identificando os jornalistas que 'pertencem a organizações subversivas' e tomar medidas legais contra eles⁵³⁶.

Com o fechamento do DCE, o grupo Poeira se instala no Diretório Acadêmico da Saúde, que funcionava no centro da cidade, utilizado agora como sede provisória. Contudo, a reitoria iniciou diversas ações no sentido de inviabilizar a reação do movimento. Procedeu à tentativa de realização de uma auditoria nas contas do DCE, proibiram reuniões no *campus*, colocação de cartazes de críticas à

⁵³³ Invasão da PUC marcou a redemocratização. *Folha de São Paulo*, 23set.2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200711.htm>. Acesso em: 16nov.2012.

⁵³⁴ PARANÁ. DEAP. "Reitor "cassa" diretórios da UEL". *O Estado do Paraná*, 28nov.1978; "Reitor fecha Diretórios e ataca jornais. *Jornal do Brasil*, 01dez.1978 (DOPS). Dossiê *FUEL* (1978-1980) nr 1043-127.

⁵³⁵ PARANÁ. DEAP. "Fechado o DCE em Londrina", *O Estado de São Paulo*, 28nov.1978. (DOPS). Dossiê *FUEL* (1978-1980) nr 1043-127.

⁵³⁶ PARANÁ. DEAP. "Reitor fecha diretórios e agora ameaça imprensa". *Folha de São Paulo*, 01dez.1978, "Corrupção nos diretórios: Universidade fecha DCE, cassa mandato dos seus dirigentes e nomeia comissão especial", *Folha de Londrina*, 28nov.78 (DOPS). Dossiê *FUEL* (1978-1980) nr 1043-127.

administração e publicação de jornais sem autorização prévia do reitor⁵³⁷. Essas medidas conseguiram praticamente paralisar o DCE durante o ano de 1979. A reitoria marcou então novas eleições estudantis para 17 de março de 1980, com o objetivo de suscitar novos representantes estudantis, submetendo-os à legislação federal que os subordinava à instituição universitária.

Paralelamente, uma comissão denominada Pró-DCE/Livre iniciou uma campanha pelo não comparecimento às urnas no dia 17 e organizou um pleito oficioso nos dias 12 e 13 de março, visando à criação de um DCE desatrelado da universidade, seguindo o exemplo do Diretório da USP em 1976. Segundo um relatório da AESI, o pleito, com chapa única, ocorrera no *campus* sem maiores incidentes, devido ao “desinteresse” dos estudantes. A chapa Alicerce, liderada por Alberto de Paula Machado, do curso de direito, era apoiada pelo grupo Poeira, vinculada à orientação do grupo Mutirão, que dirige a UNE, e era constituída por estudantes novos, “com pouca atuação no ME e desconhecidos dos órgãos de segurança”⁵³⁸.

A comissão eleitoral pró-DCE/Livre realizou a apuração na sede provisória do DCE. Os números não confirmaram o desinteresse sugerido pelo relatório da AESI, e contavam 3.929 votantes, sendo 3.743 votos para a chapa Alicerce, 154 votos em branco e 32 nulos, obtendo 57 por cento dos votos dos alunos matriculados na UEL. Segundo o relatório citado, na verdade havia 8.760 alunos matriculados na instituição, de modo que a chapa teria sido eleita por apenas 44 por cento dos votos⁵³⁹, o que evidentemente ainda era bastante significativo.

A partir dessa eleição paralela, estabeleceu-se na universidade um “DCE-Livre”. Com isso rompia os vínculos de subordinação do diretório à instituição universitária para continuar sua trajetória de lutas, as quais teriam, no princípio de 1981, o capítulo da tentativa de despejo dos estudantes da sede provisória do DCE/Livre na Rua Piauí, esquina com Rua Pernambuco, no centro da cidade, e que provocou o confronto entre os estudantes e o Batalhão de Choque da Polícia Militar, a qual não conseguiu desalojar os estudantes no primeiro intento, gerando um clima de tensão que levou à suspensão temporária do mandado de reintegração de posse.

⁵³⁷ *Folha de Londrina*, 28nov.1978, apud CAOBIANCO, 2007, p.61.

⁵³⁸ PARANÁ. DEAP (DOPS). Dossiê *DCE Livre/FUEL* (1979-1981) nr 744/84.

⁵³⁹ PARANÁ. DEAP (DOPS). Dossiê *DCE Livre/FUEL* (1979-1981) nr 744/84.

Enquanto corria o processo judicial, a universidade programou eleições para os centros acadêmicos, diretórios setoriais e central, e que não ocorreu por falta de chapas inscritas, demonstrando o apoio de que gozava o DCE/Livre.

Contudo, a reitoria logrou seu intento em abril daquele ano e, mediante a ação do Batalhão de Choque, executou em plena madrugada a ação de despejo, no dia seguinte ao término da apuração das eleições para o DCE/Livre, onde obtivera 3.231 votos que legitimavam uma vez mais a sua atuação junto aos estudantes. A sede só fora devolvida em outubro de 1983, com apenas parte dos bens e dos recursos em dinheiro de que quando fora invadida⁵⁴⁰.

A partir de então, o movimento estudantil universitário local tomou rumos diversos, marcado pela história de uma militância cuja influência extrapolou os limites da universidade e ficou inscrita na história dos mais significativos movimentos sociais pela redemocratização no Brasil da década de 1970.

Com efeito, como ficou demonstrada, a estreita interação entre movimento cultural e estudantil durante os anos mais cerrados do regime militar revelaram a importância da dimensão subjetiva no campo político, como fator fundamental de expressão do *vivido* em uma chave não determinada apenas pelos referenciais infraestruturais, ou seja, no fundamento econômico da sociedade. Nesta perspectiva, a democracia deveria ser sempre pensada e realizada em chaves não monolíticas de interpretação da história, mas concebida precisamente na possibilidade do diferendo e da multiplicidade, inerentes ao ser e ao agir do homem na história.

⁵⁴⁰ CAOBIANCO, 2007, p.54.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar uma história deveria ser, sempre que possível, contá-la a partir de várias perspectivas. Entretanto, por mais que o historiador procure adotar outras perspectivas, as organiza e seleciona conforme um viés adquirido sobre o tema. Porém, na maior ou menor medida da sua honestidade intelectual e de sua capacidade de transformação, a própria trajetória da pesquisa pode, desejavelmente, deslocar a sua maneira de olhar o assunto, pois, evidentemente, ele mesmo, pesquisador, não está imune aquilo que pesquisa.

Conforme observamos anteriormente, Paul Veyne sublinhou a importância de uma crítica acurada das fontes na escrita da história. Diferentemente da sociologia, onde há um maior nível de estruturação previa das ideias, na prática histórica e na lide com as fontes, nos deparamos com uma espécie de tipografia, onde os caracteres estão espalhados sem qualquer ordem aparente, mas que, dispostos de determinado modo, podem construir significados bastante diversos, dependendo de como são organizados. Eles afirmam falar sobre um mesmo referente, mas suas versões nem sempre (em alguns casos raramente) se complementam, sobretudo quando se trata de uma memória em acirrada disputa, como a temática em tela, envolvendo a controversa questão sobre o papel da democracia na trajetória dos comunistas.

São os processos próprios da “operação historiográfica”, nos dizeres de Michel de Certeau, quando o historiador esboça uma feição narrativa para o tempo vivido, buscando articular, em meio a *mimeses* e *poiesis*, e aos cânones epistêmicos e políticos em conflito, uma narrativa que dê inteligibilidade à experiência social e humana no tempo.

É nesse sentido que procuramos, no decorrer desta pesquisa, lançar um olhar sobre as divergências e contradições que marcaram as práticas e representações do Partido Comunista Brasileiro no sentido de lidar com a equação entre revolução e democracia.

Exemplificamos como, historicamente, a ocupação de terras no Norte do Paraná, como em outras épocas e regiões do Brasil, ocorreu por aspectos contraditórios: uma empresa colonizadora de terras de capital inglês, devido a um período de recessão da economia mundial, oportunizou o surgimento de uma porção

de pequenas e médias propriedades ladeadas por grandes fazendas, cuja exploração no regime da monocultura do café demandava um grande número de braços para a lavoura, inicialmente estabelecidos pelo regime de colonato, caracterizados pela dependência dos trabalhadores do fazendeiro, e cuja demanda por democracia traduzia-se na troca da sua força de trabalho pelas culturas intercalares permitidas entre os cafezais, pela moradia e alguns gêneros de subsistência, até que a disseminação da Legislação Trabalhista no campo, somada à queda dos preços do café no mercado internacional, à modernização tecnológica e à ampliação de outras culturas substitutas, provocou o êxodo desses trabalhadores e suas famílias para a condição perversa de “boias-frias” ou de favelados nas periferias dos ajuntamentos urbanos. No caso dos posseiros e pequenos proprietários, em sua maioria foram igualmente “devorados” pelas grandes fazendas no período correspondente à alta nos preços da rubiácea após a Segunda Guerra, que levou à sanha pela terra, característica da marcha cafeeira de então.

A reação dos posseiros por meio das armas, contra uma democracia que permitia a predação dos meios de reprodução de sua existência, foram interpretadas pelo Partido Comunista Brasileiro como a centelha que iria desencadear a *revolução brasileira*, tributária do arquétipo revolucionário de 1917, sem considerar as especificidades históricas daquele contexto, pecado capital no qual o PCB reincidiu em seu contraditório percurso, na tentativa de aplicar mecanicamente esquemas concebidos alhures.

O contexto da *Guerra Fria* e as revelações do *Relatório Krushev* aprofundaram a crise identitária pecebista no que tange à sua ambivalência na questão da democracia, agravada ainda mais pela exploração exaustiva das formas burocratizantes e totalitárias que o grande referente histórico do Movimento Comunista Internacional, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), assumira não apenas nas representações da propaganda anticomunista disseminada capilarmente por todo o ocidente, mas nas análises de outros movimentos libertários ao redor do mundo.

De qualquer forma, é notório o esforço dos militantes comunistas no sentido de combater as desigualdades sociais decorrentes do modo capitalista de produção, traduzidas no grande investimento pessoal e político de muitos homens e mulheres à causa socialista, e no legado em termos organizacionais e simbólicos construídos no âmbito dos movimentos sociais brasileiros no período.

Na sua busca obsessiva pela prática transformadora, o próprio partido foi sendo dialeticamente transformado pelas posturas, firmes mas contraditórias que assumiu, e pelas quais pagou pesado tributo histórico na forma da exclusão do jogo político pelo golpe civil militar em 1964, e pelo anátema sofrido em face das novas esquerdas, afirmadas justamente em negação à sua herança política, para elas assemelhada às formas stalinistas de conceber e atuar sobre o real.

Esses pressupostos e as derrotas infligidas ao PCB em seu percurso acabaram forçando o partido a reconsiderar de modo ineludível a questão democrática como fundamento imprescindível à construção de uma sociedade socialista, e pensar criticamente apropriações mecanicistas da teoria marxista.

O contato com diferentes autores marxistas até então praticamente inéditos no país, por meio das publicações da Editora Civilização Brasileira e o afluxo do pensamento de Antonio Gramsci para o Brasil iniciaram a fermentação de novas perspectivas e abordagens a contrapelo do marxismo terceiro-internacionalista, reforçados pela experiência no exílio de membros do Comitê Central em meados da década de 1970, a qual trouxe elementos decisivos para catalisar a discussão nas fileiras do partido, das necessárias relações entre democracia e socialismo e das polêmicas em torno das modalidades possíveis de revolução, se “explosiva” ou “processual”.

No que tange à primeira questão, a princípio, ainda que a temática democrática esteja implícita no horizonte socialista, em suas diversas acepções, lhe é constitutivo apenas na medida em que postula uma base popular para o Estado, ou seja, em que realiza a emancipação econômica e política de uma sociedade. Em contraste com a perspectiva elitista de democracia, conforme formulado por Joseph Schumpeter, onde a soberania do representado termina na eleição de seus representantes e na formação de governos, o sufrágio universal na teoria socialista é apenas o ponto de partida no processo de democratização do Estado, a qual compreende a crítica da democracia representativa e o pressuposto de formas de participação diretas não apenas nos processos de decisão política como de decisões econômicas, seja nas entidades estatais, seja no âmbito das empresas,

seja na sociedade civil, que implicam a criação de organismos de autogoverno e de autogestão.⁵⁴¹

Esse processo deveria considerar não apenas o caráter quantitativo dos que governam, se poucos ou muitos, mas nas várias formas com que formam, organizam, reproduzem e exercem o poder em uma sociedade histórica.⁵⁴²

É assim que, para além de teorias vanguardistas ou elitistas de democracia, ganharam força as questões da articulação entre representação e participação, da simultaneidade de culturas políticas democráticas e não-democráticas no interior do aparato institucional, onde as práticas democráticas e autoritárias não se excluem, mas estabelecem uma disputa pelas representações predominantes acerca da dimensão do público, da tolerância, da importância da negociação, da normatividade democrática e da limitação dos aparatos sistêmicos nas relações do Estado e os atores sociais.⁵⁴³

Assim, uma possível sociedade socialista histórica não pode ser autotransparente, onde inexistente o conflito e o dissenso, onde o poder se consuma plenamente nas decisões coletivas, e a sociedade se ordena excluindo a diferença e a oposição do que não é “revolucionário”. Essa sociedade hipotética traduziria então o *Uno* totalitário a que Claude Lefort se refere, numa fusão indiferenciada entre o social e o político. Já a democracia parte do princípio da existência da alteridade no plano social, institui direitos e diferencia poder, lei e saber, expostos aos conflitos entre as classes, grupos e indivíduos. Sem ser mera preservação de direitos, deve ser a recriação contínua de novos direitos, subvertendo o estabelecido e repondo permanentemente o social e o político, é, portanto, própria do que é histórico⁵⁴⁴.

Quanto à modalidade da revolução, considerando existências de diferentes temporalidades históricas, simultâneas e não lineares, não poderíamos falar em uma concepção sucessiva e etapista de revolução, ou em revolução exclusivamente disruptiva em oposição à processual. A “queda da Bastilha” ou “a tomada do Palácio de Inverno” foram consequência de um processo histórico secular que irrompeu na superfície dos acontecimentos, mas não configuraram de

⁵⁴¹ *Democracia*. BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **DICIONÁRIO DE POLÍTICA**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 12 ed., v.I, 2004, p.324.

⁵⁴² *Ibid.*

⁵⁴³ AVRITZER, Leonardo. *Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia*. Disponível em:

<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm>. Acesso em: 24nov.2011.

⁵⁴⁴ LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. Os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.11.

per si uma ruptura. Ou seja, a revolução nos moldes jacobinos ou leninistas são irrepetíveis, por que históricas. Foram condicionadas por uma multiplicidade de fatores, desde as estruturas econômicas, políticas e sociais até a cotidianidade dos seus sujeitos.

Desse modo, é razoável supor que a mudança social possa ocorrer por meio de rupturas violentas, mas como epifenômeno de processos sociais de diferentes durações que faz convergir para aquele momento histórico uma diversidade de fatores necessários ao seu desencadeamento, sem que haja uma sobre determinação mecânica entre eles, sob o risco de se articular apenas abstratamente democracia e socialismo, sem considerar a diferença entre grupos e interesses, entre o social e o político, entre as forma de poder e o Estado, entre o presente e o devir, entre o vivido e o concebido.

Do ponto de vista da conjunção entre democracia e violência, o direito à resistência está inscrito naquilo que Giorgio Agamben considera como o problema do significado jurídico de uma esfera de ação extrajurídica, mas nem por isso ilegal. Determinados atos que “violam” o Estado de Direito podem na verdade ser necessários para que demandas mais amplas por justiça tenham lugar, de vez que o aparelho estatal oculta a defesa de interesses econômicos e políticos de forças que dominam a sociedade. Como visto, a determinação do direito e da política reflete as condições objetivas do embate pela hegemonia econômica e da luta pelo poder, não necessariamente o mais justo.

Portanto, é premente uma ampla disseminação das regras do jogo democrático pelos cidadãos, naquilo que Robert Dahl chamou de *entendimento esclarecido*, para que se possa qualificar o debate público, para lograr não apenas um governo da maioria, mas um governo que se dá pela discussão pública, pois a mera transformação do regime de propriedade dos meios de produção e de organização social não pode por si mesma modificar os fundamentos das relações de produção sobre os quais se erigem a divisão social do trabalho e as formas de dominação política próprias da sociedade capitalista. É necessário transpor a distância entre democracia política e econômica, entre a igualdade e a liberdade, entre dirigentes e dirigidos em todas as dimensões da vida social, por meio da gestão dos processos de trabalho e atividades sociais por seus sujeitos.

Da mesma maneira, como observado por Santos e Avritzer, democracia representativa e participativa não são necessariamente excludentes,

sendo necessário buscar formas de articular os diversos níveis de soberania por meio de entidades civis como conselhos em nível municipal, estadual e federal, onde o cidadão possa discutir e deliberar sobre modalidades de trabalho, saúde, meio-ambiente, segurança, transporte, infância e adolescência, etc., e que funcionem em complementaridade e conexão entre as diferentes esferas de decisão, enfrentando o desafio da articulação entre as formas institucionais e não-institucionais de participação⁵⁴⁵.

De fato, o socialismo não está inscrito no futuro da humanidade, terá de ser construído. E para tal não deve haver precedência temporal entre este e a democracia, pois, é precisamente no processo de sua construção que estão postos as práticas políticas e sociais que vão constituir-lo historicamente, ou seja, parafraseando Marx, o socialismo será o que nós fizemos dele, ainda que não como o queremos. São inerentes a esse percurso as noções de conflito e de rotatividade, as quais também estão inscritas no plano das representações, que é aonde grassa o múltiplo e o histórico, as várias formas de mediação da cultura e da política, que como vimos, não são intrínsecas mas também não são antitéticas, interagem o tempo todo no cotidiano.

De modo inédito, a atualidade está sendo caracterizada pela já prolongada crise nas economias capitalistas avançadas, considerada estrutural mesmo por economistas defensores do sistema vigente, demonstrando sinais de esgotamento inequívoco traduzidos pelo denominado “mercado flexível”, que resulta no desemprego em massa ou subemprego, aumento da pobreza e da violência atingindo não mais apenas a periferia do sistema, mas os países mais ricos do mundo⁵⁴⁶. Assim, associadas às formas políticas democráticas, é necessário a transformação do atual modelo submetido às regras da lógica capitalista, para uma democracia de produtores livremente associados que estejam submetidos não pela lógica do mercado fundado no lucro, mas aos interesses de uma economia voltada ao bem da comunidade em geral. Nesse sentido, por mais que se “humanize” os ditames do mercado, se este estiver submetido às demandas capitalistas, não pode efetivar uma democracia ampliada, de forma que apenas a superação dos limites

⁵⁴⁵ SANTOS, Boaventura S, AVRITZER, Leonardo. "Para ampliar o cânone democrático", In: SANTOS, Boaventura S. (org.). *Democratizar a democracia*, Os caminhos da democracia participativa, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

⁵⁴⁶ WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

impostos por esses ditames pode ensejar outra lógica econômica, política e simbólica que realize uma democracia socialista.

Diferentes formas de sociabilidade política tem se manifestado mundo afora, independente de estruturas partidárias, no sentido de questionar o modelo econômico do mercado financeiro, sobretudo o capital especulativo e as grandes corporações financeiras, na defesa da ampliação do espaço público de resistência e um mundo “outro” que não o atual sistema sócio-político predominante, tais como o *Occupy*, que surgiu nos EUA, disseminando-se depois para a Europa, o movimento dos *Indignados* na Espanha e a politização de movimentos étnicos e culturais na América Latina.

Nunca é demais lembrar que tais constructos sócio-políticos poderão eventualmente exceder os limites do direito, como uma exigência da realização da democracia, pois como o reconhece mesmo a tradição política liberal desde John Locke, todo cidadão tem o direito de se contrapor ao tirano, àquele que usurpa o poder e impõe a injustiça, o terror, a censura e suspende as garantias de integridade social. Contra um governo como esse o princípio democrático reconhece o direito à sua deposição, ainda que pela violência, partindo do pressuposto que todo ato contra um governo opressor é um ato pela liberdade.

Assim, o que pode ser determinante no contexto do séc. XXI é a interlocução pluralista para um diálogo convergente que supere a fragmentação, não pela exclusão das diferentes perspectivas, mas pela tolerância e a estratégia fundada na capacidade destes grupos trabalharem em rede com outras instâncias de representação tradicionais, como os partidos, sindicatos, associações, entidades estatais, Organizações Não-Governamentais (ONG), etc., para estabelecerem agendas voltadas para os problemas sociais do cotidiano em nível local e regional, tanto quanto das questões abrangentes que envolvem os povos de todos os quadrantes como um todo, com base nos princípios de solidariedade e da justiça possível entre os homens, sem absolutização de uma revolução cuja modalidade esteja inscrita previamente, mas concebendo a transformação social como processo onde a indeterminação é inerente e a democracia uma prática que deve ser desenvolvida cotidianamente.

Novembro de 2011.

REFERÊNCIAS

Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina.

PROCESSOS-CRIME

Processo-crime nº 6094/56. Fórum da Comarca de Londrina. 1º Vara Criminal. Londrina, UEL/CDPH. Notação nº 814.

Processo-crime nº 158/64. Fórum da Comarca de Londrina. 2ª Vara Criminal. Londrina, UEL/CDPH. Notação Nº 4422.

Processo-crime nº 152/64. Fórum da Comarca de Londrina. 2º Vara Criminal. Londrina, UEL/CDPH. Notação nº 4.540.

Processo-crime nº 135/64. Fórum da Comarca de Londrina. 2º Vara Criminal. Londrina, UEL/CDPH. Notação nº 4.487.

INQUÉRITO POLICIAL

Inquérito policial nº 53/64. Fórum da Comarca de Londrina. 1º Vara Criminal. Londrina, UEL/CDPH. Notação nº 1339.

COLEÇÃO “POEIRA”

- Poeira nr. 1, mar.1974.
- Poeira nr. 2, abr.1974.
- Poeira, nr. 7, abr.1975
- Poeira nr. 8, ago.1975.
- Poeira nr. 16, set.1976.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO – DEAP (DOPS)

Prontuários e fichas individuais

- Adhemar de Oliveira e Silva – nr. 47/276.
- Aldo Fernandes – nr.142/281.
- Amauri de Oliveira e Silva – nr. 230/286.
- Antonio Lima Sobrinho – nr. 354/293
- Arnaldo Cardias – nr. 467/300

- Athos de Santa Teresa Abilhôa – nr. 510/302
- Flávio Ribeiro – nr. 1216/341
- Heloísa Felizardo Prestes – nr. 33086/21001
- Manoel Jacinto Correia (1) – nr. 2543/422
- Manoel Jacinto Correia (2) – nr. 2544/422
- Manoel Silva – nr. 2562/423
- Milton Ribeiro Menezes – nr. 2763/435
- Moacir Teixeira – nr. 2771/435
- Nery Machado – nr. 2854/440

Dossiês Temáticos

- Ação Democrática Popular, nr. 006-1.
- Comunismo Internacional, nr. 310-34.
- DCE Livre/FUEL (1979-1981), nr. 744/84.
- FUEL (1975-1977), nr.1026-123.
- FUEL (1979), nr. 1033-125.
- FUEL (1978-79), nr. 1035-125.
- FUEL, nr. 1042-127.
- FUEL, (1978-1980) nr. 1043-127.
- FUEL, (1978-1980) nr .1043-127.
- Ligas Camponesas, nr. 282-150.
- Movimento Revolucionário Tiradentes, (MRT) nr1417-167.
- Partido Comunista, nr. 165/173.
- Passeatas estudantis, nr.1548-187.
- PCB, nr.1466a-173.
- PCB, nr.1466d-173.

Fontes Publicadas

CARONE, E. **O PCB** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982. 3 v.

PCB: vinte anos de política (1958-1979), Documentos. **A questão social no Brasil**, vol.7, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980.

Entrevistas Orais Realizadas

- CARVALHO, Alcides Vitor. 14fev.2011.
- CÉSAR, Délio Nunes. 26 janr2011.
- FELISMINO, Antonio Tadeu. 24janr2011.
- FERREIRA, Amadeu Felipe da Luz. 17 fev.2011.
- GIESEN, Arno Andreas. 01mar.2011.
- PELLEGRINI JR, Domingos. Entrevista concedida por e-mail em 13out.2011.
- THEODORO, Mário Apolo. 03fev.2011.

PERIÓDICOS

Estado do Paraná

PORTO SOBRINHO, Antonio. O IMPERIALISMO Soviético. **ESTADO DO PARANÁ**. 20 nov. 1956.

REFORMA Agrária, o tema central na abertura do I Congresso de Trabalhadores rurais do Paraná. **ESTADO DO PARANÁ**. 06 ago. 1960.

OFICIAIS do exército cubano age em favelas da capital de Minas Gerais. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 mar.1964.

MARCHA da Família pela Liberdade: facultativo o ponto na prefeitura. **ESTADO DO PARANÁ**. 31 mar. 1964.

JANGO denúncia: trama revolucionária em MG. Rebelou-se a IV RM: forças federais marcham para MG. **ESTADO DO PARANÁ**. 01 abr. 1964.

NEW York Times: Brasil pode explodir a qualquer momento. **ESTADO DO PARANÁ**. abr.1964.

WASHINGTON expressa o temor de que a democracia brasileira seja derrubada. **ESTADO DO PARANÁ**. 1 abr.1964.

JK não crê em golpe. **ESTADO DO PARANÁ**. 1 abr.1964.

LÍDER Sindical advertido. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr. 1964.

AMPLA expectativa e intenso policiamento mas ordem e calma absolutas em Londrina. **ESTADO DO PARANÁ**. 2 abr. 1964.

ATEARAM fogo no Última Hora no Rio de Janeiro. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr.1964.

SAMUEL Wainer asila-se na Embaixada do Chile. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr.1964.

“VIGÍLIA cívica” na prefeitura. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr. 1964.

ESTOQUES de armas e munições. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr.1964.

IBC e firmas colaboram. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr. 1964.

INTENSA movimentação de líderes e autoridades. **ESTADO DO PARANÁ**. 02 abr. 1964.

DESAGRAVO no centro de Londrina: posto abaixo luminoso do jornal Última Hora. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr.1964.

MANIFESTAÇÃO em Maringá: 30 mil pessoas repudiam o comunismo. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abril.1964.

MARCHA da família ficou para amanhã. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr.1964.

MÉDICO e oficial da reserva força a reabertura do SAMDU. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr. 1964.

NA VIA pública móveis e arquivos de Sindicato em Astorga. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr. 1964.

DIRIGENTE sindical preso na Vila Nova. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr.1964.
ARROMBADO na madrugada o escritório de conhecido advogado e líder sindicalista. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr. 1964.

PARTICIPAÇÃO destacada da mulher. **ESTADO DO PARANÁ**. 03 abr.1964.

POLÍCIA de Londrina fecha sindicatos de trabalhadores. **ESTADO DO PARANÁ**. 04 abr.1964.

POVO comemora nas ruas de Londrina o revés da ação comunista no Brasil. **ESTADO DO PARANÁ**. 05 abr.1964.

PROSSEGUE a campanha anti-comunista na GB. **ESTADO DO PARANÁ**. 07 abr. 1964.

ANULAÇÃO e revisão de cartas sindicais rurais. **ESTADO DO PARANÁ**. 09 abr. 1964.

NOVAS intervenções em sindicatos (SP). **ESTADO DO PARANÁ**. 09 abr. 1964.

REPICAR de sinos em todo o Brasil na posse do Gal Castelo Branco. **ESTADO DO PARANÁ**. 15 abr. 1964.

ARROMBADO pela segunda vez e agora também assaltado o escritório de Manoel Silva. **ESTADO DO PARANÁ**. 16 abr. 1964.

INTERVENÇÃO nos sindicatos. **ESTADO DO PARANÁ**. 18 abr.1964.

Jornal Folha de São Paulo

JG surpreende o país: refinarias encampadas. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. 14 mar. 1964.

HUGGINS, Martha. Conexão Americana. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. 23 ago. 1998.

The New York Times

Friends group Blasted in report on reds. **THE DAILY NEWS**, 14 jul.1965.

ARTIGOS

ALBERTI, Verena. **A EXISTÊNCIA NA HISTÓRIA: Revelação e riscos da Hermenêutica.** *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, nr 17, 1996.

ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de Análise dos Discursos. **HISTÓRIA**, São Paulo, nr2, p.33-37, 1983.

_____. O Poder Judiciário no Estado Novo (1937-1945). **HISTÓRIA**, São Paulo, nr12, p.253-271, 1993.

CARDOSO JR, H R. Narrativas e totalidades como problemas na historiografia: um estudo e dois casos. In: MALERBA, Jurandir. **A VELHA HISTÓRIA**. Campinas: Papirus, 1996, p. 179-188.

COSTA, E V. A dialética invertida. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**, São Paulo, v.14, nr27, 1993.

E.C.N. O Macarthismo no Brasil. **REVISTA BRASILIENSE**. São Paulo, nº 44, p.40-41, nov/dez. 1962.

GARCIA, M A M. Processos criminais como fonte para o estudo das relações de trabalho nas fazendas de café de Ribeirão Preto **HISTÓRIA**. (Fundação para o desenvolvimento da UNESP). São Paulo-SP – Brasil, 1982.

KAGEYAMA, Â. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **ENSAIOS E DEBATES**. set-dez, 1993.p.5-16.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In:_____. **HISTÓRIA E MEMÓRIA**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p.535-549.

LIMA, R K. A tradição inquisitorial. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS**, São Paulo, v. 4, nr 10, p.65-84, jun. 1989.

O Golpe de 1964: 40 anos depois. **PROJETO HISTÓRIA: Cultura e Poder**. São Paulo, nº 29, jul/dez.2004. 2 Tomos.

PINHEIRO, P S. Autoritarismo e transição. **REVISTA DA USP: Dossiê Violência**, São Paulo, nr9, p.55, mar./maio 1991.

_____, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **TEMPO SOCIAL: REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP**, São Paulo, v.9, nr1, maio de 1997.

_____. Violência de estado e classes populares. **REVISTA DADOS**, Rio de Janeiro, nr 22, 1979.

PRIORI, Â A. Trabalho e disputas no campo (Paraná: 1945-1964). **PÓS-HISTÓRIA**. Assis/SP, v.8, p.225-242, 2000.

ROSA, S L. C. O Estatuto da Terra e o esvaziamento da estratégia agrária no Brasil. **REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA**. São Paulo, v.25, nr 1, p.205-219, jan-abr. 1995.

SCHILLING, F. A prisão política: um ensaio sobre disciplina e resistência. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS**. São Paulo, v.5, nº19, p.267-287, jul/set. 1997.

SILVA, M. I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. In: **REVISTA BRASILIENSE**, nº 33, p. 56-67, jan/fev. 1961.

VERA, NR O congresso camponês em Belo Horizonte. **REVISTA BRASILIENSE**. Nr.39, jan-fev. 1962. p.95.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

1º ato da peça "O Verdugo", de Hilda Hilst. Disponível em:
<<http://www.hildahilst.com.br/cpweb0022.servidorwebfacil.com/obras.php?categoria=6&id=24>>. Acesso em: 14nov.2012.

AVRITZER, Leonardo. *Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia*. Disponível em:
<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm>. Acesso em: 24nov.2011.

BRANDÃO, G M. O partido comunista como "esquerda positiva". Lua Nova, São Paulo, nr. 35, 1995 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000100009&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sept. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000100009>.

BUONICORE, A. *Qual o valor da democracia*, p.1. Disponível em:
<www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/buonicore%20rev.pdf>. Acesso em: 29out.2012.

COUTINHO, C NR Entrevista. Teoria e Debate. Edição 51.jul.2002. Disponível em:
<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/carlos-nelson-coutinho?page=full>. Acesso em 23out.2012.

DIAS, G. O cabo vermelho. Fundação Dinarco Reis. Disponível em:
http://www.pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=170:gioco-ndo-dias-o-cabo-vermelho&catid=6:memoria-pcb. Acesso em: 16nov.2012.

Enciclopédia de Teatro. Disponível em:
http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=espetaculos_biografia&cd_verbete=457. Acesso em: 08nov.2012.

Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/kaingang/notas.shtm>>. Acesso em: 12 set.2006.

HOUAISS, A. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Houaiss. Editora Objetiva, Dezembro de 2001. Versão 1.0.

Invasão da PUC marcou a redemocratização. *Folha de São Paulo*, 23set.2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200711.htm>. Acesso em: 16nov.2012.

MARTINS, C B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ Soc.*, Campinas, v. 30, nr106, jan/mar.2009, p.17. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13nov.2012.

FILHO, F M. Agentes sociais no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, nr86, set/dez., 1995, p.4. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/351/301>. Acesso em: 20junr2012.

MUNHOZ, S J. Ecos da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa3.htm#_edn7>. Acesso em: 26junr2012.

KENNAN, G F. *The Sources of Soviet Conduct*. Foreign Affairs. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/23331/x/the-sources-of-soviet-conduct>>. Acesso em 23junr2012.

LIRA, A T NR Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/>>. Acesso em: 13nov.2012.

MARTINS FILHO JR, José Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964, de. Disponível em: <<http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc+%22A+educa%C3%A7%C3%A3o+dos+golpistas:+cultura+militar,+influ%C3%Aancia+francesa+e+golpe+de+1964%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br>>. Acesso em: 06 nov.07.

MONDAINI, M. Há Trinta anos, o eurocomunismo. Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=535&page=visualizar>. Acesso em: 19nov.2012.

OLIVEIRA, L.L. *Visões do Brasil*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/6Cenario_socio_cultural/Visoes_do_Brasil.asp>. Acesso em: 13 set. 2006.

Paraná-Norte, Milagre numa cidade ponta de trilhos, 04 nov. 1934, p.1, apud HOLTZ, opus cit.. Disponível em: http://www.clubedejazz.com.br/noticias/noticia.php?noticia_id=546. Acesso em 26 junr2012.

PINTO, J A C. França: lutas anticapitalistas no maio de 1968. Revista Espaço Acadêmico. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/085/85pinto.htm#_ftn1>. Acesso em: 08nov.2012.

PORTO, J T; NUNES, M (Orgs.). Teatro de Arena. São Paulo: Centro Cultura São Paulo, 2007. Coleção Cadernos de Pesquisa; v.20, p.10. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/cadernos/lightbox/lightbox/pdfs/Teatro%20de%20Arena.pdf>. Acesso em: 07nov.2012.

QUARTIM, J.Q. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*. p.15 Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:HVe2hA_RTMwJ:www.unicamp.br/ce marx/criticamarxista/01quarti.pdf+contra+a+canoniza%C3%A7%C3%A3o+da+dec m oracia&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESihCMA90jl9dfocF8rLzRrKfbNEWJy5f2FPpiAW_zjw jDrK9EH0zUT0mp8x0d1seINatBEyHHgP_zMfsQnr9WV0ltfleCXDQ8h2iSG_8IUw54 GaQP7qTBF1cV0AlfG5epquJ2aV&sig=AHIEtbSBnwezKLxCzzESOQxp ru90wJ7PGg. Acesso em: 20nov.2012.

RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, nr 53, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jan 2007. doi: 10.1590/S0103-40142005000100024. e NAÇÕES UNIDAS. CEPAL. Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/cepal/>>. Acesso em: 09out.2012.

SILVA, J S D. Os Conceitos de Clausewitz aplicados aos estudos estratégicos do mundo contemporâneo. *Revista da ESG* Ano XIII, nº 36, 1998. Disponível em: <http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a042.html>> .Acesso em: 21junr 2005.

SILVA, R B. O “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato: Identidade do Brasileiro e Visão do Brasil. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, nr 2, abr. 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/resenhas/jecatatu_rb.htm>. Acesso em 13 jan.2012.

Worldwide Propaganda Network Built by the C.I.A. New York Times, 26 dec.1977. Disponível em: <http://select.nytimes.com/gst/abstract.html?res=F40E10F83F5E167493C4AB1789D95F438785F9>> Acesso em 19out.2012.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 23 nov. 2006.

BRASIL. Estatuto do trabalhador rural. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. DOU, Brasília, de 22.03.1963. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

PARANÁ. Decreto nr 577, de 11 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=23023&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 20nov.2012.

LIVROS

1968-1988-2000. FILO: uma história. Londrina, Pr: Midiograf, s/d.

ABREU, A. A. de et al. (Coord.). **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, v.4.

ALBERTI, V. A existência na História: Revelação e riscos da Hermenêutica. **ESTUDOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro, vol. 9, nr 17, 1996.

ALBERTI, V. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AQUINO, M A; MATTOS, M A V L; SWENSSON Jr., W C (orgs). **NO CORAÇÃO DAS TREVAS: o DEOPS/SP visto por dentro**. São Paulo: Arquivo do estado, 2001.

AQUINO, M A; MATTOS, M A V L; MORAES, M B; SWENSSON Jr., W C (orgs). **A CONSTÂNCIA DO OLHAR VIGILANTE: a preocupação com o crime político (Famílias 10 e 20)**. São Paulo: Arquivo do estado, 2002.

ARENDT, H. **DA REVOLUÇÃO**. São Paulo: Ática, 1983.

ARIAS NETO, J MI. **O ELDORADO: representações da política em Londrina, 1930/1975**. Londrina: Ed. UEL, 1998.

ARON, R. **PAZ E GUERRA ENTRE AS NAÇÕES**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

AZEVEDO, F. As ligas Camponesas. In: MARTINS FILHO, J R (Org.) **REGIME MILITAR: NOVAS PERSPECTIVAS**, 2006.

BAKUNIN, M. **ESCRITOS CONTRA MARX: conflitos na Internacional**. Brasília: Novos Tempos, 1989.

BARROS, P M. **A IMPRENSA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**. Londrina: UEL, 1996.

BARROSO, V. **O FAMOSO NORTE DO PARANÁ: TERRA ONDE SE ANDA SOBRE DINHEIRO.** Caxias do Sul: São Miguel, 1956.

BANDEIRA, M. **O GOVERNO JOÃO GOULART: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BAKHTIN, M (Volochinov). LAHUD, M; VIEIRA, Y F (tradução), WISNIK, L T; CRUZ, C H D C (colab). **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM.** 5 ed., São Paulo: HUCITEC, 1978.

BENATTI, A. P. **O CENTRO E AS MARGENS: Prostituição e vida boêmia em Londrina (1930-1960).** 2. ed., Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997, p.71.

BERNSTEIN, S. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, J F. **PARA UMA HISTÓRIA CULTURAL.** Lisboa: Estampa, 1998.

BETTELHEIM, B. **A PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADA.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BLOCH, M. **APOLOGIA DA HISTÓRIA, OU O OFÍCIO DO HISTORIADOR.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **DICIONÁRIO DE POLÍTICA.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 12 ed., v.I, 2004.

BOUTIER, J; JULIA, D (Orgs.). **PASSADOS RECOMPOSTOS: campos e canteiros da história.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.

BRANDÃO, G.M. **ESQUERDA POSITIVA.** As duas almas do partido comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997, p.197.

BRANDÃO, H. NR **INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO.** Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CAMARGO, A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B (direção). **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.** São Paulo: Difel, T.3, v.3, 1981. p.121-224.

CANCLINI, N G. **DIFERENTES, DESIGUAIS E DESCONECTADOS: mapas da interculturalidade.** 3. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CAOBIANCO, R M. **MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEL-1971/1984.** Londrina/PR: Eduel, 2007.

CARDOSO, C F; VAINFAS, R (orgs.). **DOMÍNIOS DA HISTÓRIA.** Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO JR, H R. **TRAMAS DE CLIO.** Convivência entre Filosofia e História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

_____. Narrativas e totalidades como problemas na historiografia – um estudo e dois casos. In: MALERBA, J. **A VELHA HISTÓRIA**. Campinas: Papirus, 1996, p. 179-188.

CARRARA, F. **PROGRAMA DO CURSO DE DIREITO CRIMINAL**. São Paulo: Saraiva, v. II, 1956-57. p.514.

CERTEAU, M. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**: 1. artes de fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **CULTURA NO PLURAL**. Campinas/SP: Papirus, 1995.

CHALHOUB, S. **TRABALHO, LAR E BOTEQUIM**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, M. **BRASIL**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M S. **CULTURA E DEMOCRACIA**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003.

CHILCOTE, R. **O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COMBLIN, J. **A IDEOLOGIA DA SEGURANÇA NACIONAL**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, M. **MORTE EM FAMÍLIA**. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____, In: PINHEIRO, P S (Org.). **CRIME, VIOLÊNCIA E PODER**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215-218.

COSTA, E V. A dialética invertida. **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**, v. 14, nr 27, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1993.

COSTA, S A. **ESTADO E CONTROLE SINDICAL NO BRASIL**: um estudo sobre três mecanismos de coerção – 1960/64. São Paulo: T.A. Queiróz, 1986. (Coleção Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros, v.12).

COUTINHO, C NR **A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL**, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

DECCA, E S. Rebeldia e revolução na história social. In: BRESCIANI, M S; SAMARA, E M; LEWFOWICZ, L. (Orgs.). **JOGOS DE POLÍTICA**. São Paulo. ANPUH/Marco Zero/FAPESP, s.ed.

DREIFUSS, R. A. **1964: A CONQUISTA DO ESTADO**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVERGER, M. **SOCIOLOGIA POLÍTICA**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

FARIA, J E. **EFICÁCIA JURÍDICA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA:** o direito como instrumento de transformação social. São Paulo: EDUSP, 1998.

FAUSTO, B. **CRIMES E COTIDIANO:** a criminalidade na cidade de São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, G M. **HERMENÊUTICA EM PAUL RICOEUR.** Vitória: UFES, 2000.

FERREIRA, J. **O POPULISMO E SUA HISTÓRIA:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ e REIS, D A (Orgs). **REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA. 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **ALÉM DO GOLPE:** Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. et al (Orgs). **DITADURA E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA.** Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **MINISTÉRIO DO SILÊNCIO.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

FILO 40 ANOS – Registro Histórico. Londrina: Visualitá, 2008.

FRAGOSO, H C. **ADVOCACIA DA LIBERDADE: A DEFESA NOS PROCESSOS POLÍTICOS.** Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FRANCOVIG, C. **OURO VERDE E CAFÉ QUENTE.** 50 anos de literatura em Londrina. Londrina/PR: o Autor, 2005, p.32.

FÜCHTNER, Hans. **OS SINDICATOS BRASILEIROS DE TRABALHADORES:** organização e função política. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GOHN, M G. **NOVAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.** São Paulo: Loyola, 2009.

GORENDER, J. **COMBATE NAS TREVAS.** A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, A. **CADERNOS DO CÁRCERE,** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUEDES, A et al. **O PCB NO QUADRO ATUAL DA POLÍTICA BRASILEIRA.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

HELLER, M I. **RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA.** A repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HOBSBAWN, E. **SOBRE HISTÓRIA.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, S. B. **RAÍZES DO BRASIL.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUGGINS, M K. **POLÍCIA E POLÍTICA: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

INGRAO, P. **MASSA E PODER.** Civilização Brasileira: 1980.

IOKOI, Z M G. **IGREJA E CAMPONESES: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo no Brasil e Peru, 1964-1986.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, **INTOLERÂNCIA E RESISTÊNCIA.** A Saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Itajaí, Ed. UNIVALI, 2004.

_____. **LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

JOFFILY, J. **LONDRES- LONDRINA.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KONDER, L. **A DERROTA DA DIALÉTICA: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **A DEMOCRACIA E OS COMUNISTAS NO BRASIL.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LABIN, S. **A RÚSSIA DE STALIN** Rio de Janeiro: Agir, 1948.

LABIN, S. **EM CIMA DA HORA: a conquista sem guerra.** Rio de Janeiro: Record, 1963.

LAZIER, H. **PARANÁ: terra de todas as gentes e de muitas histórias.** Francisco Beltrão: Grafut, 2003.

LEFEBVRE, H. **LA PRESENCIA Y LA AUSENCIA.** México: Fondo de Cultura Economica, 1983.

_____. **A VIDA COTIDIANA NO MUNDO MODERNO.** Trad. de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LÊNIN, V I. **QUE FAZER?** São Paulo: Hucitec, 1978.

LEFORT, C. **A INVENÇÃO DEMOCRÁTICA.** Os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOMBROSO, C; LASCHI, R. **LE CRIME POLITIQUE ET LES RÉVOLUTIONS.** Paris: Ed. Félix Alcan, 1892. Tomo 1, p.49.

MARTINS, J S (Org.). **HENRI LEFEBVRE E O RETORNO À DIALÉTICA.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O CATIVEIRO DA TERRA.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL.** Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural. In: **A CHEGADA DO ESTRANHO**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K I. **A REVOLUÇÃO ANTES DA REVOLUÇÃO**; As lutas de classe na França: de 1848 a 1850, O 18 Brumário de Luis Bonaparte; A Guerra Civil na França. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.403.

MAZZEO, A C. **SINFONIA INACABADA**: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MENEZES, E M C. **CRIME POLÍTICO**: noção histórica e fundamentos doutrinários. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1944.

McCARTHY, E. A Militarização da América. **REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA**. Ano IV, nr 21/22, set/dez 1968. Rio de Janeiro.

MORAES, J Q (Org). História do Marxismo no Brasil. **TEORIAS E INTERPRETAÇÕES**. v..3. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____, ROIO, M D. História do Marxismo no Brasil. **VISÕES DO BRASIL**, v. 4, Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

MORAES, R; ANTUNES, R; FERRANTE, V B. (orgs.). **INTELIGÊNCIA BRASILEIRA**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTA, L T. **AS GUERRAS DOS ÍNDIOS KAINGANG**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná: 1769-1924. Maringá: EDUEM, 1994.

MOTA, L T. **NOVAS CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DISCIPLINARES DOS KAINGANG**. Londrina: Ed. da UEL, 2004.

MOTTA, R S P. **EM GUARDA CONTRA O “PERIGO VERMELHO”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. (Estudos; 180).

NAPOLITANO, M. **CULTURA BRASILEIRA**: utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2008.

NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). **AS PECULIARIDADES DOS INGLESES E OUTROS ARTIGOS**. Campinas: Edunicamp, 2001. p. 274.

NOVAES, A (Org.). **ÉTICA**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

OLIVEIRA, A U; MARQUES, M I M. **O CAMPO NO SÉCULO XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, L H. H. **DEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA**: o processo político-partidário no Paraná 1979-1990. Londrina/PR: Ed. UEL, 1998.

PADIS, P C. O Paraná: uma visão de conjunto. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**, v.11, nr 1, 1971.

PANDOLFI, D. **CAMARADAS E COMPANHEIROS**: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINHEIRO, P S (Org). **CRIME, VIOLÊNCIA E PODER**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **ESTRATÉGIAS DA ILUSÃO**: A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935, 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRADO JR, C. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**, 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **A REVOLUÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PRESTES, M. **MEU COMPANHEIRO**: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

PRIORI, Â A. **O PROTESTO DO TRABALHO**: História das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964. Maringá: EDUEM, 1996.

QUEIRÓS, M I P. **O MESSIANISMO NO BRASIL E NO MUNDO**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1997.

QUEVEDO, J, IOKOI, Z M G (orgs). **MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**: desafios teóricos em tempo de globalização. Santa Maria, Mila, CESH: Universidade de Santa Maria, 2007.

REIS, D A. **A REVOLUÇÃO FALTOU AO ENCONTRO**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS, D A, FERREIRA, J (Orgs.). **NACIONALISMO E REFORMISMO RADICAL (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____; RIDENTI, M; MOTTA, R P S (orgs.). **O GOLPE E A DITADURA MILITAR**. 40 anos depois (1964-2004). Bauru/SP: Edusc, 2004.

_____ et al. **O SÉCULO XX**: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REIS FILHO, D A. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60". In: REIS FILHO, D A et al. **VERSÕES E FICÇÕES**: o sequestro da história. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RÉMOND, R. **POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVEL, J (org.) **JOGOS DE ESCALA**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZNIK, L. **DEMOCRACIA E SEGURANÇA NACIONAL**. A polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RICOUER, P. **TEMPO E NARRATIVA**. Campinas: Papirus, 1994. Tomo 1. p.15.

RIDENTI, M. **BRASILIDADE REVOLUCIONÁRIA**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIDENTI, M. **EM BUSCA DO POVO BRASILEIRO**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, M. REIS, D. A. (Orgs.). **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. **O FANTASMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo, UNESP, 1993.

_____. REIS, D A. **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL**. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Unicamp/SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. REIS, D A. **HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL**. Partidos e movimentos após os anos 1960. Unicamp/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROBIN, R. **HISTÓRIA E LINGUÍSTICA**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J; NEVES, L A (org). **O BRASIL REPUBLICANO**: o tempo da ditadura, Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.v.4.

_____. **O APOIO DE CUBA À LUTA ARMADA NO BRASIL**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, MAUAD, 2001.

SAES, D. A democracia burguesa e luta proletária. In: **ESTADO E DEMOCRACIA: Ensaíos Teóricos**. Campinas: IFCH, Unicamp, 1994.

SAID, A M. **UMA ESTRATÉGIA PARA O OCIDENTE**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SANTOS, B S (Org.). **AS VOZES DO MUNDO**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. (Org.). **DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA**. Os caminhos da democracia participativa, 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **RENOVAR A TEORIA CRÍTICA E REINVENTAR A EMANCIPAÇÃO SOCIAL**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton (2000) **ENTREVISTA COM SEABRA**, Odete, CARVALHO, Mônica e LEITE, José Corrêa, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed,

SANTOS, M. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, R. **A PRIMEIRA RENOVACÃO PECEBISTA**: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988.

SANTOS, W. G. **PARADOXOS DO LIBERALISMO: teoria e história**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. **SESSENTA E QUATRO**. Anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHLEIERMACHER, F. **HERMENÊUTICA. ARTE E TÉCNICA DE INTERPRETAÇÃO**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARTZMAN, S. **BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO**. Rio De Janeiro: Campus, 1988.

Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.34.

SILVA, E. A. **O DESPERTAR DO CAMPO**: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Inventário DEOPS, 8 – Geopolítica do Controle).

SILVA, J. C. **PEROBA ROSA**: memórias da UEL – 25 anos. Londrina: UEL, 1996. Coleção Memórias.

SILVA, H. **GOLPE OU CONTRAGOLPE?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, M. C. **A QUESTÃO NACIONAL E O MARXISMO**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SILVA, O. H. **A FOICE E A CRUZ**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Trad. Andrea Gaifami e Laura Angélica Yukie Nomi. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

STOLCKE, V. **CAFEICULTURA**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. **TRADICIÓN, REVUELTA Y CONCIENCIA DE CLASE**: estudios sobre la sociedade pre industrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

_____. **A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA: I. A árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **SENHORES E CAÇADORES**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **COSTUMES EM COMUM:** estudos sobre a cultura da população tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, P. **A VOZ DO PASSADO:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
VEYNE, P. **COMO SE ESCREVE A HISTÓRIA.** Lisboa: Edições 70, 1983.

VIEIRA, I M. **MEMÓRIAS TORTURADAS (E ALEGRES) DE UM PRESO POLÍTICO.** Curitiba: SEEC, 1991.

VINHAS, M. **O PARTIDÃO.** A luta por um partido de massas – 1922/1974. São Paulo: HUCITEC, 1982.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A TEIA DO FATO.** Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: HUCITEC.

Wood, E M. **DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ADUM, S M S. Lopes. **SUBVERSÃO NO PARAÍSO.** O comunismo em Londrina. 1945/1951. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALVES, M S. **JORNAL POEIRA:** uma análise da Comunicação Popular na imprensa estudantil no período Ditadura Militar. (Monografia) Pós Graduação em Comunicação Popular e Comunitária. Departamento de Comunicação Social. Centro de Educação, Comunicação e Artes. UEL, Londrina, 2009.

ALVES, V. C. S. F. **A DECISÃO INTERPRETATIVA DA FALA EM DEPOIMENTOS JUDICIAIS.** 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, apud ROMUALDO, 2002.

DEBÉRTOLIS, K. **LEVANTA SACODE A POEIRA E DÁ A VOLTA POR CIMA.** (Monografia) Projetos Experimentais em Jornalismo. FUEL. Centro de Educação Comunicação e Artes. Departamento de Comunicação Social. Londrina, 1991.

FERNANDES, R J. **O DELITO DOS PROSCRITOS: A MARGINALIDADE POLÍTICA EM LONDRINA (1956-1967).** (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.

HOLTZ, E. **FACES ILÍCITAS DE UMA CIDADE:** representações da prostituição em Londrina (1940-1966). (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Campus de Assis, 2001.

LOPES, A Y D. P. **PIONEIROS DO CAPITAL:** a colonização do Norte Novo o Paraná. 1982. (Mestrado em Ciências Sociais). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1982.

MARINHO, J A. **A HISTÓRIA DO FESTIVAL DE TEATRO DE LONDRINA (FILO) – 1968 A 2000.** (Dissertação Pós-graduação em Letras). Área de Concentração Estudos Literários. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OLIVEIRA, S J. **TONALIDADES DE VERMELHO:** comunismo e anticomunismo no Norte do Paraná (1945-1960). 2000. (Dissertação Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

PRIORI, Â A. **A REVOLTA CAMPONESA DE PORECATU.** A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952). 2000. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Assis, 2000.

ROMUALDO, E C. **A CONSTRUÇÃO POLIFÔNICA DAS FALAS NA JUSTIÇA:** As vozes de um processo crime. 2002. (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

TOMAZI, NR **NORTE DO PARANÁ:** História e Fantasmagorias. 1997. (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

VALLADARES, J E M. **O DISCURSO DEMOCRÁTICO NOS PÓS-GUERRA:** a voz do PCB. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.